UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Programa de Pós-Graduação em História
Curso de Mestrado em História

Dissertação

ESTAS TERRAS E SEUS DONOS:
políticas de especialidades e territorialidade em La Cruz e no mundo guarani missioneiro (1629 - 1828)

Helenize Soares Serres

Pelotas,2012

Helenize Soares Serres

Dissertação acadêmica apresentado ao curso de Mestrado em História da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Fernando da Silva Camargo

Pelotas, 2012

S487e Serres, Helenize Soares

Estas terras e seus donos: políticas de espacialidades e territorialidades em La Cruz e no mundo Guarani Missioneiro (1629-1828) / Helenize Soares Serres; Orientador: Fernando da Silva Camargo. – Pelotas, 2012.

226f.

Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas.

1. La Cruz. 2. Estância. 3. Jesuítas. 4. Geopolítica. 5. Guarani missioneiros. I. Camargo, Fernando da Silva, orient. II. Título.

CDD 981.65

BANCA EXAMINADORA:

Orientador:
Prof. Dr. Fernando da Silva Camargo

Examinadores:
Prof. Dr. Artur Henrique Franco Barcelos (FURG)
Prof. Dr. Ronaldo Bernardino Colvero (Unipampa)

AGRADECIMENTOS

Diante de tanto esforço para desenvolver esse trabalho, o momento de agradecer, que parecia tão simples, tornou-se um dos mais difíceis. À hora de expressar meu sincero agradecimento, faltam palavras para transmitir toda minha gratidão a todos que longe ou perto me apoiaram, não apenas nesses dois anos, que foram os mais incríveis e difíceis vividos até hoje, mas também aos que me acompanharam nas trilhas que me conduziram ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPEL.

A minha amada família que além de compreender a minha ausência me transmitiu coragem e segurança do início ao fim dessa caminhada, através de simples palavras e pequenos gestos que diariamente me encheram de esperança.

Ao Professor Dr. Fernando Camargo que foi o grande guia dessa missão, muito obrigada pela paciência, pelas indicações, correções, motivações, e principalmente por, além de ser meu orientador, ser um grande amigo. Tudo isso compôs uma somatória fundamental para o pensamento que se traduz na escrita de cada parágrafo desse trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPEL e à Capes, que me proporcionou a bolsa de pesquisa a qual tornou possível a execução desse trabalho.

Aos professores do Mestrado em História da UFPEL pelas sugestões, criticas e indicações de textos, não deixando de destacar os colegas que me apoiaram com trocas de idéias e materiais além da amizade e compreensão. Em particular a Ândria Pereira, secretária do Programa, pela amizade e auxílio em questões burocráticas. Também ao Professor Artur Henrique Barcelos, pelas dicas na qualificação.

Em especial ao Professor Dr. Ronaldo Bernardino Colvero, por me ensinar a dar os primeiros passos no mundo acadêmico, pela confiança, seriedade, paciência e por sempre acreditar em mim, até mesmo nas horas que eu não acreditava: assim, muito obrigada por todo o imenso apoio.

Agradeço também aos funcionários de todos os arquivos nacionais e internacionais em que pesquisei, suas dedicações e disponibilidade foram fundamentais para que este trabalho fosse concluído.

Às três turmas de alunos do curso de graduação em História da UFPEL que realizei meu estágio docente, pelas discussões, conhecimentos e troca de experiências que contribuiram na construção de alguns pensamentos importantes para realização desse trabalho.

Em especial a duas pessoas que foram mais que amigas, “mãezonas”, Ana Clara Holz e Tatiana Lebedeff que desde o início me acolheram com afeto e nos momentos difíceis alimentaram minha alma, serenando as dificuldades.

Também sou grata a todas as gurias da Casa Rosa, as que estiveram do meu lado durante os 24 meses ou simplesmente aquelas que só passaram pelo meu caminho, pois, mesmo não participando diretamente da elaboração desse trabalho, tornaram os momentos árduos mais suaves. Em especial a minha equipe de apoio Jéssica Helena, Ana Laura, Joana, Eliana, Cristina e Mariana, são grandes companheiras e foram as estrelas que iluminaram as noites mais escuras.

Minha gratidão a todos estes que contribuíram direta ou indiretamente para realização desse trabalho!

ÍNDICE DE CAPÍTULOS

AGRADECIMENTOS **4**

ÍNDICE DE CAPÍTULOS **6**

ÍNDICE DE FIGURAS **8**

ÍNDICE DE QUADROS **8**

RESUMO **9**

ABSTRACT **10**

INTRODUÇÃO **11**

CAPÍTULO I **28**

A ADMINISTRAÇÃO ESPANHOLA NA AMÉRICA 29

O CATOLICISMO IBÉRICO 39

A COMPANHIA DE JESUS 45

OUTRAS ORDENS E A MESMA ORDEM EM OUTRAS NAÇÕES: ANALOGIAS 53

OS EUROPEUS QUEREM ESPAÇO 65

CAPÍTULO II **71**

A PROVÍNCIA JESUÍTICA DO PARAGUAI 72

AS LEIS E OS INDÍGENAS 90

FRONTEIRA E IDENTIDADE NA PROVÍNCIA JESUÍTICA DO PARAGUAI 97

A GEOPOLÍTICA DAS REDUÇÕES 107

RELAÇÕES DE PODER NA ESTRUTURA JESUÍTICO-GUARANÍ 114

LA CRUZ 123

LA CRUZ FACE AS OUTRAS REDUÇÕES 135

A ESTÂNCIA DE LA CRUZ 144

CAPÍTULO III **155**

O TRATADO DE 1750 E A GUERRA GUARANÍTICA 156

AS REPERCUSSÕES DAS POLÍTICAS IBÉRICAS NAS ESTÂNCIAS E REDUÇÕES JESUÍTICAS 165

EXTINÇÃO DA ORDEM E ORFANDADE DOS GUARANIS. 172

LA CRUZ E O MUNDO GUARANI CRISTIANIZADO ENTRE 1767 E 1828 181

CONSIDERAÇÕES FINAIS **192**

ANEXOS **197**

ANEXO I 198

ANEXO II 204

ANEXO III 209

BIBLIOGRAFIA 215

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 77
FIGURA 2 79
FIGURA 3 81
FIGURA 4 83
FIGURA 5 117
FIGURA 6 118
FIGURA 7 141
FIGURA 8 145

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 77
QUADRO 2 79
QUADRO 3 80
QUADRO 4 82
QUADRO 5 83
QUADRO 6 83

RESUMO

O estudo trata das relações existentes entre as estâncias missioneiras e as reduções jesuíticas. Pretende-se compreender como se davam estas relações entre a estância de La Cruz, no lado oriental do rio Uruguai – localizada na fronteira oeste do atual Estado do Rio Grande do Sul, Brasil; e a redução de La Cruz, do lado ocidental do mesmo rio, - localizada na fronteira leste da atual Província de Corrientes, Argentina, no período de 1629 a 1828. A partir da perspectiva da administração colonial da América espanhola e do papel da Igreja Católica Romana nesse território foi possível entender e discutir a organização e a produção interna de toda a Província Jesuítica do Paraguai e principalmente da redução de La Cruz e sua estância. As relações entre o povo da Cruz com grupos indígenas como as nações dos charruas e dos minuanos no espaço alegadamente pertencente à coroa Espanhola, também foram referidas, levando em conta aspectos aplicáveis aos conceitos de fronteira, limite, espaço e região. Igualmente foi tratado o papel das estâncias missioneiras no território das Missões Orientais do Uruguai, em especial a estância de La Cruz, em um período de várias discussões diplomáticas entre as coroas Ibéricas, sob disputas e conflitos que determinavam aproximação e distanciamento com a população indígena.

Palavras Chaves: La Cruz; Estância; Jesuítas; Geopolítica; Antigo Regime; Guaranis missioneiros.

ABSTRACT

A study about the existing relations between the *estancias* (ranchs) and the *pueblos* (villages) in the Jesuitic mission's context. It is an attempt to understand how did those relations worked, in the specific case of the estancia of La Cruz, at the eastern bank of Uruguay river – situated in the western border of the present time State of Rio Grande do Sul, Brazil and the pueblo of La Cruz, at the westerns bank of the same river – situated at the present time province of Corrientes, Argentina, in the period from 1629 to 1828. On the perspective of the colonial administration of the Spanish America and of the Roman Catholic Church, in this territory, was possible to understand and discuss the organization and the internal production of the whole Jesuitic Province of Paraguay and, especially, of the *pueblo* of La Cruz and its *estancia*. The relations of the pueblo of La Cruz with the *charrua* and *minuano* nations, in a territory allegedly belonged to the Spanish crown, were also referred, taking on account aspects applicable to the concepts of frontier, border, space and region. Equally was treated the role of the Jesuitic mission estancias in the territory of the so called *Missões Orientais do Uruguai*, with special attention to the *estancia* of La Cruz, in a period of many diplomatic issues between the two Iberic crowns, over quarrels which determinated approximation and estrangement with the indigenous population.

Keywords: La Cruz; estancia; Jesuits; geopolitics; Ancién Regime; Guarani of the missions

INTRODUÇÃO

O interesse em pesquisar a história das Missões Jesuíticas na América Espanhola iniciou no ano de 2004 a partir de um grupo de estudos sobre a História Platina e das disciplinas de América e Rio Grande do Sul. Foi através de discussões, encontros e desencontros que, em 2007, nasceu o tema principal desse trabalho: a estância de La Cruz. Tema para mim, naquele momento, cheio de mistérios e complexidades pela ausência bibliográfica que abordasse diretamente o tema e a dificuldade de encontrar documentação.

Com isso iniciou-se um trabalho de "formiga" nos arquivos nacionais e internacionais em busca de documentação sobre a estância e a redução de La Cruz. Primeiramente, estive nos arquivos da região: Arquivo Público de São Borja e Itaqui, Centro de Cultura Dr. Pedro Marini de Uruguaiana. Mas, sobre o tema ou o período nada foi encontrado. Fiz uma visita a La Cruz e Santo Tomé para coletar dados documentais, onde tive acesso a alguns mapas que localizavam as estâncias no lado oriental do rio Uruguai e as reduções (povos ou *pueblos*) no lado ocidental.

A caminhada seguiu, distanciando-se do espaço onde se encontrava a Estância de La Cruz. Fui visitar algumas cidades que tiveram reduções no lado oriental do rio Uruguai: São Nicolau, São Miguel Arcanjo, São Luiz Gonzaga e Santo Ângelo. Participei de palestras de arqueólogos sobre as Missões Orientais que me fizeram compreender melhor as estruturas desses espaços além do contato com as ruínas onde achei possível realizar uma jornada de imaginação histórica, numa tentativa de visualizar os fatos históricos.

Em Santo Ângelo, tive a oportunidade de conhecer a Casa de Cultura Missioneira e de pesquisar na coleção de Pastells e de De Angelis. Após consultar a documentação comecei a fazer algumas transcrições. Esse material me auxiliou na condução dos primeiros passos dessa investigação, mesmo com a dificuldade de

encontrar algo específico sobre La Cruz, ele possibilitou a formulação de várias perguntas sobre o tema e o início de algumas suspeitas.

Pesquisei no Instituto Histórico e Geográfico de São Luiz Gonzaga e no Arquivo Público do Rio Grande do Sul, porém não encontrei documentos que tratassem especificamente sobre La Cruz. Os arquivos que não tinham material sobre o tema central deste trabalho, ainda assim, contribuíram de forma não apenas para minha experiência, mas para aumentar a bagagem de conhecimento das Missões em linhas gerais, auxiliando no entendimento do contexto da América espanhola. Com isso foi possível trilhar um caminho sólido para chegar ao objeto principal, La Cruz.

No *Archivo General de La Nacion*, em Buenos Aires, foram localizados muitos documentos específicos de La Cruz, ali foram encontradas pastas nas quais havia apenas um ou dois documentos que relatavam algum fato ocorrido no local ou que envolvesse indígenas da estância e/ou da redução de La Cruz. Em outras pastas havia correspondências inteiras, descrevendo pleitos entre os povos, que me ajudaram a entender o processo de fundação do Povo de La Cruz. Foram achadas muitas mensagens que saiam de La Cruz em direção a outros povos e outras correspondências, que chegavam. Porém algumas faltando pedaços e outras inteiras.

Essa busca por documentos aumentava e distanciava-se cada vez mais do território onde nasceu o Povo de La Cruz. Na Torre do Tombo em Lisboa procurei documentos que acrescentassem informações e respondessem perguntas, porém sobre La Cruz nada foi localizado, apesar de existirem documentos a respeito da Companhia de Jesus, entre outros documentos do período que vieram a acrescentar noção de contexto e novas perspectivas.

O objetivo geral desta dissertação foi de estudar as relações da estância de La Cruz com outras estâncias missioneiras e com a própria redução de La Cruz, em sua conexão com a dinâmica interna desse subsistema colonial específico, para alcançar estes objetivos foi necessário conhecer como que foi criada a redução e estância de La Cruz, sua organização política, social, econômica e cultural, percebendo também a dinâmica que a coroa espanhola utilizou para ocupação do território na América do Sul.

Os documentos apontavam a necessidade de discutir alguns conflitos, em especial entre La Cruz e Yapeyu envolvendo suas terras e suas produções, diante disto os mapas encontrados em arquivos auxiliaram para que fosse possível entender a

dinâmica da geopolítica das reduções para com suas estâncias e também da coroa espanhola em busca de resguardar suas fronteiras.

O levantamento efetuado das fontes documentais e bibliográficas no Brasil, em Portugal, na Argentina, e no Uruguai, possibilitou a construção de uma interpretação e uma perspectiva de análise para inferir sobre a formação, organização, e relações da estância de La Cruz, assim como sobre o projeto de formação das reduções e estâncias implantadas pelos jesuítas e pela coroa espanhola.

Entender as relações que existiram entre as estâncias missioneiras e as reduções, propriamente ditas, em especial a relação entre a Redução de La Cruz e a estância de La Cruz estabelecendo, também, analogias desse processo com os de outros povos e agrupamentos nativos, procurando entender a organização e a compreensão do espaço das estâncias jesuíticas e as circunstâncias que efetivariam a ocupação desse mesmo espaço (fronteira oeste do atual estado do Rio Grande do Sul, Brasil, junto à fronteira com a Argentina), foram as propostas conduziram o desenvolvimento desse trabalho ao longo destes dois anos.

> As estâncias estendiam-se por centenas de hectares. Eram cercadas de muralhas, de cercas vivas de cactos, de sebes ou valados. Cada estância estava dividida em vários distritos ou rodeios, contendo cada um cinco mil cabeças de gado. As estâncias dos guaranis eram as mais belas de todo o país... Cada fazenda tinha a sua capela, seu laranjal, e outras árvores fruteiras, de que ainda se encontram vestígios... Todos os estabelecimentos eram magníficos. [1]

As estâncias missioneiras eram grandes extensões de terras, demarcadas por limites naturais, como matas, rios e montes, havendo a necessidade das reduções criarem dispositivos administrativos para que os povos pudessem gerenciar, separadamente, a grande quantidade de gado disponível em tais espaços produtivos. Tais estâncias se constituíram, geograficamente, bem delimitadas e definidas. Destas eram feitas as extrações do gado e seus derivados e de outros produtos necessários para o abastecimento das reduções.

[1] LUGON, 1977, p. 128.

As estâncias missioneiras mantinham-se atreladas às suas reduções específicas[2]. Tal relação, assim como os demais procedimentos e posturas administrativas, era determinada pela redução, que, por seu turno, era administrada pelos jesuítas. Essas áreas produtivas, por abrangerem espaços amplos e abertos, inclusive no sentido de serem separadas apenas por limites naturais, necessitavam de uma vigilância diferenciada.

> Cada Doutrina, ou Povo, recebia doação de uma extensa faixa de terra que dividia em estâncias de criação de gado. Cada estância subdividia-se em postos ou pequenas invernadas, sobre as ordens de um posteiro. Quer nas estâncias quer nos postos erigiam-se pequenas capelas, que se tornaram núcleos de futuras povoações e cidade[3].

A introdução do gado na banda oriental deu-se a primeira vez em 1611, pela ilha de Vizcaíno, no encontro do rio Negro com o rio Uruguai, sendo que a segunda vez deu-se por balsas que foram transportadas da Província do Paraguai, em 1617 e uma parte foi destinada à vacaria de São Gabriel, região mais central do Tape. E a terceira acontece com os jesuítas nos anos de 1630 a 1636, entre os rios Negro e Uruguai. [4]

Discussões aconteciam entre espanhóis de Montevidéu e os padres da Província Jesuítica do Paraguai, que reivindicavam esse gado para suas respectivas estâncias. Foi a presença do gado no lado oriental do Uruguai que possibilitou a criação de grandes estâncias como a de Yapeyu. Grupos indígenas, como os charruas e minuanos, faziam muitas irrupções nas estâncias missioneiras, o que gerava conflitos contínuos. Após a fundação da Colônia do Santíssimo Sacramento também houve muitas incursões portuguesas.

> Além do gado oriundo das missões iniciais com os Tapes, uma nova inserção de animais nesta região ocorreu a partir de 1644, a Vacaria do Mar é realmente estabelecida como reserva de gado para os povos missioneiros a partir de 1677 ou 1678, quando ocorrem as primeiras autorizações para a retirada de animais destas paisagens próximas da costa Atlântida. No entanto, a partir do final do século XVIII, estabeleceu-se uma polêmica

[2] Cada redução possuía uma área de exploração agrícola, pastoril, mercantil ou mineira. Essas extensões de terra abarcavam não apenas campos e matas, mas também, armazéns, entrepostos e guardas. A todo esse ente, chamava-se estância e, cada uma era administrada por uma redução.
[3] PORTO, 1954, p. 216.
[4] Ver mais em PORTO, 1954, p. 266 a 285.

> entre os missionários jesuítas e os espanhóis de Montevidéu, sobre a posse destes animais. Tanto espanhóis quanto jesuítas buscavam justificativas para legitimar a posse sobre as vacarias.[5]

A partir das criações das estâncias missioneiras foi necessária a instalação permanente de pessoas e estruturas de policiamento e fiscalização, para que pudessem ter controle do fluxo de entrada e saída de pessoas e bens, sendo que antes mesmo da necessidade de estabelecer um povoamento teriam que garantir a economia a partir de meios de produção adequados para o sustento das reduções.

Diante destas perspectivas, o primeiro passo dentro da organização dos espanhóis e jesuítas para com a estância foi o de reunir o gado existente no lado oriental do rio Uruguai, e distribuí-lo em estabelecimentos chamados "estâncias missioneiras". Na medida em que os jesuítas e guaranis mantiveram os animais reunidos, chamaram a atenção de luso-brasileiros, índios "infiéis", entre outros que procuravam os animais para consumo, troca e contrabando.

O rio Uruguai, mesmo não sendo considerado como uma fronteira *stricto sensu*, neste período, apresentava-se como um divisor natural entre a redução de La Cruz e a sua estância, e a navegação era o meio de transporte mais rápido e seguro, possibilitando, assim, a comunicação com outros povos.

Entre a margem direita do rio Uruguai e as margens esquerdas do sistema fluvial Paraná/Paraguai, situavam-se inúmeras reduções, cujo número, localização e denominação variaram muito ao longo do tempo, que tinham como capital Yapeyu ou Los Reyes. A estância de La Cruz, objeto de pesquisa nesse trabalho, está distintamente localizada na região entre os rios Ibicuí e Butuí, no lado oriental do rio Uruguai.

Como reforço ao processo de catequese e "ocidentalização" cultural dos indígenas reduzidos, os jesuítas se utilizaram de algumas técnicas, pois entendiam que este esforço só lograria sucesso se pudessem comparar as suas doutrinas a aspectos terrenos. Para tanto, preocupavam-se com questões vinculadas à paisagística (espacialidade cultural); por isso, o cuidado em instalar as reduções sempre em ambientes propícios para reflexões e desenvolvimento da catequese para os reduzidos.

[5] BARCELOS, 2000, p. 332-333.

Com referência à proximidade de rios, principalmente aqueles navegáveis, deve-se levar em consideração que os rios neste período eram fundamentais para o deslocamento, para o transporte de bens, para a localização geográfica, bem como ofereciam possibilidades de fuga em caso de ataques de outros índios, bandoleiros ou maloqueiros.[6]

A pesquisa foi direcionada a partir de algumas linhas-mestras, traduzidas em assuntos específicos, que auxiliaram a esclarecer algumas questões, tais como: de que forma ocorreu o processo de formação da estância de La Cruz, considerando que sua redução estava situada do outro lado do rio Uruguai? Como funcionava a organização interna da estância de La Cruz no que diz respeito aos processos administrativos, principalmente em comparação com as demais estruturas estancieiras? Como se davam as relações entre a estância e outras reduções que faziam fronteira com ela, e também com a sua própria redução? Como se desenvolveu a redução de La Cruz a partir do crescimento da estância, ou seja, a estância como agente propulsor do crescimento da redução?; Levando em consideração a proximidade da estância de La Cruz com a estância de Yapeyu, isto teria provocado algumas divergências entre as reduções? Estas foram as problemáticas resolvidas ao longo dos capítulos da dissertação.

Desde o fim do século XIX e durante todo o século XX, vários historiadores trabalharam com a questão das missões jesuíticas e os problemas referentes à organização e à estruturação das reduções e de suas estâncias, o que possibilitou a discussão acerca das questões suscitadas anteriormente. Percebe-se ao longo da pesquisa que muitas ramificações menores surgiram a cada problema levantado, assim como novos problemas, dando uma contribuição sem precedentes para o enriquecimento do trabalho.

A investigação feita neste trabalho permitiu discutir e estressar conceitos relacionados aos temas de "sociedade, povoamento, fronteira, espaço, região e cultura", que foram utilizados por historiadores na construção da historiografia encontrada sobre missões e suas respectivas estâncias.

A forma de apresentação e aceitação de um conhecimento histórico, tanto para a academia quanto para o público em geral, remete à necessidade de entender como se

[6] Ver mais em CAMARGO, 2001.

pode desenvolver a construção de uma narrativa ou descrição histórica (ou ambas) dotada de honestidade intelectual.

> Como sabemos, nem só de produções acadêmicas vive o conhecimento histórico: pela própria necessidade social de sua construção e pelo fato de que qualquer um pode proclamar-se historiador (como dizia Pierre Vilar, esta é uma marca pouco protegida...), uma considerável parcela do que se designa como história é resultado da intenção de historiadores amadores (ou profissionais) de descobrir, pela via da apropriação empírica, o que realmente aconteceu.[7]

O discurso construído pelo historiador está diretamente relacionado com a teoria histórica, partindo do pressuposto que ambos se completam formando ideias e fortalecendo o conhecimento intelectual. A separação não apenas enfraquece como não possibilita a sustentabilidade. Tentar submeter, portanto, o discurso do autor a um referencial teórico rígido, representa um engessamento da pesquisa.

> A redução, hoje em voga, da história à retórica não pode ser repelida sustentando-se que a relação entre uma e outra sempre foi fraca e pouco relevante. Na minha opinião, essa redução pode e deve ser rechaçada pela reavaliação da riqueza intelectual da tradição que remonta a Aristóteles e a sua tese central: as provas, longe de serem incompatíveis com a retórica, constituem o seu núcleo fundamental.[8]

Paul Veyne em sua obra *Como se escreve a história*, tenta dar uma solução para o impasse em que se encontra a História. Suas opções são sempre o resultado da tensão entre as características intrínsecas da matéria-prima, que seria para o autor os fatos, eventos e fontes e as particularidades de cada historiador que vão determinar a forma de como será escrita essa nova produção científica historiográfica.

Nesse sentido contempla-se que a história não poderá ser ciência por não poder estabelecer leis gerais para os acontecimentos e pela inexistência de uma única força que os impulsione, pois a história não consegue atingir seus objetivos com a escolha de um ou mais casos-modelo, de onde viriam as regras para todos os outros casos particulares. Essa impossibilidade é tanto humana quanto natural. Humana porque o objetivo estabelecido da disciplina não é explicar, diferente das ciências naturais, onde a essência de seu objeto se encontra no passado, o entendimento das manifestações do

[7] PETERSEN, 2002, p. 205.
[8] GINZBURG, 2002, p. 63.

homem no tempo através da forma como cada evento ocorreu e ligou-se a outros, portanto, é entender o detalhe e não as regularidades.[9]

> Cada vez mais os pesquisadores têm dado atenção ao ato de elaborar um bom projeto de pesquisa. Preciosismo acadêmico? Não! Um planejamento bem elaborado normalmente se constitui em roteiro seguro e ganho de tempo na execução da pesquisa. Não nos esqueçamos, porém, de que projeto, como o nome já diz, é uma proposta e, como tal, pode ser modificada se assim se fizer necessário pelos rumos da pesquisa, pelo enriquecimento teórico-conceitual-metodológico e temático, que pode (e deve!) ocorrer ao longo da pesquisa incorporando novos dados ou perspectivas. O referencial teórico deve ir crescendo junto com a pesquisa empírica, não é um dado a priori.[10]

A diversidade de teorias e metodologias que o historiador tem à sua disposição na atualidade é muito grande, mas ao momento em que se determina um referencial teórico, pode-se criar uma venda em nossos olhos, dificultando assim, o historiador de trabalhar com liberdade nos dados levantados.

As discussões são enormes acerca de ser ou não ser a história uma ciência. Isto é muito desgastante em uma pesquisa, pois se detiver nestes interesses pode-se estar deixando de lado o objeto importante de nossa pesquisa, que é a busca de resgatar a verdade sobre o tema determinado, mesmo que seja uma busca exaustiva.

> As teorias, enquanto, percepções de conhecimento da realidade, compõem-se de conceitos. No entanto, relembramos que esses, como abstrações intelectuais, não são regras de validade universal. Ao contrário, devem ser construídos e servirem de ferramentas intelectuais tanto na construção do conhecimento histórico, isto é, na prática da pesquisa geradora do saber, quanto na elaboração do discurso histórico resultante da investigação. O conceito, enquanto construção abstrata da forma de representar a realidade, é sempre relativo, provisório; muda conforme for o historiador e conforme a posição, o lugar em que se situa a ciência e sua produção.[11]

O estudo que tem como objeto a estância de La Cruz está inserido na linha de pesquisa Política e Estado, do Curso de Mestrado em História da Universidade Federal de Pelotas. A linha congrega a discussão da História Política sustentada no pluralismo

[9] Ver ideia completa em VEYNE, 1998.
[10] FÉLIX, 1998, p. 76
[11] FÉLIX, 1998, p. 85.

teórico-metodológico, tendo por horizonte tentativas de reflexões e definições de distintos fenômenos, eventos e processos históricos considerando as ideias e as práticas de aproximação ou distanciamento (o sentido da fronteira conceitual), bem como as ideias e práticas de caracterização ou categorização (o sentido da identidade conceitual). A linha tem por objetivos preferenciais as relações de poder, a dominação, a dimensão do público, o Estado, a sociedade, a exclusão, o pensamento político, o território, as políticas econômicas, as instituições, os fenômenos de migração e o espaço.

A história política existe desde que existe a história, entralaçando-se as duas num dueto raramente desfeito, desde a Antiguidade clássica. Durante dois mil anos, a história respondeu a demandas que lhe vinham das sociedades, depois da Grécia, respondeu sucessivamente ao patriotismo Imperial romano, ao espírito guerreiro da nobreza feudal, aos interesses da Igreja Católica, ao culto da monarquia nos tempos modernos e, finalmente, no século XIX, ao nacionalismo – França e Inglaterra principalmente. Em todo este percurso, ela permaneceu narrativa, factual, conservando seu primado histórico grandemente identificado com o poder político.[12]

A historiografia brasileira sofreu profundas influências, principalmente por parte da historiografia francesa. Assim também como o fato da mesma ter nascido e ter sido produzida inicialmente no Instituto Histórico e Geográfico, onde seus historiadores desempenharam funções em órgãos governamentais, advindo daí o direcionamento para uma nação a ser identificada como "civilização branca e européia" e a negação outras identidades distintas. Percebe-se então a forte relação entre o poder e história.

Em seu texto, Vavy Pacheco Borges destaca: "Hoje em dia, uma tendência iniciada nos anos setenta parece atingir seu auge: fala-se muito em um retorno da história política".

Loiva Otero Felix, em seu texto: *A História Política Hoje*: Novas Abordagens, cita René Remond:

> Outrora no século XIX ou no início do XX, a chamada história política desfrutou de um prestígio inigualado, exercendo um império e uma hegemonia sobre o resto da disciplina, a profunda renovação que atingiu a França, se fez, de modo geral contra ela. De certa forma, a história política passou a ser

[12] Ver mais em BORGES, 1992.

> denunciada como um contra-exemplo. Ela reunia todos os defeitos contra os quais a nova geração de historiadores desejava definir-se, reagindo a uma negligência demasiado prolongada dos historiadores mais velhos frente as novas realidades não menos importantes, entre elas o trabalho, as relações sociais, a economia[13].

Uma questão chama a atenção: Como a história política, até então referência na historiografia, extremamente preocupada em narrativa epopeia, fabricação de heróis, fazendo referência a datas, passa ser tratada repentinamente como um contra-exemplo? O que teria precipitado tal mudança na historiografia principalmente européia?

A supervalorização do político começou, a partir do séc. XX, a ser criticada pelos históriadores e nasceram novas posturas e propostas sobre a História Política, abrindo espaço para o econômico e o social. Deixou-se de pensar no fato político isolado e iniciou-se a pensar em uma história "total" ou "global", buscando-se entender as estruturas do processo, interligando os fenômenos com o resto. A Nova História Política adveio de algumas transformações e chegou a outro nível, outra instância, com um tom crítico que deu espaço a todos os grupos e indivíduos, valorizando como protagonista o todo.

As páginas desse trabalho abordam uma história política a partir do estudo da organização política da estância e redução de La Cruz relacionando com atores, instituições e fenômenos que estavam envolvidos. Assim, sobre doutrinas e práticas de geopolítica que traçaram territórios movimentaram-se as linhas dos mapas. Nesse trabalho enxerga-se a estância e a redução com suas particularidades e todas as camadas que trilham o caminho da sua fundação e vivência. Buscou-se discutir algumas instituições formais e informais do Antigo Regime e suas organizações, uma vez que, mesmo não fazendo parte diretamente do objeto de estudo, foram agentes de fatos e processos que tiveram implicações na aparentemente pouco significativa La Cruz, num canto do universo colonial europeu na América.

A Metodologia desse trabalho foi divida em três fases. Na primeira fase do processo metodológico, foi feita a heurística (seleção das fontes), onde foram mapeadas as fontes para executar o processo de garimpagem, que é o procedimento de coletar sistematicamente e classificar as fontes relevantes, além do exame do seu potencial

[13] REMOND, apud FELIX, 1998, p. 53.

informativo, relacionando com questionamentos históricos, com conceitos e com o estabelecimento de hipóteses.

> O documento é, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento que ele traz deve ser em primeiro lugar analisado desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resultado do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo.[14]

No segundo momento foi executada a crítica, que segundo Le Goff é o dever principal do historiador, onde foram examinados dados históricos sobre a verdade da ação humana no passado – as experiências – orientando-se sob os critérios de plausibilidade do potencial informativo das fontes. A crítica das fontes, com seu procedimento técnico, garante que se chegue próximo à plausibilidade da exposição histórica, que se assenta, por sua vez, sobre o conteúdo factual das histórias. A plausibilidade é fundamental e essencial para as pretensões racionais e científicas da história e, naturalmente, também para o seu prestígio cultural e institucional que está aí efetivamente relacionado.[15]

> Um dos procedimentos comuns a todos os historiadores, independentemente da corrente ou postura teórico-metodológica adotada, é a chamada crítica das fontes. Trata-se de uma série de cuidados que devem ser tomados com relação às fontes, antes do pesquisador passar a utilizá-las, efetivamente, como evidências ou argumentos em seu trabalho.[16]

A crítica caracteriza-se metodologicamente por dois processos: a crítica interna e externa das fontes, processo no qual foi garimpado as informações sobre o passado, com a tentativa de identificar sua veracidade através de um método crítico, já permeando por aí uma interpretação, com enfoque para o tema proposto.

---

[14] LE GOFF, 1994, p. 102.
[15] DIEHL, 2001, p.40.
[16] CAMARGO, 2012, p. 42.

A crítica interna analisa, então, a coerência do texto e questiona-se sobre sua compatibilidade com o que se conhece sobre documentos análogos. Essa crítica procede sempre por equiparações: ela seria totalmente impossível se fosse ignorado tudo de determinado período ou de um tipo de documento.[17]

A crítica interna se faz a partir do contexto em que a fonte foi criada, procurando compreender o meio que interfere em qualquer produção textual, desse modo "é imprescindível, assim, conhecer o ambiente cultural, econômico, político e social no qual a fonte foi produzida, para que se possa saber "até onde" determinado autor poderia ter conduzido seus argumentos"[18], verificar a origem da fonte para que se possa ter certeza de onde vem o documento, a honestidade intelectual e as intenções do autor para que se possa fazer uma leitura não superficial.

A questão de verificar em que ambiente a fonte foi produzida é de grande importância, pois nos arquivos que pesquisei encontrei fontes produzidas pelos jesuítas encarregados da administração das reduções e estâncias e também fontes produzidas pelos funcionários da coroa espanhola, bem como de cabildantes e também de caciques, viajantes e outros espanhóis. Portanto, se tem assim uma série de fontes produzidas com interesses diferenciados e fazem com que os historiadores tenham que tomar uma série de cuidado ao executar o processo de interpretação das mesmas.

> Eis o que é perfeitamente visível em cada etapa analisada pelos mestres do método crítico, Langlois e Seignobos, que estabelecem a distinção entre crítica externa e crítica interna. A primeira incide sobre os caracteres materiais do documento: o papel, tinta, escrita e marcas particulares que o acompanham. Por sua vez, a crítica interna refere-se á coerência do texto, por exemplo, a compatibilidade entre sua data e os fatos mencionados.[19]

A crítica externa é realizada para verificar a legitimidade da fonte, para isso é preciso conhecer bem as fontes, todos os seus detalhes, examinando o papel, a tinta e até mesmo a letra do autor, fazendo comparações com outros documentos do mesmo período, os termos se são ou não usados na época em que a fonte foi erigida, pois como

[17] PROST, 2008, p.58.
[18] CAMARGO, 2012, p. 45.
[19] PROST, 2008, p. 57.

todos sabem, existem muitas fontes forjadas, e mesmo sendo estás falsas é importante identificá-las, pois podem dar ideia do que querem esconder.

As questões referentes à legitimidade das fontes é uma tarefa muito difícil para o historiador, por exemplo, no Archivo General de La Nacion encontrei uma grande quantidade de fontes do período de minha pesquisa sem assinaturas, faltando partes, com uma parte pré-impressa e outra preenchida por caneta-tinteiro, difíceis ou quase impossíveis de serem lidas, ou até mesmo a utilização de abreviaturas sem coerência, também estatísticas de quantidade de indígenas nas reduções, em que se tem documentos em duplicidade com quantidades diferentes da mesma época.

A autenticidade das fontes, a sua análise correta, a seleção dos fatos individuais relevantes, em todas essas tarefas do método revela-se uma idéia de verdade que não está garantida de antemão, na qual a verdade mesma é resultado de operação e atitudes específicas do historiador. Ela não se entregaria imediatamente, tendo de ser obtida, arrancada dos dados quase como uma confissão.[20]

No terceiro momento foi usada a hermenêutica, é o processo de interpretação que o historiador executa sobre as fontes, como fazer uma leitura adequada dos documentos de época, operação da pesquisa histórica que une a intersubjetividade testável com a dimensão do tempo. Este momento é a primeira condição para se elevar os dados coletados à condição de fatos históricos, onde "a identidade associa-se também aos espaços, onde está fixada a lembrança de lugares e objetos presentes nas memórias, como organizadores de referenciais identitários".[21]

> A pesquisa histórica arranca no espaço de uma estratégia hermenêutica um novo saber histórico das fontes, principalmente em termos de tradições culturais. Os restos do passado e os fragmentos isolados poderão ser relacionados com essas tradições pelo processo que as torna compreensíveis[22]

A estratégica de pesquisa histórica hermenêutica é justamente fazer com que o historiador encontre o novo saber histórico das fontes, o sentido do documento, é "aquela que define a prática de, à luz das fontes e de um conhecimento do contexto da época, extrair significados, mensagens ocultas (e ocultadas) e sentidos dos fatos,

[20] PINSKY, 2010, p. 292.
[21] FÉLIX, 1998, p. 42.
[22] DIEHL, 2001, p.48.

processos ou fenômenos históricos."[23] Portanto, esse é o momento que o historiador interpretará suas fontes a partir de uma leitura adequada levando sempre em consideração a época em que esta foi escrita bem como as intenções do autor.

É importante para o historiador que, ao iniciar o momento chamado de hermenêutica, ele tenha a compreensão do contexto de sua pesquisa. Ou seja, que entenda os acontecimentos das várias partes envolvidas, para que se possa ao estar trabalhando com as fontes fazer todas as perguntas que nos levem a níveis de reflexões subjetivas, sempre considerando o tempo em que elas foram escritas, e o que os indivíduos que as escreveram quiseram nos dizer. Deve-se levar em conta que esta pesquisa necessitou de muita habilidade para ler estas fontes, por terem sido escritas no século XVIII e XIX, além de, em certos momentos, conta-se somente com as fontes escritas pelos jesuítas, o que significa que não se tem a visão dos indígenas perante os fatos acontecidos.

Segundo Becker[24], existe uma dificuldade muito grande em trabalhar povos primitivos por falta de documentações e também por estarmos sujeitos à análise com base nas documentações dos colonizadores, o que induz à possibilidade de executar aproximações ao tema partindo da utilização de referenciais mais antropológicos.

No decorrer desse trabalho estive acompanhada, indiretamente, por vários autores, através das suas obras bibliográficas, que contribuíram para a evolução do conhecimento histórico. Foram longas conversas que despertaram novos pontos de interrogação, trouxeram respostas ao longo do caminho e influenciaram no diferencial desse trabalho. A História das Missões na América Espanhola vem sendo contemplada, ao longo dos tempos, com diversas obras de historiadores de diferentes nacionalidades, que elucidam questões, trazem novas abordagens e provocam novas investigações. Entre esses citarei alguns que me entusiasmaram sobre o tema central desse trabalho, principalmente pela ausência de pesquisas sobre estâncias missioneiras e por forneceram ferramentas para chegar ao eixo.

Foram especialmente inspiradores para a constituição do trabalho a obras a seguir listadas.

---

[23] CAMARGO, 2012, p. 60.
[24] BECKER, 1982, p. IV.

Nicholas P. Cushner em *Jesuit Ranches and the Agrarian Development of Colonial Argentina 1650-1767* (1983) examinou o desenvolvimento agropastoril da Argentina colonial, primeiramente Tucumán, suas fazendas, ranchos e suas conexões de troca com o Alto Peru. Apresentou as complexidades dos empreendimentos econômicos das fazendas e ranchos que faziam parte de uma unidade, porém tinham suas especificidades, e as rotas comerciais que ligavam a outras grandes regiões demográficas. Como plano geral do livro o autor traz um breve resumo dos maiores componentes geográficos que serviu como pano de fundo para os capítulos sobre a aquisição e uso da terra. Estruturas físicas feitas pelo homem e empreendimentos específicos, especialmente a criação de mulas e gado, são seguidos por capítulos sobre trabalho e implicações financeiras.

Em *Religión y poder em las misiones de guaraníes* (2009), Guillermo Wilde a partir de uma série de situações locais, do século XVII até meados do século XIX, no espaço em que se encontravam os povos missioneiros apresenta o processo histórico de formação de uma comunidade heterogênea, das missões de guaranis e os mecanismos simbólicos por meio dos quais atualizaram seus limites durante os séculos e também o modo dos indígenas, em particular os líderes guaranis missioneiros interferiram nesse processo, interagindo com outros setores da sociedade colonial.

Para tratar de espaço e definição dos limites do território missioneiro contei com o trabalho de Norberto Levinton em *El espacio jesuítico-guaraní: La formación de una región cultura* (2009) que destaca o conceito de região cultural como essência da macro-região missioneira. Esclarece como a região cultural foi organizada em funções de aproveitamento dos recursos naturais e como a divisão dos povos deu origem a formação de sub-regiões baseadas na existência histórica das chamadas Províncias do Paraná e do Uruguai.

De acordo com isso completei algumas ideias com Eduardo Neumann em *Fronteira e identidade: confrontos luso-guarani na Banda Oriental 1680-1757* (2000) que enfatiza as condições fronteiriças das reduções de guaranis administradas por Jesuítas no Paraguai colonial. Chamando atenção para as rivalidades existentes nas tropas missioneiras e a frente lusitana principalmente na banda oriental e a convivência inter-étnica, que possibilitou que os guaranis reelaborassem uma nova maneira de perceber seu opositor e de reafirmar sua própria identidade.

Seguinte essa linha, Lía Quarleri em *Rebelión y Guerra en las Fronteras del Plata: guaraníes, jesuitas e imperios coloniales* (2009), explora a participação dos guaranis em alguns fatos, atentando para a diversidade de atitudes e posturas, as práticas e comportamentos desapegados, os sentidos das atribuições a suas ações e ideias expressadas como bases argumentativas e de resistências. A autora permite que se possa entender a integração dos guaranis com os outros atores envolvidos, além das transformações das ações, concepções, motivações e interesses durante o episódio abordado. Esclarecendo conflitos e suas compreensões e interpretações dentro de uma dimensão histórica, política, econômica e simbólica mais ampla, partindo do pressuposto que os eventos convulsivos da década de 1750 condensaram um conjunto de determinantes históricos e influências culturais associadas com a dinâmica regional e com o desempenho dos guaranis na configuração das relações coloniais cruzadas por múltiplas e flexíveis fronteiras.

O Malón de 1801: a Guerra das Laranjas e suas implicações na América Meridional (2001), de Fernando Camargo mostra o quanto foi tensa as disputas entre os grupos que estavam na América bem como as disputas territoriais entre Portugueses e Espanhóis, e dentro deste contexto esta obra contribuiu para a dissertação, permitindo o entendimento dos fatos que estavam ocorrendo na América Meridional e na Europa. A metodologia que o autor usou quando da utilização de suas fontes documentais com a perfeita interlocução com as bibliografias permite vislumbrar uma narrativa altamente qualificada como o próprio autor diz uma analise historiográfica como função de contraponto necessário. A obra trata da guerra das laranjas e suas implicações na América Meridional, uma guerra que se encerrou com muito teatro e pouca luta com o Tratado de Badajós. O livro não aborda apenas a guerra, mas avança sobre a questão platina onde ocorreram acontecimentos importantes nas definições dos limites das fronteiras luso-espanholas discutindo as ações de atores como Borges do Canto que juntamente com alguns voluntários acabam atacando as guarnições espanholas nas missões orientais, estes acontecimentos são importantes para entender o período pós 1801, onde se acelerou a reorganização do antigo espaço das estâncias e reduções missioneiras.

Dessa maneira, foi relacionando as bibliografias e as fontes documentais, que encontrei muitas informações, verdadeiras ou falsas, em um tempo de investigação que me transportava do presente para o passado, e vice versa, no qual continuamente

despertava a minha imaginação narrativa. A aproximação e o distanciamento no espaço e no tempo foram constantes a partir da leitura e escrita. Assim foram esses alguns dos aspectos que possibilitaram um suporte para apresentação de uma nova visão das estâncias e principalmente da estância de La Cruz para a historiografia, no qual novas definições foram apresentadas e a partir desse estudo outras ainda serão.

Ao fim, cabe uma questão: porque levar a cabo essa pesquisa?

O ofício do historiador é a interpretação e a análise dos fenômenos que constituem o universo comumente denominado de histórico: em outras palavras, o passado humano. Portanto, a construção deste trabalho contribuirá para a sociedade, tendo vistas a elucidar sobre a memória da formação e a discussão sobre as estâncias missioneiras no período de 1629 a 1828. Não apenas para as comunidades que hoje vivem nos locais da memória dos fenômenos a serem estudados, ou as comunidades que, eventualmente, sejam culturalmente herdeiras dos agentes individuais e coletivos que compuseram aqueles cenários, mas também para toda a humanidade, na medida em que o esclarecimento e a argumentação em torno das questões pontuais podem, desde que feita a devida vinculação, proporcionar luzes sobre questões mais de fundo, de natureza teórico-filosófica, inclusive, acerca do agir e do pensar humano. Portanto, a construção desta dissertação com esta temática de estâncias missioneiras é de grande importância para o conhecimento geral e particular da história.

A relevância desse trabalho reside, igualmente, na possibilidade de dialogar criticamente com bibliografias e linhas interpretativas oriundas do Brasil, da Argentina e do Uruguai, assim como de Portugal e da Espanha, levando em conta as argumentações utilizadas pelos autores, classificando-as, tipificando-as.

Outra questão seria a do ineditismo desse trabalho, pois a pesquisa foi centrada em dois pontos importantes: o primeiro, no sentido de que a análise efetuada está centrada na estância e não na redução, que já tem sido debatida e pesquisada por muitos pesquisadores que colocam a redução em primeiro plano, enquanto essa pesquisa está colocando a estância como prioridade; e o segundo ponto é a escassez de trabalhos relacionados a estâncias jesuíticas, em especial a de La Cruz. Busco, desta forma, proporcionar uma inovação.

CAPÍTULO I

A ADMINISTRAÇÃO ESPANHOLA NA AMÉRICA

Com o incentivo das incursões marítimas do século XV, ficariam nítidas as intenções dos povos ibéricos para os séculos posteriores. Situações e empenhos começaram a ser efetuadas pelas coroas Ibéricas a fim de satisfazer o reconhecimento territorial de novos espaços. A assinatura do Tratado de Tordesilhas teoricamente era um acordo de limites, porém na prática foi diferente, pois não houve necessariamente uma delimitação entre as coroas ibéricas no novo território conquistado, no entanto, possibilitou o início de um processo geopolítico que começou a tomar forma além de ter sido também o suporte jurídico do sistema colonial.[25]

> A descoberta da América, ou melhor, a dos americanos, é sem duvida o encontro mais surpreendente de nossa história. Na "descoberta" dos outros continentes e dos outros homens não existe, realmente, este sentimento radical de estranheza. Os europeus nunca ignoraram totalmente a existência da África, ou da Índia, ou da China, sua lembrança esteve sempre presente, desde as origens.[26]

A surpresa dos Europeus quando da descoberta da América foi ter se deparado com a imagem do "outro", este encontro provocou uma inquietação e, ao mesmo tempo, algo único, pois identificaram uma sociedade que mantinha uma estrutura social que envolvia aspectos culturais distintos, repletos de crenças, costumes, valores completamente diferentes ao que conheciam, porém, o interessante naquele momento foi a observação acerca do uso do poder e da força entre os povos, já que se tratava de povos completamente diferentes, que nem sempre mantinham boas relações entre si.

A Europa estava passando por várias transformações, onde ideias novas se formavam, ao mesmo passo que várias coisas até então consideradas como ideais começavam a ser duramente criticadas. Isto aconteceu no mesmo período em que a

[25] CAMARGO, 2001, p. 28.
[26] TODOROV, 1999, p. 06.

América estava sendo conquistada. No mundo europeu de então (século XVI), essa fase foi chamada de Renascimento. Esta foi marcada por um processo de desenvolvimento da civilização urbana e do comércio devido ao aumento do consumo, que proporcionou o crescimento da indústria manufatureira.

> El descubrimiento de América abrió horizontes amplios a su ambición de labrarse una fortuna propia que les permitiese salir rápidamente, aun a costa de los mayores riesgos, del estado de inferioridad económica en que vivían, y ello les impulsó a enrolarse en las huestes de la conquista.[27]

O Renascimento, na Europa, proporcionou conflitos latentes entre elementos importantes tais como a Igreja, os Reis e vários pensadores da época[28]. Grandes discussões seriam marcadas pela contestação do poder e da influência que a igreja, não apenas através de seu pontífice, exercia sobre os reis, levando em conta que novas concepções sociais, econômicas e culturais surgiam, provocando uma série de transformações. Dessa maneira, como indica Châtelet:

> Na época das grandes transformações do Renascimento, e no momento em que se afirmam ao mesmo tempo as realidades nacionais e o poder do Estado, a Reforma – com Lutero, Münzer e Calvino – abre com vigor particular um importante capítulo do pensamento político moderno: o das relações entre comunidades religiosas e o Estado convertido em potência laica, capítulo que é freqüentemente, ao mesmo tempo, o das relações exigências morais e necessidade política[29].

Ao iniciarem a ocupação do Novo Mundo, os espanhóis criaram órgãos administrativos para que pudessem governar, administrar e ocupar, com maior rapidez a os novos territórios, sempre lembrando que este espaço já era ocupado por uma população distinta. No princípio, porém, eram poucas as instituições e cargos criados que, com o crescimento observado na colônia devido à expansão do território, aquelas

---

[27] OTS CAPDEQUI, 1946, p. 27.

[28] "Se o século XVII havia sido cartesiano e metafísico, a época do Marquês de Pombal gerou não apenas novas realidades sociais e econômicas, bem como realizações culturais importantes, mas igualmente outras concepções de mundo. Os intelectuais da ilustração condenavam a estreiteza da fé e afirmaram que somente as luzes da razão natural seriam capazes de conduzir os homens á sabedoria e a ciência, em que uma nova sociedade estruturada a partir do absolutismo esclarecido e do jusnaturalismo, bem como por um racionalismo empirista. As especulações metafísicas sobre a essência do mundo deveriam ser substituídas pela universalidade da ciência e por um racionalismo empirista." KERN, 2006, p. 233-236.

[29] CHÂTELET, 1985, p. 43.

aumentaram e se especializaram. Dessa maneira, objetivava-se responder a todos os anseios da coroa espanhola para com a América.

O Rei, teoricamente, detinha poder absoluto, uma figura que representava a suprema autoridade, tanto política, social, quanto econômica. Ele era legitimado por direito divino, assim, tanto na Espanha quanto nas colônias espanholas, a vontade do Rei era lei.

Para Bobbio a "formação do Estado absoluto ocorreu através de um duplo processo paralelo de concentração e de centralização do poder num determinado território". Nesse sentido, o autor também destaca que:

> Por concentração, entende-se aquele processo pelo qual os poderes através dos quais se exerce a soberania – o poder de ditar leis válidas para toda a coletividade (a tal ponto que os costumes são considerados direito válido apenas na medida em que, por uma ficção jurídica, presumem-se acolhidos ou tolerados pelo rei que não os cancelou expressamente), o poder jurisdicional, o poder de usar a força no interior e no exterior com exclusividade, enfim o poder de impor tributos, - são atribuídos de direito ao soberano pelos legistas e exercidos de fato pelo rei e pelos funcionários dele diretamente dependentes. Por centralização, entende-se o processo de eliminação ou de exaustoração de ordenamentos jurídicos inferiores, como as cidades, as corporações, as sociedades particulares, que apenas sobrevivem não mais como ordenamentos originários e autônomos, mas como ordenamentos derivados de uma autorização ou da tolerância do poder central.[30]

Em 1524[31], foi instituído o Conselho das Índias, setor do governo formado por conselheiros que elaboravam leis para a América Espanhola e nomeavam funcionários coloniais. Ele funcionava como uma agência suprema para resolver os assuntos da colônia. Desse modo, fica explícito que era um governo que manejava seus interesses à distância, tentando controlar as inúmeras questões inerentes ao Estado a partir de órgãos administrativos teoricamente capacitados para isso.

---

[30] BOBBIO, 1987, p. 115.

[31] "El investigador alemán profesor Schäfer, aceptando las noticias de Solórzano, admite como fecha definitiva de su creación la de 1 de agosto de 1524. Con anterioridad a esta fecha, había sido confiado el estudio y resolución de los asuntos de Indias a algunos miembros del Consejo de Castilla. Ya en 14 de septiembre de 1519 se había creado, dentro de este Consejo de Castilla, una Sección especial para conocer de los asuntos indianos." OTS CAPDEQUI, 1946, p. 73.

O Real e Supremo Conselho das Índias foi um dos órgãos mais importantes da administração colonial, com a função de assessorar o Rei nos assuntos referentes à colônia e também de executar a vontade real nesses assuntos. Neste órgão resolviam-se questões de nível legislativo, executivo e também judiciário, funcionando como tribunal superior para resolver as questões coloniais, fornecendo: "o mecanismo formal para garantir que os negócios das Índias fossem trazidos regularmente à atenção do monarca e que a vontade do monarca, corporificada em leis, decretos e instituições, fosse devidamente transmitidas às suas possessões americanas"[32].

> La organización y atribuciones – muy amplias – del Consejo de Indias se presenta con gran indeterminación en los primeros tiempos y se va precisando a lo largo de la primera mitad del siglo XVI. En sus manos estuvo todo el gobierno político y administrativo de los territorios de las indias: Jurisdicción civil y criminal en última instancia; nombramiento de funcionarios; presentación de prelados; aprestos de flota; expediciones de descubrimientos; hacienda colonial; tratamiento de los indios. Pero todo ello con subordinación efectiva a la alta autoridad de los monarcas, que en tiempos de Felipe II se acuso con una intervención personal constante, reservada y cautelosa.[33]

O Conselho das Índias era o órgão administrativo que mais concentrava os poderes do império colonial hispânico. Com imenso controle do sistema colonial, legalizava as decisões da monarquia e tinha jurisdição sobre a organização administrativa colonial. "Suas decisões correspondentes aos negócios de guerra e paz [sic], civis, militares, eclesiásticos ou criminais, impunham-se aos Vice-reinados, Audiências ou Governos Províncias, vigiando a conduta das autoridades administrativas locais e exigindo-lhes responsabilidade por excessos ou negligências ao término de seus mandatos"[34]. Assim, tinha autoridade e independência, com respeito aos outros órgãos do governo para resolver vários assuntos coloniais.

A partir de 1571 houve a necessidade de reorganizar a administração para isso criaram-se algumas juntas que passaram a funcionar divididas em setores. Cada junta tinha sua função especifica, controlando questões sociais, econômicas e políticas dentro

[32] ELLIOTT, 1997, p. 286.
[33] OTS CAPDEQUI, 1946, p. 73 e 74.
[34] KERN, 1982, p. 21. Fernando Camargo afirma que, contrariamente ao exposto por KERN, os assuntos de Guerra e de Paz não eram jurisdição do Conselho de Indias, apontando como fonte os fundos documentais dos arquivos espanhóis.

de um governo centralizado. Segundo Ots Capdequi "En 1575 se creó la Junta de Hacienda de Indias, y en 1579 la Junta de Guerra."[35]

A Casa de Contratação[36] foi um órgão administrativo do governo com poder político para controlar o comércio, impostos e coibir o contrabando, além de organizar expedições. Era uma agência que dirigia uma das partes mais importantes da administração que ligava a América ao governo espanhol, expandindo estudos geográficos e auxiliando no desenvolvimento do comércio e da própria navegação da época, assim:

> Supervisionava as relações marítimas e comerciais entre as Índias e a Metrópole, estando também encarregada da organização e da proteção dos comboios que eram enviados à América, inclusive dos que traziam os jesuítas, bem como velava sobre taxas e impostos reais a serem cobrados do comércio colonial. Sob seu controle passava a bagagem dos Padres Procuradores da Província Jesuítica do Paraguai que voltavam com uma nova leva de missionários para o Prata. Colocada sob a alçado do Conselho das Índias, tornou-se um organismo mais e mais complexo, principalmente com a criação do cargo de Presidente do Tribunal da Casa de Contratação, encarregado de assegurar a coordenação desta instituição com o Conselho das Índias[37].

Depois, de acordo com sua própria necessidade, aumentaram-se os cargos e as respectivas funções, continuando subordinada ao Conselho das Índias, mesmo tendo sido criada anteriormente a este. Ots Capdequi, por exemplo, afirma que:

> Esta casa de la Contratación fué, al propio tiempo que el organismo rector del comercio con las Indias, una institución de gobierno con atribuciones políticas –singularmente en el orden fiscal-, una pieza importante en la esfera de la administración de justicia y un factor poderoso para el estudio de la geografía americana y de la ciencia náutica de La época. En sus comienzos sólo formaron parte de la Casa la Contratación un Factor, un Tesorero y un Escribano-Contador[38].

---

[35] OTS CAPDEQUI, 1946, p. 74.

[36] "Tratándose de un Imperio mercantilista, la prioridad de las relaciones económicas se manifiesta también en la organización institucional, de ahí que el primer órgano creado fuera la Casa de la Contratación (1503), anterior en bastantes años a los primeros organismos de gobierno implantados tanto en América como en la propia metrópoli." LAVIANA CUETOS, 1996, p. 86.

[37] KERN, 1982, p. 20-21.

[38] OTS CAPDEQUI, 1946, p. 72.

Outro órgão importante dentro das linhas comerciais foi o Consulado das Índias, que era um tribunal direcionado para as causas comerciais com as colônias. Foi criado aproximadamente em 1518, com profundas ligações com a Casa de Contratação. No entanto, mais tarde outros Consulados foram criados em Sevilha, Lima, Buenos Aires, entre outros lugares, o que aponta que, aos poucos, os primeiros órgãos implantados foram se proliferando para uma melhor organização administrativa do território e das finanças. Em suma, do próprio Estado que se consolidava como potência ultramarina.

Os Vice-Reinados[39] foram criados, num primeiro momento, com funções de Estado, sobretudo em questões relacionadas ao poder judicial. Nas colônias, os vice-reinados foram a representação máxima da coroa espanhola. Sua criação e implantação, de acordo com Laviana Cuetos:

> Fue un proceso presidido siempre por la afán centralizador y autoritario de la Corona, pero limitado por la propia distancia y la lentitud de las comunicaciones, que impusieron la adopción generalizada en América de la fórmula castellana de se obedece, pero no se cumple, con la que se pretendió dar cierta flexibilidad al sistema, armonizando la tendencia unificadora de la creciente diversificación de las colonias.[40]

Devido às distâncias entre o reino e a colônia, e mesmo dentro dos vice-reinados, sua atuação geralmente era prejudicada, pois muitas vezes "suas mãos estavam atadas desde o início pelas instruções que recebera do rei na hora da nomeação, e estava sempre recebendo novas ordens de Madri, muitas delas totalmente inaplicáveis à situação em que se encontrava"[41]. Por isso, havia a necessidade, em certos momentos, de tomar decisões próprias e de urgência, assumindo assim uma prerrogativa do poder absoluto em sua esfera de administração. Com referência ao tempo dos mandatos de cada vice-rei, "Su nombramiento fué vitalicio en los primeros tiempos. Luego se fijó el plazo de tres años, que gradualmente se extendió hasta cinco"[42].

---

[39] "Los dos primeros grandes virreinatos, el de Nueva España y del Perú, se crearon en el siglo XVI, cuando ya de la complejidad del nuevo mundo incorporado a La Corona castellana. En el siglo XVIII se crearon los virreinatos de Nueva Granada y del Río de la Plata, ya gobernación de una demarcación territorial tan vasta." OTS CAPDEQUI, 1946, p. 66.
[40] LAVIANA CUETOS, 1996, p. 86.
[41] ELLIOTT, 1997, p. 292.
[42] OTS CAPDEQUI, 1946, p. 67.

No primeiro momento a monarquia era representada na América pelos vice-reis que eram funcionários de total confiança da coroa, responsáveis por várias atribuições coloniais, entretanto todo seu amplo poder aos poucos foi sendo limitado, não apenas por ter que informar todas as suas decisões ao monarca, mas devido ao aumento de complexidade e regulamentação da administração colonial espanhola[43].

Os *adelantados*, cargo público de "matriz privada"[44], também possuíam funções militares, visando ampliar o domínio espanhol além de administrar e defender lugares longínquos. Ots Capdequi, afirma que: “En Las Indias se hace difícil puntualizar las atribuciones peculiares de los adelantados, porque de ordinario todo adelantado era al propio tiempo gobernador. Con un carácter o con otro, se les ve ejerciendo el gobierno político y administrativo, con facultades también de naturaleza y jurisdiccional.”[45]

Subordinados aos vice-reis encontravam-se os capitães-generais, com funções relacionadas às questões político-militares, sendo encarregados da proteção do espaço para o qual foi designado, bem como de manter a ordem civil, de caráter governamental, já que também gozavam de poder administrativo e judicial. Havia ainda os governadores, com responsabilidades sob a jurisdição de partes do espaço geográfico do vice-reinado: as governações.

Os governadores tinham relações políticas com os jesuítas, escolhiam e nomeavam alguns cargos da hierarquia local da Companhia de Jesus, assim era através dos jesuítas que aplicavam seus poderes sob os índios. “A mesma coisa acontecia com as missões das outras ordens religiosas e mesmo com os 'Pueblos de Índios' encomendados. Destes últimos era o governador, igualmente, a autoridade suprema e dele e do Cura dependia a nomeação do administrador leigo indicado pelas autoridades religiosas locais. Sua autoridade permanecia legalmente ativa e reavivava-se através das Visitas”[46].

Outro cargo não menos importante dentro do sistema administrativo da América espanhola foram os *corregidores,* também conhecidos como *alcaldes mayores*.

[43] KERN, 1982, p. 23.
[44] Concessão real para exploração de territórios desconhecidos ou ainda não conquistados.
[45] OTS CAPDEQUI, 1946, p. 63.
[46] KERN, 1982, p. 27.

Estes eram representantes do poder local, executavam alguns deveres de caráter judicial e eram subordinados aos governadores da região. Alguns *corrigedores* eram indicados pela coroa e outros pelos vice-reis, "sua base de jurisdição tinha como base uma cidade ou vila, mas estendia-se – como aconteceu na própria Castela – à região rural próxima, de modo que os *corregimientos* eram basicamente grandes distritos com um centro urbano"[47].

Já a partir de 1511 criaram-se as primeiras "audiências", órgãos administrativos reais, consideradas como tribunais superiores de justiça, pois representavam o Rei na administração judiciária. Eram formadas por juízes espanhóis e suas sessões, desde que autorizadas, eram realizadas pelo Vice-Rei ou Capitão-general, porém os acordos que ficassem estabelecidos nas audiências só podiam ser anulados pelo Conselho das Índias. Como assevera Ots Capdequi neste, sentido, as audiências:

> Fueron fundamentalmente órganos corporativos de la administración de justicia. Pero ejercieron al propio tiempo funciones de gobierno muy importantes, que en España no llegaron a desempeñar nunca. Actuando en corporación, como Reales Acuerdos, controlaron, en buena parte, las altas funciones de gobierno de los propios virreyes[48].

Desse modo nota-se que as audiências ocuparam um espaço predominante na burocracia do Império Colonial Hispano-Americano, responsável pelas ações mais importantes na estrutura administrativa do estado espanhol, sendo uma delas o controle e fiscalização de alguns dos mais importantes cargos administrativos, o que pode explicar a desconfiança dos reis em relação aos governadores e vice-reis, devido as grandes distâncias e a complexidade da comunicação, com isso as reais audiências tiveram na América funções diferentes que na Metrópole[49].

Os *cabildos* eram instituições formadas por um conjunto de pessoas que cuidavam da administração local, com deveres executivos, legislativos e judiciários, havendo uma divisão de responsabilidades entre os integrantes de tal órgão, através de cargos que possuíam funções específicas. Dentre estas, alguns zelavam pela ordem,

[47] ELLIOTT, 1997, p. 294.
[48] OTS CAPDEQUI, 1946, p.65.
[49] KERN, 1982, p. 25.

outras pela limpeza e segurança pública ou ainda outras funções, tentando resolver os problemas mais simples do cotidiano de cada lugar.

> En la legislación se distinguieron tres clases de poblaciones: ciudades metropolitanas, ciudades diocesanas o sufragáneas y villas o lugares. El Cabildo de las primeras estaba integrado por "doce Regidores, dos Fieles Executores, dos jurados de cada Parroquia, un Procurador General, un Mayordomo, uno de Minas y Registros, un Pregonero Mayor, un Corredor de Loja y dos Porteros". En las segundas, "ocho Registradores y los demás oficiales perpetuos". Para las villas y lugares: "Alcalde Ordinario, cuatro Registradores, un Alguacil, un Escribano de Concejo público y un Mayordomo" (Ley II, tít. VII, lib. IV de La Recopilación de 1680).[50]

Com relação aos demais órgãos administrativos, nota-se nos cabildos uma diferença, pois os membros que faziam parte do mesmo eram escolhidos pela comunidade local, sendo que nos demais órgãos administrativos, que faziam parte do sistema espanhol, os membros eram escolhidos pelo Rei ou pelo órgão administrativo superior, responsável pela respectiva nomeação de funcionários do governo. Isso foi muito importante na organização das missões jesuítico-guaranis.

> La estructura de gobierno se entrelazaba con la de justicia, en aplicación del principio vigente en la España de la época de que gobernar es imponer la justicia, de ahí que todos los funcionarios mencionados (virreyes, gobernadores, corregidores, alcaldes) tuvieran atribuciones judiciales. Del mismo modo las audiencias, a las que específicamente correspondía la administración de justicia al más alto nivel, en calidad de tribunales de apelación en sus distritos, tuvieron también funciones gubernativas, ya sea de asesoramiento o de gobierno, faceta que constituye su principal diferencia con respecto a las metropolitanas.[51]

Percebe-se que, na América espanhola foi se implantado um sistema administrativo muito bem estruturado, com vários órgãos administrativos que eram responsáveis pelo desenvolvimento da colônia e, também, por manter a ordem de tudo que pertencia ao Rei, o qual, mesmo não estando presente, recebia correspondências e relatórios dos representantes dos órgãos para informar o que estava se passando. Ele,

[50] OTS CAPDEQUI, 1946, p. 71.
[51] LAVIANA CUETOS, 1996, p. 93 - 94.

como autoridade máxima, conseguia gerenciar (na teoria) de longe, a partir do aparato administrativo, vastos territórios, demonstrando a força do poder do Estado absolutista.

O CATOLICISMO IBÉRICO

Com o início das viagens que proporcionaram a expansão dos domínios de vários reinos europeus, especialmente Portugal e Espanha, aliado ao atrelamento da Igreja Católica aos reis ibéricos, foi possível disseminar pelo mundo um enorme trabalho missionário. Esse movimento, cabe lembrar, caminhava lado a lado com a reforma que estava acontecendo na Igreja Católica desde o Concílio de Trento[52] e tinha como meta não perder fiéis. Atuando para expandir também a fé e a doutrina cristã, em todas as terras conquistadas na América, o missionário executou o processo de conversão do nativo ao cristianismo por meio da catequese, a fim de que pudesse submeter as comunidades indígenas ao poder monárquico e ao poder clerical, o primeiro representado pelas coroas ibéricas, e o segundo representado pela Igreja de Roma.

A implantação da doutrina cristã na América encontrava-se ainda relacionada ao pensamento, à ideologia, à cultura e aos costumes dos indivíduos do final da Idade Média. Diante disso, e também pela estreita relação mantida entre as coroas ibéricas com a Santa Sé, foi que: "na falta de um volume considerável de tropas militares espalhadas por todo o mundo colonial ibérico antes da segunda metade do século XVIII, foram os sacerdotes católicos que mantiveram a lealdade às coroas de Portugal e Castela das populações peninsulares, *criollas*, mestiças e indígenas".[53]

Deve-se destacar que "por concessão da Santa Sé, os reis, primeiro de Portugal, depois de Castela, gozavam de direito e poder nas novas terras. Deste modo, os monarcas se constituíam, além de chefes materiais também verdadeiros chefes espirituais por ordem e delegação de Roma"[54]. Portanto, entende-se que as autoridades designadas pela coroa espanhola para trabalhar nas instituições administrativas criadas para governar o Novo Mundo teriam autoridade também sobre a Igreja Católica na

[52] "Um dos mais importantes conclaves religiosos do Ocidente, o XVIII concílio ecumênico da Igreja Católica, reunido em Trento, Itália. Principal instrumento da Contra-Reforma, esse concílio durou de 1545 a 1563, sofrendo duas interrupções." AZEVEDO, 1999, p. 383.
[53] BOXER, 2007, p. 97.
[54] OLIVEIRA, 2006, p. 66.

América espanhola. Determinados funcionários foram encarregados de fazer a prestação de contas aos reis ibéricos e ao Papa, a partir de uma espécie de dupla autoridade na América. Com base nisso que inúmeros problemas ocorreriam no futuro, quando houve um crescimento vertiginoso do poder da Igreja Católica, tanto na esfera do próprio reino, quanto nas colônias.

Com a necessidade de imposição de uma religião nos territórios ocupados, é possível verificar que a tolerância não foi uma particularidade do mundo ibérico[55], pois era necessário, segundo o pensamento dos reis e do Papa, evangelizar através de imposição da doutrina cristã, a fim de aumentar o corpo da cristandade bem como os súditos dos Reis Católicos.

A partir do século XVII, após um esgotamento de lutas religiosas, juntamente com interesses políticos e econômicos, as ideias de tolerância começam a se desenvolver, assim "o tolerantismo era amiúde uma solução de compromisso nascida de considerações políticas ou econômicas de ordem prática, e não de sentimentos de tolerância"[56]. Enquanto que na América, num contexto diferente, a intolerância se fazia presente num espaço que começa a tomar forma, especialmente por meio da imposição a uma doutrina, bem como de uma cultura europeia, não deixando muitas opções para os nativos conquistados: aculturar-se ou rebelar-se.

Desse modo, com as conquistas de novos territórios, o cristianismo foi sendo imposto ao mesmo tempo em que as religiões praticadas pelos conquistados foram sendo legadas a outro plano. Criaram-se outros símbolos de representatividade, sincréticos ou não. Alguns costumes tiveram que ser deixados de lado, principalmente aqueles ligados a crenças que não eram bem vistas pela Igreja.

O catolicismo na América não estava vinculado diretamente ao Papa. Esta "íntima e inseparável relação entre cruz e coroa, trono e altar, religião e império, foi uma grande preocupação para os monarcas ministros e missionários" [57]. As relações se misturavam entre o poder material e espiritual, dando um caráter de bifrontalidade por

[55]"A Península Ibérica não ocupou lugar algum em toda a historiografia do tolerantismo. Para quase todos os historiadores do tolerantismo, e para os intelectuais do século XVIII, Espanha, Portugal e suas respectivas inquisições pareciam ser o próprio símbolo da intolerância, e, como esses países passaram para a condição de potências de segunda ou terceira categoria, apareciam na história do tolerantismo apenas como exemplos salutares dos ricos e custos da intolerância." SCHWARTZ, 2009, p. 20.
[56] SCHWARTZ, 2009, p. 22.
[57] BOXER, 2007, p. 97.

onde se ia conquistando e incorporando novos territórios sujeitos ao poder dos monarcas dos reinos ibéricos. Em outra frente, havia a igreja com seus clérigos, arrecadando novas almas fiéis para a sua fé.

> Catolicismo ibérico é uma conceituação para definir o tipo de catolicismo que se desenvolveu nos países de Portugal e Espanha. Trata-se, pois, de um tipo de religião que não estava vinculada diretamente ao Papa, mas aos reis destes países. Este tipo de relação ficou conhecido como Igreja de padroado.[58]

Mas não se pode esquecer que durante o período de conquista da América as coroas ibéricas tinham propósitos claros de ampliação de seus territórios para além-mar, contando desde o princípio com o catolicismo para tal empreitada. Este era parte integrante do propósito colonizador e empreendedor, pois a religião cristã e católica, na Europa, desempenhava um papel importante na vida dos homens e o mesmo se pretendia na América.

Dessa união entre a cruz e a coroa, foi criada a igreja de padroado, o padroado real, em português, e o patronato ou *patronazgo*, em espanhol. Ambos podem ser definidos "em geral como uma combinação de direitos, privilégios e deveres concedido pelo papado"[59] às coroas ibéricas, por estarem patrocinando esta expansão do cristianismo a partir da instalação das missões, das igrejas, dos colégios, dos seminários, do provimento de todas as necessidades para que os clérigos pudessem se manter no Novo Mundo.

Mora Mérida, por exemplo, asegura que os: "pocos clérigos que quedaron se alinearon con los españoles en las preocupaciones diarias por la subsistencia, problema fundamental de todo vecino paraguayo de la época, o se marcharon a las nuevas fundaciones que se estaban haciendo por aquellos años (Buenos Aires, Santa Fé, Corrientes, etc.)"[60], nos primeiros anos da segunda metade do século XVI.

Todas estas preocupações faziam parte da Igreja que tinha receio de perder espaço na Europa: questões relacionadas à política de expansão de outros países, aumento do protestantismo, possíveis invasões turcas pelo mediterrâneo, que seria uma perda para o catolicismo na Europa.

---

[58] OLIVEIRA, 2006, p. 66
[59] BOXER, 2007, p. 98.
[60] MORA MÉRIDA, 1976, p. 15 e 16.

Na América, a concessão desses privilégios para as coroas dotou-as de poderes importantes de controle sobre a Igreja Católica, o que representava muito para os monarcas, pois além de terem o poder monárquico, também desfrutavam do poder espiritual. Todavia, isto também pode ser entendido como um particularismo do catolicismo ibérico empreendido na América. Pode-se apontar em termos mais específicos o que os monarcas foram autorizados pelo Papa, mas sempre lembrando que isto não se aplica para os domínios desses mesmos soberanos na Europa.

> (a) Construir e permitir a construção de todas as catedrais, igrejas, conventos e ermidas no âmbito de seus respectivos padroados; (b) apresentar à Santa Sé uma pequena lista de candidatos adequados a todos os arcebispados, bispados e abadias, bem como encaminhar os postulantes a dignidades e cargos eclesiásticos de categoria inferior aos bispos pertinentes; (c) administrar as jurisdições e receitas eclesiásticas, e vetar bulas e breves papais que não fossem primeiramente autorizadas pela chancelaria das respectivas coroas. Esses privilégios significavam que, na pratica, todo sacerdote missionário, secular ou regular, somente podia aceitar sua nomeação sob a condição de ser aprovado pela coroa em questão, e ele dependia dela para seu sustento financeiro. O Estado monárquico, além disso, ganhou o direito de transferir, promover ou afastar os clérigos; de determinar os limites de suas jurisdições; de arbitrar os conflitos de jurisdição que porventura ocorressem entre membros do clero e o poder civil, e entre os próprios eclesiásticos.[61]

Com todas estas determinações, pode-se verificar que a Igreja Católica estava totalmente atrelada aos interesses das coroas ibéricas na América, transformando o clero colonial em funcionários assalariados do Estado monárquico, como qualquer outra instituição criada para conquistar, controlar e administrar as terras descobertas. É preciso anotar, contudo, que não se pode generalizar e afirmar que todos os clérigos aceitaram de maneira pacífica aquela situação, pois muitos se posicionaram contra. Entretanto, não era difícil para as coroas fazê-los afastarem-se de seus cargos e, até mesmo retornarem para a Europa. "Em outras palavras, a Igreja colonial estava sob o controle direto e imediato da coroa, exceto nas questões de doutrina e dogma."[62]

[61] BOXER, 2007, p. 99-100.
[62] BOXER, 2007, p. 100.

As autoridades de Roma questionavam estes privilégios, afirmando serem inconvenientes e dizendo serem subversores da autoridade papal. Ou seja, o Papa, mesmo sendo chefe supremo da Igreja deveria rever todas estas regalias atribuídas aos monarcas portugueses e espanhóis. O patronato real espanhol, contudo, perdurou até as guerras de independência e só após esse momento foi revertido.

Os Reis Católicos, Fernando e Isabel, de uma forma cautelosa, fizeram na América o que naquele momento não tinha como ser feito em Portugal e na Espanha. Houve a conservação de alguns princípios medievais relacionados diretamente com o plano ideológico, constituindo e alterando referências e imaginários. Já que se tratava de um espaço (geográfica e ideologicamente) que apresentava uma posição completamente distinta, com populações que tinham práticas religiosas desconhecidas aos europeus conquistadores, muitas referências e simbologias antigas foram aproveitadas ou toleradas para que os americanos compreendessem as noções europeias de mal e de bem. Sobre essa forma de sincretismo criado para a absorção do elemento indígena às crenças e cultura espanhola, Domingues destaca que:

> O reconhecimento de que as práticas religiosas já existentes entre esses povos não eram de todo incompatíveis com o cristianismo foi algo novo e que conflitou com a prática dos dominicanos e franciscanos. Enquanto esses consideravam os deuses astecas demônios e queriam pôr um fim às antigas religiões, os jesuítas e homens como Carlos Siguenza y Góngora consideravam-nos figuras históricas e queriam utilizá-los. O que orientava o missionarismo moderno dos jesuítas não era uma conversão que conduzisse ao reino de Deus ou ao fim do mundo nos moldes do milenarismo dos franciscanos no século XVI, mas sim que levasse ao movimento ascendente da historia universal.[63]

A visão apresentada pelos jesuítas com referência aos povos do Novo Mundo, de que suas práticas religiosas não seriam de todo incompatíveis com o cristianismo, pode ser considerado como algo conflitante, especialmente por ser o catolicismo da Península Ibérica baseado na Contra Reforma, ou seja, algo metódico, determinado, no qual a figura de Jesus Cristo apresenta-se como uma divindade, mas humana, que cedeu sua própria vida pela humanidade.

[63] DOMINGUES, 1997, p. 195.

A descoberta[64] da América ocorreu durante os processos de transição da Idade Média para a Moderna na Europa, por isso, compreender que a América já nasceu moderna, por vezes, torna-se confuso. No entanto, é preciso ter em mente que o catolicismo implantado nas colônias estava inserido em contextos e realidades completamente diferentes, "pois trata-se de uma cultura católica que não passou pela reforma nem separou claramente ciência de religião. Trata-se de sociedade nas quais, ainda hoje, encontramos uma cultura que está elaborando temas derivados de uma versão especial da Idade Média tardia e nas quais o espaço deixado para a demonstração empírica é relativamente estreito".[65]

[64] A expressão "descoberta" refere-se ao momento que os europeus iniciaram o processo de dominação pelo Novo Mundo.
[65] DOMINGUES, 1997, p. 196.

A COMPANHIA DE JESUS

A expulsão dos muçulmanos da Península ibérica, ao final do século XV, e a recuperação dos territórios, com o mesmo sistema utilizado nas cruzadas, trouxeram novos pensamentos acerca da interação entre o Estado e a Igreja. Ou seja, a fé poderia ser propagada para todos os lugares do mundo por meios militares, o Estado servindo à Igreja e vice-versa. E dessa forma se selaria uma união que perduraria por muito tempo.

Após a reconquista dos territórios "pode-se até mesmo afirmar, na linha de Américo de Castro, que os castelhanos participantes da Reconquista haviam absorvido de seus adversários muçulmanos algumas ideias e crenças, sobretudo, o messianismo religioso"[66]. Esta absorção de ideias não católicas motivou algumas atitudes no século XV, tais como a obrigatoriedade e assimilação do catolicismo nos reinos ibéricos. O processo ocorre aproximadamente em 1492, assim os judaizantes espanhóis tinham que escolher entre serem batizados cristãos ou ser expulsos por Fernando e Isabel. O mesmo acontece com os mouros em Castela no ano de 1520, e em Aragão em 1526.

> O surgimento do estado moderno exigia pelo menos a fachada de uniformidade de crença. Ao mesmo tempo, as idéias propostas por juristas italianos, a partir do século XIV, sobre a justificação secular do Estado, segundo as quais a autoridade do governo devia controlar todas as forças da sociedade, inclusive as eclesiásticas, obtinham crescente aceitação.[67]

Além de todas as questões referentes às dificuldades que a Igreja católica estava passando na Europa, com o crescimento de outras religiões e com a reforma,[68]

---

[66]BARNADAS, 1997, p. 521.
[67]BARNADAS, 1997, p. 521.
[68]"Nome pelo qual é designado o cisma ocorrido na Igreja Católica, durante a primeira metade do século XVI, em conseqüência do qual estabeleceu-se, de um lado, uma Igreja não-reformada e de outro um conjunto de Igrejas ditas protestantes bastante diferentes em relação ao dogma, à liturgia e à estrutura do catolicismo, prevalecendo, entretanto, como ponto comum, a não-aceitação da supremacia do papa. Esse movimento, extremamente complexo, teve suas origens nas condições políticas, sociais e mesmo econômicas da época, achando-se estreitamente vinculado ao Renascimento e, principalmente ao

após o início da conquista do Novo Mundo a Europa mostrou que as sociedades existentes na América tinham uma estrutura organizacional diferente e complexa, comparando-as com as Europeias. Isto gerou um desconforto, pois no primeiro momento a Igreja Católica não sabia como lidar com a situação social, política e econômica que o Novo Mundo apresentava. Fora isso, como registra Barnadas: "Além disso, suas estruturas religiosas estavam funcionalmente enraizadas na vida dessas sociedades. Somente depois que o horizonte geográfico e humano se descortinara de forma tão esmagadora é que a Igreja percebeu a dimensão da tarefa de evangelização que agora se exigia dela no Novo Mundo."[69] Assim, percebendo seu papel na nova sociedade que estava se formando e as possibilidades de ampliar a doutrina católica ao mesmo tempo que ampliava a submissão à monarquia.

Em 1534, Inácio de Loyola fundou, com outros estudantes, a Companhia de Jesus[70]. "A obra de Loyola tem um aspecto reformador, expresso em suas proposições de que os missionários deviam atuar como soldados de cristo dentro de uma Igreja Militante, na qual os cristãos se constroem na essência, e não na aparência, da Cristandade".[71] Mais tarde, escolhido para ser o superior geral da Companhia, enviou missionários para vários países com o objetivo de criar escolas, liceus e seminários. Os jesuítas pregavam a obediência total à doutrina da Igreja Católica, alcançando grande influência na sociedade nos períodos iniciais da Idade Moderna (séculos XVI e XVII).

> Inácio de Loyola, um crente total, de uma fé sem limites confiava suas decisões a uma lógica fria e calculista, que tinha como premissa, a de que Deus sempre aprovaria a realização de obra piedosa e todo trabalho verdadeiramente útil. Foi um defensor do livre arbítrio, da capacidade do homem em escolher entre o bem e mal, e do mérito das obras. Através de seus Exercicios Espirituais, fez dos seus discípulos, servidores

Humanismo. Até porque o sentido reformista, no tocante a estrutura da Igreja e aos costumes do clero, vinha de longe aguçado pelas crises religiosas ocorridas no século XIV e XV." Ver mais em AZEVEDO, 1999, p. 335.

[69] BARNADAS, 1997, p. 524.

[70] "Ordem de clérigos regulares, fundada em 1534 na cidade de Paris por Inácio de Loyola, um basco a serviço do vice-rei de Navarra. Aprovada pelo papa Paulo III em 1540, a regra da Ordem jamais se modificou. Sua organização inspirada na formação militar do fundador, é comandado por um Geral eleito pela Ordem em caráter vitalício. Sua estrutura compreende casas; seus integrantes proferem os votos usuais de castidade e pobreza aos quais acrescentam o voto de obediência ao papa e ao seu superior geral. A Companhia de Jesus, também chamada sociedade de Jesus (as letras S. J. aposta ao nome significam jesuíta), tem por divisa "Para maior glória de Deus" (Ad majorem Dei gloriam) e por guia os EXERCICIOS ESPIRITUAIS redigidos pelo próprio Loyola." Ver mais em AZEVEDO, 1999, p. 229.

[71] QUEVEDO, 2000, p. 51.

> inteiramente dedicados aos interesses da Ordem. Prontos para todos os sacrificios, agora aprimorados e praticados pelo seu pequeno grupo de seguidores, Loyola preparava seus soldados para enfrentar tentações e situações mais adversas e cruéis. Essa profunda preparação psicológica lhe deu desprendimento e total controle das emoções e dos sentimentos.[72]

A Companhia de Jesus, além de sua especificidade espiritual, procurava influenciar a coroa espanhola, ou seja, o que se pode chamar de dupla atuação, entre o real e o espiritual, pois se espalhando pelos espaços abrangidos pela atuação da coroa, propagando a fé cristã e a fidelidade ao rei, os jesuítas estavam sempre indo além do que podiam, criando procedimentos para poder administrar suas reduções e estâncias, trazendo e acolhendo práticas culturais para estes novos espaços criados para a conquista de novos cristãos sob jugo da Espanha. [73] Assim, a Companhia de Jesus teve grande importância para as coroas ibéricas, principalmente a partir do século XVI, pois de certo modo ajudou no povoamento do Novo Mundo por meio da evangelização e da implantação da mentalidade europeia em atividades religiosas, sociais e político-administrativas.

> A própria Companhia de Jesus, fundada em 1540, era fruto do ideal reformador. Assim também foi sua intervenção na América. Os Jesuítas viajaram leves, livres da bagagem do passado. Procuraram implantar um cristianismo isento dos erros

[72] MALLMANN, 1986, p. 87.

[73] "Por ser encomendados al Rey nuestro Señor. – La Compañía de Jesús, celosa no sólo de la sangre de Cristo, trayéndole á su conocimiento las almas de los ciegos gentiles, sino también del Real honor; hizo en esta provincia exquisitas diligencias para poner en su Real cabeza una hermosa corona compuesta de todos los encomenderos. De donde se origina una diferencia muy considerable de unos pueblos á otros, porque aquéllos tributan á sus encomenderos á razón de 6 pesos por año, en efectos de la tierra, según la ley 7.ª, tít. XVII, libro VI de la Recopilación. Pero los de la Compañía, en tiempos pasados, tributaron y tributan á su Rey y Señor, con reconocimiento tan humilde, que confiesan, que sólo de esa manera pueden compensar á su Rey los muchos gastos que continuamente hace en conducir operarios, que los conserven en la santa fe católica romana. De aquí procede su prontitud á los Reales órdenes intimados por los Sres. Gobernadores; su fidelidad, alabada justamente del Sr. Gobernador D. Agustín Robles en carta de 23 de Mayo de 1698; su sujeción y constancia en todo lo que ocurre del servicio de su Rey, como lo representa á S. M. el Sr. Gobernador D. Bruno Mauricio de Zabala en carta de 28 de Mayo de 1724; su respeto humilde para con su Rey, como asegura D. Baltasar García Ros en su carta informe de 1.° de Octubre de 1707: = Se halla en estos vassalos unafecto muy de corazón á V. M., pues cuando les intimé, según mi obligación, la Real Cédula, todos se postraron en tierra, la cual reverencia repitieron siempre que se repetía el amable nombre de su Rey.= En correspondencia de esta gratitud de los indios, los católicos Reyes, con dignación soberana, han manifestado la de su corazón Real para con ellos, escribiendo varias Cédulas á los Gobernadores del Puerto encargándoles que, en su Real nombre, den las gracias á los indios. Baste, entre otros, el testimonio de Doña Mariana de Austria, en Cédula de 1668, y en cuanto á los religiosos dice: < Estoy muy asegurada se sus procedimientos y lo bien que cumplen con su obligación, así en lo que mira al aprovechamiento espiritual y buena enseñanza de dichos indios, como en enseñar en ellos el amor y fidelidad que deben tener al Rey mi hijo.>" PASTELLS, 1949, p. 294-295.

> que desfiguraram a Fé na Europa. Seu impulso utópico acabou por florescer plenamente no século XVII, com suas chamadas reduções jesuíticas (principalmente no Paraguai). Sua deferência para com Roma e sua estrutura fortemente hierárquica também se conformaram ao modelo de cristianismo recomendado pelo Concílio de Trento (1545-1563).[74]

Segundo Marilda Oliveira de Oliveira, a Companhia de Jesus teve várias fases na sua história. Cada fase deixou inúmeras marcas nos espaços onde os jesuítas estiveram como: na Europa, na América, na África e na Ásia.

> A Companhia de Jesus pode ser caracterizada por quatro períodos bem definidos: a) 1534 – 1600: período dos fundamentos e expansão; b) 1600 – 1750: época de solidez até alcançar a ascensão e a estabilidade; c) 1750 – 1773: período de descrédito, incluindo o drama da supressão (durante 41 anos ficou no esquecimento, produzindo-se um longo vazio na história); d) 1814 – 1940: anos de restabelecimento.[75]

Quando do surgimento da Companhia de Jesus, a Europa estava passando por uma "crise religiosa". A igreja encontrava-se enfraquecida devido ao movimento conhecido como Contra Reforma, no qual as ideias e pensamentos de Lutero, entre outros, tornavam-se cada vez mais fortes, trazendo problemas para a igreja católica que "necessitava reafirmar, respondia à restauração das almas contaminadas pela luxúria terrestre, pela cobiça e pelo espírito da vingança".[76]

A Companhia de Jesus teve como princípios a pobreza, a castidade e a obediência. Os padres que representavam esta Ordem não poderiam se apegar a bens materiais, desse modo, ao fazer parte da Companhia era necessário fazer o voto de pobreza, deixando seus pertences para trás, além de seguir exercícios espirituais com disciplina. Um dos principais focos era reconquistar os povos cristianizados para o que acreditavam ser o verdadeiro Cristo e, com isso, restaurar a vida religiosa da Europa por meio de atos simples que demonstravam o poder da salvação. Parte do que foi registrado por Pastells indica isso, como no trecho a seguir:

> […] las operaciones de estos indios de tanto lucimiento, nos precisan á inquirir el Sol origen de luces tan benéficas, sino después de instruidos, educados y doctrinados por los jesuitas;

[74] BARNADAS, 1997, p. 525.
[75] OLIVEIRA, 2004, p. 39.
[76] OLIVEIRA, 2004, p. 40.

> los cuales, en medio de la idolatría y de una gentilidad tan indómita, se industriaron con tanto celo para levantar un seminario de almas para el Cielo. Nada de esto hicieran los jesuitas, como se ve, que ninguno lo ha ejecutado sin especial elección de Dios y un singular talento y don de tratar almas. Considerando esto, el llmo. Sr. D. Juan de Sarricolea, en carta-informe citada ya de 1729, dice: <y como sin injuria de ninguna (habla de las religiones), ni disminución de las demás, sobresale en todas partes la Compañía de Jesús, aquí descuella con tantas ventajas que se eleva sobre sí misma; pues si en otras provincias es santa, en ésta es santísima. Si en las demás es tan útil á la iglesia de Dios, como lo acreditan sus apostólicos hechos en todas partes, en ésta ha sido y es tan necesaria, que si no fuera por su ardiente celo de la mayor gloria de Dios y salvación de las almas, no se hubiera propagado la fe católica en tantas y tan innumerables como ha convertido á ella en esta región, sacándolas de las tinieblas del gentilismo á luz del Evangelio en las numerosas reducciones, que tiene á su cargo y cuidado.[77]

A Companhia de Jesus havia sido criada após a Ordem dos Franciscanos, Dominicanos, Carmelitas e Agostinianos, portanto, era uma ordem recente. Em lugares onde o protestantismo dominava mais que o catolicismo era difícil a aceitação da presença de uma nova ordem religiosa, porém, o trabalho dos jesuítas com os índios americanos carregava algo especial, que fazia a Companhia se destacar. Apresentando-se de forma cada vez mais útil para a Igreja Católica, os jesuítas, mesmo em meio a comunidades que eram consideradas "selvagens", cultuando rituais que não eram aceitos no cristianismo, exerceram atividades com dedicação, edificando espaços de doutrinação de almas, além de educar ou de ensinar a respeitar e amar o rei.

Os Jesuítas tinham geralmente uma formação,

> [...] heterogênea, com base teológica, mas em muitos casos, com sólidos fundamentos de filosofia, matemática, astronomia e geografia, etc. Há que se considerar ainda a presença nesta ordem religiosa dos chamados irmãos leigos. Estes eram missionários que atuavam nas frentes de cristianização, mas que não faziam os votos de ordenação, pertencendo apenas como 'irmãos', e não 'padres'. Entre os irmãos leigos havia alguns cuja formação em muito contribuía para os objetivos da ordem

[77] PASTELLS, 1949, p. 295.

> em suas missões. Eram arquitetos, cartógrafos, músicos, botânicos, astrônomos, etc.[78]

As universidades, colégios e escolas técnicas que foram criados pelos jesuítas, a exemplo da Ordem como um todo, apresentavam uma disciplina severa que podia ser comparada à disciplina militar, pois acreditavam os inacianos que o corpo podia ser treinado e, com vontade, dominar os desejos por meio de exercícios espirituais para alcançar a força divina. Nesse sentido, havia castigos para as falhas cometidas, não havendo flexibilidade entre os padres quando se tratava de erros, pois os jesuítas, mais do que quaisquer outros, deveriam manter a ordem e dar o exemplo da salvação e tendo como meta principal "ordenar a vida do cristão"[79]. A Companhia de Jesus tinha como dever renovar a espiritualidade: os jesuítas deveriam lutar contra as forças do mal para salvar o cristianismo do inferno que dominava almas pobres e fracas.

A Companhia de Jesus carregava um diferencial na sua estrutura, com uma organização fortemente hierárquica aplicada na América Espanhola. Sem dúvida havia uma ligação com o modelo de cristianismo aconselhado pelo Concílio de Trento, porém, mesmo não tendo como apontar alguma regra utilizada especificamente nas situações americanas é possível verificar a sombra de Trento na Companhia de Jesus que priorizava a disciplina e a ordem. Assim, sua missão tinha treinamento intenso para lidar com o bem e o mal, utilizando-se dos sentimentos e qualidades humanas em prol da Igreja Católica, fortificando cada vez mais o ser cristão e condenando outras religiões ou rituais com a utilização do poder ideológico. Sua principal arma era o pensamento do ser, assim, surgia uma instituição em meio de valores do feudalismo e aspectos modernos que envolvia civilização e teologia como uma única ideia. Mallmann assevera que: "tal Companhia, com tamanhas determinações, o mundo jamais conheceu e o seu progresso e crescimento foi um fato inevitável, mesmo nos países em que a Reforma havia sido vitoriosa"[80].

A Companhia de Jesus, a partir de 1600, teve uma forte influência no pensamento ocidental europeu. Tiveram certo destaque na Espanha, pois criaram várias Universidades, além de colégios e escolas técnicas, ajudando no desenvolvimento intelectual daquela região. Para a América foram enviados jesuítas com conhecimento

[78] BARCELOS, 2000, p. 99.
[79] OLIVEIRA, 2004, p. 41.
[80] MALLMANN, 1986, p.90.

intelectual para que pudessem atingir os objetivos propostos, com conhecimento de mais de uma língua e, no caso dos que fossem para a Província do Paraguai, deveriam aprender guarani. Os jesuítas que fundaram as Missões na América foram selecionados, demonstrando que: "o jesuíta que vinha para estas missões recebia uma preparação prévia no seu país de origem, deveria cumprir alguns requisitos físicos e morais e possuir a disciplina necessária para as duras tarefas de catequizar os índios".[81] Os jesuítas na América espanhola reuniram a evangelização com a política sob um sistema autoritário para controlar a população indígena tanto para o trono quanto para o altar.

> A evangelização era uma obra política, ou seja, a expressão de um império cristão intolerante e autoritário. O monarca espanhol procurava mostrar à Europa que o Catolicismo havia triunfado na América hispânica, devido à aliança entre trono e altar, com a Igreja convertendo-se num instrumento de poder político – o braço direito do distante rei.[82]

Na América Latina, as missões jesuíticas tiveram um papel importante para o povoamento e expansão dos reinos ibéricos e, em certos momentos, os jesuítas se opuseram às vontades poderosas da elite colonial hispânica, principalmente nas questões relacionadas às encomiendas e repartimientos.[83]

A presença dos jesuítas nas terras conquistas pelas coroas ibéricas tinha o intuito de catequizar e de civilizar, mas serviu, principalmente, para que a coroa espanhola pudesse ocupar e povoar os territórios americanos pertencentes à Espanha, impondo uma cultura europeia, fazendo com que os índios aos poucos fossem deixando de lado seu modo de vida.

A Companhia de Jesus surgiu no momento do crescimento do protestantismo, das conquistas de novos territórios na América, da necessidade de expansão do catolicismo no Novo Mundo, das discussões e (re) estruturação do Estado moderno. Assim, entende-se que foram vários elementos ligados a questões sociais, políticas e religiosas que influenciaram na criação da Companhia, sendo um conjunto de partículas diferentes, mas que, ao mesmo tempo, se completaram para provocar mudanças enérgicas em um contexto tomado por perturbações. Entretanto, não foi só na Europa

[81] OLIVEIRA, 2004, p. 44.
[82] QUEVEDO, 2000, p. 103.
[83] MELIÁ, 1997, p. 176.

que a Companhia de Jesus ocupou um papel determinante nas relações entre Igreja e coroa, mas na América teve ainda mais influência no desenvolvimento do Novo Mundo, caminhando lado a lado com os interesses da coroa espanhola.

OUTRAS ORDENS E A MESMA ORDEM EM OUTRAS NAÇÕES: ANALOGIAS

É importante ressaltar as diferenças entre o jesuitismo português e o espanhol para que num processo de analogia que permita a verificação de diferenças, se possa melhor entender as peculiaridades da Província Jesuítica do Paraguai.

Tanto a América portuguesa quanto a espanhola, receberam os jesuítas encarregados de espalhar a fé católica. No Brasil chegaram em 1549, juntamente com o governador Tomé de Souza, e rapidamente iniciaram suas peregrinações para várias partes do Brasil. Desempenharam um papel fundamental no processo de expansão de Portugal, pois foram eles que alargaram as fronteiras portuguesas, num primeiro momento pelo litoral e após indo em direção ao oeste brasileiro.

Após a chegada dos jesuítas no Brasil[84] iniciou-se a construção de casas, igrejas e escolas, com material disponível, tais como a madeira, o barro amassado e a palha. Os próprios jesuítas tiveram que trabalhar nas suas construções.

Os jesuítas no Brasil procuraram, o mais rápido que puderam, ocupar os espaços indígenas com sua obra missionária. Isto era uma recomendação não só da igreja católica, mas também de Dom João III, que por intermédio da Companhia de Jesus e seus súditos e do governador do Brasil Tomé de Souza, procuraram fazer, a partir de 1549, "a conversão dos indígenas à fé católica pela catequese e pela instrução: porque a principal causa que se moveu a mandar povoar as ditas terras do Brasil foi para que a gente dela se convertesse a nossa santa fé católica."[85]

---

[84] "Desde o inicio, os jesuítas foram os mais atuantes nas regiões costeiras. Os seis primeiros chegaram em Salvador da Bahia junto com o governador Tomé de Souza em 1549, menos de uma década depois da fundação da Companhia e mais de duas décadas antes de sua entrada no México. As experiências de Manuel da Nóbrega (1517 – 1570) e José de Anchieta (1534 – 1597) na faixa litorânea brasileiro foram anteriores às de Matteo Ricci (1551-1610) em Macau e de Roberto de Nóbili (1577 – 1656) em Goa. O crescimento da comunidade jesuítica no Brasil foi rápido, e o número dos jesuítas já nascidos no país aumentou progressivamente até a repentina expulsão da Ordem em 1759." Ver mais em HOORNAERT, 1997, p. 555.

[85] HOLLANDA, 2004, p. 138.

Tabela 1
Jesuítas no Brasil

ANO	QUANTIDADE	NATURALIDADE
1540	6 jesuítas	Todos estrangeiros
1574	110 jesuítas	14% brasileiros
1610	165 jesuítas	17% brasileiros
1654	170 jesuítas	34% brasileiros
1698	304 jesuítas	37% brasileiros
1732	362 jesuítas	45% brasileiros
1757	474 jesuítas	44% brasileiros

Fonte: HOORNAERT, 1997. p. 555

De acordo com a Tabela 1, percebe-se que o crescimento dos jesuítas no território colonial português foi rápido e nos quase três séculos de atividades, "as ordens religiosas dirigiram suas atividades prioritariamente para a conversão dos índios e, pode-se dizer, à transformação de seu modo de vida e de trabalho de modo a se adequarem às novas prioridades do Estado colonizador português"[86]. Isto transformou a Companhia de Jesus em uma instituição com fins de modelar os índios e, posteriormente os escravos, esta modelação tinha um fim social, ou seja, todos que estivessem nas terras conquistadas deveriam professar a fé católica, e consideravam civilizados somente os que fossem batizados.

> No Brasil, o Pe. Manuel da Nóbrega e José de Anchieta foram os precursores dos projetos civilizacionais jesuíticos. Erradicar os perniciosos costumes dos gentios (antropofagia e poligamia), a ferro e fogo, subjugá-los ao trabalho escravo e converte-lo a fé cristã constituía a essência do projeto inicial desses missionários. Para conter a cobiça dos colonos por escravos índios obtidos ilegalmente Nóbrega propôs uma espécie de "solução final": escravizar logo a todos para que nenhum seja havido ilegalmente.[87]

Os jesuítas que vieram para a América trouxeram consigo inúmeros aspectos ocidentais, além de trazer uma cruz, bíblia, livros, ornamentos e objetos para o culto, também trouxeram elementos culturais do Ocidente e toda uma cosmologia cristã.

> As tradições profundamente arraigadas do catolicismo português permearam toda a ideologia do capitalismo agrário no Brasil. No entanto, as práticas religiosas estavam intricadamente ligadas à

[86] HOORNAERT, 1997, p. 555.
[87] LANGER, 2005, p. 55.

> estrutura patriarcal da família nas grandes plantações de cana-de-açúcar e centralizavam-se na capela, no oratório privado e na devoção aos santos. Geralmente não era requerida a presença de sacerdotes missionários. As ordens religiosas dirigiram suas atividades prioritariamente para conversão dos índios e, pode-se dizer, à transformação de seu modo de vida e de trabalho de modo a se adequarem às novas prioridades do estado colonizador português.[88]

A transformação do modo de vida dos índios interessava tanto aos portugueses conquistadores quanto aos jesuítas, isto contribuiu para o desenvolvimento da colônia, e também para formar um exército de católicos, lembrando sempre que se vivia o período da Contra Reforma, em que qualquer outra religião que não a católica não era aceita nos reinos ibéricos e também nas terras do Novo Mundo.

Os jesuítas no Brasil atuaram em três frentes evangelizadoras ou atividades missionárias: a primeira, e muito bem organizada por eles, foi a criação dos colégios[89]; a segunda, as povoações indígenas; e a terceira, as aldeias missionárias. Os colégios, considerados como a atividade mais importante da Companhia de Jesus, tiveram um excelente êxito, devido ao seu processo estrutural de organização administrativa.

Se um dos objetivos principais dos jesuítas era o de conversão dos índios a fé católica, a pergunta é, e os que não aceitavam ser subjugados, o que seria feito destes índios considerados pelos jesuítas como infiéis? Bem, muitos índios que não aceitavam a evangelização, participavam das atividades das Missões indiretamente, auxiliando nas trocas de produtos, possibilitando a entrada de novos materiais e também de animais nas localidades, outros eram explorados pelos colonizadores em mão de obra, desse modo os índios infiéis não tinham a mesma estabilidade e segurança que os índios evangelizados. Assim os jesuítas em um tempo considerável conseguiram cobrir

---

[88] HOORNAERT, 1997, p. 554-555.

[89] "A pedagogia dos jesuítas exerceu grande influência em quase todo o mundo, incluindo o Brasil. Chegaram aqui em 1549, foram expulsos em 1759 e retomaram em 1847. Até hoje, a educação tradicional os defende. A ordem dos jesuítas foi fundada em 1534 pelo militar espanhol INÁCIO DE LOYOLA (1491 – 1556) com o objetivo de consagrar-se a educação da juventude católica. Seguia os princípios cristãos e insurgia-se contra a pregação religiosa protestante. O criador da Companhia de Jesus imprimiu uma rígida disciplina e o culto da obediência a todos os componentes da ordem. O ratio Studiorum é o plano de estudo, de métodos e a base filosófica dos jesuítas. Representa o primeiro sistema organizado de educação católica. Ela foi promulgada em 1599, depois de um período de elaboração e experimentação. A educação dos jesuítas destinava-se à formação das elites burguesas, para prepará-las a exercer a hegemonia cultural e política. Eficientes na formação das classes dirigentes. Os jesuítas descuidaram completamente da educação popular. A pedagogia da Companhia de Jesus foi e ainda é criticada, apesar de ter sofrido retoques e adaptações através dos tempos, por suprimir a originalidade de pensamento e comandar a invasão cultural colonialista européia, no mundo." Ver mais em GADOTTI, 2001, p. 72.

grandes partes do território pertencente às coroas ibéricas, espaços estes consolidados através das escolas, missões e aldeias, porém por trás de tudo isto estava a necessidade de submetê-los aos costumes dos Europeus.

Não se pode afirmar sem margem de erro que todo o período de atuação dos jesuítas na América tenha sido de total submissão ao projeto das coroas ibéricas, de ocupação das terras conquistadas. No entanto é correto afirmar que a partir do momento que os jesuítas começaram a questionar certas atitudes da coroa, ou até mesmo fazerem uma administração isolada, ou seja, de questionar a política de conquista, submissão e colonização eles começaram a serem visto com outro olhar tanto pelas outras ordens religiosas, pelos gestores da colônia e pelos monarcas. "A opressão dos colonizadores espanhóis ou portugueses favoreceu a conquista espiritual, pois os padres da Companhia se imporiam pouco a pouco, ajudando os guaranis a reagirem contra encomendeiros e bandeirantes, mas também, conquistando liderança espiritual e material entre os índios".[90]

Os projetos de conquista do Novo Mundo feitos pela coroa espanhola e Portuguesa legados aos jesuítas, seriam implantados de maneira diferente nas colônias pertencentes a cada uma das duas coroas. "Muito distinta, do projeto dos primeiros jesuítas portugueses no Brasil, foi a experiência reducional estabelecida pela Companhia de Jesus na Província do Paraguai, a partir de 1610."[91]

> Llamamos reducciones a los pueblos de indios, que viviendo a su antigua usanza en montes, sierras y valles, en escondidos arroyos, en tres, cuatro o seis casa solas, separados a legua, dos tres y más unos de otros, los redujo la diligencia de los padres a poblaciones grandes y a vida política y humana, a beneficiar algodón con que se vistan; porque comúnmente vivían en desnudez, aún sin cubrir lo que la naturaleza oculto.[92]

Durante o século XVI e XVII, os jesuítas travaram muitas disputas com os colonos portugueses e espanhóis para ver quem ficaria com os índios catequizados. Isto gerou um desgaste natural entre ambos, tanto que, a partir de 1610, quando foi iniciado o processo de instalação das reduções na América Espanhola. Os jesuítas procuraram isolar ao máximo os índios para que os bandeirantes não pudessem capturá-los, assim

[90] GADELHA, 1998, p. 75.
[91] LANGER, 2005, p. 56.
[92] ROUILLON ARRÓSPIDE, 1997, p. 176.

estariam viabilizando o projeto de conquista espiritual das coroas ibéricas e também da Companhia de Jesus.

É necessário ressaltar as distinções entre a atuação da Companhia de Jesus com relação às demais ordens religiosas que atuaram missionariamente na América do Sul, também como forma de analogia das diferenças, conforme destacado anteriormente.

O Clero, no Paraguai, passou por muitas dificuldades referentes a questões financeiras, principalmente pela quantidade de padres seculares, franciscanos, mercedários, dominicanos ou jesuítas. A coroa espanhola não tinha dinheiro suficiente para pagar os padres, o que se perpetuou como um problema em toda a história colonial do Paraguai. "Con algunos altibajos esta fue la situación durante los dos primeros siglos de colonia y da realidad, salvo el clero regular que sí fue más numeroso, con que tuvieron que contar los obispos del siglo XVIII."[93]

Durante o século XVIII, a situação do clero foi muito difícil, pois nem mesmo a população tinha o suficiente para se manter. As rendas recebidas pelos bispados e pelos cabildos catedralícios eram pequenas, se comparadas à ajuda oficial que era dada aos jesuítas em suas reduções, levando em conta que os mesmos se mantinham pelo que era produzido nas reduções. Já os seculares e outras congregações, que não trabalhavam diretamente com reduções ou aldeias indígenas, tinham que sobreviver apenas do que lhes era repassado em dinheiro, ou arrecadado pelo bispado.

Os padres seculares, muitas vezes, saíam de suas paróquias para procurar em outro lugar possibilidades de viver em condições melhores ou, pelos menos, para que conseguissem o mínimo para sobrevivência. Este fato também denota a falta de apoio da coroa espanhola para com os seculares. "No nos extraña que los clérigos seculares de Paraguay intentasen salir de la provincia y conseguir una prebenda en cualquier otro sitio, así como que estuvieram continuamente en pleitos con los grupos religiosos por motivos puramente económicos"[94].

Outra questão importante foi o processo de formação dos padres na província do Paraguai, muito comentado entre os governadores e os padres que vinham de fora da província, o tema de que os curas não sabiam nem rezar uma missa, ou seja, a formação

[93] MORA MÉRIDA, 1976, p.17.
[94] MORA MÉRIDA, 1976, p.19.

intelectual era precária, como aponta Juan Ramírez de Velasco, ao final do século XVI, registrando que os "curas que había en la provincia ni siquiera sabían decir misa y que algunos de cura no tenían más que el nombre, cimo el Vicario de la diócesis que ni siquiera servía para sacristán."[95] Ainda que essa afirmação pudesse ser exagerada, o autor aponta que somente um clérigo secular teria o título de licenciado pela Universidad de San Marcos de Lima. Esta era uma questão cultural do clero formado na América Espanhola, pois tais problemas eram fruto da falta de um centro de estudos, ou de um seminário de formação de sacerdotes, tudo isso atribuído à pobreza da região.

> Como era de esperar, lo que podíamos denominar "el clero secular más cualificado", obispos y demás dignidades catedralicias, incluidos algunos párrocos de la capital, Asunción, estuvo muy vinculado a esta élite, incluso hasta en algunas manifestaciones de tipo comercial. Lógicamente, esta situación solo se podía dar en medio de unas circunstancias de igualdad ideológica. Ello se debía, en parte, a que algunos miembros del clero secular asunceno pertenecían a familias de este grupo, poseedoras de las mejores y más numerosas encomiendas. De aquí arranca una segunda fase del problema, de matiz más social pero que dividió en algunos momentos profundamente al clero paraguayo.[96]

A ordem religiosa conhecida por Franciscanos[97] foi fundada em 1208, pelo frade católico São Francisco de Assis, tendo como princípios básicos a humildade, a simplicidade e a justiça, ideias presentes nas escolas que foram fundadas pela ordem. Da mesma maneira que outras ordens, os franciscanos tinham como objetivo construir um espaço para evangelizar os pobres de doutrina e expandir suas ideias de reino de Deus, fortalecendo seus fiéis. As novas terras ocupadas pelas coroas ibéricas foi um voto de esperança para tal projeto, de modo que "foram os primeiros defensores do ensino religioso a língua nativa e, consequentemente, tiveram de imediato, a

[95] MORA MÉRIDA, 1976, p.19.
[96] MORA MÉRIDA, 1976, p.47.
[97] "Ordem religiosa fundada em 1208 por São Francisco de Assis e atualmente constituída por três ramos independentes: os Frades Menores, os Conventuais e os Capuchinhos. Esse fracionamento teve lugar após a morte do fundador da ordem, por força de desentendimentos internos. Os franciscanos incluem uma ordem feminina, as Clarissas. O dirigente máximo da Ordem dos Franciscanos e das Congregações a ela vinculadas tem o título de Geral, sendo eleito por seis anos, com residência em Roma." Ver mais em AZEVEDO, 1999, p.180.

preocupação em aprender suas línguas e se opuseram ao ensino castelhano aos indígenas conforme instruía a coroa de 1550"[98].

> Em 1523, criavam escolas de ensino primário no México para os indígenas. Em 1536 fundaram em Tratelolco o Colégio de Santa Cruz, que tinha o ambicioso propósito de ser um centro de estudos para fomentar a cultura dos povos mexicanos como uma maneira de conhecer a história, a língua e os costumes e assim melhor construir um reino de Deus. Entretanto, parece que o colégio não durou além de 1568. Já em 1553 é criada a Província Franciscana do Perú, que foi chamada de "Doce Apóstolos", irradiando logo sua penetração nas regiões adjacentes.[99]

Os Franciscanos foram uma das primeiras Ordens que chegaram ao Paraguai com uma missão evangelizadora, enviados da Espanha. Os primeiros freis a chegar foram Bernardo de Armenta e seu companheiro de viagem, Alonso Lebrón. Mais tarde vieram outros franciscanos para evangelizar e batizar as comunidades indígenas. A partir de 1580, fundaram os primeiros povoados chamados de Los Altos, San Blas de Itá e Yguarón, assim que "é importante lembrar que foram os franciscanos, e não os jesuítas, que estabeleceram as primeiras reduções indígenas no Paraguai, em 1580"[100]. Entende-se que estes povoados serviram como base para as futuras reduções jesuíticas, sendo que estabeleceram colégios com intuito de ensinar as doutrinas e até mesmo trocar experiências de culturas com os indígenas, não deixando que esquecessem totalmente seus costumes.

> La introducción de las encomiendas a mitad del siglo XVI marcó una nueva y difícil etapa de la historia de los guaraníes y esta compleja situación mediaron los franciscanos, estableciendo las primeras reducciones en el Paraguay, poblaciones de indios sometidos pacíficamente a la cruz; pero también al servicio de los españoles. Estos franciscanos intentaron defender a los indios, lamentablemente, sin mucho éxito.[101]

A Ordem dos Frades Menores teve uma importante participação no início da complexa história dos guaranis cristianizados. Estes indígenas se encontravam em situação dúbia: de um lado, a atuação "altruísta" dos franciscanos e, do outro, a

[98] MALLMANN, 1986, p. 117.
[99] MALLMANN, 1986, p. 117.
[100] QUEVEDO, 2000, p. 76.
[101] MELGAREJO, 2006, p. 26.

brutalidade da exploração da mão-de-obra imposta pelos espanhóis. Nesse meio os franciscanos tentaram alcançar três metas: evangelizar, civilizar e proteger. Porém, as "reduções franciscanas" do Paraguai tinham, além dos objetivos espirituais, um dever de contribuir com a situação socioeconômica colonial. Os franciscanos se estabeleceram como uma instituição política de conquista e dominação dos índios, com o propósito de integrá-los de qualquer forma ao sistema econômico colonial, sendo este um dos objetivos das reduções.

> Los franciscanos aceptaron la condición que les imponía el gobernador de Paraguay – que los indios guaraníes trabajaran bajo la encomienda -, porque probablemente creían que la tarea evangelizadora no podría darse en un ambiente de enfrentamiento con el orden colonial ya establecido. Era más urgente ganar las almas para Dios, defender a los indios de los abusos de la encomienda, más que de la encomienda misma, y aliviar el sufrimiento de los pesados trabajos de esta vida.[102]

Com isso entende-se que a ordem dos franciscanos tinha vários objetivos para os indígenas: evangelizar o índio proporcionando a salvação pela religião cristã; civilizar para que este tivesse um comportamento que o levasse ao reconhecimento pelos espanhóis; e o principal, fazer com que o índio contribuísse com trabalho para aumentar a economia do Paraguai. Desse modo, "os franciscanos, por exemplo, cujo superior era o Frei Antônio de Espinal, de início não condenavam, nem se preocupavam com a matança de índios"[103], pois já que eram dominados pelo demônio, não viam problemas em ser dominado pelos espanhóis na terra, concordando com a ideia de que os indígenas eram seres antilógicos, os quais tinham dificuldade de obter a salvação.

Os padres franciscanos abandonaram sua vida europeia para vir para América com desejo de propagar o evangelho, assim foram para o Paraguai, para viver como pobres e compartilhar os sofrimentos dos indígenas, suavizando sua repressão diante dos espanhóis. Contudo, em muitos momentos, a presença desses padres nas comunidades foi de grande valia para os indígenas, pois ajudavam de alguma forma a suprir suas necessidades. "Para los indígenas fue atractivo y convincente el hecho de que estos misioneros vivieran en comunidad y no eran mezquinos sino muy generosos,

[102] MELGAREJO, 2006, p. 26-27.
[103] LEMOS, 2009, p. 60.

lo mismo que en las comunidades guaraníes, donde también había una justa distribución de bienes, nadie acumulaba para sí solo, sino todo era del bien común."[104].

Os primeiros missionários que se esforçaram para manter a língua e alguns aspectos de costumes indígenas foram os franciscanos, dando-lhes não apenas prioridade, mas confiança, sofrendo por isso sérias críticas por parte das coroas ibéricas. "A nova política da coroa mostra acusações significativas contra o modo e maneira como os franciscanos, no seu trabalho missionário, iam atrás dos índios e a eles confiados"[105].

Todavia, os franciscanos davam mais importância para o batizado dos indígenas do que com a própria evangelização, pois acreditavam que apenas esse ato já os evangelizaria. Para os indígenas isso não significava muito, ainda mais que podiam continuar com algumas de suas práticas e costumes. Nesse sentido, o método dos franciscanos para a catequização dos indígenas era *in situ*, por mais que demorasse, o que não os ajudou a ter muito sucesso. Com isso percebe-se que, mesmo sendo uma ordem religiosa importante no processo de organização das comunidades indígenas, foi alvo de algumas críticas das outras ordens que se utilizavam de suas falhas para se sobrepor politicamente diante do rei.

As reduções franciscanas apresentavam alguns aspectos diferentes das reduções jesuíticas, tais como os métodos para evangelização. No entanto, um dos fatores mais importantes para o sucesso dos jesuítas e, consequentemente, ruína dos franciscanos, foi a questão do abuso e exploração do trabalho indígena, pois os espanhóis tinham livre acesso para explorar os povos evangelizados pelos franciscanos, dificultando o trabalho dos padres e proporcionando a diminuição da população indígena. Isso não ocorreu de forma direta nas reduções jesuíticas, pois a coroa Espanhola, após estabelecer uma estrutura política na América, criou algumas determinações para amenizar o problema da mortalidade para melhor aproveitar a mão-de-obra da população indígena.

> en que dio cuenta de la decadencia en que halló visitando su diócesis las Misiones de los franciscanos contiguas a las de Mojos y chiquitos y adelantamiento espiritual de éstos,

[104] MELGAREJO, 2006, p. 27.
[105] THOMAS, 1981, p. 150.

> confiados a la Compañía de Jesús, pidiendo que las primeras se agregasen a la segunda. Dice que por estar lejos las referidas Misiones y no transitadas por los españoles, no tenía más noticia de ellas que las esparcidas en impresos. Por lo tocante a las del cargo de los jesuitas, lo individuos de esta religión, que en todo contextaban con lo participado por el Obispo de Santa Cruz acerca de sus progresos; que no era mucho en cotejo de unas y de otras sobresaliesen a la vista del prelado en aquellos desiertos la pobreza e ignorancia de las que administraban los franciscanos, cuando comúnmente se notaba esta diferencia aun en las ciudades donde están establecidas las religiones mendicantes, comparando con ellas la limpieza; política y economía en que sobresalía la de la Compañía, y cuyo instituto de misión resplandecía principalmente en los pueblos que estaban a su cargo, floreciendo en ellos toda aquella racionalidad y cultura que lograban los que con más anticipado tiempo se habían fundado en la América[106].

Segundo as transcrições do Padre Pablo Pastells é possível notar através de cartas dos bispos que visitavam as missões dos franciscanos, o declínio de seus trabalhos, tanto materiais como espirituais, por vários motivos tais como a decadência dos espaços em que se encontravam, a complexidade das distâncias entre as localidades e a administração nos setores políticos e econômicos que não ajudavam muito no seu desenvolvimento. Portanto eram notáveis esses aspectos nos locais onde se estabeleciam tais religiosos, podendo perceber a diferença quando comparada a missões dos jesuítas que em qualquer contexto apresentavam progresso em relação a limpeza, política, economia e principalmente em questão de racionalidade e cultura dos povos indígenas a eles confiados.

A Ordem dos Pregadores,[107] os dominicanos, dominavam a arte de instalação e execução do processo inquisitório. Não à toa que muito tempo antes, ainda no século XII, eram conhecidos como a Milícia de Cristo, aqueles encarregados de decidir quem iria ser julgado. Após a instalação do Tribunal do Santo Oficio mantiveram-se fortes nas suas convicções, o que contribuiu muito para conter o avanço do protestantismo em

[106] PASTELLS, 1949, p. 234.

[107] "Ordem religiosa fundada por São Domingos em Toulouse no ano de 1215, e oficializada no ano seguinte pelo papa Honório III. Rapidamente ela se expandiu por toda a cristandade e além dela. As universidades, principalmente, possuíam a sua célula dominicana a qual acorriam pregadores, que dali saíam para atuar nas vilas. Sua participação na Inquisição foi decisiva para o funcionamento desse tribunal. Esses religiosos pronunciavam votos de pobreza, de obediência e de castidade. Sua abstinência incluía a proibição de comer carne." Ver mais em AZEVEDO, 1999, p. 141- 142.

Portugal e também na Espanha. E talvez esteja aí uma das causas do desenvolvimento desta instituição em ambos os reinos.

A partir de 1509 a Ordem dos Dominicanos se instalou na América e "foram eles que primeiro lançaram um veemente chamamento à consciência cristã sobre o tratamento conferido aos índios"[108]. A partir daí iniciou-se um intenso trabalho para refrear os *encomenderos* e conseguir melhores condições para o processo de cristianização, ao mesmo tempo, maior responsabilidade aos índios. Entretanto, o que facilitou esse combate foi o grande número de dominicanos que faziam parte dos bispados para os quais, por um determinado tempo, a coroa forneceu elementos de controle sobre o colono e também ao indígena através da Inquisição.

> Essa alta proporção de dominicanos, muitos deles amigos ou seguidores de Las Casas, sugere uma determinação, da parte da coroa no século XVI, a impor tanto quanto possível suas políticas pró-indígenas contra as pressões exercidas pelos encomenderos e colonos. Na verdade, por algum tempo, a coroa deu aos bispos a condição de protectores oficiais dos índios – uma experiência que se mostrou insatisfatória porque, como Juan de Zumárraga, o primeiro bispo do México, infelizmente constatou, os deveres do cargo estavam mal definidos e conduziram a intermináveis conflitos de jurisdição com as autoridades civis. No entanto, embora se tenha considerado necessário transferir esses deveres para funcionários civis, a coroa continuou fortemente dependente do episcopado na supervisão tanto do bem-estar material quanto do progresso espiritual da comunidade indígena.[109]

Os dominicanos acreditavam na salvação dos indígenas e defendiam essa ideia, condenando os espanhóis que maltratavam ou provocavam matanças indígenas, além de pedirem providências à coroa sobre tal situação, descrevendo os horrores que eram praticados pelos espanhóis. Muitos frades dominicanos lutaram contra as formas com que o sistema colonial estava sendo apresentado, principalmente a respeito das comunidades indígenas, deixando muitas vezes de absorver os colonizados devido às maldades que eram realizadas contra os índios.

> Los conventos son de Santo Domingo, San Francisco, Mercenarios y Jesuitas, éstos cumplen exactamente con el

[108] MALLMANN, 1986, p. 117.
[109] ELLIOTT, 1997, p. 298.

> ministerio apostólico de misioneros y están decentemente asistidos en lo temporal; la otras tres religiones como no aspiran a la libertosa vida de cura (porque no los hay en estas tres Diócesis), son muy observantes y a necesidad guardan con rigor el voto de pobreza y actúan con crédito sus cátedras, y si tienen algunos díscolos extra claustra, lo motivan las escasas limosnas, pocas y mal cobradas rentas de los conventos, que no alcanzan a mantener proveído el refectorio, vestuario de la Comunidad y gastos de sus iglesias, y sin embargo de tan notoria indigencia son unos recoletos en la observancia regular.[110]

Pode-se dizer que as ordens religiosas que vieram para a América tinham alguns objetivos para além de salvar as almas por meio da palavra de Cristo. Um desses objetivos seria a própria expansão da Ordem, almejando maior reconhecimento por parte das coroas Ibéricas, buscando prestígio, nem que para isso fosse preciso manipular em seu próprio benefício, algumas situações. Com isso, "cada ordem rapidamente tecia uma grande quantidade de vínculos em todos os níveis da sociedade local dos colonos – através das ordens terceiras, das confrarias, dos conselhos de curadores, dos rendeiros de propriedades rurais, das capelas dotadas, escolas"[111]. Entretanto, todo esse espetáculo de interesses, em muitos momentos, levou a certa rivalidade onde "a religião organizada se constituía num jogo político"[112], ocasionando conflitos e disputas entre as ordens religiosas que dividiam os mesmos espaços.

Diante disso, percebe-se que cada qual se empenhava para conseguir seu espaço e, entre as que estavam no meio, procuravam diferenciarem-se mesmo que muitas vezes os métodos para evangelização fossem semelhantes. Contudo, não se pode esquecer que estas ordens estavam ligadas diretamente às rivalidades políticas em primeira instância de portugueses e espanhóis.

[110] PASTELLS, 1949, p. 365.
[111] BARNADAS, 1997, p. 529-530.
[112] WRIGHT, 2006, p. 154.

OS EUROPEUS QUEREM ESPAÇO

A organização espacial após a chegada dos europeus na América foi feita pela igreja católica e por ambas as coroas ibéricas, através das bulas *Inter Coetera*[113] e dos tratados de Tordesilhas, Madri e Santo Ildefonso.

> No entanto, a questão da disputa pela soberania entre as coroas de Portugal e Espanha já era motivo de discussões nas possessões americanas desde o início da povoação pelo elemento ibérico e, sobretudo, desde o incremento da mercantilização das economias metropolitanas. Por meio de várias disputas territoriais, de guerras, confrontos, discussões e tratados de limites, procurou-se alargar os territórios para conseguir abranger dentro deles a riqueza econômica que se encontraria pelo caminho.[114]

Durante o período de Colonização da América do Sul, os colonizadores tiveram, no primeiro momento, a preocupação de encontrar metais preciosos e, ao mesmo tempo, estruturar os mundos urbano e rural o mais rápido que pudessem, para evitar possíveis invasões europeias nas terras descobertas.

> O acerto de limites com a Espanha na América, contra a geral vontade dos Portugueses, é obra sua, pela qual as relações sucessoras lhe devem ser gratas. Por ele, a troco da onerosa posse da colônia do Sacramento, as fronteiras do Brasil foram seguras contra as reivindicações decorrentes da bula de Alexandre VI. Os domínios portugueses alargaram-se para o Sul, dando origem ao famoso estado do Rio Grande, cuja população vivaz e progressiva é uma das glórias da nossa raça. Os males de que o reino padecia mereceram-lhe cuidados, infelizmente sem realização prática. A ruína econômica, a dissipação das rendas públicas, a desídia dos funcionários, o atraso mental, o monarquismo, a Inquisição, todas essas úlceras

[113] CAMARGO, 2001, p. 24-25.
[114] COLVERO, 2009, p. 38.

> da vida nacional conheceu e apontou, para algumas delas oferecendo remédio. Não se temeu das iras dos grandes, cujos excessos, como alto funcionário, confidente do monarca, repreendia; cujos ridículos, na intimidade, castigou com finos remoques.[115]

Na América do Sul, antes da chegada dos conquistadores, o tipo de economia variava de acordo com a região e com o grupo humano, porém, em sua maioria, havia caçadores coletores que buscavam apenas a subsistência do próprio grupo. Com a chegada dos europeus e o interesse na ocupação do território, tanto portugueses como espanhóis procuraram criar instituições que pudessem organizar e administrar o projeto colonizador. A *encomienda*, o *repartimiento*, a *mita*[116], a escravidão indígena e, mais tarde, o tráfico e escravidão africana foram instituições criadas para normatizar a mão de obra na América Espanhola, com o intuito de fornecer indivíduos para as minas de ouro e prata ou para os colonos, nas áreas de agricultura e pecuária. Já na América portuguesa não houve tais instituições, mas as ordens religiosas colaboraram para a organização dos índios para servirem aos colonos e aos demais habitantes que necessitassem de mão de obra.

> Não achando de início nenhum metal precioso, como havia ocorrido com sua vizinha Espanha em terras americanas, Portugal reproduziu a partir de 1530 o esquema já empregado com sucesso nas ilhas atlânticas: a distribuição de terras a pessoas que tivessem influência política ou cabedais – termo que englobava capital e mão de obra, com o objetivo de produzir artigos voltados para o consumidor europeu.[117]

Na América Portuguesa a ocupação do território pelos lusitanos efetuou-se principalmente a partir da doação das terras na forma de capitanias hereditárias. Esta pode ser considerada uma ocupação privada, pelo menos até a chegada, 14 anos mais tarde, de um Governador Geral, pois: "tratava-se basicamente da concessão hereditária de grande parcela da jurisdição real sobre um território específico e seus habitantes a um senhor que, a partir de então, agia como o *locum tenens* do rei até onde estava explicitado na doação"[118]. Este modelo era muito semelhante aos que eram realizados em Portugal, contendo algumas modificações em razão da realidade colonial. A

[115] AZEVEDO, 2004, p. 106.
[116] Conceitos explicados em CARDOSO, 1985.
[117] FARIA, 2004, p. 34-35.
[118] JOHNSON, 1997, p. 254.

instituição dessas capitanias nas terras conquistadas por Portugal trouxe muitos problemas devido às condições da Europa naquele momento, pois de nada adiantava adquirir tais concessões, caso não houvessem colonos para povoar toda aquela grande quantidade de terras. Como afirma Johnson:

> Não era fácil conseguir colonos suficientes; a população de Portugal na década de 1530 não passava de um milhão e quinhentos mil habitantes no máximo, espalhados num território de cerca de 88600 quilômetros quadrados (cerca de 15-17 por quilômetro quadrado). Com tão pouca pressão a favor da emigração, os colonos tiveram muitas vezes de se escolhidos entre os degredados, ou condenados ao exílio, que podiam ser desde prisioneiros políticos a criminosos comuns. Com pouquíssimas exessões, eram no conjunto indesejáveis e muitos dos capitães queixavam-se deles, às vezes em termos amargos.[119]

As coroas ibéricas estavam organizadas socialmente por meio de aristocracias rurais, uma pequena parcela de burgueses, uma nobreza que não tinha boas condições financeiras, que vivia em pequenos centros urbanos de pouco desenvolvimento e, no campo, uma grande quantidade de pessoas, porém sem condições financeiras mínimas. A América passava a oferecer terra em abundância, o que possibilitava a criação de fazendas familiares, que podiam contar com farta mão de obra indígena, de certa forma qualificada para os trabalhos agrícolas. Isto fez com que os colonos que aqui chegaram exigissem mais e mais pessoas para o trabalho, na tentativa, justamente, de manter o controle sobre as grandes extensões de terras.

Os quatro séculos seguintes à chegada dos portugueses à América seriam marcados pelas dificuldades da conquista do Novo Mundo. Nesse ínterim, os colonizadores tiveram de se preocupar com a procura pelos metais preciosos para serem enviados à Europa, com a organização da agricultura e da pecuária, fundamentais para a manutenção dos que viviam na colônia, além da organização social, questão que incluía, também, a relação com as ordens religiosas, que geriram por certo tempo um projeto de colonização por intermédio da redução dos índios nas aldeias ou reduções, com propósito de garantir a mão de obra e exportar para a Europa produtos que eram cultivados nas próprias reduções.

---

[119] JOHNSON, 1997, p. 257.

Outro aspecto que deve ser destacado é a dificuldade que os colonizadores tiveram para construir os espaços urbanos, especialmente devido à precariedade dos materiais disponíveis na América, e a falta de mão de obra especializada para estas construções. Estes espaços, vale salientar, eram essenciais para a organização das instituições das coroas na administração do mundo colonial, pois era neste espaço urbano onde viviam e se concentravam os encarregados de levar adiante o projeto de conquista do Novo Mundo. Estes núcleos urbanos, com o tempo, atuariam também como importantes centros de convergência para a ocupação das terras do interior do território, pois a proximidade com esses locais ofereciam maior segurança às expedições. Tanto isso é pertinente que Farias alerta sobre a existência de uma:

> barreira indígena, a impedir que as terras da colônia fossem efetivamente livres. Tanto foi assim que poucos se aventuraram a estabelecer alguma atividade muito distante dos núcleos então criados para produzir com riscos reduzidos, os produtores tinham que levar em conta a presença de corpos militares.[120]

Dentre os atores da ocupação encontra-se o capitão-donatário que, para obter o êxito esperado, de acordo com os parâmetros pretendidos pelas coroa portuguesa, deveria possuir: a) terras apropriadas para a produção de produtos que tivessem colocação certa na Europa; b) pessoas, fossem elas pequenos colonos que pudessem ser parceiros destes grandes proprietários através do sistema de arrendatários, ou índios e negros que trabalhavam em sistema de escravidão; c) segurança, que deveria ser oferecida pelas coroas por meio de militares que pudessem defender o espaço conquistado, fosse de grupos indígenas ou de possíveis invasões estrangeiras; d) criação de instituições na Europa que procurassem atrair o Europeu para se estabelecer nas colônias da América, com o intuito de ampliar as opções de mão de obra, ao mesmo tempo em que criava um mercado de consumidores.

Quando se fala em atores deve-se ressaltar que o processo de ocupação da América do Sul não se deu apenas por portugueses e espanhóis, pois muitos foram os estrangeiros que contribuíram para o processo de ocupação dos espaços. Dentre tantos, pode-se destacar que:

---

[120] FARIA, 2004, p. 38.

> Con los conquistadores y colonizadores primitivos llegaron bastantes alemanes, holandeses e italianos y entre los marinos no faltaron ingleses ni irlandeses, pero éstos fueron menos que los portugueses que inmigraron sobre todo durante la Unión de España e Portugal, entre 1580 y 1640, pues en Buenos Aires, por ejemplo, llegaron a representar la cuarta parte de la población. Muchos de ellos deben haber sido "cristianos nuevos" o "judíos conversos". Mientras se ignoró cuánta riqueza había sin explotar debidamente, no se impulsó la emigración de procedencia urbana europea y la población española no aumentó mucho.[121]

Durante o processo de ocupação dos espaços na América do Sul, os conquistadores contaram com a participação dos índios, participando das atividades militares de conquista de novos territórios, inclusive em guerras contra os outros nativos e invasores, contribuindo, assim, para a consolidação da colonização europeia. Na América espanhola, especificamente, muitos conquistadores tornaram-se os *encomendeiros*, mordomos, capatazes de índios, corregedores e portadores de demais funções que iam ao encontro dos interesses da coroa espanhola.

Segundo Becker[122], por exemplo, para o caso da América espanhola, houve três principais formas de ocupação territorial: a primeira teria sido constituída pela construção de fortes militares, que sucumbiram pouco tempo depois; a segunda forma de ocupação teria sido a criação de centros de criação e exploração de gado, trazido para a América no século XVII, que rapidamente tomou conta das imensas campinas de norte a sul do continente; e a terceira, o estabelecimento de povoados compostos por espanhóis e mestiços, que formariam as bases de onde partiam as expedições para o interior do território.

Como exemplo daquela segunda fase, pode-se apontar a criação da fortaleza de San Felipe de Montevidéu, em 1726, na tentativa de garantir os territórios orientais do rio Uruguai e a embocadura do Rio da Prata como possessões espanholas, em detrimento das tentativas portuguesas em chegar até aquela região, especialmente após a fundação da Colônia do Santíssimo Sacramento, a qual foi o cerne de inúmeros conflitos entre hispano-platinos e luso-brasileiros na virada dos séculos XVII e XVIII.

---

[121] PAYRÓ, 2006, p. 43.
[122] Ver mais em BECKER, 1982, p. 20 a 27.

Na América Portuguesa, em seu turno, algumas profissões foram tornando-se necessárias para que se conseguisse desenvolver as ordens vindas da Colônia. Dessa maneira, carpinteiros, tanoeiros, artífices, escrivães, comerciantes, camponeses tiveram êxito, pois tinham colocação no mercado de trabalho rapidamente, ou melhor, a colônia necessitava destas pessoas.

> Pocas o escasas noticias hay sobre los comerciantes y capitalistas que desarrollaron sus actividades en Buenos Aires con anterioridad al siglo XVIII. Sabemos del tráfico que se iniciaba en la ciudad porteña y que, a través de los caminos terrestres, usando carretas y recuas de mulas, se hacían viajes hasta Mendoza por el oeste, o siguiendo la ruta del norte, después de pasar por Córdoba, Santiago del Estero, Tucumán, hasta Salta y Jujuy, internándose luego hasta Potosí. [123]

Por outro lado, a constituição de famílias e laços parentais teve importância primordial no desenvolvimento mercantil da colônia, pois: "a importância que a família e as relações de parentesco exerceram, na época, para a responsabilidade dos 'homens bons', e eram eles os principais articuladores para organizar expedições de apresamento de índios e para conhecer os mecanismos burocráticos necessários à aquisição das melhores terras".[124] E foram estes homens bons que poderiam exercer cargos administrativos, ficando responsáveis pelas finanças e pela administração local dos incipientes núcleos urbanos.[125]

Percebe-se, nesse sentido, que a organização para ocupação do espaço na América do Sul por parte das coroas de Portugal e de Espanha foi estruturada a partir da exploração dos recursos naturais que o território disponibilizava, bem como usando a força de trabalho da população indígena presente já antes da chegada dos europeus. Aos poucos foi se criando uma nova sociedade que, ora se aproximava, ora se distanciava das características europeias, com organização política, social e econômica praticamente próprias, visto que eram adaptadas à realidade encontrada na América.

[123] TORRE REVELLO, 1970, p. 101.
[124] FARIA, 2004, p. 47.
[125] Para ver mais: HAMEISTER & GIL (2007) e COMISSOLI (2006).

CAPÍTULO II

A PROVÍNCIA JESUÍTICA DO PARAGUAI

Após a conquista da América pelos espanhóis, o espaço hispânico das Filipinas e das Índias ocidentais foi dividido pela Companhia de Jesus em sete províncias: Alto Peru, Novo Reino de Granada, Filipinas, Quito, Nova Espanha, Chile e Paraguai. A estância de La Cruz, objeto deste trabalho, pertencia a redução de La Cruz que compunha a Província Jesuítica do Paraguai[126], compreendida por: "Asunción, Buenos Aires, Córdoba, Santa Fé, Tucumán, Corrientes, Santiago del Estero, Salta, Rioja, Cajamarca, Tarija, Misiones Lulos, Misiones Mocobíes, Misiones Pampas, Misiones Chiriguanos, Misiones Chiquitos, Misiones Guaraníes de los ríos Paraná y Paraguay"[127].

Tais divisões realizadas pela Companhia de Jesus não correspondiam às organizações das jurisdições e limites territoriais estabelecidos pela coroa Espanhola na América quando da determinação de suas fronteiras, nem com os vice-reinados ou outros espaços criados pela própria igreja católica, como os bispados. Isto demonstra que desde o início da criação da Província Jesuítica do Paraguai os jesuítas tinham um planejamento interno para exercerem suas atividades, marcando seus territórios e promovendo de maneira bastante autônoma seus propósitos para com a América e suas populações. Isso ocorreu porque a coroa espanhola juntamente com os jesuítas tinha reservado uma extensa área destinada às missões, no intuito de que pudessem

[126] "La Provincia jesuítica del Paraguay, conocida también por el nombre de "Paracuaria", fue creada en el año 1604 y comprendía lo que actualmente es Chile, Argentina, Uruguay, Paraguay y partes de Bolivia y Brasil. En 1625 fue desmembrada el área correspondiente a Chile y a la Provincia argentina de Cuyo, entones formada por San Luis, San Juan y Mendoza para crear la Vice-Provincia jesuítica de Chile. De acuerdo con Pablo Pastells S. I., en el tomo I de su obra, los límites eran: al Oriente con Brasil, al Norte con las Sierras de Santa Cruz, al Poniente con la Gobernación de Tucumán y al Mediodía con la Provincia del Río de la Plata. Según las descripciones y los mapas con escalas de aquella época podría estimarse, con valores aproximados, que la Provincia del Paraguay tenía de Norte a Sur, 3000 kms, y de Este a Oeste, 2.000 kms. Dependió de Virreinato del Perú y de la Real Audiencia de Buenos Aires y las Gobernaciones de Charcas hasta la creación de la Real Audiencia de Buenos Aires, Asunción y Tucumán. En el orden eclesiástico estaba incluída en los Obispados de Charcas (Sucre-Bolivia), Buenos Aires, Tucumán, Paraguay y Santa Cruz de la Sierra (Bolivia), aunque esta ciudad siempre estuvo fuera de los límites de la Provincia jesuítica del Paraguay." PALACIOS; ZOFFOLI, 1991, p. 57-58.

[127] PALACIOS; ZOFFOLI, 1991, p. 57.

transformar os indígenas em cristãos que, no futuro, fossem fiéis ao rei, possuíssem terras, pagassem impostos, proporcionando o desenvolvimento do sistema colonial[128].

As discussões referentes à criação da Província Jesuítica do Paraguai começaram por volta do ano de 1603. Como aponta Rouillon Arróspide[129]: "La crisis de la primera misión jesuitica del Paraguay es presentada por Antonio em uma frase: como los superiores no pudiesen visitar esta residencia [de Asunción] por la longitud de tierra, la deshicieron". Aquela cidade estava aproximadamente a 33 quilômetros de distância de Potosí, considerada como "último enclave de la Provincia Jesuitica del Perú. El P. Esteban Páez, visitador de la región en 1603, había decidido que los pocos misioneros dispersos por Paraguay y Tucumán se reunieran en Córdoba, abandonando puestos demasiado distantes."[130] Tais dificuldades ocasionadas pelas distâncias longínquas e pela falta de estradas adequadas dificultava muito a vida dos padres que para lá se deslocavam. A saída dos jesuítas das Províncias de Tucumã e Paraguai provocaram certa oposição por parte das autoridades eclesiásticas:

> Fue grande la oposición a la salida de los jesuitas en las poblaciones de Tucumán y Paraguay. Las autoridades escribieron AL P. Páez: rogándole por lo más sagrado que se renunciara a tal proyecto. El visitador cedió en parte permitiendo Córdoba, quedando en libertad para misionar el resto del tiempo. Pero no quiso hacer lo mismo en el Paraguay por ser tan grandes las distancias.[131]

A criação da Província Jesuítica do Paraguai no ano de 1604, e instalação da missão jesuítica no ano de 1609[132], de San Ignacio Guazu (embora alguns autores não a apontem como a primeira, pode-se entender que ela começou a ser planejada neste ano), não pode ser analisada como a precursora do processo de evangelização dos índios na América e, nesse sentido, nem os próprios jesuítas, pois o trabalho "missionário do

---

[128] Fluxo de relações econômicas sociais e políticas determinadas pela ação dos agentes conhecidos como metrópoles e colônias. Tinha seu eixo sustentador no chamado pacto colonial, que eram pactos de elites visando, de um lado, acumulação de capital e, de outro, o proveito de benesses (sistema de mercês). D acordo com definição oferecida por Fernando Camargo para essa dissertação.

[129] ROUILLON ARRÓSPIDE, 1997, p. 33.

[130] ROUILLON ARRÓSPIDE, 1997, p. 33.

[131] ROUILLON ARRÓSPIDE, 1997, p. 34.

[132] "As missões somente começaram a ser instaladas, a partir de 1609. A área ocupada pelas missões jesuíticas, junto aos Guaranis, expandiu-se inicialmente rumo ao Guaíra, Itatim e Tape, para retrair-se posteriormente, ante os ataques paulistas em direção às proximidades de Assunção e Buenos Aires. Após o avanço bandeirante ter chegado até o vale do rio Uruguai, esta oscilação dos limites entre a sociedade colonial espanhola e a frete de expansão luso-brasileira cessou momentaneamente na região." KERN, 1979, p. 5-6.

Paraguai já havia iniciado antes da criação da província jesuítica. Antecederam aos jesuítas os padres Franciscanos. Os freis San Buenaventura e Luis Bolaños desencadearam a partir de 1578, um trabalho missionário que consistia na redução dos índios para a sua evangelização."[133]

A data de criação da primeira redução da Província Jesuítica do Paraguai vem sendo apresentada de forma confusa, pois Palacios e Zoffoli afirmam: "Y así comenzaron los treinta pueblos missioneros en áreas de los ríos Paraná y Uruguay con San Ignacio Guazú, fundado por El español P. Marcial de Lorenzana em 1609, hoy territorio paraguayo, a 226 kms de La capital Asunción, camino al territorio argentino de Misiones"[134]. Já o Padre Antonio Ruiz de Montoya registra que: "A primeira missão por ele empreendida foi na direção do sul, para onde enviou o venerável Pe. Marcial de Lorenzana,"[135] porém em nota de rodapé traduzida por Bruxel e Rabuske, está anotado que "Assentou-se esta redução no ano de 1611, ou seja, depois de um ano de fadigas incríveis."[136]Portanto, pode-se observar que ambos estão falando da criação da primeira redução, contudo, ambos apontam datas diferentes para a criação de San Ignacio Guazu. Montoya ainda argumenta que, "os dois padres italianos, embora talvez começassem a trabalhar mais tarde que o Pe. Lorenzana, conseguiram antes o seu objetivo, reunindo a redução de Loreto já no ano de 1610."[137]

O segundo autor contradiz-se quando anota que a primeira foi San Ignacio Guazu, em 1611, e Loreto em 1610, e, em razão disso, é preciso fazer ressalvas para estas questões encontradas na historiografia das Missões Jesuíticas[138]. As dificuldades encontradas para definições destas datas estão intimamente relacionadas à falta de documentação, principalmente das cartas ânuas que apontem fielmente as datas de criação das reduções.

As cartas constituíam-se de correspondências regulares, com informações detalhadas das atividades desenvolvidas, nos colégios, reduções, estâncias e outros

[133] SCHALLENBERGER, 1986, p. 161.
[134] PALACIOS; ZOFFOLI, 1991, p. 57.
[135] RUIZ DE MONTOYA, 1997, p. 34.
[136] RUIZ DE MONTOYA, 1997, p. 34.
[137] RUIZ DE MONTOYA, 1997. p. 34.
[138] Pois, MAEDER E GUTIERREZ, apontam para o ano de 1610 como o ano de fundação de ambas as missões, LUGON aponta para o pioneirismo dos padres italianos Simon Maceta e José Cataldino, tornaram-se célebres na história da República Guarani. Isso porque foram os fundadores da primeira redução, denominada Loreto, também no ano de 1610, e Santo Inácio Guaçu em 1611 ou 1612, entre os rios Paraná e Paraguai. Ver mais em MAEDER; GUTIERREZ, 2009, p. 84 e 99 e LUGON, 2010, p. 27,28,29.

espaços, também aproveitavam para salientar o progresso obtido pela evangelização para com os indígenas, estas correspondências eram escritas pelos padres provinciais para o padre geral da companhia de Jesus residente em Roma. Tais cartas ofereciam um panorama geral das províncias, possibilitando uma visão geral dos acontecimentos e, como afirma Melià;

> En una misma carta anua se puede leer La excelente acogida de los Guaraní a los jesuitas en un lugar, mientras que en otro los jesuitas son asesinados por los Guaraní, lo que indica La complejidad de factores que determinaban comportamiento indígena frente a las nuevas formas de vida introducidas por los padres. Las cartas anuas presentan ya, eventualmente, una elaboración secundaria de La actividad misionera entre los indios, con acentuadas intenciones apologéticas, pensando incluso en un lector europeo que debe quedar edificado con tanto heroísmo de los jesuitas, con acentuadas intenciones apologéticas, pensando incluso en un lector europeo que debe quedar edificado con tanto heroísmo de los jesuitas, y maravillado con El modo de ser tan curioso de aquellos "bárbaros".[139]

Melià chama atenção para a complexidade das cartas ânuas, pois tratavam de diversos assuntos, além de serem produzidas posteriormente aos acontecimentos, sofrendo muito com a interferência de quem as redatava. Cada um contava sua versão, tinha uma carga de ideologia, estava com o pensamento focado no destinatário europeu, o que proporcionava a criação de um imaginário acerca dos jesuítas, dos índios e dos lugares do Novo Mundo.

Estes são alguns dos problemas a serem enfrentados ao iniciar as discussões sobre a criação da Província Jesuítica do Paraguai. O mesmo acontece quando se discute sobre a quantidade de reduções instaladas, principalmente quando se tenta fazer delimitações espaciais e temporais destas. Mesmo assim, é importante descrever os povos missioneiros guaranis com suas possíveis datas de fundação:

> San Ignacio Mini, 1632. 2-Corpus, 1633. 3- Loreto, 1632. 4- Santa Ana, 1637. 5- Candelaria, 1627. 6- San José, 1633. 7- Apóstoles, 1633. 8-San Javier, 1629. 9- Santa María la Mayor, 1626. 10- Mártires, 1639. 11- Concepción, 1618. 12- San Carlos, 1639. 13- Santo Tomé, 1632. 14- La Cruz, 1657. 15- Reyes o Yapeyú, 1625.

[139] MELIÀ, 1997, p. 94-95.

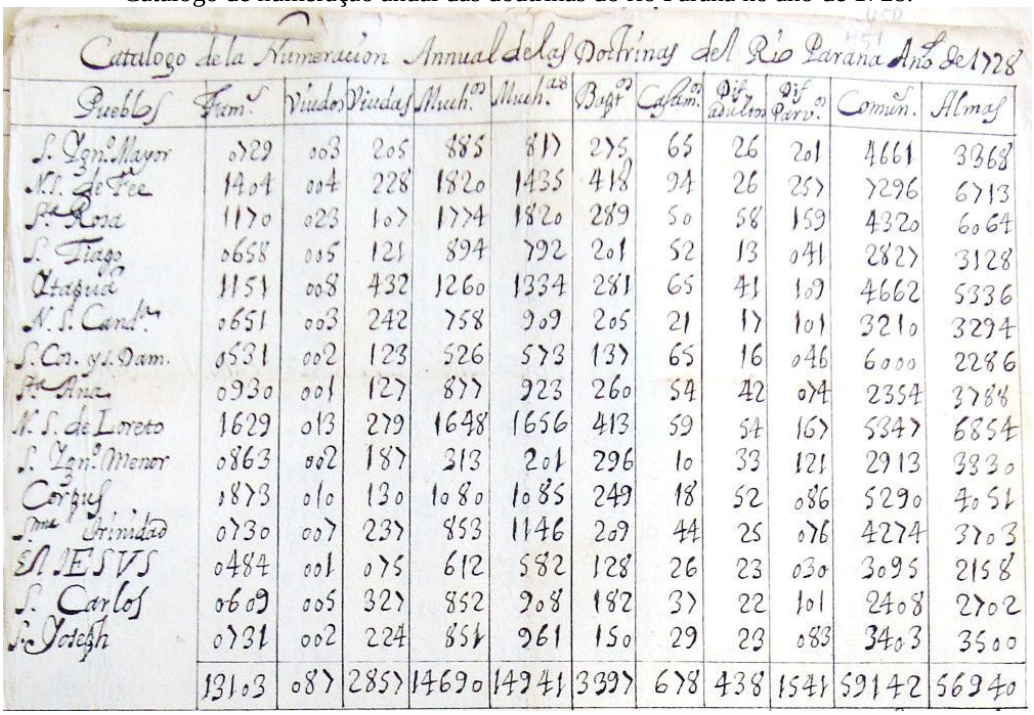
> Brasil
>
> San Miguel, 1632. 2- San Juan, 1697. 3- San Angel, 1707. 4- San Nicolás, 1626, 5- San Luis, 1632. 6- San Lorenzo, 1691. 7- San Borja, 1690.
>
> Paraguay
>
> 1-Trinidad, 1706. 2- Jesús, 1665. 3- Santiago, 1615. 4-San Nicolás, 1626. 5- San Ignacio Guazú, 1609. 6- Santa Rosa, 1698. 7- San Cosme, 1718. 8- Encarnación o Itapía, 1615.[140]

Acima estão descritas as reduções para mostrar que a Estância e Redução de La Cruz faziam parte da Província Jesuítica do Paraguai. Estes conjuntos de reduções criadas pelos jesuítas com o intuito da evangelização foram "submetido a direitos e deveres, possuindo seus regulamentos próprios, e seus superiores das Missões, sendo tratados pelos governadores e mesmo pelos órgãos da administração metropolitana como uma entidade particular"[141]. Isto dava à província relativa autonomia, desde que esta não ferisse os interesses do rei espanhol. Mesmo a área onde deveriam ser instaladas as reduções era determinada pelas autoridades espanholas.

Nos anos iniciais da segunda metade do século XVII, a Província Jesuítica do Paraguai tinha aproximadamente 192 jesuítas, repartidos pela hierarquia da Ordem, atuando em espaços como colégios, residências e reduções, desenvolvendo trabalhos com a população indígena. Com o aumento dos habitantes nos povos da Província começaram a surgir alguns problemas. Um destes foi a falta de religiosos para atender todos os serviços que ali foram sendo desenvolvidos, surgindo muitas queixas em correspondências se referindo à quantidade de religiosos: "Mantiene el Paraguay 192 sujetos de los nuestros, de los cuales 122 son sacerdotes, 36 escolares, 42 Hermanos coadjutores (por cierto, un número muy corto, para una cosecha tan copiosa, la cual se presenta por todas partes); cuenta la Provincia 22 reducciones y 8 colegios […]"[142]

[140] PALACIOS; ZOFFOLI, 1991, p. 58.
[141] KERN, 1979, p. 389.
[142] FRANZEN; FLECK; MARTINS, 2008, p. 30.

Figura 1
Catalogo de numeração anual das doutrinas do rio Paraná no ano de 1728.

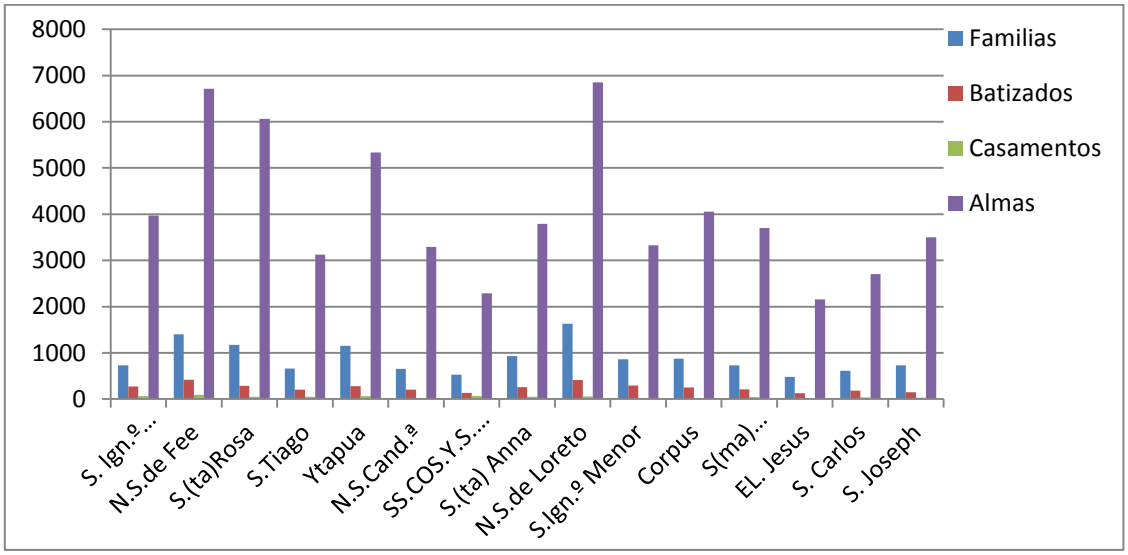


Catalogo de la Numeracion Annual de las Doctrinas del Rio Parana Año de 1728

Pueblos	Fam.s	Viudos	Viudas	Much.os	Much.as	Bapt.os	Casam.os	Dif. adultos	Dif. parv.os	Comun.s	Almas
S. Ign.o Mayor	0829	003	205	885	811	275	65	26	201	4661	3368
N.S. de Fee	1404	004	228	1820	1435	418	94	26	257	7296	6713
S.ta Rosa	1170	023	107	1774	1820	289	50	58	159	4320	6064
S. Tiago	0658	005	121	894	792	201	52	13	041	2827	3128
Ytapua	1151	008	432	1260	1334	281	65	41	169	4662	5336
N.S. Cand.a	0651	003	242	758	909	205	21	17	101	3210	3294
S. Cos. y S. Dam.	0531	002	123	526	573	137	65	16	046	6000	2286
S.ta Anna	0930	001	127	877	923	260	54	42	074	2354	3784
N.S. de Loreto	1629	013	279	1648	1656	413	59	54	167	5347	6854
S. Ign.o Menor	0863	002	187	313	201	296	10	33	121	2913	3330
Corpus	1873	010	130	1080	1085	249	18	52	086	5290	7051
S.ma Trinidad	0730	007	237	853	1146	209	44	25	076	4274	3703
SS. JESVS	0484	001	075	612	582	128	26	23	030	3095	2158
S. Carlos	0609	005	327	852	908	182	37	22	101	2408	2702
S. Joseph	0731	002	224	854	961	150	29	29	083	3403	3500
	13103	087	2857	14690	14941	3397	678	438	1541	59142	56940

Fonte: División Colonia Seccion Gobierno Compañia de Jesus 1723-1734. Leg. Nº 4; 411; S. IX 6-9-6. Doc. 450. Buenos Aires: Archivo General de la Nación.

Quadro 1
Construção do gráfico a partir da documentação Anual do catalogo das doutrinas do rio Paraná no ano de 1728



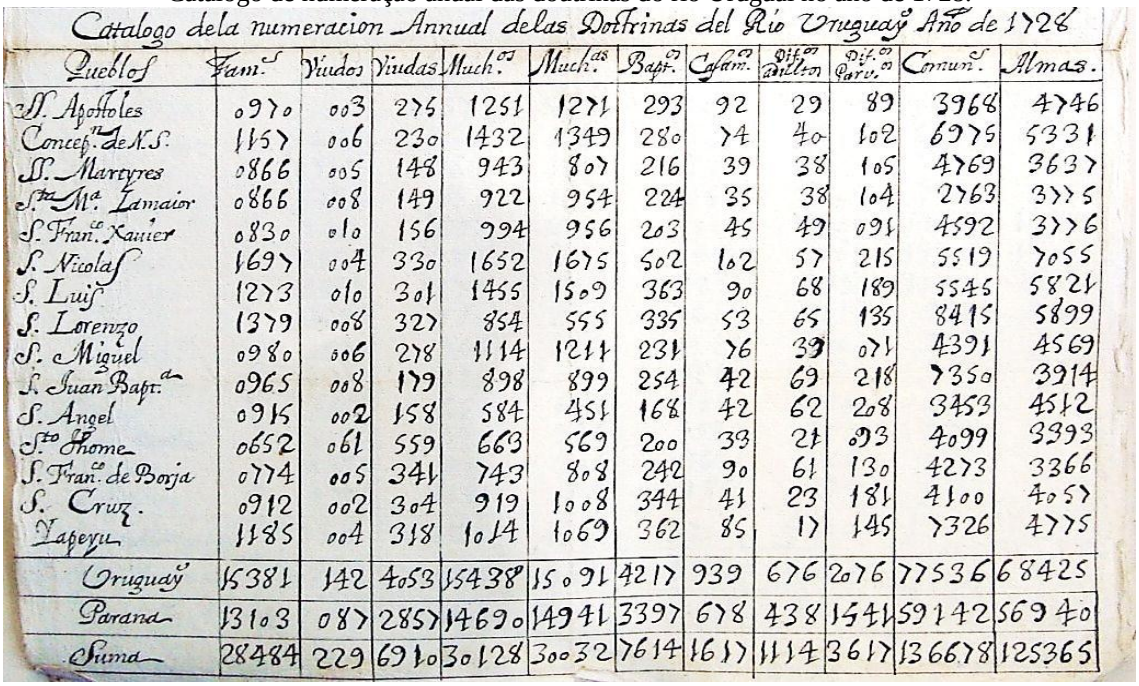
Fonte: A construção do gráfico se deu a partir do documento da División Colonia Seccion Gobierno Compañia de Jesus 1723-1734. Leg. Nº 4; 411; S. IX 6-9-6. Doc. 450. Buenos Aires: Archivo General de la Nación.

Os registros apontam para 11 categorias de contas numéricas, a saber, Familias, Viudos, Viudas, Muchachos, Muchachas, Batismos, Casamentos, Diferidos adultos, Diferidos parvulos, Comungantes e Almas.

Verificando o catálogo de numeração anual das doutrinas do rio Paraná no ano de 1728, entende-se que era formada por quinze doutrinas destacadas no documento (e no quadro). A doutrina N. S. de Loreto possuia o maior número de famílias no total de 1629 tendo um total de 413 casamentos, 59 batizados enquanto que a Doutrina Nossa Senhora da Fé composta por 1404 familias teve 418 casamentos e 97 batizados, sendo a segunda maior doutrina da Província Jesuítica do Paraguai. Nem sempre as reduções que tinham o maior número de famílias são as reduções de maior tamanho, e tampouco as que tinham maior número de batizados, casamentos, números de viúvos ou viúvas.

Deve-se observar também a diferença enorme entre o número de viúvos e viúvas, isto indica uma maior mortalidade de homens do que mulheres, devido aos conflitos existentes, aos acidentes durante as construções das missões e também nas lidas do dia na redução ou estância (isso se demonstra pelo equilíbrio na relação entre muchachos e muchachas). Também se observa que nem sempre a quantidade de indivíduos de qualquer sexo aumenta conforme o tamanho da doutrina.

Figura 2
Catálogo de numeração anual das doutrinas do rio Uruguai no ano de 1728.

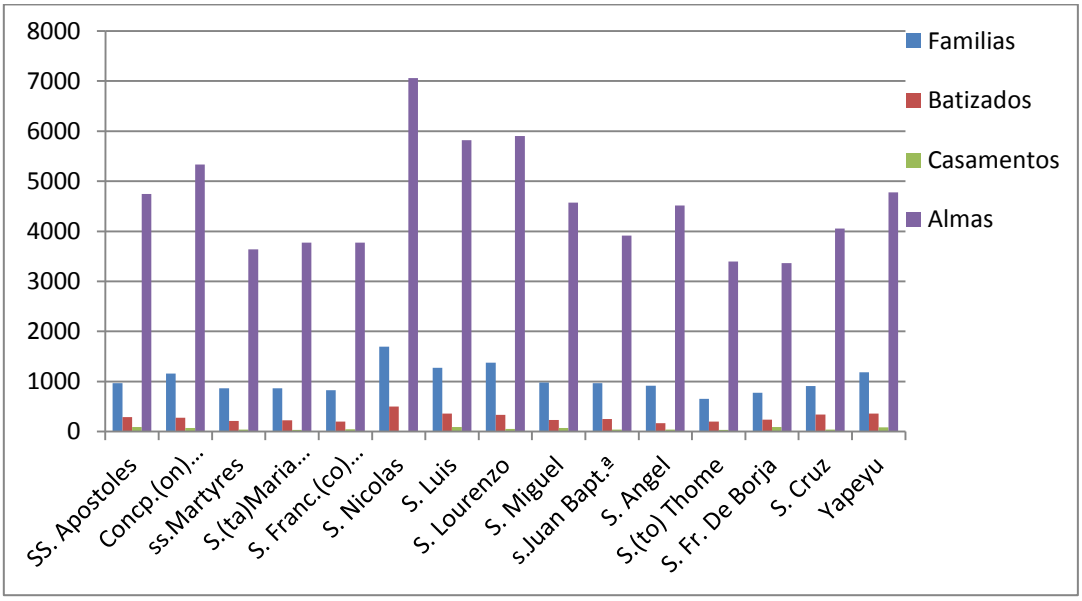


Catalogo dela numeracion Annual delas Doctrinas del Rio Uruguay Año de 1728

Pueblos	Fam.s	Viudos	Viudas	Much.os	Much.as	Bapt.os	Casam.os	Dif.os adultos	Dif.os Parv.os	Comun.s	Almas.
SS. Apostoles	0970	003	275	1251	1271	293	92	29	89	3968	4746
Concep.n de N.S.	1157	006	230	1432	1349	280	74	40	102	6975	5331
SS. Martyres	0866	005	148	943	807	216	39	38	105	4769	3637
S.ta M.a Lamaior	0866	008	149	922	954	224	35	38	104	2763	3775
S. Fran.co Xavier	0830	010	156	994	956	203	45	49	091	4592	3776
S. Nicolas	1697	004	330	1652	1675	502	102	57	215	5519	7055
S. Luis	1273	010	301	1455	1509	363	90	68	189	5545	5821
S. Lorenzo	1379	008	327	854	555	335	53	65	135	8415	5899
S. Miguel	0980	006	278	1114	1211	231	76	39	071	4391	4569
S. Juan Bapt.a	0965	008	179	898	899	254	42	69	218	7350	3914
S. Angel	0915	002	158	584	451	168	42	62	208	3453	4512
S.to Thome	0652	061	559	663	569	200	33	21	093	4099	3393
S. Fran.co de Borja	0774	005	341	743	808	242	90	61	130	4273	3366
S. Cruz.	0912	002	304	919	1008	344	41	23	181	4100	4057
Yapeyu	1185	004	318	1014	1069	362	85	17	145	7326	4775
Uruguay	15381	142	4053	15438	15091	4217	939	676	2076	77536	68425
Parana	13103	087	2857	14690	14941	3397	678	438	1541	59142	56940
Suma	28484	229	6910	30128	30032	7614	1617	1114	3617	136678	125365

Fonte: División Colonia Seccion Gobierno Compañia de Jesus 1723-1734. Leg. Nº 4; 411; S. IX 6-9-6. Doc. 451. Buenos Aires: Archivo General de la Nación.

Quadro 2
Construção do gráfico a partir da documentação Anual do catálogo das doutrinas do rio Uruguai no ano de 1728

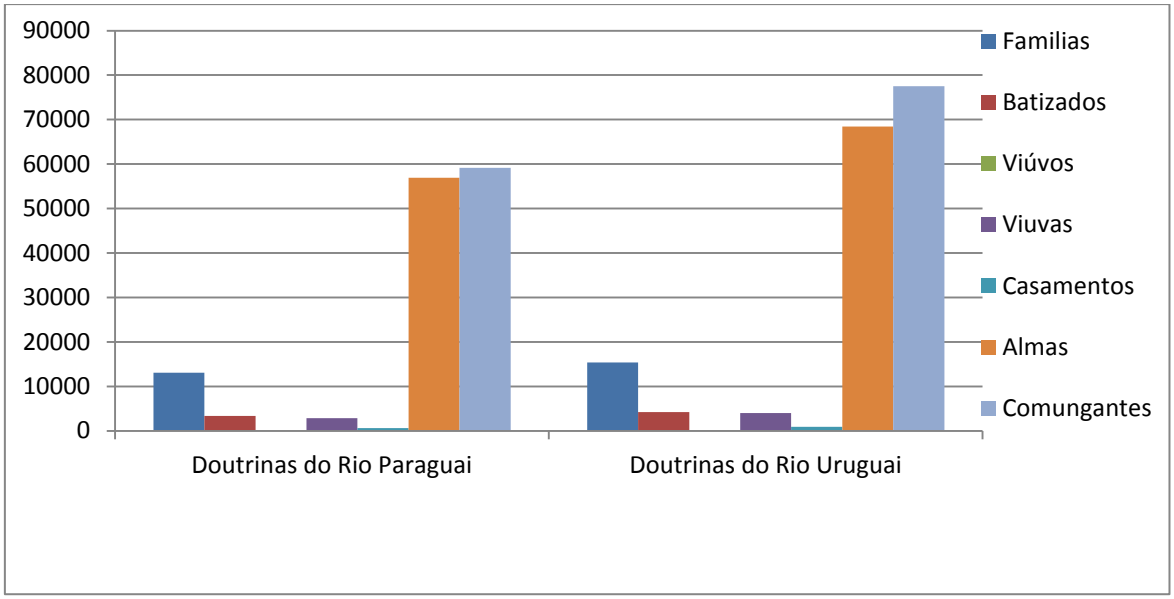


Fonte: A construção do gráfico se deu a partir do documento da División Colonia Seccion Gobierno Compañia de Jesus 1723-1734. Leg. Nº 4; 411; S. IX 6-9-6. Doc. 451. Buenos Aires: Archivo General de la Nación.

La Cruz é a décima primeira em tamanho naquele ano, é a nona em número de famílias, sexta em número de viúvas, terceira em batizados, décima terceira em número

de casamentos, décima terceira em número de almas e décima-primeira em número de comungantes. Também se pode perceber que o número de comungantes era maior do que o número de almas

Quadro 3
Construção do gráfico a partir da documentação Anual do catálogo das doutrinas do rio Paraná e Uruguai no ano de 1728.

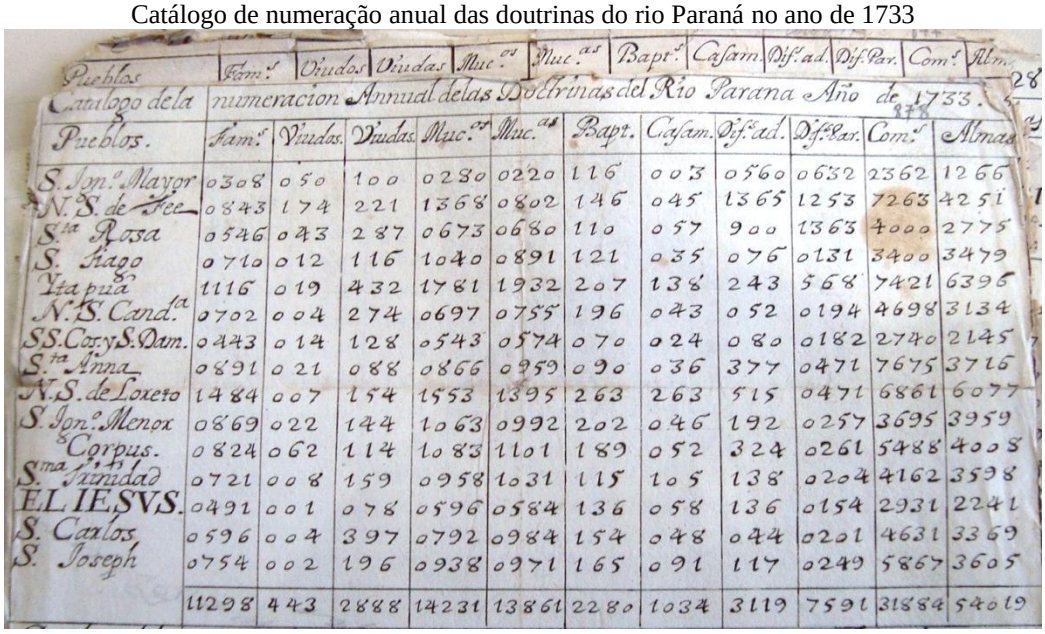


Fonte: A construção do gráfico se deu a partir do documento da División Colonia Seccion Gobierno Compañia de Jesus 1723-1734. Leg. Nº 4; 411; S. IX 6-9-6. Doc. 451. Buenos Aires: Archivo General de la Nación.

Neste gráfico procura-se mostrar os totalizadores das doutrinas do rio Paraná e rio Uruguai, no ano de 1728, as reduções do rio Paraná de um total de 13.103 famílias existentes apenas 3397 batizados, e 678 casamentos, 59142 comungantes e 56940 almas, as do rio Uruguai 15381, com 4217 batizados e 939 casamentos, 77536 comungantes e 68425 almas. Percebe-se que a província do rio Uruguai era maior do que a do Paraná, em todos os sentidos. Entretanto torna-se difícil efetuar as comparações entres estas doutrinas, pois todas estavam situadas em espaços diferentes e também cada uma tinha suas particularidades na sua formação, penso que o número de batismos efetuados somando as duas doutrinas comparando com o número de famílias existentes, equivale aproximadamente 37% das famílias tendo filhos neste ano ou no ano anterior, percebe-se que estes números são muito pequenos em relação à quantidade de famílias. Isto traz três possibilidades à consideração: primeiro um baixo índice de

natalidade; segundo, um alto índice de mortalidade infantil; e, terceiro, a opção de não batizar[143].

Figura 3
Catálogo de numeração anual das doutrinas do rio Paraná no ano de 1733



Catalogo de la numeracion Annual de las Doctrinas del Rio Parana Año de 1733.

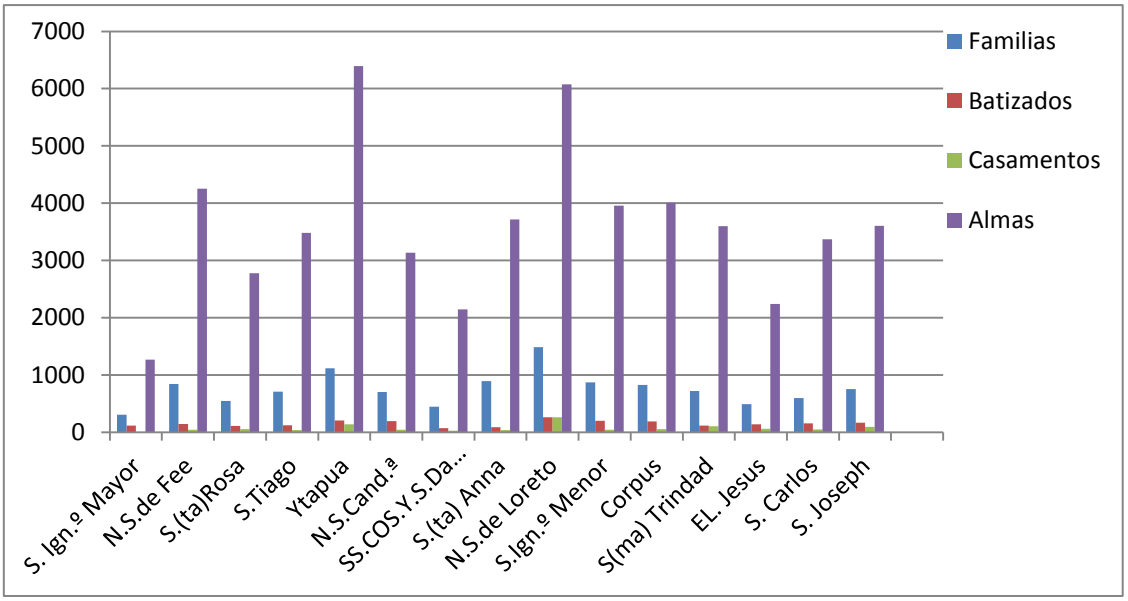
Pueblos.	Fam.s	Viudos	Viudas	Muc.os	Muc.as	Bapt.s	Casam.	Dif.s ad.	Dif.s Par.	Com.s	Almas
S. Jon.o Mayor	0308	050	100	0280	0220	116	003	0560	0632	2362	1266
N.S. de Fee	0843	174	221	1368	0802	146	045	1365	1253	7263	4251
S.ta Rosa	0546	043	287	0673	0680	110	057	900	1363	4000	2775
S. Tiago	0710	012	116	1040	0891	121	035	076	0131	3400	3479
Ytapua	1116	019	432	1781	1932	207	138	243	568	7421	6396
N.S. Cand.a	0702	004	274	0697	0755	196	043	052	0194	4698	3134
SS.Cos.y S.Dam.	0443	014	128	0543	0574	070	024	080	0182	2740	2145
S.ta Anna	0891	021	088	0866	0959	090	036	377	0471	7675	3716
N.S. de Loreto	1484	007	154	1553	1395	263	263	515	0471	6861	6077
S. Jon.o Menor	0869	022	144	1063	0992	202	046	192	0257	3695	3959
S.to Corpus.	0824	062	114	1083	1101	189	052	324	0261	5488	4008
S.ma Trinidad	0721	008	159	0958	1031	115	105	138	0204	4162	3598
EL IESVS.	0491	001	078	0596	0584	136	058	136	0154	2931	2241
S. Carlos	0596	004	397	0792	0984	154	048	044	0201	4631	3369
S. Joseph	0754	002	196	0938	0971	165	091	117	0249	5867	3605
	11298	443	2888	14231	13861	2280	1034	3119	7591	31884	54019

Fonte: División Colonia Seccion Gobierno Compañia de Jesus 1723-1734. Leg. Nº 4; 411; S. IX 6-9-6. Doc. 177. Buenos Aires: Archivo General de la Nación.

A pesquisa no Archivo General de La Nación possibilitou encontrar documentos que foram norteadores da pesquisa, mesmo assim não foi possível encontrar todos os catálogos de numeração anual de ambas as doutrinas, o que seria muito importante para aprofundar as discussões, pois muitos documentos encontravam-se em restauração (janeiro de 2009).

[143] Mais improvável, dado que em geral a permanência na área reducional estava imbricada com o compromisso de entregar as crianças ao batismo e à catequese.

Quadro 4
Construção do gráfico a partir da documentação Anual do catálogo da doutrina do rio Paraná no ano de 1733

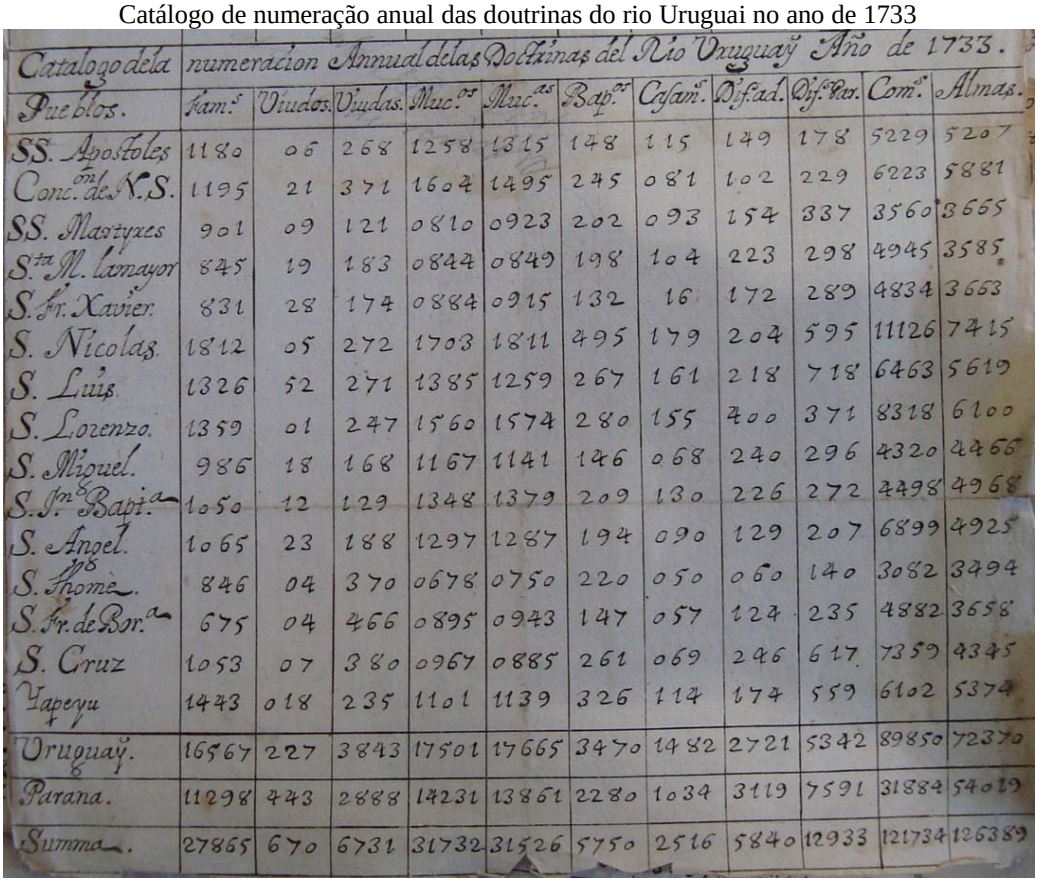


Fonte: A construção do gráfico se deu a partir do documento da División Colonia Seccion Gobierno Compañia de Jesus 1723-1734. Leg. Nº 4; 411; S. IX 6-9-6. Doc. 177. Buenos Aires: Archivo General de la Nación.

De 1728 a 1733 pode-se perceber que houve um aumento significativo de população nestas duas reduções Ytapua de 5336 para 6396 e também é a redução que neste ano de 1733 teve a segunda maior quantidade de casamentos (138) e 207 batizados. San Carlos de 2702 para 3369, mesmo tendo este grande aumento populacional o número de casamentos e batizados não foi representativo, em número de casamentos de 48 ficou em oitava, contando o número de 154 batizados ficou a sétima. San Ignacio Maior, S.S. Cosme e S. Damião, Santa Rosa, Nossa Senhora da Fé, Santa Trindade, Corpus, Santa Ana, N. S. de Loreto tiveram diminuição em sua população e o restante das doutrinas do rio Paraná aumentaram, em pequenas proporções.

Os aumentos de almas nessas doutrinas se deram devido à necessidade que alguns povos tiveram de se agruparem para: evitar a exploração executada pelos espanhóis dos centros urbanos não reducionais, pela segurança que a redução lhes proporcionava, e por seguirem seus caciques que optavam então pela aproximação com os jesuítas.

Figura 4
Catálogo de numeração anual das doutrinas do rio Uruguai no ano de 1733

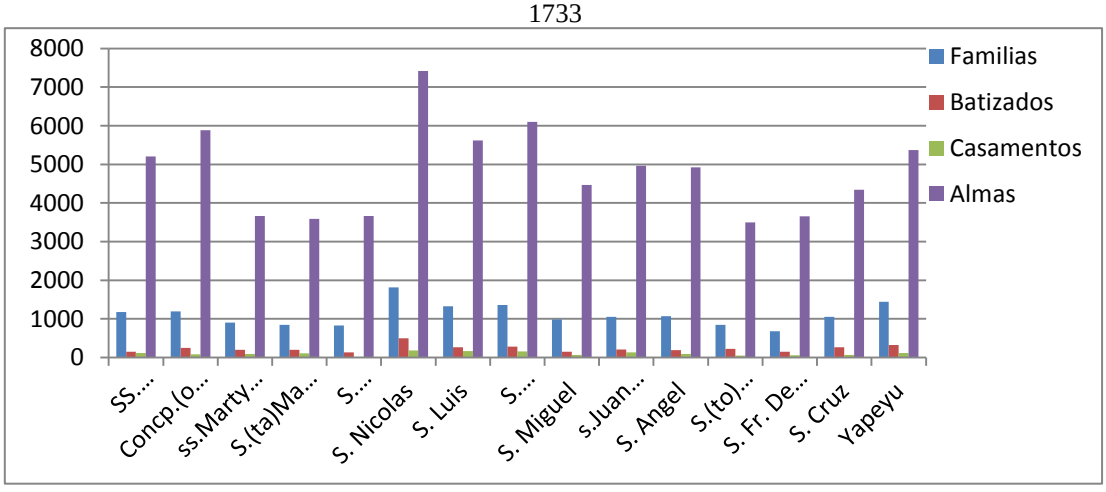


Catalogo dela numeracion Annual delas Doctrinas del Rio Uruguay Año de 1733.

Pueblos.	fam.s	Viudos.	Viudas.	Muc.os	Muc.as	Bap.os	Casam.s	Dif.cad.	Dif.Par.	Com.s	Almas.
SS. Apostoles	1180	06	268	1258	1315	148	115	149	178	5229	5207
Conc.on de N.S.	1195	21	371	1604	1495	245	081	102	229	6223	5881
SS. Martyres	901	09	121	0810	0923	202	093	154	337	3560	3665
S.ta M. Mayor	845	19	183	0844	0849	198	104	223	298	4945	3585
S. Fr. Xavier.	831	28	174	0884	0915	132	16	172	289	4834	3663
S. Nicolas.	1812	05	272	1703	1811	495	179	204	595	11126	7415
S. Luis.	1326	52	271	1385	1259	267	161	218	718	6463	5619
S. Lorenzo.	1359	01	247	1560	1574	280	155	400	371	8318	6100
S. Miguel.	986	18	168	1167	1141	146	068	240	296	4320	4466
S. Jn.s Bapt.a	1050	12	129	1348	1379	209	130	226	272	4498	4968
S. Angel.	1065	23	188	1297	1287	194	090	129	207	6899	4925
S. Thome.	846	04	370	0678	0750	220	050	060	140	3082	3494
S. Fr. de Bor.a	675	04	466	0895	0943	147	057	124	235	4882	3658
S. Cruz	1053	07	380	0967	0885	261	069	246	617	7359	4345
Yapeyu	1443	018	235	1101	1139	326	114	174	559	6102	5374
Uruguay.	16567	227	3843	17501	17665	3470	1482	2721	5342	89850	72370
Parana.	11298	443	2888	14231	13861	2280	1034	3119	7591	31884	54019
Summa.	27865	670	6731	31732	31526	5750	2516	5840	12933	121734	126389

Fonte: División Colonia Seccion Gobierno Compañia de Jesus 1723-1734. Leg. Nº 4; 411; S. IX 6-9-6. Doc. 177. Buenos Aires: Archivo General de la Nación.

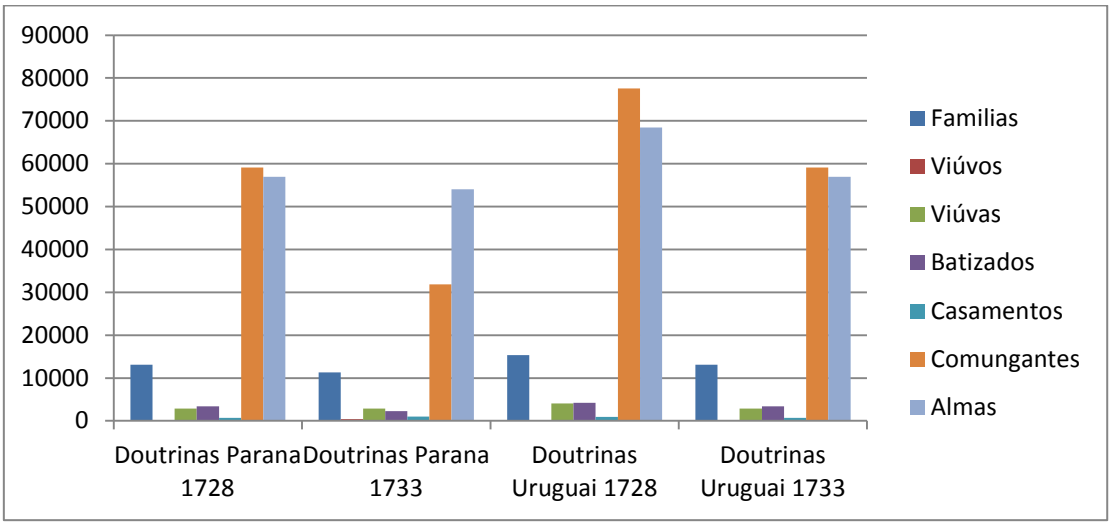
Quadro 5
Construção do gráfico a partir da documentação Anual do catalogo da doutrina do rio Uruguai no ano de 1733



Fonte: A construção do gráfico se deu a partir do documento da División Colonia Seccion Gobierno Compañia de Jesus 1723-1734. Leg. Nº 4; 411; S. IX 6-9-6. Doc. 177. Buenos Aires: Archivo General de la Nación.

Quadro 6

Construção do gráfico a partir da documentação Anual do catalogo das doutrinas do rio Paraná e Uruguai no ano de 1728



Fonte: A construção do gráfico se deu a partir do documento da División Colonia Seccion Gobierno Compañia de Jesus 1723-1734. Leg. Nº 4; 411; S. IX 6-9-6. Doc. 177. Buenos Aires: Archivo General de la Nación.

Cincos anos passaram e algumas reduções aumentaram o número de seus habitantes e outras diminuíram, assim como número de casamentos, batismo, comungantes, famílias, almas, em geral ambas as doutrinas tiveram diminuições em seus habitantes, os comungantes chamam a atenção, pois eles aumentaram nas reduções foram os únicos que não tiveram diminuições.

A redução de La Cruz em 1728 aparecia em décima primeira das doutrinas do rio Uruguai, já em 1733 teve um aumento significativo de população passando a ser a sexta, ainda maior que Yapeyu. La Cruz também teve um aumento na quantidade de comungantes passando de 4100 para 7359 em cinco anos, ela só teve a diminuição em números de casamentos, pois em 1728 ocorreram 362 e em 1733 apenas 261.

É perceptível a necessidade que se tinha da vinda de mais jesuítas para atender a todos os trabalhos que surgiam naquele espaço, já que eram os responsáveis pelos indígenas e também pelo espaço que estavam ocupando. Entretanto a escolha da área ou região dos povos era definida por autoridades espanholas que após estabelecer um local que tivesse recursos naturais para sobrevivência do povo convocavam padres jesuítas para auxiliar na redução dos índios.

> La elección del área o región era definida previamente por las autoridades españolas; en el caso de los Treinta Pueblos Misioneros Guaraníes fue determinado por el Gobernador de Paraguay residente en Asunción, Hernán Arias de Saavedra o

> Hernandarias, quien solicitó al Virrey del Perú, en 1605, que enviara más jesuitas, y al primer Provincial, P. Diego de Torres, le pidió que fueran destinados a la región del Guairá y del Paraná porque en una carta que Hernandarias había mandado al Rey dijo que… no había medio de reducir por las armas los 150.000 indios…; el Rey contesto que… aunque hubiese fuerzas bastantes para conquistar dichos indios, no se ha de hacer sino con sola doctrina y predicación del Santo Evangelio, valiéndose de los religiosos de la Compañía de Jesús que han ido para este efecto. [144]

O território da Província Jesuítica do Paraguai se constituía num espaço em permanente mutação, devido à mobilidade contínua dos povos, que eram fundados, fundidos, refundados ou extintos, inclusive, em alguns casos mais de uma vez. O que dava esse caráter maleável ao referido território. Não uma maleabilidade legal, na medida em que os limites eram definidos, mas uma maleabilidade prática oriunda da expansão e influência da Companhia de Jesus e o decorrente choque com as demais forças de expansão colonialistas na América do Sul.

Originalmente, a Província Jesuítica do Paraguai abrangia a área do rio Paraguai e as margens dos rios Paraná e Uruguai, mais especificamente, o que hoje são as províncias paraguaias a leste do Rio Paraguai (excluídas as áreas já exploradas economicamente ou possuídas por Asunción), a Província de Misiones na atual Argentina, partes das províncias de Corrientes e Entre Rios e, parte do Estado do Rio Grande do Sul, no Brasil, bem como, a porção norte do Rio Negro (Yi), no atual Uruguai.

É importante lembrar que outras áreas jesuíticas importantes existiam na América do Sul: Moxos, Chiquitos e Maynas, sendo que constituíam províncias diferentes da ordem (ainda que vizinhas da do Paraguai).

A Companhia de Jesus, junto com a coroa espanhola, através da Província Jesuítica do Paraguai, além de ter aspectos religiosos, pois nesse projeto os jesuítas transformando grupos de índios infiéis em cristianizados, buscava também civilizar a partir de novos hábitos, provocando mudanças na vida social, econômica e política da população indígena, diferenciando não só elementos temporais, mas também o espaço a partir de construções de casas, colégios, igrejas, instituições políticas que apresentavam

[144] PALACIOS; ZOFFOLI, 1991, p.59.

leis, cargos administrativos, enfim, um conjunto de novos fatores que foram misturando-se às tradições culturais dos indígenas.

Como indica Guillermo Wilde: "la consigna 'sin fe, sin ley, sin Rey'", debe ser interpretada como un trípode que promovía la acción simultánea en el terreno de la religión, la sociedad y la política, esferas que en la época no se encontraban claramente diferenciadas. En última instancia lo que estaba en juego era un concepto de "civilidad."[145] Wilde chama atenção para a importância de se entender que os indígenas guaranis eram povoações sem fé a partir do pensamento cristão, sem lei porque eram considerados como povos sem uma organização política e sem Rei porque não tinham ainda as concepções de formação de um Estado. Estas três questões foram importantes para que a coroa espanhola aprovasse a formação da província jesuítica. Através do processo de cristianização seria possível, não só definir espaços religiosos, mas também após a conversão, influenciar também nos aspectos políticos e culturais.

Com isso percebe-se uma mudança de estrutura que estava sendo implantada a partir da criação da Província Jesuítica do Paraguai, pois "las reducciones de Guaraníes son tal vez uno de los proyectos más anticoloniales dentro de la Colonia, una especie de intento en que algunos hombres – los misioneros – creyeron ingenuamente poder superar y zafarse del sistema colonial; estaban dentro de la Colonia y contra los colonos".[146] Em certos momentos aproximava-se do pensamento de colonização pensado pela coroa Espanhola e, noutros momentos, se distanciava pelos possíveis conflitos que aconteceram entre os reduzidos que estavam preparados para se defender dos colonos.

> A Província Jesuítica do Paraguai manteve sempre em Madri um procurador para atuar junto aos órgãos administrativos da monarquia espanhola, principalmente ante o Conselho das Índias, pois seus conselheiros tomaram muitas decisões que foram vitais para a vida política das Missões, desde que Montoya ali advogou a existência de um exército indígena armado, face à fronteira com a colônia portuguesa do Brasil. Medidas relativas a propriedade comunitária ou privada, aos tributos a serem pagos e à maneira de pagá-los, à permanência do armamento nas mãos dos indígenas guaranis ou em Assunção, foram algumas das decisões tomadas no Conselho e

[145] WILDE, 2009, p. 51.
[146] MELIÀ, 1997, p. 121.

> posteriormente aprovadas pelo monarca e transformadas em Cédulas Reais.[147]

A vida política da Província Jesuítica do Paraguai estava ligada aos órgãos administrativos da monarquia espanhola que eram responsáveis por diversas decisões relativas ao sistema de organização que estava sendo implantado: os assuntos relacionados ao espaço onde cada povo estava se estabelecendo, os tributos a serem pagos, desde o valor até o modo de pagamento por parte dos indígenas. Além de outras questões, tais como as de cunho militar, como o armamento dos indígenas. No aspecto bélico, pensava-se que os índios armados não iriam apenas proteger o território como também a si mesmos, levando em consideração os possíveis ataques dos bandeirantes em busca de mão de obra barata.

As experiências iniciais das reduções, tanto pelos franciscanos como, mais tarde, pelos jesuítas, com a criação da Província Jesuítica do Paraguai, mostra que as primeiras reduções foram espaços de ensaio e de criação de métodos para se colocar em prática um modelo que atendesse às necessidades da coroa espanhola e da Companhia de Jesus.

A Província estimulava diversas relações sociais, muitas vezes disfarçadas de celebrações ou rituais que foram se desenvolvendo, com intuito de reunir os povos através de atividades que valorizassem ideias de coletividade e de cristianismo mesclado com padrões de comportamento europeus.

A partir de tais relações, por exemplo, as celebrações que envolviam diferentes povos, houve um crescimento mercantil que ajudou no incremento desses espaços, tanto em termos econômicos como do próprio escopo geográfico, ampliando a organização política das reduções e suas estâncias. Outro estímulo à produção e à troca econômica foram as embarcações, que eram um meio de transporte muito utilizado pelas reduções. Os administradores das reduções demonstravam preocupação com os atracadouros de qualquer espécie.

> El P. Pedro de Ordeina de la comp.ª de Jhs. procr general de las dotrinas del Paraguay y Uruguay. digo que tengo podido testimonio de las balsas y barcas que an entrado en el puerto de esta ciudad assi de las dotrinas de las provincias del Parana y

[147] KERN, 1982, p. 22.

> Uruguay como de la prov. del Paraguay. Y porque conviene al derecho de dichas dotrinas se me de dicho duplicado al pie de este escripto[148]

Pode-se perceber com esta documentação que o padre geral das doutrinas do Paraguai e do Uruguai, estava afirmando a necessidade de que se aumente a frota de balsas e barcos, alegava que as doutrinas tinham o direito de crescerem economicamente para que não ficassem estagnadas. Esta observação foi feita pelo Padre Pedro de Ordiena quando o mesmo observou o fluxo que se dava nos portos. O documento também aponta para as dificuldades que as doutrinas tinham em possuir estas embarcações.

> Consta de las dichas visittas y quadernos [...] sittadas a que me refiero en os quales aunq^{-} por mi el dicho escrivano an sido buscadas no an podido ser halladas mas del ttan solam.^{te} las desusso sittadas = y se siguen las barcas y valsas que parese na llejado dela Prov.^{a} de La Asumpss.^{n} del Paraguay des de el año passado de mil y seiscienttos y setentta y siette hasta el dia dela fecha deste demill seiscienttos y settentta y ocho ---
>
> = Primem.^{te} parese que q^{-} visitto en lo puertto desta dicha ciudad en beintte y ocho dias del mes de henero de mill y seiscienttos y setentta y siette años por el capp.^{n} Juan Sacarias correg ^{r} una barca pilotto della Manuel desilua**,** que salio de La Asumpss.^{n} Prov.^{a} del Paraguay y en ella dos Mill siescienttos y setentta y ocho arrobas y tres libras de yerva y mas nuebe tercíos q^{-} no dise las arrobas q^{-} pessaron, consta al 23 del primer quaderno del dicho año ---
>
> Mas paresse q^{-} dicho coreg^{r} visitto en dicho puertto otra barca que salio de la ciudad de La Asumpss.^{n} del Paraguai pilotto Manuel Andres Bareydo y en ella quatro mill dusienttas y quarentta y tres arrobas de yerva y tabaco; y tres mill nobesientta y seis arrobas de yerva consta al 93 y 94---
>
> Mas paresse q^{-} dicho correg^{r} visitto en el puertto desta dicha ciudad en beintte y ocho dias de mes de Março del dicho año una valsa q^{-} salio del dela ciudad de La Asumpss.^{n} del Paraguay y en ella mill y sien arrobas de yerva consta al 99 del dicho quaderno---
>
> Mas paresse q^{-} en dicho puertto en beintte y sines dias del mes del dicho año visitto dicho correg^{r} una valssa que salio del

[148]Compañía Jesús 1676-1702. Leg. 2; 409; S. IX 6-9-4. Buenos Aires: Archivo General de la Nación.

> puertto de La ciudad de Santa Fee devera delas corrientes y en dicha valsa sientto y sinq.ta arrobas de yerva consta al 103.[149]

O controle dava-se na entrada e na saída de embarcações dos portos, pois os corregedores e outros responsáveis pela fiscalização possuíam um controle do que era transportado pelos barcos e os jesuítas preocupavam-se que os produtos transportados não fossem desviados dos destinos, pois os portugueses andavam por estes rios e faziam contrabando utilizando-se do acesso que o rio Paraguai e Uruguai davam à Bacia da Prata ponto de entrada e saída (ilegal[150]) de produtos.[151]

[149] Compañía Jesús 1676-1702. Leg. 2; 409; S. IX 6-9-4, Doc. 628. Buenos Aires: Archivo General de la Nación.
[150] Buenos Aires foi porto ilegal (exceto para a área de suas própria *governación*) até o Alvará de 1778, quando tornou-se porto oficial para o comércio intercolonial e para com a metrópole.
[151] Ver GARCIA, 1982 e CESAR, 1978.

AS LEIS E OS INDÍGENAS

A ocupação do espaço pela Companhia de Jesus e também por outras ordens religiosas na América ocorreu a partir do momento que as autoridades coloniais perceberam a conveniência de ter esses religiosos como companheiros no processo de construção da empresa colonial, "Hernando Arias de Saavedra (conhecido também como Hernandárias), foi um dos primeiros a ressaltar a necessidade de civilizar e cristianizar as almas que viviam pelos campos e pelas matas de sua jurisdição."[152] Hernandárias teria percebido que a guerra permanente contra o indígena era contraproducente para a lógica do colonialismo espanhol: melhor seria conquistar corações e mentes, melhor seria convertê-los em súditos.

Dois tipos de núcleos povoadores de matriz europeia na América espanhola foram instalados nos primeiros séculos: o de povoamento, a partir do processo de colonização, trazendo colonos para povoar e produzir, utilizando a mão de obra indígena[153]; e outro tipo que seria implantado mais tarde: as reduções, sob a administração interna dos representantes da Igreja Católica. Camargo, quanto à América espanhola, comenta três pontos de vista diferentes acerca dos indígenas:

> Primeiro, a posição dos colonos, empreendedores ou terratenentes, que os viam como força de trabalho; segundo, a posição dos religiosos em geral, que os viam como almas a serem salvas ou preservadas; finalmente, a posição oficial e burocrática, que os viam como súditos diferenciados, com potencial para se tornarem massa de manobra ou efetivo militar.[154]

Duas abordagens importantes com relação às populações indígenas na América do Sul foram a *encomienda* e o reducionismo. A primeira estabelecida meramente como

[152] CAMARGO, 2001, p. 28.
[153] Estes também criram um efeito cascata, no qual núcleos urbanos serviam de base para a constituição de novos, os quais, por seu turno, facilitavam a criação de outros mais.
[154] CAMARGO, 2001, p. 32-33.

uma imposição tributária expressa em exploração do trabalho servil e semi-servil e, a segunda, estruturada em toda a constituição de todo um *modus vivendi*, que também implicava em exploração da mão-de-obra, ainda que numa perspectiva muito distinta.

Os reinos espanhóis na América, teoricamente, não teriam um estatuto inferior aos demais reinos europeus, pois os descobrimentos, as conquistas e a criação das províncias estavam submetidos às leis e instituições da coroa espanhola, como demonstra o fato de que todos os nascidos na América eram considerados súditos da coroa.

> Los soberanos concedieron importantes delegaciones de la autoridad pública a los que por su cuenta y riesgo realizaron empresas de conquista y descubrimiento [...] pero estas delegaciones estaban concebidas como vitalicias, tras lo cual la Corona se reservaba la facultad de recuperar la totalid del poder[155].

Tais poderes dados àquelas delegações possibilitaram a execução de várias ações, dentre elas, as atrocidades cometidas contra os povos nativos, pois:

> muchos testimonios de siglo XVI describen la innegable brutalidad de la encomienda y su sistema aún más severo de explotación del trabajo en la mina, la Mita. Padre Las Casas sobre la destrucción de las Indias, está en el origen de la llamada Legenda Negra de una España brutal, sanguinaria y sádica, empeñada en torturar y asesinar a sus súbditos coloniales.[156].

Estas delegações feitas na América para os diferentes personagens e instituições foram estruturadas por organismos ligados diretamente ao controle da coroa. Também em vista disso, a coroa espanhola criou algumas leis, através de seus órgãos administrativos, para controlar melhor o universo americano. Ao mesmo tempo tentava tornar uniformes os quadros políticos das sociedades que estavam começando a se desenvolver em vários espaços da América Espanhola e, para isso, um dos mecanismos criados tinha caráter econômico, chamado: *La Casa de Contratación*[157].

---

[155] BENASSAR, 1986, p. 73.
[156] FUENTES, 1992, p. 140.
[157] "La Casa fue dotada en 1510 de un primer estatuto, refundido en 1539. En 1522, un nuevo reglamento, muy ampliado, que incluía 200 artículos, fue promulgado y revisado con adiciones en 1647. La importancia de la casa hizo que se nombrara un presidente en 1579, y la proliferación de los casos de justicia que apelaban a ella hizo que se constituyese un tribunal especial, una audiencia, en 1583. Poco a poco fue aumentando el número de SUS funcionarios y empleados, que en 1687 alcanzó la cifra de 110.

Ela foi instalada em Sevilha no ano de 1503, como já foi comentado no primeiro capítulo desse trabalho. Seu objetivo era controlar todos os serviços de transporte, fossem eles fretados pelo Estado ou de particulares, além de controlar também a arrecadação e administração das rendas pertencentes à coroa espanhola.

> En principio, las leyes castellanas tenían vigencia en América, pero era tarea del Consejo adaptarlas a un medio muy diferente y, se hacía necesario, crear otras nuevas. Es los que se produjo sobre todo a partir de 1542-43. Estas leyes, llamadas *real provisión* eran aplicadas a través de cédulas reales. Proliferaron enormemente.[158]

As dificuldades eram grandes, pois criar um sistema jurídico adequado para a América espanhola durante o período colonial, onde as realidades dos povos nativos eram totalmente diferentes da realidade europeia, possibilitou ao longo deste período interpretações e aplicações diferentes, tanto pelos homens quanto que pelas instituições criadas.

As instituições de administração na América Espanhola eram executadas pelos governadores[159], pelas audiências[160] e pelos vice-reis[161], pois a coroa espanhola necessitava da instalação destes poderes, considerados intermediários entre a Espanha e as províncias, com o intuito de proteger a colônia contra possíveis invasões e, também,

---

A principios del siglo XVIII, la Casa de trasladó a Cádiz: se disolvería en 1790, víctimas de las ideas de la libertad de comercio que postulaban la supresión de los monopolios, aunque fuesen del Estado." BENASSAR, 1986, p. 75.

[158] BENASSAR, 1986, p. 77.

[159] "El *sistema de gobernador* va a ser aplicado a los demás territorios conquistados como el instrumento de control burocrático de La Corona: cada provincia nacida de La conquista se verá provista de un gobernador nombrado por El Rey durante un plazo de tres a ocho años y dotado de poderes administrativos y de justicia, y muy a menudo también de poder militar." BENASSAR, 1986. p. 78.

[160] Las reglas de cada Audiencia fueron concretadas desde su fundación. Al principio se componían de cuatro auditores y un fiscal (procurador), todos juristas profesionales, ejerciendo rotativamente cada uno de ellos la presidencia. Cada año uno de los auditores tenía que efectuar una visita a las provincias de la jurisdicción de la Audiencia con sesiones de justicia itinerantes a través de dichas provincias. Nos séculos XVII e XVIII, o número dos auditores aumentou." Ver mais em BENASSAR, 1986, p. 79.

[161] "Durante los siglos XVI y XVII Sólo hubo dos virreinatos El de Nueva España, creado en 1535, que incluía toda América central, excepto Panamá, las Antillas y La zona costera de Venezuela (Audiencias de Santo Domingo, México, Guadalajara y Guatemala), y El Del Perú, creado en 1543, y Del que dependía toda América Del sur, excepto La costa venezolana, además de Panamá. Pero en 1717 se creó en tercer virreinato, El de Nueva Granada, cuya capital fue Bogotá. Al cabo de unos años desapareció para ser recreado definitivamente en 1739 con la jurisdicción de las Audiencias de Bogotá, Panamá y Quito. En 1776 se creó El virreinato de La Plata, con Buenos Aires como capital, del que dependían las Audiencias de Buenos Aires y Charcas (o sea, Argentina, Paraguay, Uruguay y Bolivia actuales). Las dos últimas creaciones corresponden al crecimiento de algunas regiones y a la necesidad de defender mejor demás provincias Río de la Plata contra la codicia extranjera." Ver mais em BENASSAR, 1986, p. 80.

coibir ao máximo possíveis levantes dos nativos, ou outras manifestações de desafeto contra o conquistador europeu.

Durante a criação das reduções dentro América espanhola os colonizadores tinham que definir os direitos dos nativos, tendo então a necessidade do entendimento das noções identificadas do que vem a ser a moral, a religião de ambos, conquistadores ou conquistados: "ikarai e'y va'e rekokue rau,"[162]e das leis, pois era necessário naquele momento haver uma legislação que contemplasse a América.

De um lado, as Leis das Índias, com o intuito de defender os interesses da coroa espanhola, de outro, os atos cometidos pelos conquistadores para alcançar a riqueza, glória ou o que quer que os movesse, bem como o processo de evangelização apresentando como uma grande possibilidade para permitir aos nativos seus supostos direitos como seres humanos.

> La propagación de la Fé Católica em lãs tierras americanas recién descubiertas se necesitaba dictar leyes específicas que ordenaran el cumplimiento de este requisito y ésas fueron lãs leyes de los "Reynos de lãs Indias" que inicilmente, por oderm real, fueron remitidas una cópia a México, en 1548, y outra a Lima, em 1552. Posteriormente se hicieron actualizaciones periódicas de más de 300.000 documentos (Leyes, Decretos, Ordeanzas, Cédulas Reales y otros) hasta llegar a la "Recopilación" de 1681 hecha por Julián de Paredes y preparada en nueve libros, la cual sirvió, com lãs adiciones periódicas necessarias, para orientar el gobierno de todos los virreinatos, Audiencias, Gobernaciones y Provincias de la América Hispana.[163]

Não só a propagação da fé católica, mas a necessidade de tomar posse, conquistar e colocar todos habitantes dentro da legislação espanhola, fez com que a América hispânica fosse, a certa altura, administrada a partir Leis das Índias. Havia, também, a necessidade de estar constantemente atualizando essas normas e criando novas leis para que pudessem controlar os acontecimentos no Novo Mundo, que garantissem uma convivência e uma lei única para colonizadores, nativos e ordens religiosas.

> La evangelización debía se tenida en cuenta como el primer motivo de nuestra (del Rey) intención. Junto a este, otros dos

[162]Tradução: Detestable antiguo modo de ser de los no cristianos. MELIÀ, 1997, p. 104.
[163] PALACIOS; ZOFFOLI, 1991, p. 27.

> aspectos: los de reducir, de agrupar a los indios en Pueblos para una mejor atención espiritual y lo que es de trascendental importancia del que obligan las necesidades humanas, que demandan unos hombres a otros que, traducido a la mentalidades humanas, actual querría ser un estímulo, una promoción, un entrenamiento para la vida social en común, en comunidad organizada.[164]

Os povos indígenas que estavam localizados no território pertencente à coroa espanhola eram considerados súditos do Rei, estes tinham que pagar tributos, em forma de moeda ou serviços. Da mesma forma, quando convocados deviam prestar serviços que geralmente eram de função militar, na defesa dos centros espanhóis contra possíveis invasões estrangeiras, ou rebeliões de outros povos indígenas considerados infiéis.

> O tributo tinha um caráter pessoal e estavam sujeitos a ele todos os indígenas adultos, dos 18 aos 50 anos de idade. Eram isentos os caciques e seus filhos mais velhos, assim como os indígenas em cargo de Alcaide. As tribos que se haviam submetido pacificamente, como é o caso dos Guaranis das Missões Jesuíticas, ou os índios das Missões de outras ordens religiosas, estavam isentas do tributo durante os primeiros dez anos de vassalagem ao monarca.[165]

O tributo mudava, dependendo da situação em que cada indígena se encontrava e, também, de acordo com o tempo que prestavam serviços para a coroa espanhola. A idade e o sexo eram elementos importantes para definir o tipo de tributo que deveria ser pago. Entretanto, essas questões sofriam alterações constantemente devido a complexidade de definir a quantidade e a forma de pagamento, já que não se tratava de uma sociedade monetária.

> Durante anos a questão do tributo foi examinada e reexaminada na lenta burocracia espanhola. Após ter expirado o prazo concedido pelo monarca espanhol para isenção, as discussões sobre a quantidade do tributo, quem seriam os indígenas tributários e os isentos, se o pagamento seria em dinheiro ou em espécie, qual a fonte arrecadadora do tributo, continuaram durante muito tempo, até tudo ser resolvido pelo Conselho das Índias já no final do século XVII.[166]

---

[164] PALACIOS; ZOFFOLI, 1991, p. 28.
[165] KERN, 1982, p. 31.
[166] KERN, 1982, p. 32.

Com a implantação da Província Jesuítica do Paraguai os indígenas passaram a ser reduzidos em núcleos sedentários com uma forma mais estável de cristianização, tornando-se efetivamente súditos da monarquia. A partir desta fundação surgiram algumas complexidades: como deveres, os indígenas reduzidos tinham que aceitar não só a cristianização, que era aplicada pelos padres jesuítas, mas também a nova forma de vida, conservando dos antigos hábitos, mesmo que fosse apenas o possível.

> Submetidos ao Rei da Espanha, voluntariamente, a vassalagem se efetivava através do tributo, que serviria para o sustento dos Curas e do culto das igrejas, tornando assim as Missões pouco onerosas para o Tesouro Real. O tributo imposto pelas Leyes de Índias era o da capitação: seis Pesos Huecos, equivalentes a 36 reales de prata. Assim, a isenção de dez anos foi prorrogada para mais dez anos e ainda a quantidade do tributo foi diminuída.[167]

A quantidade que era cobrada dos indígenas passou por várias modificações, pois era muito criticada pelos padres jesuítas que, muitas vezes, não aceitavam as determinações das autoridades coloniais espanholas. Além de alguns casos que os mesmos acreditavam ser necessário permanecer isentos, já que essas comunidades prestavam vários serviços às autoridades espanholas. Com isso, muitas foram as sugestões apresentadas pelos jesuítas ao Ouvidor da Audiência Real de Charcas, porém, era difícil chegar a um acordo.

> El 28 de junio de 1716 al provincial de los jesuitas de Paraguay, avisando que no se mude en la forma de gobierno y en los tributos que tienen los indios de aquella provincia (se refiere especialmente a los indios de las reducciones jesuíticas); así se evitará la inquietud entre los mismos indios y estarán mejor dispuestos para cooperar a la defensa del territorio contra las invasiones paulistas y los ataques de los indios infieles.[168]

Percebe-se que os padres jesuítas criticavam as decisões relativas aos tributos cobrados dos índios reduzidos, pois acreditavam que tais questões podiam trazer desavenças entre os indígenas, atrapalhando os próprios serviços que estes prestavam. Muitos eram os atritos que surgiam na definição da legislação ibérica que afetava a relação entre os indígenas e os jesuítas, bem como os serviços que deveriam ser prestados por tais populações.

---

[167] KERN, 1982, p. 32.
[168] MORA MÉRIDA, 1974, p. 141.

Segundo Arno Kern: "a arrecadação do tributo ficou a cargo da Procuradoria e Ofício das Missões, que o obtinha diretamente das exportações de erva-mate, entregando-o ao Tesouro Real em Buenos Aires. Foi no ano de 1677 que o Visitador Ibañez de Faria fez o censo completo das Missões, que deu origem a esta nova especificação do tributo, em 1679"[169]. A questão do tributo mostra a relação política que havia entre a Província Jesuítica do Paraguai e a administração hispânico-americana, uma relação que se integrava e, em alguns momentos, se desintegrava, pois em muitos momentos os jesuítas foram os defensores dos indígenas, principalmente em questões burocráticas.

Essa atuação política, como já foi dito anteriormente, era influenciada pela representação da Companhia de Jesus, atuando diretamente na raiz política da coroa espanhola, com o Procurador da Província Jesuíta na Corte que estava em constante contato com os demais órgãos e funcionários que faziam parte da administração da América espanhola.

> los jesuitas apelaron a la corona española para la obtención de beneficios para las reducciones de guaraníes. En el siglo XVII los procuradores de la orden que viajaban a España consiguieron evitar el servicio de los indios a los encomenderos, la exención del pago de tributos por varias décadas, la autorización para dotar de armas de fuego a las reducciones en defesa de los bandeirantes, entre otros privilegios.[170]

A coroa Espanhola, desde o início do processo de colonização foi implantando elementos políticos, econômicos e sociais, aproveitando-se de alguns aspectos e hábitos da população indígena. Contudo, conseguiu fazer com que os elementos espanhóis predominassem em meio aos povos que começavam a ser reestruturados. E assim, mesmo em um período de conflitos, em uma área movediça, devido às disputas políticas ibéricas foi possível desenvolver um sistema que foi ampliando conforme suas necessidades.

[169] KERN, 1982, p.34.
[170] WILDE, 2009, p. 92 – 93.

FRONTEIRA E IDENTIDADE NA PROVÍNCIA JESUÍTICA DO PARAGUAI

A colonização espanhola adequou e deu início a um importante processo de formação das estruturas fronteiriças e da identidade dos espaços reducionais. No primeiro momento pode-se chamar de "fronteiras de povoamento", que se baseou na criação das cidades, como espaços necessários para instalação do governo e organização de todo território conquistado sob sua jurisdição. E vale lembrar que muitas cidades criadas no século XVI permanecem até hoje. Não se pode afirmar, entretanto, que este espaço estava vazio, pois o mesmo já tinha uma grande quantidade de habitantes e estes já delimitavam suas fronteiras.

Quando se trabalha com questões relacionadas à fronteira é preciso ter um consenso que "a temática das fronteiras na América colonial é um tópico indissociável da questão indígena".[171] Portanto, a criação da Província Jesuítica do Paraguai com suas reduções[172] marcam a tentativa de reunir os nativos em espaços que podiam ser, no futuro, transformados em cidades.

A disciplina e o controle social dos nativos faziam parte da estratégia de povoamento espanhol. Para que isto acontecesse com êxito utilizaram-se da Companhia de Jesus e, para que o agrupamento permanecesse unido, criaram as reduções com todo um aparato de hierarquia necessária para a aplicação das determinações da coroa espanhola.

Estes espaços estavam eivados pelos valores oriundos ainda do período medieval. Principalmente no que tange às formas de fundação dos espaços administrativos, onde deveria existir uma simetria entre o poder de Deus e o poder do Estado. Esta visão medieval pode ser vista nos pensamentos propostos pelos jesuítas a

[171] NEUMANN, 2009, p. 21.

[172] "Na América Hispânica, seguindo o caminho iniciado por Charles Gibson, tanto os pesquisadores dedicados à mesoamerica como a América, Andina, nos anos 60/70 do século passado, começaram a dedicar atenção aos ditos colonizados, "os de baixo", destacando o papel ativo e criativo das populações nativas diante dos desafios postos pelo avanço dos espanhóis." Ver mais em NEUMANN, 2009, p. 21.

partir da ligação de política e religião, da implantação de uma concepção de organização das esferas de jurisdição, oriunda da chamada teoria das duas espadas, na qual:

> Cada um é soberano em seu domínio: a autoridade do Papa em matéria religiosa e eclesiástica é absoluta; o poder do Rei sobre os seus súditos também o é. Cada um deles deveria se satisfazer com isso. Mas, se não o quiser, e romper o equilíbrio, tornar-se-á fonte de conflitos. Se o chefe da comunidade dos cristãos quiser e puder, ele exigirá – em virtude da autoridade religiosa que exerce, inclusive sobre os chefes temporais – que esses sejam reduzidos à função de barco secular da Igreja; se um chefe temporal quiser e puder, ele fará pressão sobre o poder espiritual a fim de utilizar sua autoridade para realizar seus apetites de glória e de conquistas.[173]

A presença de dois ou, no máximo, três padres que administravam a redução centralizavam o poder e a liderança do espaço reducional. Neste sentido, grande parte das crenças e obrigações cristãs foi mantida e tornou-se obrigatória no cotidiano dos indígenas reduzidos. Havia, contudo, algumas exceções, ressalvada a miscigenação cultural do período, como, por exemplo, a poligamia, permitida somente aos líderes caciques no espaço das reduções.

> Sem dúvida, os aldeamentos em que os jesuítas "reduziram" parcialidades guaranis desde os inícios do século XVII, além de uma reorientação da própria espacialidade indígena, pretendiam a sua ressocialização e rituais, tanto quanto comportamentos cotidianos, interdições e penalidades. Durante o século e meio em que existiram as reduções, muitas vezes estabeleceram-se relações de conflitos entre os inacianos e as autoridades civis e eclesiásticas, envolvendo principalmente questões relativas aos tributos e ao trabalho dos índios aldeados. Não havia, contudo, dissensões sobre a necessidade de "civilizar e humanizar abertas por essa fórmula estava o imperativo de erradicar os "festins pagãos" em favor de novas celebrações[174].

Nas missões houve uma importante mistura de culturas e de conhecimento de para que os propósitos da Companhia de Jesus e da coroa espanhola fossem alcançados na América. O conhecimento da região pelos índios guaranis, por exemplo, era de grande valia para os padres, pois assim poderiam edificar os povoados e garantir o domínio do espaço para a coroa espanhola.

---

[173] CHÂTELET; DUHAMEL; PISIER, 1985, p. 32.
[174] MARTINS, 2006, p. 63.

Para que os objetivos da Companhia de Jesus fossem alcançados, também era necessária muita disciplina e algumas questões deveriam ser observadas: uma dizia respeito ao comportamento do indígena dentro da redução, pois seguidamente companheiros saíam pelo povoado para que não houvesse bebedeiras.[175] Outra seriam as interdições, ou seja, as proibições de certos atos, tais como: "fazê-los abandonar comportamentos em desacordo com a moral e a religião espanhola (poligamia, nudez, animismo, antropofagia etc.), ou com a ordem colonial (rebeldia, indisciplina, preguiça e fuga do trabalho, ausência de governo de tipo espanhol etc.)"[176]. Ou, ainda, as penalidades nas festas ou celebrações religiosas.

> Abandonar em primeiro lugar a ilusão de que a penalidade é antes de tudo (se não exclusivamente) uma maneira de reprimir os delitos e que nesse papel, de acordo com as formas sociais, os sistemas políticos ou as crenças, ela pode ser severa ou indulgente, voltar-se para a expiação ou procurar obter uma reparação, aplicar-se em perseguir o indivíduo ou em atribuir responsabilidades coletivas[177].

O concílio do Rio da Prata[178], realizado em 1603, em Asunción, procurou disciplinar a participação dos indígenas nas festividades e celebrações que ocorriam nas reduções e também nas estâncias missioneiras. Ficava registrado claramente que era tamanha a importância destes atos no processo de submissão dos índios aos caprichos dos jesuítas, que nem mesmos os encomendeiros ficaram de fora de possíveis punições, especialmente quando impediam a participação dos mesmos nas atividades, fossem elas em comemoração a datas festivas do calendário espanhol, ou mesmo, de acontecimentos da Companhia de Jesus.

As fundações dos povos de índios guaranis e de outras tribos que aceitaram o modelo político espanhol ofereciam maior segurança contra as constantes incursões de bandeirantes e outros. Estes fatos influenciaram a migração de indígenas do litoral para o centro do atual estado do Rio Grande do Sul.

---

[175]Ver mais em MARTINS, 2006.
[176]MARTINS, 2006, p. 140.
[177]FOUCAULT, 2009, p. 27.
[178] "A Assembléia instalava-se num momento de organização do território tanto no aspecto político-administrativo quando no religioso, uma vez superada a época de conquista e ocupação iniciais. A sua quarta constituição, na parte I, estabelecia que os curas eram responsáveis por velar pela participação dos índios nas festas da Igreja. Indicava, também que fossem castigados os faltosos." MARTINS, 2006, p. 141.

> A institucionalização da província Jesuítica do Paraguai, em 1607, é contemporânea às atividades dos jesuítas portugueses no sul do Brasil, e do próprio pioneirismo da Província do Brasil. Somente a partir de 1609 é que se iniciam as fundações de pueblos de índios reducionais, ou seja, de aldeamentos reunindo dezenas de parcialidades guaranis liderados por seus caciques. É neste momento que se mantém as duas frentes já abertas por Ortega, No Itatim (sul do Mato Grosso) e no Guairá (oeste do Paraná), e que se abre uma nova frente no Tape (oeste do Rio Grande do Sul).[179]

Os povos indígenas que foram fundados na Província Jesuítica do Paraguai, na medida do possível, seguiam um padrão no tocante aos aspectos sociais, políticos e econômicos. Cabe ressaltar que cada um desses povos tinha suas particularidades e, a partir de algumas atividades desenvolvidas internamente, buscavam auxiliar o crescimento do povoado. Para isso contavam com o suporte dado pelos padres jesuítas, que trabalhavam para a pacificação dos indígenas, ao mesmo tempo em que desenvolviam ideias para a ampliação desses espaços. Contudo, como nos indica Wilde:

> La dinámica poblacional local de esta región se muestra fluida: está caracterizada por conexiones múltiples, afiliaciones móviles, identidades heterogéneas y lealtades ambiguas, más allá de las construcciones simplificadas de los discursos nacionales y académicos. El movimiento concreto de los actores exige considerar variables de análisis más complejas y operativas que las obsoletas categorías étnicas y territoriales.[180]

Percebe-se nesse território uma complexidade na formação do conjunto dos povoados indígenas. Estruturados a partir de uma política europeia, devido aos seus interesses, em certos momentos os povos reduzidos conectavam-se, ao mesmo tempo em que podiam distanciar-se em decorrência de rivalidades de cunho político ou até mesmo econômico, buscando um melhor desenvolvimento de um povoado para outro. E, dependendo das situações e do período histórico, assim que são formadas as fronteiras restritas e abertas[181].

O que, nesse trabalho, se define como "fronteiras abertas" eram as relações de reciprocidade que aconteciam entre os povos através de trocas de produtos e inclusive

[179] KERN; JACKSON, 2006, p. 87.
[180] WILDE, 2009, p. 34-35.
[181] Trata-se uma abordagem nova das relações de vizinhança entre os povos. A escolha do termo fronteira originou-se da observação da característica territorialista que os povos assumiam e os zelos que tinham em torno dessa mesma territorialidade.

apoio que recebiam uns dos outros, por exemplo, quando algumas comunidades integravam-se a outra devido à falta de recursos ou também livre acesso aos indígenas considerados pelos jesuítas infiéis dentro da redução ou estância. As fronteiras restritas consideram-se como relações de rivalidades entre os povos ou até mesmo com outros grupos indígenas que não faziam parte da redução, as disputas de terras e gado, ocasionando muitas vezes conflitos de longa duração.

Levinton esclarece que:

> Había un sentido común de pertenencia, para los guaraníes y para los nómades. Por eso individuos de uno u otro grupo pudieron integrarse temporariamente a la comunidad del vecino y hasta con permiso especial usufructuar el producto de la tierra. De alguna manera, había una reciprocidad entre grupos que conformaban un verdadero sistema interétnico.[182]

O conceito de fronteira para o caso da Província Jesuítica do Paraguai pode ser entendido por meio dos enfrentamentos, que englobavam personagens, tais como espanhóis, portugueses, jesuítas e indígenas. Estes lutavam pelo poder sob o território e, ao mesmo tempo, revelavam muitas características culturais que estavam em processo de transformação. "A fronteira já não é mais tomada como a linha que separa, mas como espaço de interação e trocas, marcado por permeabilidades e trocas entre as populações "originárias" (os indígenas) e os invasores/colonizadores hispânicos."[183]

A fronteira de uma região pode ter seus limites definidos por uma autoridade que consiste em impor um processo de definição considerada como legítima, onde os limites são definidos por uma ação política, bem como podem também ser definidos pelos atores que compõem esta região; neste caso, seus limites serão definidos pelo processo de ação cultural.

A fronteira é um produto de uma divisão, geralmente artificial e imaginada, com maior ou menor nível de restrição ou aceitação ao que vem do "além-fronteiras", estimulando ou até criando referências identitários dentro do espaço conscrito à essa mesma.

[182] LEVINTON, 2009, p. 107.
[183] NEUMANN, 2009, p. 22-23.

Mesmo a "fronteira natural" que, segundo diplomatas e burocratas da época, caracteriza-se essencialmente pela separação, distinção de dois espaços independentes, por acidentes geográficos separadores, como rios, lagos, montanhas, florestas fechadas, não deixava de ser uma construção intelectual, apenas que sua indicação era mais palpável.

> Bourdieu afirma que não existem critérios capazes de fundamentar as classificações em regiões "naturais" separadas por fronteiras "naturais". Trata-se de representações, que podem estar embasadas em critérios objetivos, como ascendência, território, língua, religião, atividade econômica, ou subjetivos, como o sentimento de pertencimento.[184]

A influência dos jesuítas na criação dessa fronteira[185] foi de grande importância, pois estavam em contato direto com a coroa espanhola, corroborando para a "instalação das missões como instituições de fronteira foi uma característica da colonização ibérica"[186]. Para os indígenas, pregavam suas ideias de proteção e propriedade, instigando com instruções militares uma população que já tinha hábitos tradicionais de defesa de seu espaço.

É importante entender o que as Ordenações Filipinas, de 1573, promulgadas por Felipe II tratavam das ações de fronteiras, entre os espanhóis e missionários, e destes para com os nativos. Ficava determinado que os missionários das ordens religiosas fossem auxiliados e escoltados por soldados espanhóis, que serviriam apenas de proteção para a Igreja, pois a tarefa dar-se-ia pelos missionários e não por intermédio da agressão. É preciso ressaltar que as fronteiras comentadas aqui não são somente aquelas entre os espanhóis e portugueses, mas qualquer fronteira, inclusive as indígenas. As ordenações também apontavam para:

> O papel destes soldados devia ser apenas defensivo e limitado a proteção dos missionários e dos índios das reduções castelhanas. Logo que uma região estivesse totalmente pacificada e seus

[184] BARCELLOS; OLIVEIRA, 1998, p. 226.
[185] "Assim, a mudança de visão a respeito do mundo indígena também implicou em uma retomada problemática da fronteira, revelando aspectos outrora desconhecidos das transformações que as situações limítrofes geraram nas sociedades indígenas inscritas nesses espaços abertos. Enfim o mundo indígena não foi um receptor passivo das políticas e iniciativas que emanavam da sociedade hispano-americana, muito pelo contrário, capaz de elaborar respostas e gerar ações e atitudes próprias." Ver mais em NEUMANN, 2009, p. 23.
[186] BOXER, 2007, p. 91.

> habitantes reassentados em aldeias e comunidades agrícolas, os missionários deviam transferir suas responsabilidades ao clero secular e avançar para uma nova frente no interior. Proibiu-se o uso da palavra "conquista" substituída por "descoberta" ou "pacificação". Um prazo de dez anos foi estipulado par a transição do nomadismo selvagem para uma sociedade cristã estabelecida, mas o processo normalmente demorava mais tempo. De qualquer forma, e como já assinalado, o clero regular quase sempre relutava para entregar seus novos convertidos aos cuidados dos padres seculares, mesmo quando eles continuaram a deslocar as fronteiras avançadas de colonização.[187]

A cruz e a espada, e que ambos tinha um comprometimento, transformando os missionários em servos "a um só tempo da Igreja e do rei, ou, como eles diziam, "al serviço de entrambas las Majestades" (a serviço de ambas as Majestades)."[188] Portanto os servos de Deus agora estavam a serviço também da coroa espanhola. Mais tarde as exigências seriam ampliadas pela criação da Província Jesuítica do Paraguai, o que requeria a pacificação e ampliação das fronteiras, isso tudo por meio de uma grande quantidade de reduções que avançariam em direção as divisas imprecisas com a colônia lusitana.

> El "indio misional" es parte de una configuración específica, resultado de un proceso de sedimentación histórica singular y de la superposición de trayectorias biográficas concretas. Los líderes indígenas juegan allí un rol fundamental. En ellos puede concluir una legitimidad basada en el carisma y la destreza guerrera, el respeto derivado de poseer un cargo de cabildo o iglesia asignados ejercer algún oficio o escribir la lengua guaraní, española o latina.[189]

A Província Jesuítica do Paraguai tinha suas particularidades, apresentava peculiaridades diferentes de outros espaços constituídos pelos espanhóis, pois, ao ser criada, determinou-se que fosse povoada por nativos, os quais seriam agrupados em espaços chamados de reduções. Por sua vez, foi erigida dentro de outro espaço espanhol já existente, a província do Paraguai, o que torna difícil a compreensão das suas fronteiras, pois se encontrava dentro do espaço espanhol uma fronteira que seria aquela

[187]BOXER, 2007, p. 92.
[188]BOXER, 2007, p. 93.
[189] WILDE, 2009, p. 37.

compreendida entre os espanhóis e missionários para com os nativos e, outra, entre os espanhóis e os portugueses.

Para que estas fronteiras políticas fossem muito bem vigiadas, era necessária a eficiência dos jesuítas enquanto encarregados de evangelizar os nativos habitantes então das respectivas missões. Portanto, fica claro que a coroa espanhola conseguiu usar tanto os jesuítas quanto os nativos para os seus propósitos de defesa. Ao mesmo tempo em que as reduções se preparavam para defender seus espaços – e aí não se pode entender apenas a redução, deve-se anexar também as estâncias – , preparavam-se também para defender as fronteiras contra possíveis invasões portuguesas ou de outras tribos de índios considerados pela Companhia de Jesus como infiéis.

> Ya desde el siglo XVII la situación fronteriza de las misiones había hecho de la actividad militar un aspecto constitutivo de la identidad guaraní. En un primer momento las milícias defendían a los pueblos de los ataques paulistas. Más tarde contribuían a la defensa de los territorios del monarca católico. Durante el siglo XVIII, el control de los circuitos comerciales y la definición de límites fronterizos se convirtieron en prioridades para la afirmación del poder de las coronas ibéricas.[190]

Para o caso, analisar os fatos a partir do conceito de fronteira como linha divisória internacional é inadequado, já que as fronteiras compreendidas neste espaço estavam entre as reduções existentes e não entre o Estado espanhol e o Estado português, que viria a ser a fronteira política. Embora o *modus vivendi*, fosse no campo político, social, cultural, econômico ou religioso, fosse coordenado pelas ações dos jesuítas, era diferente de um espaço reducional para outro, assim, isto também criava uma "pequena fronteira", às vezes, inclusive uma fronteira cultural porque as reduções não eram povoadas apenas por guaranis.

A identidade dos índios que faziam parte da Província Jesuítica do Paraguai não se apresenta muito diferente da questão de fronteira no sentido de sua complexidade. Isso porque num primeiro momento houve uma tentativa de desconstrução de alguns aspectos das identidades originais daqueles povos indígenas, logo, ocorreu a adaptação em muitas das atividades sociais, políticas, econômicas e culturais, para uma identidade nova construída após a entrada de diferentes personagens

[190] WILDE, 2009, p. 165.

nesse espaço formado por vários povos. Cada povo missionário tinha suas particularidades que os diferenciava um do outro, mesmo constituindo uma unidade, esses povoados, individualmente, se construíam e desconstruíam entre um período e outro.

> As autoridades coloniais, por travarem uma convivência mais próxima às reduções e sua população, possuíam conhecimento destas particularidades, manifestando-as no momento de prestar contas. Na correspondência expedida ao monarca de Espanha os governadores detalhavam aspectos referentes á qualidade dos serviços e o comportamento dos recrutados[191].

Havendo uma aproximação das autoridades coloniais espanholas com os povos indígenas, muitos dos aspectos de organização política e econômica nesses espaços foram criados a partir do encontro de duas identidades, formando novos elementos que eram notados tanto pelas autoridades espanholas quanto pelos jesuítas. Esses tipos de comportamento eram, sempre que possível, relatados e enviados à coroa espanhola por meio das correspondências, com propósito de melhor controlar os acontecimentos naquela região.

> Há uma considerável produção histórica a respeito da importância dos guaranis na defesa das fronteiras no rio da Prata. Por atuarem com freqüência nas campanhas militares, os índios das missões seguidamente eram elogiados pelas autoridades hispânicas. Os governadores provinciais, quando referiam-se aos guaranis, arrolando os serviços por estes prestados, costumavam nomeá-los como *índios de las misiones* ou simplesmente tape, conforme indicam as atas do Cabildo de Buenos Aires[192].

A identidade desses povos está muito ligada às questões militares, pois viviam em um contexto de disputa territorial. É necessário ressaltar o papel do jesuíta na construção dessa identidade, pois tinha um contato mais íntimo com os povos, podendo utilizar de várias estratégias para orientar na construção da base de uma renovada identificação de autodefesa, já que era necessário que cada povo reduzido se defendesse dos espanhóis e portugueses que queriam explorá-los laboralmente, além de se aproveitarem do espaço no qual estavam situados e, até mesmo, defenderem-se de

[191] MELIÁ, 2002, p. 180.
[192] NEUMANN, 2009, p. 25.

conflitos entre um povoado e outro, pois havia embates entre os mesmos por motivos políticos e econômicos. Como bem explica Neumann:

> Assim estamos diante de um processo de "etnogênese" que ganha sentido quando pensando como uma articulação entre processos endógenos de transformação e processos externos introduzidos pela crescente presença de forças ligadas aos europeus. Trata-se da capacidade criativa e adaptativa das sociedades indígenas frente à colonização européia. Inicialmente vinculada a idéia de emergência física/biológica de novas unidades políticas, atualmente tem sido utilizada para dar conta de processos variados que demonstram as transformações de um grupo ao longo do tempo[193].

Pode-se dizer que a identidade dos povos indígenas da Província Jesuítica do Paraguai foi construída em um lento processo de reestruturação de novos espaços que podiam aumentar e diminuir conforme interesses políticos, além de existir muitas relações entre os habitantes daquela região, que ora se integravam e desintegravam. Assim, como bem afirma Levinton "La relación entre los guaraníes y los charrúas, desde el área de la confluencia del Uruguay con el Miriñay hasta la unión del Río Uruguay con el Río de la Plata, debiera ser analizada particularmente en cada período histórico"[194].

Os índios missioneiros adotaram duas posturas em um palco de muitos conflitos e mudanças inesperadas: resistência e adaptação. Com isso, todos os povos que faziam parte daquela província, mesmo tendo suas particularidades e rivalidades, constituíram uma unidade por uma identidade que, mesmo sendo incerta, criou-se sob dois processos.

[193] NEUMANN, 2009, p. 26.
[194] LEVINTON, 2009, p. 103.

A GEOPOLÍTICA DAS REDUÇÕES

O conceito de geopolítica nos dias de hoje ainda vem sendo questionado, especialmente devido às varias interpretações que ganhou a partir de sua criação e, também, das variadas nuanças que determinadas áreas do conhecimento concederam-lhe. Mesmo em meio a tantas discussões não se pode negar sua utilidade para a discussão das relações em um determinado espaço. A geopolítica está diretamente ligada à organização de um espaço político-natural e, como uma ferramenta de atuação, através do Estado, em um espaço político-natural.

A geopolítica[195] utiliza os dados geográficos cruzados com a ação política do Estado, interna e externamente e busca elementos para promover uma discussão da atuação política do mesmo, tanto no âmbito interno como no internacional. Assim, entende-se a geopolítica como pano de fundo para que se possa investigar as delimitações de territórios.

> Durante algum tempo, imaginou-se que a Geopolítica e sua pesada tradição histórica – colonial, belicista e expansionista – estava para sempre sepultada. Este anúncio era obviamente precipitado. Na verdade, não se devem separar as concepções geopolíticas das geoeconômicas, nem se poderia realmente omitir a questão do poder na análise político-estratégica, bem como nas relações entre os Estados ou entre instituições inter-estatais.[196]

A geopolítica reformulou-se muito ao longo da história, porém, quando se discute esse conceito é necessário fazer uma ligação às questões econômicas, que muito influenciaram em importantes estratégias na formação de espaços, especialmente

---

[195] "A geopolítica diferencia-se das demais geografias pelo princípio de dinamismo, ou seja, utiliza os dados geográficos cruzados com a ação política do Estado, interna e externamente. No entanto, não tem o fim de buscar ideias abstratas e universais sobre diversos aspectos, mas achar elementos para promover uma discussão da atuação política do Estado, tanto no âmbito interno quanto no internacional. Friederich Ratzel foi o grande precursor e inspirador das geopolíticas desenvolvidas por muitos Estados na busca de sua hegemonia capitalista. Este comparava o Estado a um organismo vivo, sujeito às leis naturais." Ver mais em SILVEIRA, 1997.

[196] HEINSFELD, 2008, p. 16.

relacionada a recursos naturais do solo. Como braço direito da geopolítica encontra-se o próprio poder, ou seja, a mola propulsora das várias ações que promovem a expansão e a proteção do território, num cenário político vinculado à ação do próprio povo.

Quando se trata de relações econômicas e de poder dentro da geopolítica, automaticamente relaciona-se ao espaço físico e aos recursos naturais ali apresentados. Entretanto, esse conceito engloba tantos interesses que não se pode discuti-lo de forma fechada, mas como num tabuleiro de jogo, onde se ganham ou se perdem peças, sofrendo alterações a partir dos seus participantes. Como esclarece Heinsfeld: "a geopolítica deixa de ser considerada apenas como relações que se estabelecem em virtude do território, ou seja, do espaço físico, para englobar também o espaço das idéias e as várias concepções de mundo que são daí decorrentes"[197].

A ideologia e a política estão muito ligadas no campo da geopolítica, tendo participação nas mudanças ao longo da história da compreensão da geopolítica, pois o mundo veio sofrendo mutações juntamente com suas ideias. A política mesmo, é apenas um instrumento que possibilita à geopolítica fazer uma avaliação do espaço, propondo novos espaços.

A geopolítica surgiu a partir da necessidade de organizar um espaço, num sentido político, social e econômico. Estrutura esta que forneceu as primeiras bases de uma sociedade baseada nas ideias de poder. Diante disso, é possível afirmar que a geopolítica nasceu na estrutura da sociedade, assim mesmo, não entrando aqui nas diferenças de geografia e geopolítica, sabe-se que a geopolítica ajuda a definir um espaço geográfico a partir de elementos ligados à sociedade, ou seja, linhas políticas que definem um espaço em movimento.

> Somos levados acreditar que ações e práticas desenvolvidas por Generais, Estadistas e Políticos ao longo da história da humanidade demonstraram que atitudes geopolíticas existem desde que o ser humano passou a se organizar sócio-politicamente para garantir sua sobrevivência, seja frente às forças da natureza ou forças antagônicas proporcionadas por seus próprios semelhantes, quando estava em disputa um determinado espaço[198].

[197] HEINSFELD, 2008, p.17.
[198] HEINSFELD, 2008, p.23-24.

A partir do momento em que o ser humano teve a necessidade de se manter em sociedade com o intuito de sobrevivência, a geopolítica estava presente, pois as disputas por espaço sempre acompanharam as sociedades. Tais disputas de espaço davam-se em decorrência de algum tipo de expansionismo, estivesse ele relacionado às questões econômicas, culturais, sociais ou políticas. Pode-se observar isso nas ações das coroas espanhola ou portuguesa, quando da ocupação do espaço na América, quando mesmo reconhecendo a existência de outros povos, não se importaram em ocupar, destruindo-os ou transformando suas culturas.

As ocupações de espaço na América ocorreram a partir da necessidade de ampliações econômicas e políticas dos povos europeus e passava pelo controle do o território e todos (e tudo) que ali estão. O discurso feito pelas potências europeias da época mostra a tentativa de justificação de suas ações.

> É na política externa que o discurso geopolítico pode aparecer sem grandes disfarces. Nas relações Internacionais o Estado pode falar sem problemas em nome da sociedade como um todo; pode apresentar-se como representante universal da nação, usando então o instrumental teórico e as formas de raciocínio típicos da Geopolítica.[199].

A América, antes da chegada dos Europeus, era ocupada por povos nativos que estavam organizados social, cultural, econômica e politicamente e que também possuíam suas fronteiras. Indiferente a isso o Tratado de Tordesilhas iria criar uma grande faixa de fronteira entre as coroas espanhola e portuguesa, faixa esta que, durante um bom tempo, foi motivo de conflitos.

Ao longo de três séculos vários conflitos e a dizimação de muitos povos nativos na América, ocorreram em razão da apropriação de um território para a constituição de um espaço colonial no qual a metrópole determinava ações, fossem elas de criação ou de destruição, especialmente através de instituições capazes de defender os interesses reais e manter o poder.

Heinsfeld assevera que: “As fronteiras e os países não existiram sempre, bem como não estiveram sempre onde estão. Ambos não são mais que construções da história humana, resultado e expressão de processos sociais. As fronteiras podem ser

[199] HEINSFELD, 1996, p. 24-25.

consideradas delimitação espacial do Estado, ou seja, a sua evidência territorial"[200]. Assim, percebe-se que ao longo da história os espaços foram ganhando forma a partir de interesses políticos que se transformavam de contexto para contexto.

Os limites que estabelecem a soberania do Estado são linhas fixas, enquanto as fronteiras são linhas móveis. As fronteiras apresentam um caráter mais amplo, sendo faixas territoriais maiores ou menores de acordo com a conveniência de cada Estado. É inegável que a discussão teórica das fronteiras é de fundamental importância, tendo em vista que elas simbolizam uma das mais conhecidas relações entre Estado e o território, bem como as relações interestatais.[201]

> A Geopolítica serve, do ponto de vista da política externa, para justificar os interesses expansionistas dos Estados. Ela compreende uma tentativa de análise cientifica da importância dos Estados face à sua extensão, da sua população e da sua posição geográfica, integrada com ideologias que procuram estimular e provocar a realização de objetivos de expansão territorial e de dominação de Estados vizinhos, que impedem ou dificultam a realização das aspirações de classe dirigente de determinado Estado.[202]

A geopolítica está ligada a interesses expansionistas, de poder, de política, de geografia, de território, de fronteira, que buscam a ampliação da extensão territorial, bem como a população e recursos naturais destes espaços, utilizando-se de estratégias políticas para estabelecer uma posição geográfica favorável, visando a proteção desse território e, ao mesmo tempo, seu alargamento. Lembrando que esse é um processo que se encontrava em movimento, ou seja, estava em constante transformação.

Dessa maneira, é importante observar algumas nuanças que se entrelaçam entre os fatos históricos e relacionam-se com o tempo em que se sucederam, bem como ao espaço sobre o qual se procura discutir fronteira, território e geopolítica neste trabalho.

> Dadivosa e fértil a terra, que se estendia até o mar, era cortada por rios que constituíam um sistema historiográfico que a tornava apta para a exploração extensiva da agricultura e da pecuária; de condições orográficas que a circunscreviam entre altitudes e depressões de climas variados e amenos; de vasta extensão de campos com excelentes pastagens que corriam para

[200] HEINSFELD, 1996, p.26
[201] HEINSFELD, 1996, p. 26.
[202] HEINSFELD, 1996, p. 35.

> o sul desde os contrafortes extremos da Serra, e de matarias virgens alcandorando as serras e bordando as margens dos rios que, ora se despenhavam em quedas fortes dos altos desníveis do planalto, ora, deslizando suavemente, espraiavam-se em várzeas extensas pelas planuras fecundas.[203]

As reduções, bem como suas estâncias, foram criadas em pontos considerados estratégicos, próximas aos rios em primeiro lugar, para possíveis fugas contra ataques de índios não reduzidos ou bandeirantes, além da facilidade para o transporte de produtos, tanto dos que saíssem ou entrassem nas reduções e estâncias. "Os estabelecimentos de pastoreio do povo da Cruz eram situados entre os rios Ubicuy Butuhy á leste do Uruguay no chamado rincão da Cruz que forma hoje o primeiro distrito do município de Itaqui."[204]

Desta forma, o rio Uruguai era, não uma fronteira natural, mas o elo entre a estância e a redução de La Cruz. Como explica Levinton "la comunicación dependía estrictamente del río. No había caminos, salvo alguna picada, y fluvial era la única posibilidad de pasar de una aldea a la otra, una necesidad fundamentalmente requerida por el intercambio comercial"[205].

O interessante é que La Cruz vai ocupar um espaço entre duas reduções: a de Santo Tomé e a de Yapeyu. Isso proporcionou uma diminuição da área ocupada pelas reduções e possíveis conflitos entre ambas, visto que suas administrações eram independentes.

> O Padre Sepp, escreve que jamais vira no território da republica uma demarcação, uma cerca. O padre Peramas, também testemunha ocular, doutrinário ou pároco dos guaranis, fala com uma clareza que nada deixa a desejar. Tudo era comum diz ele.[206]

Esta afirmação de que não se tem demarcações de espaço de uma ou outra redução não parece ser correta, pois no Archivo General de La Nación, em Buenos Aires, há grande quantidade de mapas das reduções e também das estâncias missioneiras, deixando claro que havia sim demarcações. Em sua maioria, aquelas

[203] PORTO, 1954, p. 95.
[204] GAY, 1863, p. 349.
[205] LEVINTON, 2009, p. 248.
[206] LUGON, 1977, p. 171.

demarcações eram feitas através de rios, córregos, riachos, banhados, matas ou qualquer outro tipo de acidente geográfico.

Estes mapas demarcaram espaços, tanto para as reduções, como para as estâncias, portanto, compreende-se que os espaços eram separados e que a ocupação dos mesmos dava-se sob a influência da administração jesuítica, ou de funcionários da coroa espanhola. Neste sentido, as produções também eram feitas separadas, o que certamente proporcionava discussões entre as reduções quando da perda de terras (espaço), para criação de uma nova redução, como foi o caso de La Cruz e de sua estância, processo no qual Yapeyu perdeu espaço de sua redução e ainda teve que ceder terras para a criação da estância de La Cruz do lado oriental do rio Uruguai.

> A escolha da localização de cada redução foi cuidadosamente estudada, preocupando-se com o clima, a fertilização do solo, a aprazibilidade dos locais e suas vantagens estratégicas para a defesa. As reduções ocupavam, de costume, os pontos dominantes, na proximidade dos rios ou de afluentes navegáveis, a sete ou oito léguas umas das outras.[207]

Os jesuítas, ao verificarem a necessidade da criação da redução, preocupavam-se com alguns itens necessários para que a redução pudesse se desenvolver com o mínimo de problemas possíveis. Eram observados pontos como: terras férteis, locais onde pudessem desenvolver a catequese para os reduzidos.

Na margem direita do rio Uruguai, assim como na margem esquerda dos rios Paraná e Paraguai, situavam-se inúmeras reduções, cujo número, localização e denominação variaram muito ao longo do tempo.

> Además, las características de la banda oriental eran bastante similares a las de la banda occidental, en cuanto a la imposibilidad de desarrollar una agricultura intensiva y por eso también hubo, en una franja lindera con el río Uruguay, una fundamental dedicación de las tierras a la ganadería.[208]

É possível inferir que um dos objetivos principais dos jesuítas e espanhóis era controlar o fluxo de atividades pelo rio Uruguai, por ser este a porta de entrada para as missões, tanto do lado oriental quanto do lado ocidental. Ou seja, o espaço estava sendo

[207] LUGON, 1977, p. 71.
[208] LEVINTON, 2009, p. 250.

ocupado de maneira estratégica por meio do povoamento, da economia e de uma ligação com Buenos Aires. Quevedo[209], por exemplo, afirma que devido à sua localização fronteiriça, o espaço missioneiro era muito dinâmico, ampliando ou reduzindo-se conforme as circunstâncias.

[209]QUEVEDO, 2000, p.87.

RELAÇÕES DE PODER NA ESTRUTURA JESUÍTICO-GUARANÍ

Em 1549, os jesuítas chegaram ao Brasil, liderados por Manuel da Nóbrega, trazidos pelo governador-geral Tomé de Souza. Já no final do século XVI, a expansão dos jesuítas sob o domínio da coroa Espanhola deixava claro que seus objetivos estavam focados na ocupação e delimitação de fronteiras com os portugueses. Tal ocupação deu-se a partir de três frentes: a primeira no Mato Grosso do Sul, onde se fundaram as vilas com representações primitivas do Itatim, apoiadas pela coroa Espanhola e pela Igreja Católica, com o objetivo de assegurar uma navegação segura pelo Rio Paraguai, importante para que a produção chegasse até o porto de Buenos Aires e dali embarcasse para a Espanha; a segunda frente instalou-se no atual Estado do Rio Grande do Sul (Tapes, Uruguai e Serra), e a terceira no Estado do Paraná (Guaíra e Vila Real do Espírito Santo).

> A evangelização era uma obra política, ou seja, a expressão de um império cristão intolerante e autoritário. O monarca espanhol procurava mostrar à Europa que o Catolicismo havia triunfado na América hispânica, devido à aliança entre trono e altar, com a Igreja convertendo-se num instrumento de poder político – o braço direito do distante rei.[210]

Na América Latina, as missões jesuíticas tiveram um papel importante para o povoamento e expansão dos Reinos Ibéricos e, em certos momentos, a Companhia de Jesus se opôs a várias determinações impostas pelos reinos governantes, Portugal e Espanha, principalmente nas questões relacionadas à escravidão indígena.

> Durante todo o século XVIII, dentro e fora do sistema judiciário, na prática penal cotidiano como na crítica das insituições, vemos forma-se uma nova estratégia para o exercício do poder de castigar. E a "reforma" propriamente dita, tal como ela se formula nas teorias de direito ou que se esquematiza nos projetos, é a retomada política ou filosófica dessa estratégia, com seus objetivos primeiros: fazer da punição e da repressão das ilegalidades uma função regular, coextensiva à sociedade;

[210] QUEVEDO, 2000, p. 103.

> não punir menos, mas punir melhor; punir talvez com uma severidade atenuada, mas para punir com mais universalidade e necessidade; inserir mais profundamente no corpo social o poder de punir.[211]

Dentro deste contexto de discussões e de (re)estruturação do Estado moderno na Europa, que o projeto da Companhia de Jesus foi instalado na América Espanhola. As missões jesuíticas foram investidas da ordem e do poder que tinham, com o objetivo de civilizar por meio da evangelização, os índios. Isto também serviu para que a coroa espanhola pudesse ocupar e povoar os territórios americanos pertencentes à Espanha.

A colonização espanhola adequou e deu início a um importante processo de formação das estruturas e da identidade dos espaços reducionais, de forma que os espanhóis implantaram nas reduções um modelo de organizar e administrar o espaço em conjunto com modos indígenas, como por exemplo, a disposição das residências dos índios e o conselho de caciques.

> En el siglo XVIII El modelo espacial se consolidó en su racionalidad y jerarquia afirmando un patrón ritual que transuntaba la idea de una utopía Cristiana. La traza urbana de los pueblos puede ser considerada como un dispositivo de control de la población indígena: servía para distribuirla y jerarquizarla, e introducir signos visibles de disciplinamiento e sanción social. Tal organización prevalece aún mucho tiempo después de la expulsión de los jesuitas.[212]

Desta forma as missões enviadas para a América eram implantadas neste espaço contendo em suas raízes valores oriundos de suas formações eclesiásticas. Principalmente no que rege as formas de fundação dos espaços administrativos onde existe ligação entre a Companhia de Jesus e a coroa espanhola.

O contexto missioneiro não pode ser entendido isoladamente, mas sim, em toda a sua complexidade. O exercício do poder pelos padres da Companhia de Jesus, para imposição da doutrina cristã, muitas vezes utilizava-se de penalidades pelo não cumprimento de ordens. Como se fossem servidores divinos para que pudessem transformar, segundo o pensamento europeu, os indígenas em um povo civilizado. Assim nos explica Foucault "não creiais que consista em punir; o essencial é procurar

[211] FOUCAULT, 2009, p. 79.
[212] WILDE, 2009, p. 69.

corrigir, reeducar, curar, uma técnica de aperfeiçoamento recalca, na pena, a estrita expiação do mal, e liberta os magistrados do vil ofício de castigadores"[213].

Portanto, em certos momentos, os padres jesuítas assumiam o papel de juízes, ou seja, aqueles que têm o poder de julgar a outro indivíduo que tenha cometido alguma infração. Porém, o mais interessante é que após o julgamento tocava ao cacique do povoado executar as penalidades. "Os próprios índios deveriam alertar os padres da sua ocorrência (o texto fala em fiscais) e os culpados deveriam ser devidamente repreendidos, nesses momentos iniciais sem muita severidade, ao que parece, para evitar um confronto de conseqüências negativas."[214]

> Embora se deva avançar com pulso firme no remédio das bebedeiras e demais pecados entre os infiéis, nos cristãos faz-se necessária inteireza, procedendo nisso os meios suaves de admoestação e repressão. Aos caciques, contudo não convém castigá-los e de modo particular não em público. Por nossas próprias mãos não se castigue a ninguém [...] [215]

As estruturas de poder organizadas pelos jesuítas nas missões requeriam uma disciplina forte e rígida para que os espaços criados tivessem certa organização, o que facilitaria a vigilância para que o projeto jesuítico fosse levado adiante. Ou seja, transformava-se o índio guarani num soldado de Cristo e guardião do espaço da coroa espanhola.

Michael Foucault em sua obra Vigia e Punir descreve que:

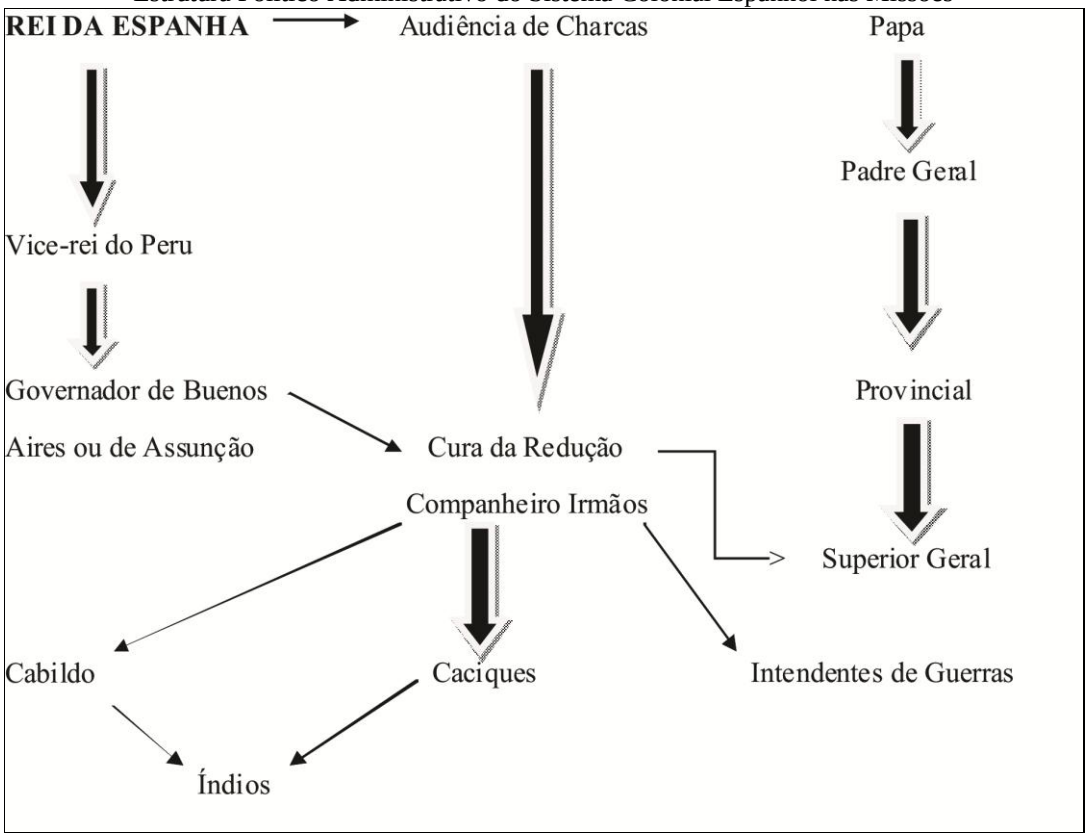
> A disciplina procede em primeiro lugar à distribuição dos indivíduos no espaço. Para isso utiliza diversas técnicas". A disciplina às vezes exige a cerca, a especificação de um local heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo. Local protegido da monotonia disciplinar. Houve o grande "encerramento" dos vagabundos e dos miseráveis; houve outros mais discretos, mas insidiosos e eficientes. Colégio: o modelo do convento se impõe pouco a pouco; o internato aparece como regime de educação senão o mais freqüente, pelo menos o mais perfeito; torna-se obrigatório em Louis-le-Grand quando, depois da partida dos jesuítas, fez-se um colégio-modelo. Quartéis: é preciso fixar o exército, essa massa vagabunda; impedira pilhagem e as violências; acalmar os habitantes que suportam

[213] FOUCAULT, 2009, p.15.
[214] MARTINS, 2006, p. 144.
[215] MARTINS, 2006, p. 144 e 145. Apud Rabuske, 1978, p. 33.

> mal as tropas de passagem; evitar os conflitos com as autoridades civis; fazer cessar as deserções; controlar as despesas.[216]

A igreja da redução, além de servir como o ponto principal de encontro e interação social da comunidade que habitava a localidade, era um forte e, talvez, o principal elemento simbólico do espaço missioneiro. Estava repleta de mitos e valores para toda aquela sociedade que necessitava, segundo o pensamento dos jesuítas, serem vigiados a todo o momento e, quando necessário, punidos em nome de Deus.

Figura 5
Estrutura Político Administrativo do Sistema Colonial Espanhol nas Missões



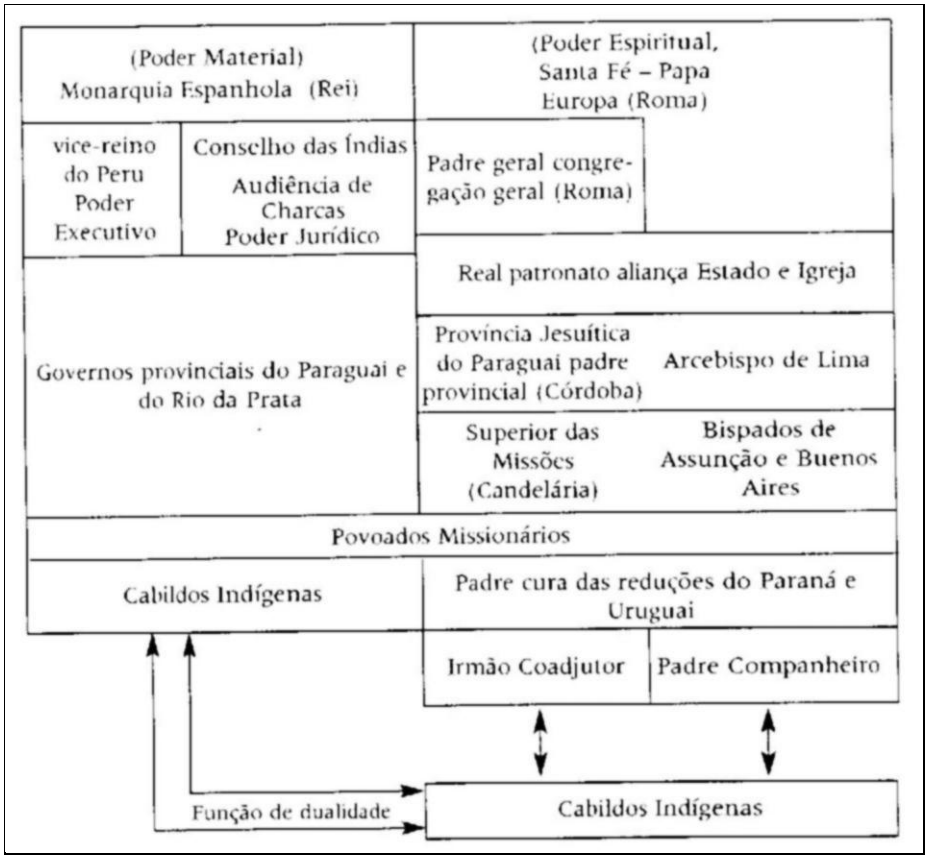
Fonte: FLORES, Moacyr. Colonialismo e missões jesuíticas. Porto Alegre: Est 3ª Edição: 1996, p. 35.

O esquema acima disposto referente à estrutura político-administrativa do sistema colonial espanhol, desenvolvido por Moacyr Flores, bem como o esquema abaixo, das missões dentro dessa mesma estrutura, produzido por Júlio Quevedo, tem como objetivo iniciar uma discussão sobre as estruturas de poder administrativo colonial na América espanhola. Portanto, faremos cruzamentos de dados lançados pelos

[216] FOUCAULT, 2009, p. 137.

dois autores, procurando discutir sobre as estruturas apresentadas para compreendê-las melhor.

Figura 6
As Missões na Estrutura Político-Administrativa do Sistema Colonial Espanhol



Fonte: QUEVEDO, Júlio. Guerreiros ou jesuítas na utopia do Prata. Bauru: EDUSC, 2000. p.104.

Quevedo amplia a discussão da estrutura político-administrativa do sistema colonial espanhol nas missões, fazendo duas divisões[217]: o "Poder Material", que seria a monarquia espanhola, dividida em dois segmentos: o Poder Executivo, a cargo do vice-reino do Peru; e, o Poder Jurídico, a cargo do Conselho das Índias e da Audiência de Charcas. Abaixo destes dois poderes estariam os governos provinciais do Paraguai e do Rio da Prata, e o "poder espiritual", que era representado pela Santa Sé, considerada como a jurisdição eclesiástica do Papa.

Quevedo apresenta uma divisão a mais do que Flores, que é o Real Patronato, responsável pela ligação entre o Estado Monárquico Espanhol e a Santa Sé. Já Flores,

[217] Ver também em KERN,1994, p. 43.

apresenta uma divisão a mais, a figura do Provincial, como se observa na Figura 05. Quevedo aponta para dois itens: a Província Jesuítica do Paraguai, com um padre Provincial em Córdoba e o Arcebispo de Lima, dois níveis de poder representados por um padre provincial e outro por um Arcebispo.

O superior geral apresentado por Flores é desmembrado por Quevedo em Superior das Missões (Candelária), e os bispados de Assunção e Buenos Aires. Abaixo de toda essa estrutura do Poder Espiritual é que viriam os Povoados Missioneiros. Embora Flores coloque no mesmo nível os curas das reduções e os companheiros e irmãos, Quevedo aponta para níveis diferenciados, nos quais o cura da redução estava num estágio superior ao do irmão coadjutor e do padre companheiro, que possuía ligação com os cabildos indígenas.

O território onde estavam localizadas as Missões pertencia ao rei, mas podia ser explorado pelos índios através da administração da Companhia de Jesus que era responsável pelas terras, casas e os negócios. No entanto, dentro da Companhia de Jesus havia uma divisão de tarefas para isso, onde cada um tinha uma responsabilidade e poder diferentes.

O Papa, em Roma, contava com o auxílio do Padre Geral da Companhia de Jesus que, quando criada, tinha como um dos objetivos protegê-lo dos ataques dos protestantes que lutavam pela reforma da Igreja Católica. O Provincial era responsável por toda a Província do Paraguai, sendo que dentro da Província existiam os superiores gerais. Cada um deles coordenava um grupo de missões através de seguidas visitas para manter a uniformidade administrativa, sendo considerados juízes em última instância, para os quais os índios podiam recorrer caso necessário, além de serem responsáveis pela nomeação dos cinco padres intendentes de guerra, responsáveis pela vigilância dos territórios próximos aos rios Paraná, Uruguai e Jacuí, a fim de avisar seus superiores em caso de ataques.[218]

Os companheiros irmãos eram considerados auxiliares dos padres das reduções, pois conheciam várias profissões e as ensinavam aos índios. Essas atividades eram de grande utilidade para as reduções. Destacavam-se práticas como as artesanais, que serviam para realizar esculturas dos santos, instrumentos de música, objetos

[218] Ver mais em FLORES, 1996.

decorativos para as Igrejas, móveis para o colégio; a engenharia, para a construção de igrejas e casas; além da tecelagem, para confeccionar roupas de tecido e couro, entre outras atividades.

> O cabildo de cada missão do Paraguai funcionava de maneira semelhante ao cabildo de qualquer cidade da Espanha ou da América Espanhola, possuindo como autoridades o corregedor, o tenente de corregedor, os alcaides de 1° e 2° voto, o alferes real, quatro regedores, alguacil maior, alcaide da Irmandade, procurador, fiscal e escrivão de cabildo, todos eleitos anualmente, além de mordomos, contadores e armazenistas. O corregedor, que presidia o cabildo, era indicado pelo cura e nomeado pelo governador de Buenos Aires. Os cabildantes cessantes elegiam os novos membros do cabildo, constituídos exclusivamente de índios.[219]

Portanto, entende-se que cada cabildo era um local composto por pessoas com diversos cargos, cada um com seu dever e responsabilidade diferenciada. Cada missão do Paraguai tinha um cabildo que administrava com relativa autonomia seu território. É importante lembrar que estes órgãos administrativos faziam parte de um conjunto.

O cabildo de cada redução tinha similaridades com as câmaras municipais portuguesas, apesar de estas terem número bem mais reduzido.

Como autoridade maior havia o dirigente da redução, chamado de corregedor, que era indicado pelo cura e nomeado anualmente pelo governo de Buenos Aires. Junto do corregedor escolhiam-se outros membros que geralmente eram índios para contribuírem na administração da redução.

Desse modo, é possível entender que as reduções não agiam por conta própria, apesar de cada uma ter um cabildo para sua administração. Tampouco eram pontos isolados, pois estavam dentro de um conjunto que fazia parte do sistema colonial espanhol. Os cabildos eram dirigidos por índios, padres jesuítas e espanhóis, e deveriam seguir um modelo uniforme em sua organização interna, para um melhor controle e aproveitamento, tanto do território, quando da matéria-prima que era oferecida, como também dos índios.

A coroa Espanhola tinha uma organização administrativa estratégica, pois dividia os poderes no nível local e regional sem tirar a autoridade de padres e indígenas,

[219] FLORES, 1996, p. 37.

nem diminuir o seu poder político, fragmentando a autoridade individual e impedindo seu crescimento desmedido, através da distribuição de cargos políticos. Criaram-se "as audiências, onde se tomava decisões correspondentes aos negócios de guerra e paz, civis, militares, eclesiásticos ou criminais, sendo que inicialmente funcionavam judicialmente, mas depois passaram a assessorar os vice-reis ou governadores, podendo até revogar ordens destas"[220]. Porém, a monarquia hispânica desempenhava a função de juiz final superior e final (irrecorrível), sendo assim, tinha a autoridade que os demais não tinham. As audiências de Charcas, conhecidas também como Real Audiência e Chancelaria de Charcas e La Plata, foi o mais alto tribunal da coroa Espanhola na região conhecida como Alto Peru.

Na Europa, iniciam-se discussões das ideias entre o poder Espiritual e o Material, no mesmo momento da formação do Estado Moderno e que começavam a ser instaladas na América as missões jesuíticas (entre elas as do Paraguai) sendo que estas tiveram um papel importante para o povoamento e expansão dos reinos ibéricos, porém o confronto entre as duas matrizes de pensamento citadas, abriu caminho para debates a respeito da influência do poder Papal para com o poder Real.

Entretanto, a coroa espanhola ao implantar sua estrutura administrativa e política juntamente com organização jesuítica sob beneplácito da Santa Sé, procurou adaptar suas instituições e cargos para que pudesse se aproveitar também da estrutura indígena já existente nos povos a serem aculturados, dando início a um importante processo de formação das estruturas e da identidade dos espaços reducionais. Desta forma as missões enviadas para a América eram implantadas neste espaço contendo em suas raízes toda uma carga de valores (alguns) oriundos ainda do período medieval. Principalmente no que tange às formas de fundação dos espaços administrativos onde existe perfeita simetria entre o poder de Deus e o poder do Estado.

Para serem mantidas as crenças e os padrões de comportamento desejáveis (obrigações), tanto nas reduções, como nas estâncias, era necessária a presença de padres para administrar, centralizar o poder e ser responsável pela liderança do espaço sendo que para os objetivos da Companhia de Jesus ser alcançados era necessária muita disciplina no comportamento do indígena para com o jesuíta que faziam proibições e

[220] FLORES, 1996, p. 36.

impedimentos de hábitos negativos além de punições aos infratores. Portanto as estruturas de poder organizadas pelos jesuítas nas missões requeriam uma disciplina forte e rígida para que os espaços criados tivessem certa organização o que facilitaria assim a necessidade de estarem constantemente vigiando-os para que o projeto jesuítico fosse levado adiante.

Contudo pode-se perceber que toda a estruturação política administrativa espanhola implantada nas missões jesuíticas do Paraguai, tem suas complexidades e que cada povo, redução e estância criada devem ser estudados devido às suas particularidades culturais, administrativas e religiosas bem com a sua ligação com governos provinciais, pois apresentam um caráter interdependente tanto interna quanto externamente, sendo que fica claro que não agiam por conta própria, pois pertenciam a um conjunto que fazia parte de um sistema reducional.

LA CRUZ

Os jesuítas tiveram mais sucesso em seus objetivos, em comparação a outras ordens, na América do Sul, a partir de uma influência pacificadora com os indígenas. Sabe-se que houve muita resistência, porém, o modelo reducional que estava sendo implantado deu respostas que estavam muito de acordo com o mundo colonial, os jesuítas passaram a ser um elo entre os indígenas e a coroa espanhola, estreitando a relação sempre que possível e necessário.

> As incursões missionárias junto aos índios nômades, apesar do brilhante sucesso, não tinham permitido a constituição de comunidades cristãs sólidas e duradouras. Era necessário, para tanto fixar os índios em torno de uma igreja, e também isolar os novos convertidos da corrupção dos colonialistas. Pois isoladamente, os padres buscavam proteger a moralidade e, ao mesmo tempo, a liberdade das tribos ainda não submetidas.[221]

Lugon afirma que as incursões de evangelização da igreja católica na América Espanhola não foram sólidas e duradoras, com certeza isto aconteceu porque os povos nativos se deslocavam com frequência isto impossibilitava a construção de espaços destinados à prática do catolicismo, como igrejas e capelas. Diante disto foi que a coroa com a companhia pensaram o processo reducional, que já fora aplicado em situações prévias, como uma solução para impedir ações dos colonos e outros que procuravam de todas as maneiras explorar os indígenas.

O modelo reducional buscava a estabilidade da população indígena para que pudesse, de fato, consolidar uma comunidade cristã a partir de práticas contínuas (ritualização) aos moldes da cultura europeia. Para que esse sistema fosse concretizado, uma das primeiras e principais atitudes era proteger os indígenas do trabalho escravo, ação que afetava diretamente os colonizadores espanhóis que se sentiam prejudicados.

[221] LUGON, 2010, p. 25.

Isso influenciou a aceitação da evangelização dentro do modelo reducional, pois fazia que muitos indígenas fugissem do trabalho escravo e estreitassem a relação com os jesuítas, contrários àquele tipo de exploração. Segundo Cushner os jesuítas argumentavam que:

> the Indian reductions were mission stations where Indians remained voluntarily, while at the same time working for their own support and for the support of their spiritual tutors. The organization of Indian labor on the reductions and the distribution of its fruits were in missionary hands, argued the Jesuits, lest rapacious white traders cheat the Indians by underpaying them for their principal product, *yerba mate*.[222]

Nota-se que os jesuítas argumentavam que os indígenas eram explorados pelos comerciantes espanhóis na compra de seus produtos, pois tudo que era produzido nos povos era comercializado entre as reduções e com as cidades espanholas. Além disso, havia também uma exploração de trabalho pelas *encomiendas*, porém, dentro das missões jesuíticas havia mão-de-obra indígena supervisionada pelos padres jesuítas, que alegavam que os índios trabalhavam para seu próprio sustento e dos padres responsáveis pelos povos.

Entretanto, a população indígena, fora ou dentro do sistema reducional, era considerada como mão-de-obra, mesmo que de maneira diferente em comparação à *encomienda*. Participavam de uma nova vida social contribuindo na ocupação do espaço e para o desenvolvimento da sociedade colonial espanhola formando uma colônia sem encomendeiros.

> Las reducciones guaraníes estuvieron situadas en un estrecho contexto colonial. Pero progresivamente se fueron conformando durante siglo y medio de tal modo que, como ha subrayado Bartolomeu Melià, las reducciones ofrecieron una alternativa real dentro del mundo colonial. Por supuesto, el colonialismo es un gran mal. Pero dentro del mundo colonial, las reducciones ofrecieron una opción utópica, específicamente de que era posible luchar y crear de hecho un espacio geográfico y económico que durante un tiempo hiciera posible una colonia sin encomenderos (…) Desde mi punto de vista, los jesuitas

[222] CUSHNER, 1983, p. 20.

> tuvieron una técnica teológica y pastoral adecuada para resistir a aquellos que querían esclavizar a los indios.[223]

O objetivo das reduções estava focado em construir uma sociedade que pudesse progredir na mesmo proporção da dos colonos, com uma vida social, política e econômica organizada, porém, sem ser administrada diretamente pelos espanhóis coloniais, ou seja, segundo Melià, uma alternativa utópica dentro do mundo colonial.

Barnadas explica que: "as reduções estavam aptas a estabelecer uma evangelização baseada no interesse pela personalidade integral do converso. Seu objetivo não era apenas doutrinar, mas fortalecer a vida social e econômica dos índios em todos os aspectos".[224] Os indígenas, desde o princípio, já tinham responsabilidades através dos cargos administrativos de cada redução, o que possibilitava uma integração maior com os jesuítas. Levinton afirma que:

> En el pasaje de estas aldeas al pueblo misional se produjo una articulación en el pasaje del *guara* indígena a la organización misionera. En otras palabras, la estructura espacial configurada surgió de aplicar el concepto de Derecho Natural, en muchas decisiones se tuvieron en cuenta las prácticas indígenas. El criterio implementado lo consideramos fundamental para explicitar la organización espacial misionera.[225]

Levinton aponta para a necessidade de entender que os guaranis já tinham uma estrutura organizacional definida, e que poderia ter continuado, mas a chegada dos espanhóis na América e o projeto reducional firmado entre coroa e Companhia de Jesus, provocaram uma ruptura neste sistema, fazendo com que os que se reduziram passassem do estágio de guarani-indígena para o de guarani-missioneiro. Esta ruptura não é um sinal de que a cultura tenha sido destruída, tanto que em muitas decisões que ocorreram dentro da organização missioneira foram levadas em conta as práticas indígenas.

Percebe-se que os índios transformaram seus espaços naturais, os quais foram se moldando conforme o número de habitantes, o local de cada fundação de um povo, e as pactuações dos caciques com os jesuítas, possibilitando uma integração maior entre esses povos que formavam um conjunto que controlava a região.

---

[223] DORADO, 2002, p. 71.
[224] BARNADAS, 1997, p. 544.
[225] LEVINTON, 2009, p.14.

Documentos escritos em forma de questionários com perguntas e respostas, encontrados no Archivo General de La Nacion, permitem entender o processo de miscigenação e inclusão que ocorreu quando da chegada dos espanhóis na América.

> A la quarta pregunta dixo q˜ casasse como en ella se contiene y es publico y notório que los primeros conquistadores de estas províncias e pobladores quando vinieron de l'españa no trugeron mugeres y los caciques de dha nación guaraní les ofrecieron sus hijas para mugeres y algunos de dhos pobladores reconociendo en ellos su nobleça viendo gente principal y mui noble los dhos conquistadores los aceptaron y algunos se cassaron con ellas confessando en sus hijos y decendientes. Desta nacion q su Magestad los á honrado con ofícios honrrossos de la Republica y dado muito de santiago como al adelantado Don Juan de Vera y Aragon y siempre se an tratado como nobles los dhos caciques e sus descendientes y de este parentesco a procedido que los Índios llaman a sus encomenderos cherosaía que quiere decir mi cuñado y los españoles dicen a los indios chetuh que quiere decir mi tío hermano de mi madre y tambien los yndios suelen decir a los españoles descendientes de aquellos primeros conquistadores chezzyza que quiere decir mí sobrino hijo de mi hermana como es notorio desto responde.[226]

Dentre estas perguntas a quarta questão, afirma que os conquistadores e povoadores quando chegaram neste espaço não trouxeram mulheres, o interessante é que os caciques ofereciam suas filhas para que os homens as tomassem como esposas. Cabe-se perguntar se os espanhóis que tinham trazido suas esposas da Europa e também os jesuítas aceitaram com naturalidade estas ações, pois a confiar na letre deste documento, pode supor-se que índios e espanhóis que haviam se casado aceitavam isso com naturalidade.

O sistema das reduções não estava apenas focado em doutrinar, mas também em formar homens livres do trabalho escravo e das injustiças, porém esse sistema apresentava algumas complexidades devido ao fato de os colonos não verem os índios como homens livres.

> Se os guaranis escaparam à escravatura nesse período inicial decisivo, foi graças á distância que os separava das cidades coloniais espanholas, e também devido à influência pessoal de um administrador enérgico e honesto, d. Francisco de Alfaro,

[226] Division Colonia Secc. Gobierno – Compañía de Jesus (1595-1675), Leg. 1; 408; S IX 6-9-3. Doc. 604 - 604 v. Buenos Aires: Archivo General de la Nacion.

> visitador das províncias do Paraguai, Tucumã e Rio da Prata, Alfaro recomendara ao padre Torrez de ligar as comunidades guaranis diretamente à Coria espanhola e apresentá-las à Corte como um Estado tampão na fronteira do Brasil português.[227]

Para que o sistema de reduzir os índios em um espaço fosse possível foi necessário o apoio da coroa espanhola, para a Companhia de Jesus, pois os colonos espanhóis não aceitavam perder sua mão de obra, portanto a execução do projeto reducional passava pelos membros da coroa espanhola.

> Cada uma das reduções já contava com mais de 2 mil habitantes. Os missionários eram um fermento minúsculo perdido no meio dessa multidão. Eles queriam transformar pela criação de novos hábitos sociais, deixando agir a influência dos líderes, a disciplina coletiva, o sentido de responsabilidade amplamente desenvolvido pelas múltiplas funções criadas, enfim, pelo sentimento tranqüilizador de uma nova segurança.[228]

Um novo sistema de vida social estava sendo implantando a partir do projeto reducional, através de varias atividades com ideias totalmente novas e outras nem tanto, como a influência dos líderes, que não era algo desconhecido nos grupos indígenas, porém nas reduções os líderes tinham mais responsabilidades formais a partir das funções criadas em um espaço onde a vida se desenvolvia de forma coletividade, passando de grupos nômades para povos reduzidos fazendo parte então de uma proposta da coroa e da Companhia de Jesus, tendo vários funcionários divididos em setores encarregados de funções importantes para a sobrevivência dessa população bem como a segurança, devemos entender com isto que em todos os setores criados dentro das reduções tinha a presença forte dos índios, e que mesmo os jesuítas sendo em menor quantidade tiveram êxito na organização e no crescimento das reduções.

> Antonio Palermo religioso de la Comp˜ de Jesus y que a que esta ocupado en el cultivo y enceñanza de Yndios Guaranis de las provincias del Parana y Uruguay treinta años sin aver salido nunca de entre ellos en todo este tiempo y aver reducido y baptizado a muchos inflieles visto y tratado a ottus. Certifico al Rey nuestro señor que dios guarde y a su real consj.^{o} mandado de mí superior preceptto de santa obidiencia de dexilo que se acerca si los Yndios reconocian caciques en su infedelidad […] Fui a muchos pueblos adonde no avia llegado sacerdote de la

[227] LUGON, 2010, p. 27.
[228] LUGON, 2010, p. 30.

> compañia alguno antes que io llegase […] y experimente el respecto y reconocimiento que aquellos Yndios barbaros toman a sus caciques reconociendolos por sus ma e cres dándolos nombes de grandes y superiores a los demas[229]

O documento escrito por um religioso da Companhia de Jesus, que dedicou trinta anos de sua vida para o processo de evangelização de índios guaranis reduzidos nas províncias do Paraná e do Uruguai, levando povos nativos para as reduções e lá batizando e claro acreditando que este batismo seria suficiente para torná-los fiéis ao propósito da ordem jesuítica e também a coroa espanhola. Percebe-se que nem sempre foram eficientes, no sentido de que os nativos iriam prestar obediência para o rei e para a igreja católica, pois mesmo assim os documentos mostram que após o processo de batismo encontram-se caciques sendo chamado pelos padres de infiéis e que seus vassalos o admiravam e continuavam a prestar sua total obediência e admiração pela sua pessoa.

Os padres da companhia de Jesus apontam em documentações entre o período de 1595 a 1675, que após terem passados por vários povoados em que não tinham chegado os sacerdotes, que os nativos eram povos bárbaros e que o cacique também é reconhecido pelos seus feitos, portanto dentro ou fora da redução existia a personificação do cacique. Assim podem-se perceber relações de poder e com isto existiram conflitos de identidade entre os caciques e padres, pois os padres tinham como instrumentos a evangelização a partir de acordos entre a coroa e companhia de Jesus, e os caciques tinham seus feitos enquanto indivíduos reconhecidos pelos seus vassalos.

Os missioneiros não tinham uma tarefa muito fácil, mesmo sem a interferência dos colonizadores, pois era preciso formar uma estrutura da sociedade que começa a se desenvolver, desde o espaço até atividades que pudesse proporcionar os recursos para sobrevivência dos povoamentos. Assim Lugon afirma que "a instrução religiosa metódica só começava de verdade depois que a redução estava instalada e a vida organizada".[230] Para que este sistema fosse consolidado era preciso a participação dos padres jesuítas de forma direta, servindo como exemplo para os índios.

---

[229] Division Colonia Secc. Gobierno – Compañía de Jesus (1595-1675), Leg. 1; 408; S IX 6-9-3. Doc. 616 v., 617. Buenos Aires: Archivo General de la Nacion.
[230] LUGON, 2010, p. 30.

> Lo específico de la "reducción" jesuítica está en modo concreto como serán determinados los aspectos de la realidad guaraní que deben ser reducidos, como serán conceptuados y como serán tratados "políticamente", es decir, a través de actos que pretenden decididamente el cambio cultural. La realidad guaraní es vista no tanto en sí, cuanto en contraste con el ideal de hombre político y humano, que es de hecho el hombre "reducido". Al hombre político real se le pretende sustituir el hombre "reducido". Esta ideología connota y especifica la documentación jesuítica sobre los Guaraní, aunque en distinto grado según los aspectos tratados.[231]

As características das reduções jesuíticas se destacam pelos aspectos que determinam uma nova vida social ao guarani, um povo de índios convertidos ao cristianismo, a partir de um contato entre culturas onde a ideia da redução era fazer do índio um ser cristão, possibilitar sua libertação do trabalho escravo, sendo assim a redução apresentava-se contra os abusos que aconteciam por parte dos colonos, como esclarece Meliá: "la reducción es un lugar de protección contra la encomienda y cualquier forma de esclavitud"[232]. Diante disso, muitos índios optaram pela vida reducional como forma de salvar-se da escravidão.

Os jesuítas conseguiram, a partir do projeto reducional, criar novos paradigmas coloniais, ou seja, introduzir um modelo diferente que supria as necessidades do momento. Eles possibilitaram, como bem explica Melià: "a los índios outro espacio de vida colonial independiente de la encomienda; una especie de proyecto anticolonial dentro de la misma colonia"[233]. Os jesuítas ajudavam os índios a se defenderem dos colonos, a redução era um projeto com objetivos claros, civilizar e cristianizar, reduzir os indígenas aos padres jesuítas e sucessivamente à coroa espanhola. Um sistema reducional dentro do sistema colonial, com uma estrutura política, social e econômica elaborada a partir da reorganização de duas culturas, já que alguns atos utilizados pelos indígenas não foram ignorados, sendo adaptados na implantação desse novo espaço político que se desenvolveu sobre a tutela dos jesuítas.

---

[231] MELIÀ, 1997, p. 98.
[232] MELIÀ, 1997, p. 176.
[233] MELIÀ, 1997, p. 176.

Em carta que, segundo o autor, poderia ser de Buenaventura Suárez, descreve as dificuldades encontradas para a instalação de La Cruz devido às hostilidades impetradas pelos portugueses, através de ações com objetivos de saques, e aprisionamento de nativos para exploração de mão de obra e também pelos charruas e minuanos, nesta mesma carta tem uma afirmação do autor de que o diário do Marquês de Valdelirios de que a fundação teria acontecido no ano de 1623 não no lugar definitivo, mas que mais tarde teria sido mudada.

> Habla el P. Montoya de la doctrina de la Asunción y solo dice que el P. Cristóbal de Altamirano my diestro en amansar leones, era cura de este pueblo, afligido entonces de una cruel peste, cuando dicho Montoya tabajaba su Conquista Espiritual que parece fue el año de 1638. En las notas históricas de una carta latina de Misiones, del pueblo de la Candelaria y que algunos presumen que sea del P. Buenaventura Suárez, se refiere que la Asunción del Acaraguá se transfirió por la misma causa de las hostilidades de los portugueses, el año de 1637, a la orilla occidental del río Uruguay, más arriba de la Yapeyú, donde se conserva en el día. También se dice de otra Asunción del río Iguy, en la provincia del Caró, destruída igualmente que la de Todos los Santos por los apóstatas que martirizaron a los tres misioneros pastores de aquella grey. El Diario del Marqués de Valdelirios afirma que el pueblo de la Cruz se fundó el año 1623 sobre el río Acaraguá, tributario del Uruguay por su banda occidental, al norte de San Javier, de donde se trasladó al río Mbororé y en 1657 se incorporó al de Yapeyú. Es el único pueblo de Misiones que está amurallado por las invasiones de los charrúas.[234]

O povo de La Cruz ou de Mbororé, segundo Cônego João Pedro Gay[235], foi edificado pelos jesuítas em 1629 na margem e ao ocidente do rio Uruguai e ao confluente do arroio Mbororé naquele rio, com umas dezoito léguas ao sul de Santo Tome. Foi a principio agregado ao de Yapeyu, do qual se separou e se estabeleceu definitivamente no lugar que hoje ocupa, pelo ano de 1657, enquanto que em nossa pesquisa nas cartas ânuas transcritas na coleção de Pastells pesquisada no CCM aponta para outras datas.

> La cruz, fundada el año de 1631 en el rio Acaragua, que desagua en el Uruguay por la parte del poniente, de donde transmigró al

[234] ALVEAR, 2000, p. 98.
[235] GAY, 1863, p. 349.

> rio Mborore, que desagua en el mismo rio, de onde las invasiones brasilienses forzaron a asegurarse de ellas bajando de aquella parte del Uruguay a la más baja de el, sobre cuyas márgenes hoy se conserva a 8 leguas de Yapeyu, en 29 grados. 13 minutos de latitud, 321 y 59 minutos de longitud, con 612 familias, que hacen 2.410 almas.[236]

Em outro material, sobre a fundação de La Cruz:

> O povo da Cruz ou de Mbororé foi edificado pelos jesuítas em 1629 na margem e ao occidente o Uruguay e ao confluente do arroio Mbororé n'aquelle rio, com umas dezoito léguas ao sul de S. Thomé. Foi ao principio aggregado ao de Iapejú, do qual se separou e se estabeleceu definitivamente no lugar que hoje occupa, pelo anno de 1657. A Cruz está collocada sobre uma collina que fazem distinguir de longe suas altas palmeiras. Sua posição é mui pittoresca. O Uruguay rega os pés d'esta collina emquanto a antiga Missão corôa a parte superior; d'onde a vista se estende até a villa de Itaqui, duas leguas acima da Cruz sobre a margem opposta do rio Uruguay, e d'onde se avistam do lado do Poente os tres cerros, que se levantam como enormes tumulos ou pequenas pyramides na planície.[237]

Sabe-se das dificuldades que os historiadores encontram quando trabalham com datas de fundação dos trinta povos das missões jesuíticas do Paraguai, neste caso apresentam-se três datas diferentes, Alvear, que através do diário do marquês de Valdelirios dizendo que a data de fundação teria acontecido no ano de 1623, já Gay aponta para o ano de 1629 para a criação de um povoado que tem como nome de "La Cruz", o qual ainda não era redução porque estava agregado à redução de Yapeyu. Isto pressupõe que o povo de La Cruz não tinha autonomia e, mais tarde, no ano de 1657, se desmembrou de Yapeyu, formando a redução de La Cruz. A outra fonte documental referente às cartas ânuas aponta para a fundação da redução no ano de 1631.

Diante destas questões em relação às datas fundacionais, o mais sensato é apontar para a data com maior credibilidade, ou seja, aquela apresentada na cartas ânuas, segundo apresentadas na coleção de Pastells.

[236] PASTELLS, 1912, p. 781.
[237] GAY, 1863, p. 349.

> A disposição interior das reduções correspondia a um plano quase uniforme, estabelecido, em suas linhas gerais, desde o princípio. Cada construção inseria-se no plano geral. "Quem conhece uma das cidades conhece todas, pois todas se parecem exatamente, na medida em que a natureza dos locais o permite." Esta frase de *A Utopia* aplica-se perfeitamente às reduções guaranis.[238]

Há duas ideias que se chocam a partir do que Lugon nos diz. A primeira é que a disposição das reduções correspondia a um plano quase uniforme e, a segunda, é quem conhece uma das cidades conhece todas, pois todas se parecem, ainda que cada redução tivesse suas particularidades, as quais podiam ser percebidas em vários aspectos, dentre eles, os de defesa, o de a população não ser formada apenas por guaranis, o de distanciamento das suas estâncias e o do tamanho populacional de área de abrangência.

> A prosperidade de que gozavam esses estabelecimentos excitava a inveja dos paraguaios e os habitantes de Santa Fé e Buenos Aires, que, alias, viam nos jesuítas mais gente estrangeira que espanhola. Efetivamente, muitos desses padres eram alemães, ingleses, franceses. Por outra parte sujeita exclusivamente ao Superior das Missões que, residindo em Yapeyu, era nomeado diretamente pela Corte de Roma (melhor, pelos Mestres da Companhia) e tinha o direito de administrar o sacramento da confirmação, os padres pareciam não depender da Espanha.[239]

Mesmo antes da chegada dos jesuítas os guaranis já trabalhavam com agricultura de subsistência, através de pequenas lavouras de cultivo de milho, mandioca, batata doce. Após a chegada daqueles produtos cultivados foram ampliados, tais como o trigo, a cevada, a cana-de-açúcar, o algodão e o fumo.

A grande concentração de índios proporcionou o desenvolvimento das reduções e a necessidade de ampliação de suas produções criando assim as estâncias missioneiras, isto ampliou o excedente da produção chamando atenção de grandes centros comerciais da época como Santa Fé e Buenos Aires, outro item que aponta o autor é a presença de padres que não eram espanhóis, além do provincial Superior da Missões estar residindo em Yapeyu e não em Buenos Aires ou em outro grande centro, estas questões despertam a atenção dos espanhóis que viviam na América.

---

[238] LUGON, 1977, p. 71.
[239] LUGON, 1977, p.107.

> A la tercera pregunta dixo o q- pasasse como en ellas se contiene y que entrando algunas veces a sus tierras a conquistarlos en tiempo de el exmo de campo [...] llegaron a algunos pueblos de dha nacion Guarani donde viniam dhos Índios con sus caciques en cassas y vecindad y tenian sus chacaras y sementeras donde se sustentavan y save q- dhos caciques governan sus vassallos y súbditos sin reconocer otro superior a alguno y save q- el maior daño q- se les hacia nestas conquistas y con que los obrigavan a vendirse e a zalarles las sementeras y comidas esto ussava el governador Hernando Arias de Savedra q.do entro en la província del Parana Y esto responde[240]

> dixo que lo q- entendió que dhos Yndios siempre an vivido en pueblos con cassas y sementeras por que hiendo caminando con el dho gobernador en dha visita vieron muchas chacaras y sementeras y cassas donde vivian q- en el pueblo donde llegavam hallavan que dhos caciques tenian unas cassas largas donde vivian cada uno con sus vassallos y la gente de su [aillo?] y supo ser este el modo con que esta nación vivia[241]

Os guaranis quando da chegada dos conquistadores já possuíam uma organização política específica, na qual o cacique era o encarregado de organizar o seu povo, já tinham suas chácaras e suas sementeiras para seu sustento. É interessante que se atente a isto, pois não se pode pensar que a organização social dos guaranis surgiu a partir do momento da criação das reduções ou que as suas chácaras só existiram dentro do espaço da estância.

A criação das reduções e de suas estâncias iria transformar a vida dos guaranis e esta transformação proporcionaria um novo estilo de vida. Um deles seria a fixação em um único lugar, abrindo mão de algumas atividades nômades, passando a um tipo sedentário de existência e com ampliação da sua prática agrícola e pecuária, em moldes nem europeus nem americanos, mas um modelo adaptado às suas novas necessidades. Ao mesmo tempo em que houve esta mudança de seus costumes, os padres mudaram a organização de produção guarani, de uma cultura de plantação para agricultores capacitados para produção em grande escala destinada não apenas ao consumo interno, mas também para exportação.

---

[240] Division Colonia Secc. Gobierno – Compañía de Jesus (1595-1675), Leg. 1; 408; S IX 6-9-3. Doc. 604. Buenos Aires: Archivo General de la Nacion.

[241] Division Colonia Secc. Gobierno – Compañía de Jesus (1595-1675), Leg. 1; 408; S IX 6-9-3. Doc. 607. Buenos Aires: Archivo General de la Nacion.

> Lo que parece diferenciar cualitativamente a la aldea de la reducción nos es sólo el tamaño de la concentración humana sino también el carácter de las leyes de convivencia, que harían del asentamiento misional esa incipiente ciudad (civis). El teko pyahu, entones, designará la idea de la existencia guaraní en un sistema nuevo.[242]

Havia algumas diferenças entre as aldeias e as reduções e uma das principais diferenças foram as leis de convivência que marcaram o novo sistema guarani missioneiro, com uma organização espacial limitada em comparação às aldeias, passando a ter novas normas no cotidiano, ou seja, as reduções se formaram a partir de duas ideias, uma da aldeia guarani e outra da cidade espanhola.

Nas reduções encontravam-se as hortas, os pomares com suas hortaliças, e árvores frutíferas, proporcionaram produtos não só para as missões, mas também para enviarem a outras regiões do Prata, como a produção de vinho de La Cruz, considerada por Buenos Aires como de excelente qualidade. Outro produto que merece destaque era a erva-mate, beberagem muito consumida pelos guaranis. Essa produção nas reduções foi espelhada, de forma ampliada, nas estâncias.

[242] LEVINTON, 2009, p. 150.

LA CRUZ FACE AS OUTRAS REDUÇÕES

As relações sociais, econômicas e políticas foram determinantes para aproximar ou distanciar as reduções, estâncias e outros grupos não reduzidos. Muitas vezes a disparidade daquelas relações levou aqueles povos a dissensos e conflitos. Portanto, é importante entender como se davam os relacionamentos internos e externos aos seus espaços, em especial a relação entre a Redução de La Cruz e a estância de La Cruz, interrelacionando-a com outros povos e agrupamentos nativos.

Cushner explica que "The available grazing and farming lands were so vast and the usually standard physical boundary markings so imprecise to begin with, that it was likely that estate boundaries were so blurred and imprecise as to be meaningless. This, of course, opened the door to future litigation and squabbling".[243] Os conflitos entre os povos aconteciam por motivos relacionados a disputas de terras, pois as fronteiras eram incertas, gerando litígios que se estendiam por longos anos, levando a discussões e até mesmo a guerras, pois nem todos os povos eram iguais no tamanho do espaço que ocupavam, alguns eram maiores outros menores, e relativamente à economia dependia tanto do espaço quanto dos recursos naturais disponibilizados.

Algumas reduções tinham mais de uma estância e o número de gado estava atrelado ao tamanho da estância, isso gerava disputas pela terra e a água entre outros elementos importantes para o crescimento econômico da redução, sendo que o gado e a colheita feita nas chácaras existentes nas reduções e também de outros produtos, tais como mel, eram a base do seu sustento, tanto da população indígena como dos jesuítas.

> Los conflictos que dominaron la región fueron sedimentando en cada pueblo guaraní una historia ligada a sus hazañas militares, sus figuras de prestigio y sus servicios al monarca católico. Podría decirse que el aspecto militar, junto con el político

[243] CUSHNER, 1983, p. 16.

> administrativo y el religioso constituían los cimientos del régimen misional.[244]

A relativa estabilidade que as reduções e estâncias alcançaram durante aproximadamente um século e meio também pode ser entendida através das relações internas e externas de cada povo. As relações internas davam-se pelas atividades políticas, econômicas e militares além das celebrações, que fortaleciam a integração dos habitantes. As festas envolviam toda população e, dependendo do motivo da celebração, outros povos eram convidados a participar destes eventos, geralmente relacionados com a identidade de um povo e também aspectos gerais cristãos, despertando assim o sentido coletivo dos povos guaranis missioneiros. Segundo Wilde:

> Las fiestas ligaban la identidad de un pueblo a un conjunto de símbolos y valores cristianos, más allá de la pertenencia a un cacicazgo. Las guerras, que podrían haber constituido un factor disruptivo en los pueblos al enfrentar a los cacicazgos entre sí, fueron hábilmente desplazadas hacia los enemigos de las reducciones: los portugueses[245].

As celebrações, ao mesmo tempo em que fortaleciam as relações internas, especialmente a partir das celebrações que seguiam um calendário, também contribuíam para confrontações. Estas ocorriam não apenas com os inimigos das reduções, como os portugueses, mas entre os próprios povos. A partir desses conflitos é possível perceber as particularidades de cada povo que, mesmo seguindo linhas sócio-políticas gerais da Província Jesuítica do Paraguai, não deixavam de apresentar suas próprias características, afirmando sua identidade étnico-reducional.

As cerimônias que aconteciam nos povoados tinham um conjunto de significados e objetivos de nível social e político. Muitas decisões importantes eram realizadas na presença da comunidade guarani missioneira e, em alguns casos, com sua participação. Como afirma Wilde: "la ceremonia ordenaba la geografía sociopolítica del pueblo mediante una pautada sucesión de actos simbólicos que establecían, legitimaban y renovaban el orden todos los años. La ceremonia era en este sentido una celebración del orden sociopolítica y de la jerarquía estructural"[246]. A função das celebrações não estava ligada diretamente aos rituais simbólicos, mas também às relações políticas entre

[244] WILDE, 2009, p. 166.
[245] WILDE, 2009, p. 79.
[246] WILDE, 2009, p. 80.

os povos, fazendo desse momento um encontro entre os líderes indígenas e os padres jesuítas, para resolverem as dificuldades de cada povo, facilitando a integração. O apoio vinha das reduções mais prósperas e que apresentavam melhores condições para auxiliar aqueles que apresentavam qualquer necessidade e, inclusive, quando necessário acolhiam outros povos, agregando-os.

A redução de Yapeyu foi construída em um local estratégico, pois, "El Yapeyu o Nuestra Señora de los Reyes, fundada el año de 1626 sobre las márgenes del rio Uruguay persevera en su suelo nativo en 29 grados 31 minutos de latitud, 321 y 2 minutos de longitud con 1.587 familias, que son 6.400 almas".[247] Essa redução apresentou relações interétnicas, pois segundo Levinton "la comunidad de este asentamiento estaba formada por gentío guarani, yaro-gé y por charrua"[248].

Existia um contato entre esses grupos indígenas que acontecia dentro do espaço da redução, entretanto, mesmo havendo conflitos entre esses grupos indígenas em alguns momentos, tal contato foi importante para o desenvolvimento reducional, possibilitando a troca de materiais e técnicas que fortaleciam a economia e a sobrevivência dos povos. Afirma Levinton que: "a partir de 1673 los yapeyuanos, junto a su ubicación estratégica, demostraron una habilidad para montar a caballo y manejar las técnicas del vaqueo que le auguraron a la comunidad un rol predominante en la alimentación de la macro-región misionera"[249].

Segundo Becker[250] os índios minuanos encontravam-se em um espaço próximo ao da estância de La Cruz, o que dividia e, com certeza, facilitava a sua inserção no espaço ocupado pelos guaranis, ocasionando alguns conflitos. Os planos das reduções guaranis procuravam seguir um padrão, isto não quer dizer que todas eram iguais.

Essas relações entre os grupos étnicos vizinhos davam-se, muitas vezes, a partir dos interesses contra os europeus, principalmente contra os colonos *encomenderos*, podendo originar uma guerra em casos extremos. Porém, ocorriam conflitos entre esses mesmos grupos indígenas devido à disputa de espaço, produtos e poder dentro desse conjunto reducional.

---

[247]PASTELLS, 1912, p. 781
[248]LEVINTON, 2009, p. 104.
[249] LEVINTON, 2009, p. 251.
[250] BECKER, 1982, p. 38.

> Como se sabe, os parientes agrupados en diferentes cacicazgos, regían la división interna de la reducción y, en última instancia, también marcaban las disputas por el control de espacios. Puesto que la participación coordenada dependía de la lealtad basada en la inmediatez del parentesco, la emergencia de líderes reconocidos más allá de los límites de sus propios pueblos solo podía tener una existencia temporaria y efímera. Por lo tanto, las alianzas en torno de un gran líder respondían menos a una tradición de unificación que las particulares circunstancias de la guerra, que impedían a los cacicazgos afrontar la coordinación de las acciones por sí solos.[251]

Yapeyu foi a redução mais meridional de todas as reduções da frente missioneira do Uruguai. Situada à margem direita daquele rio, em frente à desembocadura do rio Ibicuí. Este pode ser considerado como o limite sul do território de ocupação guarani-missioneira. Esta era a fronteira entre os guaranis-missioneiros e os minuanos. Com isso, a criação de Yapeyu não pode ser entendida apenas por uma atitude da Companhia de Jesus, de cunho evangelizador, mas também de defesa territorial pela Espanha, com a intenção de fechar a passagem pelo rio Uruguai de uma possível apropriação territorial pelos portugueses.

> El pueblo no avanzaba ni en lo temporal ni en la cantidad de habitantes, en 1641 y en 1647 se mantuvo el mismo tope del crecimiento. Por eso, en 1651 los jesuitas decidieron integrar la comunidad yapeyuana con la de La Cruz. Pero esta unión tampoco dio buenos resultados y se separaron en 1657. El proceso implicó la cesión de tierras de los yapeyuanos a los cruceños hecho que, posteriormente, suscitaría varios litigios. De todas maneras originó la extensión de las tierras yapeyuanas hacia el sur por la margen derecha y, mediante una Merced del Gobernador Blázquez de Valverde, la apropiación de tierras en la banda oriental entre el río Ibicuy y el Queguay.[252]

Os conflitos ocorriam principalmente por questões econômicas, aspectos ligados a terra e ao gado. O espaço para agricultura e para a pecuária era requerido pelos povos e mesmo os que não eram reduzidos também disputavam esse espaço. Muitos saques eram promovidos pelos grupos que não aceitavam viver nas reduções, nem nas estâncias, os chamados índios infiéis. Tais conflitos, muitas vezes, foram responsáveis pelas mudanças dos povos, ocasionando uma nova organização do espaço de cada

[251] WILDE, 2009, p. 173.
[252] LEVINTON, 2009, p. 249 – 250.

redução e sua estância, possibilitando melhoria na disciplina dos povoados, mas, também, a desintegração ou a anexação de um povo a outro.

Os Padres Superiores da Companhia de Jesus que faziam parte dos povos cristianizados do rio Uruguai e Paraná discutiam sobre as invasões de índios infiéis e seus coligados nas reduções e estância, mesmo defendendo a paz entre os povos foram apresentados muitos motivos justificando a necessidade de fazer uma guerra defensiva, pois as invasões, segundo os jesuítas, eram injustas. Os infiéis invadiam estâncias, matavam índios cristianizados, queimavam igrejas, roubavam gados e barcos, tirando os meios de sustento daqueles povos. Os padres jesuítas conversavam sobre a paz com os índios cristianizados, mas devido a essas injustas invasões era necessário, para defesa, fazer uma guerra que não seria ofensiva e sim defensiva devido à situação, ou seja, uma proteção ao que já havia sido construído nas reduções e estâncias jesuíticas.[253]

A partir do momento que o comércio aumentava na província do Paraguai, e que os rios Uruguai e Paraná tornam-se o principal meio de escoamento e comercialização, não só os índios infiéis, mas também os portugueses, subiam e desciam o rio em busca de possibilidades de saque ou contrabando, aproveitando-se das oportunidades que o rio oferecia em termos de deslocamento rápido em direção a Bacia do rio da Prata, isto se tornaria, mais tarde, uma prática comum nas fronteiras da Espanha com Portugal na América.

A união de alguns infiéis com os portugueses trouxe inquietação entre os jesuítas, colonos e representantes da coroa espanhola, pois os portugueses começaram a se utilizar dos índios infiéis para beneficio próprio, sendo que os infiéis também se utilizavam dos portugueses para uma melhoria nas condições de vida através de lucros obtidos com estes saques e pelo acesso a armamento diferenciado.

A afirmação, nos documentos anexos, de que os padres da Companhia de Jesus vinham trabalhando há mais de quarenta anos na tentativa de converter os índios infiéis, entre eles os "yaros", tendo gastado mais de quarenta mil pesos para atrai-los a fé católica e tinha sido em vão, mostra que naquele momento a visão que jesuítas e espanhóis tinham é que a guerra justificava-se.[254]

[253] Anexo III.
[254] Anexo III.

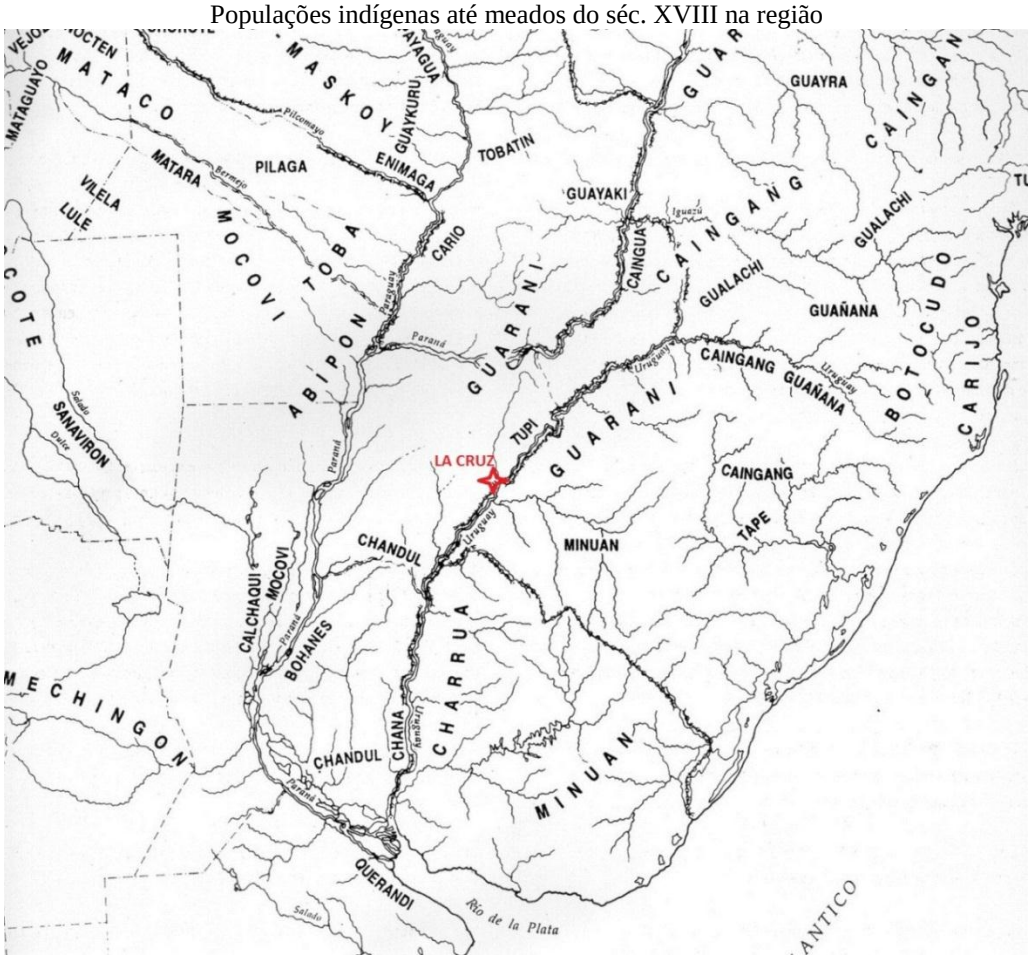
Ainda segundo, os anexos, o Padre Bernardo de la Vega, obedecendo ao mandado do seu Superior, e dos demais jesuítas do rio Paraná, apresentava alguns motivos que justificavam a guerra contra os índios infiéis e seus coligados que traziam agravos para esta missão, isto precisava ser informado ao Padre do Porto de Buenos Aires para o castigo ou até mesmo a guerra, que deveria acontecer em qualquer momento. Primeiramente porque essa a proximidade dos índios infiéis com os cristianizados, segundo os jesuítas, era perigosa, pois havia muitos índios armados e com cavalos dentro das cidades dos espanhóis como em Santa Fé, Corrientes e Paraguai. Também, de acordo com os documentos, porque os governadores decretaram guerra, informando que esses índios infiéis deveriam ser castigados com armas. Finalmente, porque se informa sobre as recentes invasões dos índios infiéis e seus coligados dos territórios dos povos cristianizados, as quais eram públicas e notórias, sendo que os inimigos armados apoderaram-se da estância de Yapeyu devido à sua posição, maltratando e matando.

Alguns portugueses estavam presentes nestas ações, e citados como responsáveis por entregar armas e cavalos e por treiná-los. Portanto, dentro do espaço espanhol, o que incomodava os colonos que ocupavam as terras, antes indígenas e também dentro dos espaços onde estava o gado das reduções e isto era preocupante para os jesuítas, que poderiam ter prejuízos, uma frase da documentação anexa incitava a guerra e afirmava que ela poderia começar a qualquer momento sem a necessidade de alguma decisão judicial, pois as ações dos inimigos eram suficientes.[255]

Ataques aos povos criados pela Companhia de Jesus na Província do Paraguai eram constantes, e comunicação sobre estes ataques era difundida para todos os povos, e os jesuítas e os colonos estavam preocupados a ponto de entender que não existia outra solução do que a ação da agressão, num conflito entendido por eles como um meio de humilhar os infiéis e, se fosse o caso, extermina-los. Os grupos de infiéis citados no documento também incluía povos pampeanos (como charruas e minuanos) que viviam do lado esquerdo do rio Uruguai, no mesmo espaço onde estava as estâncias de Yapeyu e de La Cruz. Ambas sofriam com isto a ponto de terem suas imagens e capelas queimadas, tendo suas vacas e cavalos roubados com frequência e tendo os depósitos das estâncias saqueados.

[255] Anexo III.

Figura 7
Populações indígenas até meados do séc. XVIII na região



Fonte: MAEDER, Ernesto; GUTIERREZ, Ramón. Atlas territorial y urbano de las misiones jesuiticas de guaraníes. Argentina, Paraguay y Brasil. Sevilla: Instituto Andaluz del Património Historico, 2009, p.14. As indicações em vermelho foram inseridas pela autora.

Estando esses infiéis e seus coligados juntamente com os portugueses era necessário prevenir e remover a aliança com Portugal e realizar a guerra, pois os portugueses estavam proporcionando suporte para esses infiéis que só traziam danos aos povos cristianizados.

A grande preocupação dos colonos e jesuítas era com a perda de suas mercadorias e do seu espaço de comercialização além da insegurança proporcionada pelos frequentes ataques dos infiéis. Em alguns documentos constam também alguns espanhóis, que teriam saído das reduções e se juntado com estes grupos de infiéis.

Segundo Levinton: “debido a los conflictos con las ciudades españolas y los portugueses, se crearía una vaquería propia de Yapeyú. De esta manera, el ganado cimarrón estaría bajo un mayor control de los indígenas misioneros. El pueblo de Yapeyú era el centro de todo el sistema. Hubo caminos para comunicar a los habitantes

del pueblo con las estancias"[256]. Assim, o sistema produtivo foi um elemento determinante na vinculação entre os povos, pois através de uma circulação da produção os laços se estreitavam, facilitando a comunicação entre os indígenas e, também, o desenvolvimento desses povos. As reduções e suas estâncias eram ligadas por estradas e rios facilitando as relações comerciais a partir desses elementos, o acesso entre um povoado e outro foi ficando melhor e gradativamente mais seguro.

Todavia havia os problemas externos dos povos geralmente envolvendo questões econômicas, conflitos por terra, água e principalmente gado, como se pode observar no documento abaixo. Trata-se de um parecer do Padre Angelo Pernagranda, da Companhia de Jesus, sobre o pagamento das vacas ao povo de Yapeyu para a fundação da nova vacaria dos pinhais, em 01 de abril de 1724.

> Por lo que toca al puento 3º de la paga a los conductores de dichas vacas a la vaqueria nueva; si se le ha de pagar la conduccion, o no, y aquienes toca pagarles. [...] lo devia pagar los pueblos, cuyas tropas llevaron los conductores, pero porque las vacas, que se les entregaron para levar fueron las dicha 75604. y solam.e entregaron 30794 vacas, segun se saca de su recibo, y su entriega, perdiendo cada tropa mas de lo que avia de aver entregado, no se les deve paga alguna, pues por razon del conchabo las avia de poner alla por entero.[257]

Nota-se no parecer algumas discussões sobre pagamento, pois nem todos os povos aceitavam pagar ao povo de Yapeyu, que disponibilizava as vacas para fundações de novas vacarias, havendo reclamações que os condutores algumas vezes não entregavam a quantia negociada. Noticias envolvendo negociações eram transmitidas pelos padres, que a partir dessas discussões tentavam resolver os problemas externos dos povos.

A população também foi um fator importante para a fundação de povos. Cushner esclarece que "The place where land was acquired and its quality affected the use to which the land was put. Types of land use were also determined to an extent by the proximity, presence, or absence of a laboring population.[258] Desse modo percebe-se a dinâmica que existia no processo de constituição ou de agregação de um povo a outro:

---

[256] LEVINTON, 2009, p. 253.
[257] División Colonia Seccion Gobierno Compañia de Jesus 1723-1734. Leg. Nº 4; 411; S. IX 6-9-6. Doc. 85 v. Buenos Aires: Archivo General de la Nación.
[258] CUSHNER, 1983, p.19.

a mão-de-obra era um aspecto importante para a continuidade das atividades em determinados locais. Sem força de trabalho adequada a ideia de existência de uma redução era insustentável.

A terra era outro fator determinante para o desenvolvimento dos povos, sua organização e o modo de como era usada, pois a produção por meio da terra possibilitava o crescimento econômico não apenas local, mas também de outras regiões. Isso promoveu trocas de bens e serviços entre as reduções e as cidades espanholas. Tal atividade promovia, segundo os jesuítas, o sustento dos povos missioneiros que começaram a crescer economicamente a partir lógica mais coletivista de produção, ideia que foi aplicada na Província Jesuítica do Paraguai. Segundo Cushner "Ancillary enterprises associated with the major farms or ranches provided services and goods for personnel and for sale outside of their place of origin. How land was used and organized were major factors determining settlement patterns.[259]

Essa ideia de coletividade não estava apenas relacionada à questão econômica, mas também à proteção dos povos, pois essa a proximidade ajudava nos momentos de ataques de índios não reduzidos praticavam saques nos povos trazendo muitos agravos aos guaranis reduzidos. Cushner explica que "Proximity to other settlers was especially important at times of Indian raids which intensified in the late seventeenth and eighteenth century and affected settlement.[260]

Os ataques de índios infiéis enfraqueciam o meio de produção desses povos, a partir de furtos de cavalos, gado e destruição de algumas construções como as próprias capelas, trazendo a desordem e prejuízo. Se os povos estivessem distantes uns dos outros era difícil de controlar os ataques, assim Cushner afirma que "Living on not-too-isolated farmsteads made collective action a bit caster".[261] Os povos se relacionavam principalmente pelo intercâmbio comercial dentro da Província Jesuítica do Paraguai controlado pelos indígenas, sob a supervisão dos jesuítas, nesse sentido, pode-se dizer que dentro sistema colonial havia um subsistema missioneiro, e que os povos apresentavam, sim, relações internas e externas a partir de seus interesses e necessidades.

[259] CUSHNER, 1983, p. 21.
[260] CUSHNER, 1983, p. 22.
[261] CUSHNER, 1983, p. 23.

A ESTÂNCIA DE LA CRUZ

As estâncias foram a base da economia das missões jesuíticas da América espanhola, causando efeitos no desenvolvimento econômico através da produção do gado vacum, do gado muar e do plantio. A agropecuária foi o pano de fundo da economia missioneira, apresentou forte crescimento ao longo das décadas e destacou-se de forma geral. As estâncias foram responsáveis pelo desenvolvimento e pelo sustento da redução e, portanto, indiretamente nos laços comerciais com outros centros coloniais. Quando a produção estancieira crescia mais povos eram fundados devido ao aumento de excedente e também da população indígena, pela melhoria da qualidade de vida.

> The role of Jesuit ranching and farming must be placed within the context of the expanding Spanish frontier. The Society's activity was more participatory than innovative. Their massive landholdings helped to provide a bulwark against encroaching and marauding Indians, and their continual trading activity helped to cement and advance economic and commercial ties with other colonial centers.[262]

Através de mais fundações dos povos foi possível controlar as invasões e saques dos índios infiéis, pois cada povo tinha uma organização militar que ajudava tanto na sua proteção como também na dos povos vizinhos, fortalecendo os laços econômicos e políticos da Província Jesuítica do Paraguai. A expansão dessas reduções e estâncias criava uma barreira para inimigos de todos os tipos e nacionalidades.

A Província Jesuítica do Paraguai mesmo trabalhando para que se estreitassem os laços entre os povos, não podia evitar alguns distanciamentos e desavenças. Os pleitos entre as reduções mostram as muitas disputas por terras, gado e água. Essas disputas geralmente se resolviam em longo prazo. Espanhóis e outros grupos indígenas

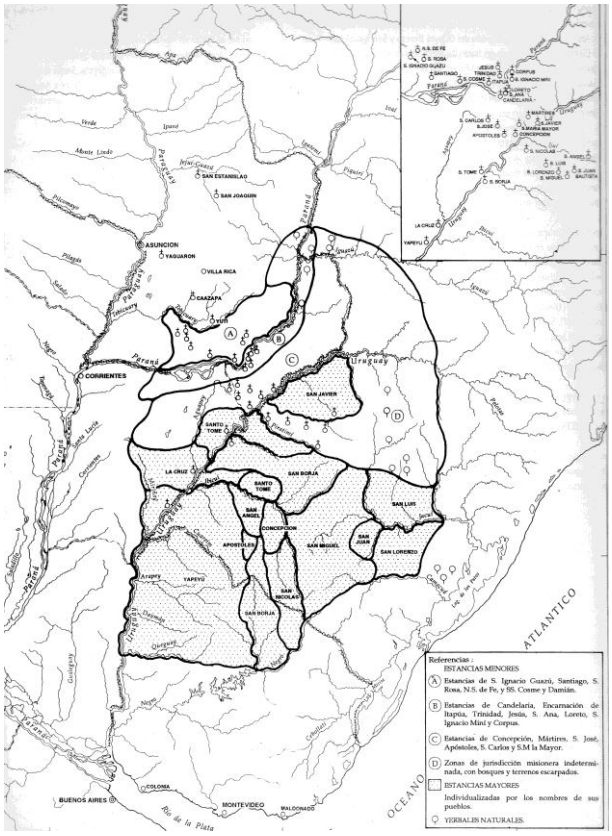
[262] CUSHNER, 1983, p. 05.

também participavam dessas disputas, que ocorreram de forma mais intensa nos séculos XVII e XVIII.

> Pleitos or lawsuits involving individual Jesuit farms and ranches occurred in the seventeenth and eighteenth centuries, and they spanned the entire spectrum of possible disputes. Land, land use, water rights, boundaries, and donations were the chief subjects, usually with other Spaniards but at times with Indian groups.[263]

A disputa pelo direito à terra na Província Jesuítica do Paraguai era algo contínuo, principalmente entre os índios cristianizados e os infiéis, ocorrendo muitas invasões nas reduções e estâncias ocasionando vários conflitos, esses litígios provocavam destruições e prejuízos. Segundo Cushner "Disputes with Indians occurred more frequently than perhaps has been supposed. Land encroachments, water rights, and jurisdiction over Indians were the chief causes of litigation".[264]

Figura 8
Povos e estâncias das missões



Fonte: MAEDER, Ernesto; GUTIERREZ, Ramón. Atlas territorial y urbano de las misiones jesuiticas de guaraníes. Argentina, Paraguay y Brasil.Sevilla: Instituto Andaluz del Património Historico, 2009, p.26

[263] CUSHNER, 1983, p. 24.
[264] CUSHNER, 1983, p. 25.

A estância de La Cruz está distintamente localizada na região entre os rios Ibicuí e Butuí, no lado oriental do rio Uruguai. Era na estância que se concentravam os animais, a colheita e o beneficiamento agropecuário básico.

Os documentos[265] encontrados no *Archivo General de la Nación* referentes às discussões do litígio das terras onde foi fundada a estância de La Cruz, permitiu entender as disputas internas feitas pelos padres de Yapeyu com os de La Cruz, referente à perda de suas terras, diminuindo, assim, suas possessões. Claramente as fronteiras internas[266] existiam, o que dá a entender que não existia uma harmonia territorial entre os povos reducionais.

Sobre as questões de litígios das terras da estância de La Cruz, as discussões estavam em torno das fronteiras da estância de Yapeyu e de La Cruz, a primeira alega que as terras que estavam localizadas no lado oriental do rio Uruguai não eram de direito do povo de La Cruz e, por isto, a doação delas teria sido injusta, pelo papel de destaque que Yapeyu representa para as outras reduções.

Esta decisão foi aprovada pelo visitador Andres de Rada, quando de sua visita à região, mas acabou não sendo aprovada pelas instâncias superiores da Companhia. Depois o próprio visitador proporia aos padres a divisão das terras entre o Ibicui e o Uruguai e acima entre o Itaqui e o Butui. O visitador levou em conta as necessidades de alimentação de ambas as reduções.[267]

O documento[268] datado de 23 de abril de 1696 mostra que os padres e provinciais voltaram a discutir a respeito das determinações sobre as divisões das terras encaminhadas para cumprimento pelo visitador, ainda em 23 de fevereiro de 1663, 23 anos após ter sido delimitado o espaço para a estância de La Cruz.

Os padres de Yapeyu tentaram por várias vezes reaver as terras, entregues ao povo de La Cruz para a criação da estância, através de discussões, afirmando que teria

---

[265] Anexo I.

[266] "Cuándo se crea una frontera? Lattimore señala que se origina cuando una comunidad ocupa un territorio. A partir de allí, la frontera se conforma y modifica de acuerdo con la actividad y el crecimiento de la comunidad o por el impacto causado sobre ella por otra comunidad. Es decir, las fronteras son expresión de la dinámica que configuran los asentamientos humanos, los límites técnicos, culturales y militares de su capacidad del control de un territorio. Con el concepto de frontera se rescata, por un lado, la construcción histórico-social de un espacio y, por otro, las relaciones que se estabelecen entre las sociedades que conviven y, ai mismo nempo, compiten por ese espacio." ARECES, 1999, p.07.

[267] Anexo I.

[268] Anexo I.

sido injusta esta divisão, porque os yapeyuanos eram pobres e necessitavam destas terras para o seu sustento, além de afirmarem que estas terras eram um direito antigo e que o julgamento havia sido feito em meio a necessidades prementes. Sebastian de Toledo diz que se deveria dar atenção aos instrumentos de litígio e que as terras pertenciam a Yapeyu pelo direito antigo, mas que o provincial, padre Simon de Leon, reafirmava que La Cruz devia ter sua estância neste espaço e confirmava então a determinação do pe. Cristovan e aprovou o que foi determinado pelo visitador Andres de Rada[269].

Na sequencia segue discussão sobre se deveriam julgar pelo direito presente ou se ater ao que havia sido tratado e julgado no passado pode ser percebida na documentação[270]. As discussões permeavam interesses dos padres, que discutiam entre si e tinham posições distintas. O padre provincial afirmava que seria julgado pelo direito antigo, pois, julgava os índios como pobres tolos que não sabiam o que faziam e que a dita terra em litígio pertence à Yapeyu.

No final do processo aparece um questionamento sobre o porquê do padre provincial Simon de Leon estar na confirmação do papel referido. Este respondeu que confirmou a determinação do padre Cristovão Altamirano aprovada pelo padre Andrés de Rada e que não havia outro melhor nem mais bem fundado direito e que La Cruz deveria provar melhores direitos sobre as terras que consideravam suas como estância.[271]

O que chama a atenção é que este documento diz para que não se fizesse caso de doações realizadas por índios não confirmadas e nem ratificadas pelo provincial e que se observasse quando apontada por ele a necessidade de entender que o litigio fosse dirimido pelo direito antigo à posse das terras e que não se fizesse caso de doações de terras por índios. No documento, padre Anselmo, em nove de novembro de 1696, afirmou que isto servia para todas as doações feitas para os índios e só seriam válidas se ratificadas pelo provincial do momento ou que tivessem sido feitas pelos provinciais que o antecederam.

[269] Anexo I.
[270] Anexo I.
[271] Anexo I.

O parecer apontava para as dúvidas que ficaram sobre se o provincial teria dito para que não se fizesse caso das doações, estes mal-entendidos podiam fazer com que se voltasse a discutir questões já dadas como encerradas, como o caso de várias doutrinas que doaram parte de suas terras a outras para que pudessem se desenvolver com melhor qualidade, atentando ao cuidado que deveriam ter para que as doações pelos os índios não tinham valor legal.[272]

Que razão teria o cura, passados alguns anos da doação a La Cruz para tentar tornar nula a doação que fizeram os índios diante do Padre Provincial e do Padre Superior, ponderando se La Cruz teria ou não a necessidade destas terras? Mesmo depois da divisão das terras os yapeyuanos procuraram, de várias maneiras, boicotar o povo de La Cruz, também aconteciam enfrentamentos, inclusive com violência física entre os dois povos, fossem eles nas reduções como nas estâncias.

Abaixo o Padre Provincial deixa claro que não quer mais ouvir o povo de Yapeyu rezingando acerca da demanda destas terras e que se cumprisse a determinação dada sobre um terreno que o povo de Yapeyu tinha doado ao povo de La Cruz. Mandou, também, dizer ao Padre Geral Thiago Gonzales que o povo de Yapeyu retirasse, o mais rápido possível, o gado e demais coisas que tivessem sido postos neste espaço da estância de La Cruz.

> No obstante el ajuste, en que V.R. dejo concordados, no faltan quienes recurran sea principalmente por parte delos de el Yapeiu por lo involuntario dela donacion de um Potrero a la reducion de la Cruz: No se les oiagamos en diferencia alguna de las que han quedado con questas: Esto dice N.P. Genl despues de averse recurrido a su Paternidad por parte de el Yapeiu contra dha donacion, y ajuste: que no se oigamos al Yapeiu en dha demanda, y en virtud de dho orden, ordeno, que todas las mudanzas, que se ubieren hecho desde el estado, en que lo dejo el P. Lauro Nuñez siendo Prov.[l] se dissuelvan, y se vuelvan a poner en el estado dicho en que lo dejo dicho P. Prov.(l) Lauro Nunez sacando de halli los ganados, y demas cosas, que ubiere puesto el dicho Pueblo de los Reyes de el Yapeiu, para que se restituía el Pueblo de la Assumpcion del el Borore a su possession: que es fecho en este Pueblo delos Reyes de el

[272] Anexo I.

> Yapeiu em veintiocho de Noviembre de mil seicientos, y noventa y nuebe.[273]

Porto já assinalou em sua obra, ainda que não detalhadamente, a disputa em torno da suposta doação:

> Assim como os outros que fundaram suas estâncias de criação em campos fronteiros a seus povos, N S da Assunção, ou La Cruz, teve sua estância de gados, que no qual o limite começa desde outra banda do Uruguai, corre até o Oriente e chega até o Ibipita-mirim, que é o ultimo limite de comprimento e por um costado desde o Itaimbé que é a cabeceira do Mbutui, vem correndo sempre pelo dito Mbutui pela outra banda até entrar no Uruguai, dito Mbutui, e por outro costado o arroio que chamam Tibério, de cuja cabeceira corre por um campo que tem um capão, chamado Caapé que corre até chegar ao ibicuiti o dito limite do Tiberi. A posse dessas terras pelo povo da Cruz era antiga, pois constava de uma doação feita pelo corregedor, cabilde e cacique de Japejú, sendo cura do povo o p. João de Torres e Provincial o p. Tomaz Donvidas, datada de 12 de Julho de 1688. Mais tarde o Superior Simão de Leon resolveu tornar sem efeitos essa doação. Intentou então o povo da Cruz um pleito para reaver sua estância, tendo ganho de causa e entrando novamente em sua posse a 27 de janeiro de 1700. A estância do Itaqui, como todas as outras, recebeu grande quantidade de cabeças de gado das Vacarias do Mar, e é a ultima concedida no vale do Uruguai.[274]

De fato havia uma necessidade de expansão de cada redução juntamente com sua estância, não apenas uma ideia de expansão territorial, mas econômica também, que levava muitas vezes aos conflitos, provocando o distanciamento desses povos e acirrando o jogo de força entre eles.

Percebe-se que havia uma preocupação com a quantidade de espaço que era designada a cada povo. Muitos aspectos eram cuidadosamente analisados no estabelecimento de um território, tanto da redução quanto da estância, ocasionando, em alguns momentos, rivalidade entre os povos. Nesse processo participavam os jesuítas e também os corregedores e os cabildos que eram formados pela população indígena que tinha amplos conhecimentos do território.

---

[273] Compañía Jesús 1676-1702. Leg. 2; 409; S. IX 6-9-4, Doc. 850. Buenos Aires: Archivo General de la Nación.
[274] PORTO, 1954, p. 325.

> El P. Ignacio de Frias de la Comp.ª de Jhs Provincial en esta Prov.ª de el Paraguay aviendo oido laquerella, que el Pueblo dela Assumpcion de el Borore puso pormedio de su Corregidor, y Cavildo de que fueron despojados violentamente sincer [sic] oidos, de unas tierras, en que etenian sus chácaras, y dadosellas al Pueblo de los Reyes de Yapeiu , que por títulos, que les dio el P. Prov.[l] Thomas Domvidas de buena memoria, entre el arroyo Mbaeary, y el Uruguai, y aviendo reconocido los titulos, que les dio de dichas tierras el dicho P. Prov.[l] Thomas Donvidas, y abiendo tambien reconocido los titulos, que les dio de dhas tierras el dho P. Prov.[l] Thomas Donvidas, y abiendo la composicion, que hizo mi antecessor el P. Prov.[l] Simon de Leon entre los dichos Pueblos de la Assumpcion de el Borore , y los Reyes de el Yapeiu sobre el Potrero de el litigio en que altero , y mudo lo tocante al dho Potrero, y llegando alas tierras de las chacaras, que posseia el Pueblo de la Assumpcion de el Borore se refiere , y remite a los títulos[275]

O Provincial do Paraguai, tendo ouvido o que o povo de Assunpción del Borore necessitava, por meio de seu corregedor e cabildo, após terem sido excluídos de suas chácaras e de suas terras pelo povo de Yapeyu, determinou que as terras reclamadas por Yapeyu pertenciam ao povo de Assunpcion del Borore[276], mais tarde chamada de La Cruz e remetendo os titulos de posse, encerrando ali as discussões desta disputa pelo espaço da estância de La Cruz.

Com a fundação da redução de La Cruz houve a necessidade da criação de uma estância para abastecimento da redução, iniciou-se assim as discussões entre a redução de Yapeyu e La Cruz para estabelecimento do local onde seria criada a estância. A redução de Yapeyu cedeu uma parte de suas terras, localizada no lado oriental do rio Uruguai, para que fosse estabelecida a estância de La Cruz.

Dos espaços que constituíam a estância, o documento citado revela dois que costumam ser recorrentes nas referências coevas: as *chacaras* (às vezes *chacras*) e os *potreros*. Os primeiros explicitam a existência de locais específicos para o cultivo agrícola e para a exploração de outros gados que não o vacum e o cavalar (por exemplo, galináceos e suínos); em outras palavras, a chácara era um posto em miniatura. A criação de cavalos e éguas orbitava em torno aos segundos.

---

[275] Compañía Jesús 1676-1702. Leg. 2; 409; S. IX 6-9-4, Doc. 850 v. Buenos Aires: Archivo General de la Nación.

[276] Era o nome original de La Cruz.

Segundo Barcelos[277] as estâncias surgiram para solucionar um problema que as vacarias ofereciam por suas vastas extensões de terra, pois evitariam a dispersão do gado pelas pastagens orientais, livres para o consumo e o rapto pelos bandeirantes paulistas e pelos nativos da região, como os charruas ou minuanos. Portanto, as estâncias proporcionavam a manutenção do gado, que permanecia reunido e próximo aos cuidados dos guaranis responsáveis pela organização das estâncias às margens orientais do rio Uruguai. Outro aspecto que deve ser levado em conta quanto à importância das estâncias era que elas diminuíam grandes distâncias que separavam os povoados e suas extensões de terras, o que refletia num difícil controle territorial.

Essa estância, como todas as outras, possuía grande quantidade de cabeças de gado provenientes da Vacaria do Mar. Foi a última criada no vale do rio Uruguai e após o estabelecimento dos povos orientais do Uruguai ela ficou lindeira, pelo leste, com a estância sob administração da redução de Santo Tomé, separando-se desta pelo rio Itu, afluente da margem direita do rio Ibicuí.

> A atividade pecuarista foi fundamental para o êxito do intento evangelizador e civilizatório pretendidos nas Missões. Por isso, havia estâncias, currais e vacarias. A Vacaria do Mar, e posteriormente a dos Pinhais, era a área básica para a reposição do gado entre os povoados missionários. Os conquistadores luso-brasleiros também se preocuparam com a pecuária rio-grandense, que fornecia rebanhos para a região mineradora brasileira. Desta maneira, pecuária a mineração passaram a ser dois pólos fundamentais da economia colonial brasileira.[278]

Os subprodutos excedentes derivados do gado eram comercializados. O envio dos produtos para fora do espaço reducional dava-se, principalmente, por meio da navegação, até Asunción, Tucumán e Buenos Aires. No caso de La Cruz, dada sua posição geográfica, a produção era encaminhada a Buenos Aires, donde, pelo tímido comércio legal ou pelo pujante comércio ilícito, era destinada a outras praças.

O Padre Provincial fazia algumas visitas aos povos para supervisionar o processo administrativo e as atividades internas de cada um. A partir dessas visitas, autorizava a construção de novas igrejas e casas. Os reparos eram feitos após a ocorrência dessas visitas, nas quais o provincial autorizava o uso (ou a compra) de

[277] BARCELOS, 2000, p. 334.
[278] QUEVEDO, 2000, p. 149.

material para os possíveis concertos ou ampliações, sendo que havia uma pessoa responsável para avisar quando da necessidade de algum reparo em algum lugar determinado.

> Memorial del P.^{e} Prov^{l} Geronimo [...] en la visita del pueblo de la Cruz en 13 de junio de 1731.
>
> 1. No se empezara la fabrica de la yglesia nueva hasta la venida del primoti: en el interin se aplicara todo el cuidado a juntar, y tener prevenidos materiales.
>
> 2. Cubrase q^{to} antes de texa las casas, que en el pueblo no lo estan; y reparense los texados de otras, que amenazan ruina: y seria bien ter senalada alguna persona, que tubiesse cuidado de avisar, q^{do} necessitasse alguna cosa de reparo, p^{ra} acudir con el a tiempo: y assi lo especutara VR.
>
> 3. Encargo a VR ponga especial cuidado en el exercicio de las armas; y en que de estas, y en especial de la limpieza de las bocas de fuego, cuiden mucho los que las manejan[279].

Dessas visitas aos povos eram construídos memoriais feitos pelos padres, geralmente eram elaborados pelos Provinciais, com relatos dos acontecimentos e com justificativas de algum pedido de melhoria para esses povos, como materiais para reparo ou recomendações. Havia um sistema administrativo muito bem estruturado pelos jesuítas, que mesmo com as dificuldades da época mantinham uma boa comunicação para resolver problemas internos.

Para melhor administrar as estâncias que foram estabelecidas na região das Missões jesuíticas, foram criados dispositivos para que os povos pudessem controlar, separadamente, a grande quantidade de gado.

Devido à extensão da estância e as iminentes incursões dos minuanos[280], entre outros índios infiéis e coligados por aquele território, faziam-se necessárias ações de ordem militar para sua proteção. Com isso foram construídos em determinados pontos de maneira estratégia os chamados *puestos* que eram currais de gados com uma pequena

[279] División Colonia Seccion Gobierno Compañia de Jesus 1723-1734. Leg. Nº 4; 411; S. IX 6-9-6. Doc. 562. Buenos Aires: Archivo General de la Nación.

[280] A expressão "minuano" ou "charrua", salvo casos em que o documento mostra um alto nível de especificidade e detalhamento, parece referir, genericamente a "pampeanos" (claro, se a designação existisse naquela época, o que não é o caso). Entretanto, melhores juízos deverão surgir futuramente sobre essa questão.

quantidade de índios, formando um pequeno assentamento. Estes postos serviam para ajudar na segurança na passagem de uma estância para redução, para proteger os produtos que eram comercializados, para oferecer água e um espaço seguro para o descanso. Entretanto, mesmo esses pontos eram, eventualmente, atacados por indígenas não reduzidos. Cushner, para o caso da região vizinha de Córdoba, coloca: "Building clusters on a range, originally cattle corrals and a few bunk houses (called *puestos*)"[281]

Esses postos podem ser comparados a pequenas aldeias, que possibilitavam aproximação entre os povos, facilitando a circulação nos caminhos que ligavam a redução à estância, sendo possível, a partir deles, o controle de entradas e saídas de pessoas e bens. Com esse tipo de organização novas técnicas puderam ser desenvolvidas em relação aos cuidados com animais.

> La construcción de un puesto en cada lugar estratégico significo la concreción de una aldea con una diagramación similar, pero más reducida en escala, a la de los centros urbanos misionales. Ello posibilitó la cercanía de la vivienda al lugar de trabajo, lo que redujo la dificultosa circulación por la falta de caminos aptos y facilitó el control de las personas circulantes. Los animales fueron mejor asistidos y, posteriormente, fueron el objeto de la implementación de diversas técnicas de reproducción o de cuidados ante diferentes tipos de enfermedades. Para complementar la infraestructura necesaria, en todas las estancias o puesto donde no había ríos o arroyos en las cercanías, se realizó una concienzuda manipulación del agua por medio de canales, manantiales o lagunas.[282]

Nas estâncias era possível encontrar capelas nas quais havia atividades de doutrina cristã para os índios. Havia hortas, currais, galpões e uma estrutura dos afazeres administrativos e produtivos que seriam prementes.

As relações da estância com a sua redução se estabeleciam a partir de elementos políticos e econômicos que aproximavam a área rural da urbana, sendo que a produção para o sustento da redução se concentrava na estância, espaço considerado rural, pois havia a criação de gado e as hortaliças que se destacavam pela erva-mate. Na estância encontrava-se a capela, casas, galpões, currais, uma estrutura para produzir o sustento dos índios critianizados e seus tutores além da troca de produtos entre os povos

[281] CUSHNER, 1983, p. 14.
[282] LEVINTON, 2009, p. 253-254.

e o comércio com as cidades espanholas. Segundo Cushner "Once land was acquired and the settlement made, the process of building began; not only on the physical sense but also in the sense of constructing a relationship between dwelling and farmland".[283]

[283] CUSHNER, 1983, p. 26.

CAPÍTULO III

O TRATADO DE 1750 E A GUERRA GUARANÍTICA

Havia interesses políticos e econômicos entre as coroas ibéricas em estabelecer o Tratado de Madri, porém, alguns dos cenários nos quais deveriam desenrolar-se as demarcações eram bastante propícios ao estabelecimento de novas tensões entre Espanha e Portugal e entre estes reinos e os demais agentes envolvidos. Havia uma estrutura no território onde estavam localizados os povos do lado oriental do rio Uruguai, cuja população não entendia bem o que se passava nos corredores palacianos das altas esferas de decisão e parte da mesma população não aceitava sair da terra que povoavam e protegiam. Com isso, mesmo após a assinatura do Tratado de 1750, não foi possível efetivar de imediato a troca territorial que Portugal e Espanha tinham acordado.

Após a Guerra Guaranítica, tanto pelo distanciamento dos padres da Companhia de Jesus (que haviam se transferido para a outra banda do Uruguai), quanto pelo enfraquecimento populacional e organizacional dos guaranis, a presença de índios charruas e minuanos cresceu. Estes executavam suas incursões a procura do gado para roubar.

> XXIII – CARTA AO VISITADOR PADRE CONTUCCI EM QUE O PADRE JOSEPH CARDIEL DA NOTÍCIAS SÔBRE AS OPERAÇÕES DA GUERRA DO PACTO DE FAMÍLIA . Camiño de La Cruz, 13-I-1 763. Mi p. Visitador Nicolas Contucci. p. X. etc. p. 349.Aunq por convenio com el S. Comand. Yo me encaminaba ã la cruz trás el. Em el camino supe q mudando de parecer fue â S. Borxa; y recivi cartas en q me pedia lê siguiesse â esse pueblo. Al llegar â al me dijo como habia escrito â V. R. pidiendo q todas lãs caballadas de todos los pueblos se lãs embianssen â S Borxa, p. armar com ellas los índios mas escogidos de la Cruz, Yapeyu y S. Miguel, 200 de cada pueblo, los quales acompañados no de correntinos sino de algunos arreglados los mas arrestados y mejores Ginetes fuessen â reprimir los progresos Del enemigo, armando â cada Índio com 6 cavallos q son 3600 y guardando otros tantos p. remuda.

> Por este su Dictamen voy yo â la Cruz y Yapeyú â hacer q los Pp. Escojan y alisten esta gente.[284]

A Carta escrita pelo padre Joseph Cardiel, dando notícias sobre as operações de guerra, apresenta alguns acordos que seguramente haviam sido feitos entre os povos missioneiros do lado oriental com os povos do lado ocidental do rio Uruguai, requisitando cavalhadas e homens de Yapeyu e de La Cruz e São Miguel, em um total de 3.600 cavalos e 600 homens, exigindo que estes homens fossem bons ginetes para que, acompanhados de correntinos, defendessem e procurassem reprimir o progresso do inimigo.

> Os Tratados caracterizaram-se como os principais meios utilizados para as tentativas de anexação de territórios e demarcações de limites no continente sul-americano desde a colonização; logo Portugal e Espanha defenderam ferrenhamente seus pontos de vista em longas tratativas diplomáticas e durante um período, também bastante prolongado. Esse período, ainda, foi permeado por diversas ações bélicas de ambas as partes, a fim de reaver ou conquistar ao menos alguma parte do território da porção meridional da América do Sul. Por essas ações é que se pode verificar as atividades desenvolvidas pelas coroas ibéricas em relação ao território conhecido na época como Banda Oriental do rio Uruguai.[285]

Os tratados tinham como objetivo fulcral a anexação de território e a demarcação de limites no continente sul-americano, porém, esses tratados muitas vezes não eram obedecidos pelas partes envolvidas, pois o que realmente tinha validade era a ocupação de fato. Com isso, ocorreram inúmeras ações bélicas na porção meridional da América do Sul que se transformavam a partir dos interesses políticos, desprovidos de qualquer preocupação com as populações que habitavam esse território, realizando avanços e campanhas de proteção que visavam por fim a expansão territorial.

Os interesses impressos no Tratado de Tordesilhas foram acordados por ambas as partes em virtude de uma conjunção de fatores. Por parte de Portugal, o comércio da região do Rio da Prata apresentava-se como uma necessidade, pois era uma garantia para o estabelecimento da supremacia na América Meridional e, ao mesmo tempo, uma

---

[284] CORTESÃO, 1969, p. 349.
[285] COLVERO, 2008, p. 26.

garantia de expansão territorial até o estuário do Rio da Prata. Além disso, garantia-se um acesso rápido tanto de informações, quanto de mercadorias. Contudo, esse território estava sob domínio da coroa Espanhola, confirmado através do processo de ocupação propriamente estabelecido.

O Tratado de Madri serviu como balizador do ponto de definição de limites territoriais. Em contrapartida, limites avançavam ou retrocediam conforme as alterações dos interesses sobre o espaço. Entretanto, foi um marco nas relações entre as coroas Ibéricas, esclarecendo desavenças de longa data, não sendo apenas mais uma questão de disputa política, mas um alicerce que visava preservar o limite dos territórios em litígio.

> El tratado era el resultado, por un lado, de circunstancias políticas y económicas apremiantes en las que estaba encerrada España tras una larga historia de guerras y déficit fiscales y, por otro lado, de una política paz e neutralidad alcanzada recientemente dentro del escenario europeo y americano, impulsada por las relaciones familiares con Portugal, que instó a un pacto de intereses dudosos entre las Coronas ibéricas[286].

As relações familiares entre Portugal e Espanha contribuíram para muitas ações bélicas realizadas na América do Sul. Muitos foram os pactos feitos pelas coroas Ibéricas nos quais os interesses e as questões diplomáticas interferiam diretamente nas relações familiares das casas reinantes, o que estabelecia também um norte para muitas situações, priorizando interesses políticos e econômicos. Entretanto, o cenário europeu era imprescindível para os acordos entre Portugal e Espanha, pois as questões políticas que lá se formavam interferiram diretamente nas colônias americanas.

Segundo Camargo, a Guerra Guaranítica pode ser entendida como "um grupo de súditos espanhóis contra as disposições de um acordo de limites entre a sua coroa – a espanhola – e a nação vizinha".[287] Os índios que pertenciam aos povos missioneiros da banda oriental do rio Uruguai eram súditos do rei espanhol, a Província Jesuítica do Paraguai pertencia ao território espanhol administrada pelos jesuítas. Diante disso, percebe-se que a "Guerra Guaranítica" pode ser considerada como um episódio complexo para os guaranis missioneiros, pois aprenderam a confiar num rei, defender seu território com fidelidade de um súdito e quando a terra começou a prosperar com a

[286] QUARLERI, 2009, p. 121.
[287] CAMARGO, 2001, p. 80.

população indígena, a ordem era abandoná-la com tudo que tinham construído e, como tal ordem não foi obedecida, começou-se um conflito entre as coroas Ibéricas e a população guarani-missioneira, o que deixou marcas traumáticas, dando lugar à decadência que tomou conta dos povos que foram abandonados.

O conflito conhecido como a "Guerra Guaranítica", resultado do Tratado de Madri, revela que o final do modo de vida dos guaranis cristianizados da Província Jesuítica do Paraguai está relacionado a vários elementos políticos, econômicos e culturais de política interna e externa. Ou seja, acontecimentos da Europa que apresentavam ideias absolutistas, movimentos contra o domínio da igreja sobre assuntos de Estado, entre outras disputas políticas de Portugal e Espanha que desde o princípio tinham como prioridade a expansão das fronteiras coloniais, visando ganhos econômicos.

> A trágica solução dada à oposição guarani ao Tratado de Madri não se explica apenas por uma posição economicista, politicista ou culturalista frente àquele fenômeno, mas com uma observação mais global dos acontecimentos. Com o passar do tempo e, principalmente, com a expansão das fronteiras colonialistas sócio-econômicas, a presença da estrutura representa pelo trípode guaranis-missões-jesuítas ficou insustentável[288].

Segundo Wilde: "El conflicto también revela que los ámbitos misionales del Paraguay, lejos de haber sido zonas cerradas desde un punto de vista político, económico, cultural y lingüístico, constituyeron espacios ambiguos y permeables de interacción y heterogeneidad sociocultural"[289]. As articulações políticas indígenas foram desenvolvidas a partir de uma dupla visão, o contínuo contato com seus antepassados e suas práticas simbólicas e a lealdade à coroa, desse modo mesmo sendo um projeto que apresentava seu diferencial na América espanhola, não era algo isolado, pois seus mecanismos ideológicos foram criados a partir dos vínculos e da circulação de índios fiéis, infiéis, jesuítas, espanhóis e portugueses.

> Los indígenas no fueron pasivos sino que desplegaron estrategias autónomas de acción. No solo fueron dueños de sus actos sino que también disputaron entre sí lugares de poder e

[288] CAMARGO, 2001, p. 81.
[289] WILDE, 2009, p. 159.

> interpelaron a la población para obtener su lealtad. Dentro del conjunto de estrategias empleadas, la reconstrucción de la memoria de los primeros tiempos de la evangelización y el pacto establecido con el rey fue fundamental como recurso para movilizar la acción bélica. Por otra parte, las reducciones no fueron ámbitos cerrados de relaciones sociales sino más bien espacios permeables de interacción que llevaban una concepción ambigua de la identidad. La puesta en escena de un "ser" indígena que combinaba elementos de la ritualidad cristiana y "pagana", generaba un sentido de pertenencia comunitario altamente flexible, que estimulaba a la alianza con los indios no reducidos de la comarca[290].

Depois de findada a Guerra Guaranítica, os povos missioneiros entraram num período de decadência, havendo muita destruição de materiais, casas, capelas, conflitos que levaram ao baixo número de concentração populacional. A situação era complexa e não melhorou, mesmo bem mais adiante (1767) com a chegada de outras ordens: franciscanas, dominicanas e mercedárias, que tentaram dar continuidade ao projeto reducional. Ficou difícil para os missioneiros confiarem na coroa portuguesa, que até então era vista como inimiga pelos índios, assim como na coroa espanhola, que ficou sendo vista como traidora dos povos guaranis orientais ao Uruguai.

Os povos missioneiros nasceram numa situação de fronteira e isso conduziu, desde o início, a uma atividade militar que contribuiu para identidade guarani-missioneira. No século XVII, por exemplo, houve a defesa das reduções e estâncias dos ataques paulistas, *encomenderos*, saques de índios infiéis do território pertencente à coroa espanhola. No Século XVIII, as defesas e conflitos só aumentaram devido a abundante circulação do comércio e a definição de limites entre as coroas Ibéricas. Com isso percebe-se que os povos missioneiros construíram sua própria defesa, acreditavam estar prontos militarmente para apresentar ações defensivas, o que explica a atuação dos índios com a Guerra Guaranítica.

Quem quer que viesse a controlar a região, de fato ou de direito, teria de preocupar-se com o término das sequelas deixadas pela guerra guaranítica e também com a necessidade de controlar, pela força ou pelo convencimento, aquelas populações.

O Tratado de 1761, entre Portugal e Espanha, não anulava completamente o de Madri, porque os portugueses não conseguiriam tomar posse deste território. Devolvia,

[290] WILDE, 2009, p. 180-181.

na letra, as Missões Jesuíticas ao domínio espanhol e a Colônia do Sacramento para Portugal. Contudo, o acordo na prática duraria pouco tempo, pois, em ao final da guerra dos sete anos na Europa, as coroas ibéricas novamente se atacaram na América.

> Em virtude da guerra dos sete anos na Europa, as coroas Ibéricas novamente se atacavam na América. Mesmo com a paz, pelo menos provisoriamente na Europa, em 1777 a terceira ofensiva castelhana, que tomou a Ilha de Santa Catarina e novamente ficou de posse da Colônia de Sacramento, levou a que fosse assinado um novo Tratado em 1777, o de Santo Ildefonso. O tratado tinha por objetivo a troca das Missões e da Colônia do Sacramento pela Ilha de Santa Catarina, bem como a renúncia à navegação nos rios da Prata e Uruguai por parte de Portugal.[291]

Em 1777 aconteceu a terceira ofensiva castelhana, tomando a Ilha de Santa Catarina, o que veio a garantir novamente a posse da Colônia do Sacramento para os espanhóis, já que aquele ataque levaria à assinatura de um novo tratado naquele mesmo ano: o de Santo Ildefonso. Este tratado visava a troca da região das Missões jesuítico-guaranis e da Colônia do Sacramento pela Ilha de Santa Catarina, bem como a renúncia à navegação nos rios da Prata e Uruguai por parte de Portugal.

Ficou definida, a partir de então, uma faixa de terras na divisa das duas fronteiras, entre a lagoa Mirim, lagoa Mangueira e a costa atlântica, que se constituiu como zona neutra, já que não poderiam ser ocupadas, civil ou militarmente por nenhuma das coroas Ibéricas. Os "Campos Neutrais", passaram a servir como uma das principais rotas de contrabando entre a governação do Rio Grande de São Pedro e a Banda Oriental do Uruguai.

Pode-se então observar que, entre 1777 a 1801, fora o período em que os povos localizados na Banda Oriental do rio Uruguai ficaram novamente sob a administração espanhola, porém, dessa vez, sem contar com os jesuítas, que já tinham sido expulsos da Espanha. Os colonos e os administradores hispano-americanos ali estabelecidos desencadearam uma série de ações, na maioria das vezes contrárias às executadas anteriormente pelos Jesuítas. Segundo Thomas Wrigman:

> After the jesuits departed, the mission region passed into the hands of Royal agents, an arrangement that theoretically safeguarded the interests of the Indians. In fact, the new

[291] COLVERO, 2004, p. 26-27.

> administrators systematically looted the missions and, with the help of Correntino profiteers, reduced the Guaraní population to little better than slaves. The Spaniard's singleminded pursuit of profits from yerba production meant the neglect of subsistence agriculture, leaving the Indians chronically malnourished. The secular authorities within the Upper Plata showed little concern; in some cases, they even disregarded the Indian's need for clothing. Writing in 1799, Félix de Azara commented, 'I believe I can positively say that not a single pueblo has been given a complete set of clothing, not even once, since the expulsion of the Jesuits, and I emphasize… that I do not exaggerate'".[292]

A Guerra de 1801, trouxe de volta atores luso-brasileiros ao cenário das missões orientais.

> A tomada do Povo de São Borja encerrou o capítulo da tomada das Missões pelas armas portuguesas. Excetuando-se momentos nos quais os espanhóis intentaram forçar os passos do rio Uruguai, tendo sido repelidos em todas as tentativas. Uma partida portuguesa ousou ainda, dia 19 de novembro de 1801, cruzar o rio, atacando e saqueando o povoado de São Lucas da Concepção.[293]

Para Portugal, a questão socioadministrativa não mudava de situação, pois este era o contraponto político e econômico para os assuntos ibéricos na Europa, situação que se apresentou também na América Meridional. Seus limites ao sul estavam totalmente incertos havia muito tempo; as seguidas incursões espanholas na região das Missões e nos territórios e a oeste de Santa Catarina e ao sul do Mato Grosso levaram o governo português a iniciar a promoção de doação de sesmaria na parte sul da colônia portuguesa, e a militarização também seria desenvolvida, com a finalidade de garantir a posse de territórios.

Segundo Ronaldo Colvero,

> A dominação portuguesa só foi possível em razão da vontade dos indígenas de se submeterem à coroa portuguesa, ou melhor, à indiferença desses diante do acontecido, excetuando-se algum caso mais específico, pois não houve qualquer reação contrária. A partir de então, houve vários confrontos entre portugueses e espanhóis para manterem sua soberania sobre tal território. No entanto, no final de novembro de 1801, os luso-brasileiros

292 WHIGHAM, 1991, p. 111-112.
293 CAMARGO, 2001, p. 132.

> deram um aviso ao vice-rei de Buenos Aires, marquês de Sobremonte, afirmando terem recebido notícias do Tratado de Paz de Badajós, no qual se assegurariam as possessões e cessaria o fogo. Mais tarde, Sobremonte receberia determinações de Buenos Aires confirmando tal ação.[294]

Esta condição posicionou a região num entrave diplomático, visando o término das incertezas ou ambições, contribuindo assim para a consolidação do povoamento daquele território.

A geopolítica tinha papel preponderante nessas ações, pois as demarcações de fronteira da colônia portuguesa ao sul do Brasil foram marcadas por disputas acirradas em busca da apropriação do espaço, demonstrando que a região era considerada geopoliticamente importante tanto para Portugal quanto para a Espanha na América Meridional. Como assinala Rogério Haesbaert da Costa:

> A disputa pela apropriação do espaço extremo-sul entre portugueses e espanhóis, ao longo dos séc. XVII e XVIII é bem evidente no avanço e recuo das missões jesuíticas na alta bacia do rio Uruguai, onde estas implantaram-se como verdadeiro "quisto" entre os território controlados pelas duas coroas. Aos poucos, a luta se expandiu para as áreas do Pampa, "terras de ninguém", rumo ao estratégico estuário do Rio da Prata, verdadeiras sentinela geopolítica onde, ainda em 1580, fora estabelecida pelos portugueses a colônia do Sacramento, palco de acirradas lutas com os espanhóis.[295]

Tecendo um rápido panorama, as disputas pelo território entre as coroas Ibéricas aconteceram na América do Sul de maneira intensa no século XVII, mas principalmente no século XVIII, pois a partir de 1750 com o Tratado de Madri outras questões ocorreram, demonstrando o forte interesse político e econômico pelo espaço onde estavam situados alguns povos de guarani-missioneiros. Percebe-se a partir desse tratado que não houve consideração com a população indígena (a qual não se pode deixar de citar que foi útil até determinado período para a povoação da América espanhola), que contribuiu na demarcação de fronteira a partir da ocupação, possibilitando a defesa a partir dos povos guaranis implantados sob a administração dos jesuítas.

---

[294] COLVERO, 2004, p. 30.
[295] COSTA, 1988, p. 31.

O Tratado de Madri pode ser considerado como uma tentativa de paz nas relações Ibéricas num curto período que modificou o cenário dos povos guarani-missioneiros, causando desordem e destruição naquela região.

AS REPERCUSSÕES DAS POLÍTICAS IBÉRICAS NAS ESTÂNCIAS E REDUÇÕES JESUÍTICAS

Na metade do século XVIII, após a Espanha ter enfrentado uma série de problemas políticos e econômicos, com derrotas militares que enfraqueceram a coroa espanhola, resultando na pobreza da população em consequência de falhas na economia e conflitos nas tratativas diplomáticas nas colônias americanas, algumas mudanças foram necessárias para recuperação do Império e para que o mesmo enfrentasse a competição com os Estados europeus e voltasse a ser uma potência dentro do continente europeu. Essas reformas, segundo Garcia "compreendiam iniciativas nos âmbitos administrativo, econômico e militar, visando dinamizar o comércio colonial e assegurar o efetivo domínio espanhol em suas possessões americanas".[296]

As reformas foram resultado das ideias de uma política absolutista influenciada pelos Bourbon e aplicada nos setores administrativos, onde interesses e privilégios passaram a não ser bem vistos, e pela qual a aristocracia foi excluída e a Igreja perdia voz, já que as nomeações e todos os benefícios eclesiásticos da Espanha começaram a ser feitos pela própria coroa. A dinastia implantou grandes reformulações políticas que visavam a renovação da autoridade monárquica. Seu principal objetivo era o aumento territorial e o avanço da economia. Segundo Brading: "a grande realização da nova dinastia foi, no entanto, a criação de um Estado burocrático, absolutista, dedicado ao princípio do aumento territorial. A revitalização da autoridade e dos recursos da monarquia precedeu claramente o despertar da economia".[297]

A partir da dinastia Bourbon, houve uma nova vitalidade no Estado que visava uma economia mais eficiente e a ampliação e consolidação de um exército, pois as operações de defesa e guerras consumiam um valor[298] significativo do orçamento do

[296] GARCIA, 2011, p. 55.
[297] BRADING, 1997, p. 397.
[298] Ver mais BRADING, 1997.

Estado. Essas reformulações administrativas atingiram a América hispânica. A Espanha precisava do desenvolvimento de suas colônias para voltar a ser uma potência de primeira grandeza na Europa, haja vista que havia perdido a maioria de suas possessões europeias fora da Península Ibérica. A exploração dos recursos naturais da colônia foi elevada a um novo patamar e a busca por pela estabilidade em suas fronteiras tornou-se política de Estado mais presente.

> Destituída de suas possessões européias pelo Tratado de Utrecht, a Espanha agora dependia de seu vasto império americano para garantir-lhe um lugar no concerto da Europa. No Novo Mundo o Estado Bourbon conseguiu de maneira notável não só salvaguardar suas fronteiras, mas também explorar recursos da colônia.[299]

Do império colonial espanhol na América dependiam os bons resultados das reformas. A Espanha precisava estabelecer novas relações com os povos indígenas, que se tornaram um dos suportes principais dessa empreitada. Essa população ajudou a demarcar o território, com povoamento, impedindo o avanço das fronteiras por parte das outras forças metropolitanas na América: Holanda, França, Inglaterra e Portugal. A partir de uma melhor relação entre o Estado e os indígenas o sistema comercial poderia ser mais bem monitorado e planejado.

> Para garantir a exclusividade da Espanha no usufruto das riquezas geradas em seus domínios americanos, os reformadores enfocavam a importância da efetiva ocupação das fronteiras. Com isso, visavam impedir que os principais rivais europeus, Inglaterra e Portugal, selassem alianças com os índios e assim ameaçassem a presença espanhola nas regiões limítrofes, ou, ainda, por intermédio dos nativos, tivessem acesso ao comércio colonial.[300]

Nessas mudanças alguns cuidados foram tomados para evitar que os índios se unissem aos inimigos, tantos os nativos já inseridos na sociedade colonial através das missões quanto os índios considerados infiéis. Dessa maneira, a coroa esperava que houvesse a consolidação da lealdade ao império colonial espanhol, e que os indígenas agissem com ações de defesa contra as invasões dos rivais europeus.

---

[299] BRADING, 1997, p. 399.
[300] GARCIA, 2011, p. 56.

A Província Jesuítica do Paraguai passou por diversas transformações desde sua origem, mas o sistema colonial das missões teve êxito por um longo período na América espanhola. Expansões políticas e econômicas aconteceram a partir de intercâmbios entre os povos indígenas reduzidos e as cidades e povoados espanhóis, gerando uma maior complexidade nas relações, que se tornavam cada vez mais dinâmicas. Tais relações foram modificando a sociedade indígena colonial, dando lugar a um novo sistema de estratégias indígenas, a partir de novos marcos de negociação dos papéis desses diferentes atores nessa nova realidade.

> El territorio misionero fue cambiando históricamente en su composición, lógica y dinámica interna, así como en sus implicancias y relaciones regionales y macroregionales. Los diferentes contextos políticos y económicos fueron modelando y modificando el imaginario social sobre aquel espacio que, con el tiempo, fue perdiendo la atribución defensiva y colonizadora de las reducciones para dar lugar a otra asociada con su desarrollo económico y los privilegios políticos obtenidos.[301]

Os índios cristianizados estavam inseridos na estrutura colonial, e, obviamente, tinham suas particularidades que os diferenciavam do sistema colonial espanhol. Pode-se dizer que havia uma separação entre a sociedade colonial espanhola e guarani-missioneira através da constituição formal e jurídica dessas sociedades, que determinava algumas obrigações e privilégios diferenciados.

Os indígenas que habitavam o território colonial espanhol em muitas situações eram considerados bárbaros, pois não eram cristãos e viviam de maneira não civilizada para os europeus. A população que no primeiro momento serviu apenas para mão de obra nos trabalhos da *encomienda,* após o projeto reducional ganhou deveres e direitos, porém, sob um estatuto diferenciado dos espanhóis e dos *criollos*.

> Apesar de as repúblicas obedecerem uma legislação em comum, seu funcionamento variava significativamente no conjunto espanhol. Algumas foram instituídas a partir de organizações políticas existentes antes da chegada dos espanhóis, especialmente na região central do México e nos Andes. Outras, por sua vez, foram criadas principalmente em decorrência da relação entre missionários e grupos nativos que não estavam diretamente submetidos a determinada organização centralizada, como as reduções jesuíticas do Paraguai. Em linhas gerais, as

[301] QUARLERI, 2009, p. 117.

> repúblicas deveriam manter os índios afastados da sociedade colonial, preservando-os do contato com os espanhóis, considerado deletério para os nativos. Além disso, as repúblicas serviam ainda para organizar a cobrança do tributo devido ao monarca pelos índios, que poderia ser pago em espécie, trabalho ou mercadoria.[302]

As reformas bourbônicas na América tinham como um de seus objetivos desfazer essa diferenciação, através da reformulação em seus estatutos, fazendo com que os indígenas não fossem uma categoria diferenciada no sistema colonial espanhol, possuindo os mesmos direitos e deveres do restante da população. Uma dessas medidas foi a obrigatoriedade do uso da língua espanhola. Segundo Garcia: "as reformas buscavam maior controle real do governo e das finanças dos índios. Previam ainda a obrigatoriedade do idioma espanhol e a extinção das línguas nativas, assim como estabeleciam determinados mecanismos para dissolver o regime de comunidade".[303]

Havia uma tentativa de integração dos grupos nativos ao mundo colonial espanhol, o que podia interessar a muitos grupos indígenas, que buscavam meios para se defenderem dos efeitos das disputas e da permanente expansão territorial europeia. O Estado espanhol, sob a dinastia dos Bourbon, que passava a considerar esses grupos como um mero desdobramento da sociedade colonial, dirigiu-lhes a atenção, possibilitando que tivessem algumas benesses com a reforma. Até porque eram considerados sem lei o que, devido às circunstâncias, tornava difícil o estabelecimento de alianças definitivas. Portanto, foi necessário usar de jogos políticos para evitar que os laços mantidos com a sociedade indígena fossem de rivalidade. Em consequência, os índios que habitavam zonas fronteiriças das as coroas ibéricas eram sujeitos a melhores condições de negociação com o Estado.[304]

As alianças entre os indígenas e os europeus eram variáveis, na medida em que as próprias fronteiras entre as coroas Ibéricas não podiam ser demarcadas com maior precisão. Isso tinha implicações diretas nos grupos que habitavam o espaço em disputa. Nem entre os grupos indígenas havia laços definitivos, pois, segundo Garcia: "um grupo de minuanos que mantinha relações muito próximas com os portugueses ficou sabendo de suas intenções de atacar as missões do Paraguai. Apesar da aliança com os lusos, os

[302] GARCIA, 2011, p. 65.
[303] GARCIA, 2011, p. 65.
[304] GARCIA, 2011, p. 61.

minuanos não titubearam em avisar seus parentes cristãos aldeados das pretensões dos portugueses".[305]

Havia tanta complexidade nas alianças entre os grupos indígenas como nas alianças entre os indígenas e as nações ibéricas. Os laços políticos eram criados entre os grupos indígenas principalmente em benefício próprio e não obedeciam condições permanentes. Caracterizavam-se por relações temporárias que visavam melhorias econômicas, políticas e sociais. Segundo Wilde, muitos índios optavam "por ubicarse en un espacio de ambigüedad étnica, que Le permitia 'entrar' y 'salir' permanentemente de su condición de 'índio Cristiano', maniobrando según fueran sus conveniências".[306]

As relações entre as cidades espanholas e os povos indígenas eram criadas a partir de situações consideradas favoráveis para ambos, seguindo variações e interesses, da mesma forma que aconteceu com os índios considerados infiéis que transitavam nos povos e cidades, mantendo contatos com os índios cristianizados, que muitas vezes eram parentes, e com os espanhóis a partir de atividades comerciais e culturais.

A aplicação e reação das reformas bourbônicas variaram dependendo da região, da situação e dos interesses dos que habitavam determinado espaço. Assim como houve aceitação de imediato também ocorreu resistência com enfretamento.

> As tentativas de aumentar a cobrança de tributos dos índios, promover sua inserção individual no mercado colonial e fomentar a progressiva monetarização de sua economia causaram impactos consideráveis nas comunidades, mas sua intensidade variou imensamente, inclusive no interior de algumas regiões. Para alcançar tal objetivos, os funcionários bourbônicos passaram a intervir com mais afinco na vida espiritual e cultural dos índios.[307]

A uniformização da sociedade espanhola na América, além da padronização do uso da língua, deveria ser dar, também, através de outros mecanismos, como a cobrança dos tributos, que deveria estabelecer um padrão uniforme para as classes não vinculadas à nobreza ou ao clero. O esforço por uma maior inclusão dos índios no mercado colonial se deu por medidas que ampliaram o controle dos recursos da sociedade por parte do governo espanhol. Todavia, de acordo com algumas das reformas, os "indígenas

[305] GARCIA, 2011, p. 61.
[306] WILDE, 2009, p. 298.
[307] GARCIA, 2011, p. 69.

colonizados"[308] perderam um pouco da autonomia, principalmente em questões ligadas à administração econômica. Com os novos administradores a intenção foi diminuir os custos e aumentar o controle sobre os povos missioneiros. Segundo Garcia: "as medidas bourbônicas acarretaram uma relativa perda de autonomia dos índios na gestão desses recursos, especialmente na intervenção de órgãos espanhóis em sua administração".[309]

Com a expulsão dos jesuítas da Espanha e seus territórios, os funcionários espanhóis ficaram responsáveis pela administração temporal e outras ordens religiosas conduziram a doutrinação e a prática religiosa dos povos. Essas modificações, além de deixar as comunidades indígenas menos autônomas em determinados setores, trouxeram muitos conflitos entre o poder temporal e o espiritual, pois houve muitas acusações dos administradores e dos curas dos povos.

> En general, los administradores eran acusados de haber transformado los almacenes de muchos pueblos en "pulperías" y de efectuar tratos comerciales que los beneficiaban con los bienes que pertenecían a la comunidad. Debido a esto, La primera camada de funcionarios fue reemplazada casi en su totalidad. Los sacerdotes, por su parte, eran frecuentemente denunciados por llevar una "vida licenciosa", apropiándose de las casas principales y huertas, maltratando a los indios, robando en los depósitos, mudándose con libertad de un pueblo a otro y hasta amancebando indias en sus casas.[310]

A situação era complexa diante de tantas reformulações, tendo em vista que os indígenas estavam acostumados com a administração dos jesuítas que tinham aplicado nos guaranis um regime que unia as funções políticas e religiosas. A partir dessas mudanças houve a separação da política e religião que seriam administradas por setores diferentes e não estariam mais relacionadas de forma direta. Entretanto, esses conflitos confluíram, em longo prazo e ambos os grupos de administração (temporal e espiritual), agiram, em alguns momentos, em benefício próprio, desagradando tanto a coroa quanto aos guaranis-missioneiros.

Os poderes temporais e espirituais disputaram poder e espaço dentro dos povos, fazendo com que os índios ficassem, muitas vezes, sem saber a quem obedecer,

[308] Todos aqueles, reduzidos ou não, que já tenham sido, de alguma forma, incluídos na lógica jurídico-administrativa do colonialismo espanhol.
[309] GARCIA, 2011, p. 69.
[310] WILDE, 2009, p. 231.

pois deveriam conciliar as atividades produtivas e a vida política com a postura moral e comportamental demandada pelos "novos" religiosos. Segundo Wilde, esses conflitos entre os administradores e os curas "se expresaban esencialmente en la competencia por los espacios. Los curas procuraban apropriarse tanto de las casas principales o colegios, en donde debían convivir con los administradores, como de las capillas y 'quintas', cercanas a los pueblos".[311]

As alianças na América espanhola em nenhum momento foram definitivas, seguiam uma variação conforme os interesses de cada parte envolvida. Nem os grupos indígenas estiveram unidos o tempo todo, pois as relações apresentavam-se e transformavam-se num cenário cheio de variações políticas em longo e curto prazo. Os índios, após viverem um longo período de colonização, aprenderam a negociar nos moldes do sistema colonial, passando a se utilizar de alguns mecanismos para defender seus interesses a partir de estratégias (geralmente sincréticas), que os favorecessem.

A coroa, apesar de não conseguir aplicar uma legislação de maneira uniforme na sociedade colonial (dada a dinamicidade da realidade social), conseguiu concretizar alguns acordos, sobretudo aqueles relacionados aos limites territoriais. Garcia afirma que "a coroa obteve benefícios concretos com muitos dos acordos e, apesar de certas perdas, os Bourbons conseguiram preservar os limites territoriais de seu império, sem dúvida devido ao auxilio dos nativos"[312]. Os povos indígenas auxiliavam na preservação dos limites territoriais por seu peso demográfico, pela capacidade de incremento do efetivo militar e, não menos importante, por criar o fato jurídico para o emprego de princípios diplomáticos, o que beneficiava a coroa espanhola na defesa das suas linhas de fronteira.

[311] WILDE, 2009, p. 232.
[312] GARCIA, 2011, p. 78.

EXTINÇÃO DA ORDEM E ORFANDADE DOS GUARANIS.

Como já foi referido no texto, em, 1767, subitamente, a Companhia de Jesus foi abolida das "espanhas", sem preparação prévia e sem a característica "ação planejada" tão típica dos atos jurídicos do reinado de Carlos III.

> O decreto real, promulgado por Carlos III e datado em 27 de fevereiro de 1767, previa a expulsão, no mais breve prazo, dos padres jesuítas residentes nos Trinta Povos das Missões de guaranis. O rei não dava explicações muito claras para justificar esta decisão tão carregada de conseqüências. Limitava-se em indicar que era uma medida necessária para a manutenção da ordem pública.[313]

A expulsão e posterior extinção (temporária) da Companhia foi um fenômeno amplo do contexto europeu, para o qual convergiram diferentes fatores, entre os quais pode-se citar o avanço do pensamento iluminista e sua oposição à tradição escolástica, os interesses pecuniários de alguns governos europeus, a própria expansão da ordem e a inveja que isso causava dentro e fora da Igreja de Roma e assim por diante.

Em Portugal, sob o reinado de dom José I (1750-1777), dom Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro marquês de Pombal, tinha amplos poderes para levar a cabo projetos dos mais variados. Dentre estes, vale destacar um em especial, pois tomou conta das atenções do ministro por praticamente toda a sua administração: a extinção da Companhia de Jesus. Na Europa acirravam-se as discussões em torno das ações da Companhia de Jesus, um dos atores principais da luta antijesuítica e pela sua extinção no mundo foi o Marquês de Pombal.

Desde inícios do século XVIII houve uma crescente influência de uma nova cultura administrativa que tomou conta de boa parte da Europa. Ela era fundamentada, principalmente, na radicalização do processo de construção dos estados nacionais, com suas tendências centralizadoras e uniformizadoras. A isto se deu, posteriormente, o nome de "Despotismo Esclarecido", no qual os governantes deveriam, baseados em

[313] OLIVEIRA, 2004, p. 188.

razões de Estado, agir conforme os preceitos que fossem necessários para se obter resultados eficientes e efetivos para a garantia da soberania e da governabilidade.

Diferentemente da crença comum, não era apenas em Portugal que a ordem jesuítica vinha sendo questionada e pressionada, pois França, Espanha e Gênova, se opunham veementemente aos atributos dados à Companhia de Jesus pela Santa Sé, com total beneplácito do Papa Clemente XIII, que repudiava as ações cometidas contra aquela Ordem. Assim, especialmente a partir da segunda metade da década de 1760, tais potências enviaram a Roma seus representantes, a fim de tentar convencer o Pontífice da necessidade da extinção dos jesuítas. Porém, a morte do Papa feneceu, momentaneamente, as expectativas, já que não se tinha ainda uma postura concreta do Sacro Colégio sobre o novo eleito. Afirmava o ministro português nas suas instruções à Almada, representante da corte portuguesa em Roma, que: "os votos [...] são ordinariamente comprados, como agora os estão comprando os jesuítas com mais de dois milhões de despesa."[314]

No entanto, com a eleição de Clemente XIV, as relações de Portugal com a Santa Sé foram restabelecidas, pois o Papa passou, de maneira estratégica, a dar ouvidos às súplicas do ministro de Dom José I, da mesma forma que aos demais representantes das coroas espanhola, francesa e genovesa. Dom Sebastião de Carvalho esquecia-se brevemente do objetivo maior, pois a reconciliação com a Santa Sé foi seguida de inúmeras ordens e acordos. Com uma bela tática de apaziguamento, o Papa conseguiu deixar a decisão sobre a extinção da Companhia de Jesus dormitar por praticamente dois anos. Só Almada, já sem a atenção dada anteriormente pelo ministro Pombal tinha, vez por outra, acessos em obter uma resposta final do Papa, ao mesmo tempo em que se mantinha receoso em relação aos interesses dos colegas representantes de França e Espanha em Roma.

Carlos III, foi quem tomou as rédeas das tratativas em extinguir a Companhia de Jesus a partir de 1772. Seu representante, Dom José Moñino, futuro conde de Floridablanca[315], aplacou qualquer tentativa papal de sair pela tangente sobre o assunto, pois foi duro nas assertivas enviadas ao Sumo Pontífice.

---

[314] AZEVEDO, 2004 p. 302.

[315] Talvez o mais famoso representante de "Las Luces", a versão espanhola do iluminismo. Carlos III cercou-se de inúmeros ministros "luceños" durante seu reinado.

Um importante bloco de pressão exigia, por toda a Europa, o fim da Companhia.

> Em Portugal, em 1759, os jesuítas foram presos com soldados na porta dos vinte e sete centros que possuíam. Na França, a expulsão deu-se em 1762. Na América, esta operação policial, para que fosse eficaz e sem traumas, deveria ser conduzida com firmeza. O papel foi encarregado a Francisco de Paula Bucareli e Ursúa, Conde de Aranda, nomeado para tal, governador de Buenos Aires.[316]

Após a Guerra Guaranítica provocada por um movimento de alguns índios que não aceitavam os termos do Tratado de 1750, alguns cuidados foram tomados para que não houvesse conflitos com a população indígena na questão dos jesuítas. Bucareli, o então governador de Buenos Aires, foi encarregado de executar o decreto de expulsão. Nesse sentido, percorreu com o apoio de seus comissários todos os povos guaranis pertencentes à América espanhola, anunciando a notícia cuidadosamente para não despertar inquietações, tanto da população indígena quanto dos jesuítas. Segundo Wilde: "existía la sospecha de que los indígenas se sublevaran como habían hecho años durante el conflicto por el Tratado de Madrid. También generaba aprensiones la presencia de varios jesuitas no españoles entre los misioneros, que podían intrigar contra el plan de expulsión".[317]

Segundo Marilda de Oliveira, 2.617 jesuítas abandonaram a América, deixando casas, igrejas e estâncias para os novos administradores, tais como franciscanos, dominicanos e mercedários, que logo no início já tiveram dificuldades em lidar com os índios que já estavam acostumados com o trato e a convivência com os jesuítas, além de estarem passando por uma crise de confiança devido aos os acontecimentos passados.

> En la Península Ibérica las corrientes antijesuitas venían en ascenso. Una hipótesis plausible es que la expulsión recibió el influjo de las corrientes regalistas españolas, que a su vez fueron inspiradas por el galicanismo francés y las obras antipapales. Éstas sostenían que el monarca debía su propio clero sin consulta previa.[318]

[316] OLIVEIRA, 2004, p. 188.
[317] WILDE, 2009, p.184-185.
[318] WILDE, 2009, p. 184.

A expulsão dos jesuítas na Espanha e principalmente na América Espanhola pode ser entendida também como um meio de facilitar as reformulações das concepções e práticas políticas para revitalizar a legislação da sociedade espanhola, portanto, parte do reformismo bourbônico. Com isso, seria mais fácil em minimizar o poder local que vinham apresentando-se com muita autonomia, pois os jesuítas interferiam além do poder religioso, também na elite política indígena das missões da América espanhola.

> En España, en particular, la expulsión se proyectó como un medio para imponer sin obstáculos una reforma general de gobierno y reafirmar en las colonias el control sobre las instituciones administrativas, la economía y la sociedad. Al mismo tiempo, se consideró al decreto de expulsión como una forma radical de aleccionar a los grupos locales que habían alcanzado altos niveles de autonomía en su accionar, con respecto a los intereses y a las disposiciones reales.[319]

Sem a presença dos jesuítas nos povos missioneiros da América espanhola, houve muitas modificações na estrutura, tanto nos campo administrativo quanto no religioso. Novas ordens assumiram as funções religiosas e funcionários espanhóis assumiram a administração.

Um dos itens mais importantes destes conflitos advindos das práticas de despotismo esclarecido era a radical contestação do poder e da influência que a Igreja através de seu pontífice procurava exercer sobre os reis.

> El poder y el prestigio de la Compañía de Jesús, avalados por la Corona y el papado y cuestionados ocasionalmente por el Consejo de Indias y los obispos, perdieron fuerza durante el siglo XVIII. Ciertos aspectos de la doctrina impartida por la orden, sus modalidades de interacción política y organización económica se transformaron, por un lado, en el antimodelo del orden propuesto por aquellos que atacaban la supremacía del papa y, por el otro, en el máximo obstáculo del plan de reforma general de las monarquías absolutistas.[320]

A expulsão dos jesuítas dos povos missioneiros fez com que os indígenas escolhessem rumos diferentes. Muitos viraram vagantes, por vezes mesclando com outros extratos e etnias à margem da sociedade colonial "formal", constituindo matéria-

[319] QUALERI, 2009, p. 327.
[320] QUALERI, 2009, p. 326.

prima para a formação de novos tipos, como o *gaucho*[321]. Outros tantos foram para centros urbanos da América espanhola.

> Entre la ocupación militar de los pueblos y la expulsión de los jesuitas, los guaraníes gestaron sus propias respuestas y tornaron diferentes posturas en medio de múltiples vaivenes políticos. Los más radicales abandonaron las misiones de forma colectiva o individual, mientras que algunos se refugiaron en los montes y selvas aledañas, sin alimentos, despojados de sus bienes y expuestos a todo tipo de inclemencias. Otros partieron junto a los portugueses del río Pardo persiguiendo idealmente una vida alejada de las presiones y los castigos. Por su parte, la mayoría aceptó trasladarse a la otra banda del Uruguay.[322]

Os jesuítas foram eficientes no trabalho para o qual foram escolhidos, que foi de civilizar e catequizar os índios, pelo menos no caso dos guaranis das áreas dos rios Paraguai, Paraná e Uruguai. A consequência que a retirada dos jesuítas trouxe para muitos guaranis, que já se encontravam confusos com tais acontecimentos, foi a de desestabilização política e econômica, pois, sem os seus "tutores", muitos guaranis não sabiam como reagir e adotaram posturas distintas, coletiva[323] ou individualmente. Apesar da chegada dos novos padres de outras ordens a situação não voltou ao normal, pois tiveram aceitação restrita por parte dos indígenas.

> As conseqüências da expulsão dos jesuítas foram várias. A mais significativa delas foi o despovoamento progressiva dos guaranis em benefícios da sociedade hipano-americana a que os emigrantes se assimilaram. A maioria se instalou em centros urbanos como Buenos Aires, Assunção e Montevidéu, onde foi viável uma relativa assimilação no mercado de trabalho, em razão dos conhecimentos técnicos adquiridos nas reduções, no ramo do artesanato e dos ofícios.[324]

Se for lançada mão de um pequeno grau de imaginação histórica[325], balizada no raciocínio que se vem desenvolvendo no trabalho pode-se supor o espanto dos

---

[321] Seguindo, aqui, o que Slatta denomina de tradição americanista. "Most Americanists, however, emphasize the gaucho's mestizo heritage – a racial and cultural blending of Indian and Spanish components on the pampean frontier". SLATTA, 1993, p. 8.
[322] QUALERI, 2009, p. 332.
[323] No sentido de grupos dentro de povos ou até de povos inteiros.
[324] OLIVEIRA, 2004, p. 190.
[325] Utilizando o conceito no sentido de "salto cognitivo" sustentado por outros elementos demonstráveis, como por exemplo, no caso do Direito, e suas fontes: a lei, a doutrina e a analogia, a analogia seria o referido salto, exigindo que elementos presentes em outras realidades sejam adotados para um dado caso.

indígenas. Em quem ele deveria confiar a partir de agora, ou quais seriam as próximas mudanças e, até mesmo, qual seu papel no mundo colonial espanhol?

> Pero toda esta organización jesuítico-misionera que, indiscutiblemente, fue exitosa y alcanzó su plenitud demográfica y productiva en la primera mitad del siglo XVIII, entró en irreversible crisis a partir del último tercio de dicha centuria. La causa determinante para que esto ocurriera fue la expulsión de los Padres jesuitas, hecho ocurrido en 1767-8. A partir de ese momento, toda la estructura misional – tanto en su faz material como espiritual – se vio trastocada y herida de muerte.[326]

Os índios guaranis eram dependentes dos padres, inclusive devido a todo processo já implantado de construção do mundo guarani-missioneiro. Os guaranis foram afastados daqueles que imaginaram, em primeira instância, a construção desse mundo, o qual, apesar de ser constituída dentro do universo colonial, não tinha par nesse mesmo universo. A expulsão da ordem deve ter tido um impacto inenarrável (até porque não foi mesmo devidamente narrado). O jesuíta não era apenas um homem europeu[327], mas era também um homem santo[328] e confiar em algo criado pelo homem europeu (sem que fosse também santo) seria muito difícil naquele momento. É provável que mesmo os outros religiosos adventícios não pudessem ser considerados tão "sagrados", no nível da representação imaginária que os guaranis tinham dos jesuítas.

> E com os últimos Jesuítas que se afastavam das costas americanas, abandonando definitivamente os seus índios, e levando a consciência de tudo terem sacrificado no cumprimento de sua missão admirável, começaria a decadência da Reduções e abaixamento do nível moral dos catecúmenos jesuítas, pois somente os Padres da Companhia sabiam entendê-los e guiá-los para o bem para a civilização. [329]

Os guaranis escreverem cartas para o rei pedindo que reconsiderasse a decisão, o que demonstra a estima que os indígenas tinham para com os jesuítas. O futuro deveria parecer muito incerto sem a já tradicional presença dos padres.

Para o historiador esse salto representa o preenchimento de *gaps* (as lacunas de Veyne) que tornam a História uma disciplina sublunar.

[326] PADRÓN FAVRE, 2009, p. 24.

[327] Como o que tem um modus vivendi europeu e não necessariamente nascido na Europa. O guarani típico era muito mais sincrético que europeu, nesse sentido.

[328] No sentido de ser aquele que está mais próximo do divino. Aquele que é intermediário poderoso frente ao sobrenatural.

[329] PORTO, 1954, p.251.

A própria palavra “padre”, vem do galego antigo e foi mantida no castelhano. Significa “pai” e o peso dessa origem etimológica não pode ser esquecido. O padre, em termos genéricos, assume a “paternidade” espiritual de seu rebanho, não apenas no caso da relação entre jesuítas e guaranis missioneiros, mas universalmente. Porém, no caso específico da Província Jesuítica do Paraguai, a relação de dependência era ainda mais poderosa, porque outros aspectos da vida das comunidades que não apenas o espiritual eram ou controlados ou “guiados” pelos padres. Seu súbito desaparecimento criou situações inéditas entre os reduzidos.

> A intriga lavrava entre os habitantes dos Povos, os Curas e as autoridades civis. À pressão dos espanhóis que invadiram as Missões e se locupletavam com o trabalho dos índios, explorando-os a troco de ninharias, de tabaco e de álcool, e se apropriando de suas chácaras, obrigavam estes infelizes a fugir de seus Povos, abandonar suas famílias e quebrar os laços morais com que os jesuítas os haviam ligado na comunhão social.[330]

Dessa digressão decorre o uso do termo “orfandade” dos guaranis. Não apenas porque um ator de valor afetivo, cultural e gerencial some, deixando seu rebanho, seus pupilos, seus tutorados com uma nítida sensação de abandono, mas também porque o termo demonstra o grau etnocêntrico que o processo de estabelecimento das missões tinha. Os guaranis perderem não apenas a proteção dos jesuítas, mas também perderam seus bens materiais construídos a partir do espaço de convivência com os padres e os espanhóis nas reduções ou estâncias missioneiras. E entre esses bens, estão não somente casas, igrejas e colégios, mas o espaço econômico, inclusive em seus aspectos imateriais. Nesse contexto se produzia alimento para toda a população indígena do território da Província e o excedente para as trocas e mais: a própria lógica de funcionamento da economia.

A relação que os jesuítas tinham com os guaranis apresentava aspectos de disciplina, seriedade, exigência e a presença dos padres nas atividades diárias, para ensinar e evitar erros, todos componentes da relação paternal que existia entre os padres e os índios. No reverso dessa medalha, o jesuíta do Paraguai também dependia dos guaranis, mas num outro plano, ou seja, no sentido de que o projeto missional no

[330] PORTO, 1954, p.257.

Paraguai dependia, obviamente, dos indígenas. O padre, porém, podia ser removido, deslocado, transferido e, portanto, com um nível de vinculação telúrica bem menor.

Não havia mais os padres para controlar hábitos então considerados inadequados e os indígenas que detinham alguma autoridade não eram mais respeitados. Uma nova estrutura política e social se gestava nas localidades indígenas. A relação entre o governo espanhol e os líderes políticos indígenas que após a Guerra Guaranítica tinha se deteriorado, passava por um processo de reestruturação.

> La expulsión de los jesuitas marcó, por un lado, un intento por parte de los líderes guaraníes de reconstruir una relación degradada con el monarca español después de los sucesos de la "guerra guaranítica" y, por otro lado, un esfuerzo de las autoridades indígenas rezagadas por reordenar el mapa político de sus pueblos ascendiendo posiciones y obteniendo réditos derivados de la nueva situación.[331]

O que anteriormente os jesuítas resolviam passava agora a ser resolvido pelos próprios líderes indígenas junto ao governo espanhol. A partir daí começava a formação de vínculos entre o governo de Buenos Aires e os líderes da população indígena sem a intervenção dos jesuítas.

Os Jesuítas e os indígenas reduzidos criaram uma relação de afeto e comprometimento. Em uma longa jornada, os jesuítas acompanharam e monitoraram gerações de famílias, aprenderam e ensinaram os povos a lidar com dificuldades desconhecidas em um cenário no qual o inesperado era permanente. Mesmo que existissem relações conflituosas entre os jesuítas e os guaranis reduzidos, a aproximação entre ambos concebia o comprometimento e a busca de dias menos hostis.

O sentimento do guarani missioneiro em relação a vários aspectos continua sendo desconhecido, os poucos registros deixados pelos indígenas que aprenderam a escrever seguem escassos, porém não se pode negar que as missões jesuíticas ofereceram aos seus reduzidos proteção diante do que lhe restava. Os padres jesuítas, diferentes das outras ordens não ignoraram o modo de ser dos índios e interferiram em sua defesa frente aos problemas de exploração dos portugueses e espanhóis.

---

[331] WILDE, 2009, p. 185.

A intervenção dos jesuítas, para oferecer ao guarani missioneiro proteção, tanto do espaço quanto do individuo, pode ser vista nos documentos[332] que mostram que o envolvimento dos jesuítas foi além do ofício pastoral e atravessou questões indígenas. Os padres jesuítas discutiram problemas internos e solicitaram apoio da coroa espanhola para proteção do território dos povos. A sobrevivência dos guaranis missioneiros também foi uma preocupação dos jesuítas, isso explica a movimentação e algumas vezes agregação dos povos. O aproveitamento dos recursos naturais dos espaços com as plantações e as estâncias de gado, que possibilitou a sustentabilidade que começou a perder-se a partir de 1767.

O comprometimento com os povos reduzidos na busca de melhores condições de sobrevivência[333] não foi substituído pelos novos evangelizadores que não se envolviam em outras questões que não fossem de fé e doutrina, além de, muitas vezes, esses adventícios serem acusados de maltratar os índios e se apropriar das casas principais e seus recursos como as grandes hortas e depósitos.

A expulsão dos jesuítas foi um marco nos povos guaranis, assim como os fatos que anteriores ocorridos após 1750, trazendo inúmeras modificações no meio missioneiro e na organização da administração. O novo quadro passava pela tentativa de uniformizar a administração da sociedade colonial espanhola sem a interferência de nenhuma ordem religiosa, por isso houve a separação dos poderes temporais e religiosos que trouxe uma nova vida social para os povos guaranis que, a partir de então, respondiam suas decisões com um pouco mais de autonomia.

[332] Anexo III.
[333] Claro que essas condições implicavam também em agir de acordo com os parâmetros de comportamento dos inacianos.

LA CRUZ E O MUNDO GUARANI CRISTIANIZADO ENTRE 1767 E 1828

O mundo guarani cristianizado que nasceu com as reduções e estâncias missioneiras, por volta de 1609, existiu sob tutela dos padres jesuítas até 1767. O guarani-missioneiro, entre 1767 e 1828, viveu uma nova realidade sociocultural, que se caracterizou por relações mais próximas da sociedade espanhola tradicional, atravessando crises e conflitos que aconteceram entre os guaranis, funcionários espanhóis e as outras ordens religiosas.

A dinâmica política dos povos guaranis cristianizados, após 1767, teve suas peculiaridades. Exemplo foi a manutenção dos cabildos nos povos indígenas, com algumas modificações, aumentando a participação da elite política indígena nas decisões locais. Outro exemplo foi a separação das funções temporais e espirituais: a primeira ficou a cargo dos administradores, funcionários espanhóis; e, a segunda, de outras ordens religiosas.

Segundo Wilde: "durante aproximadamente 150 años, el conjunto de los pueblos permanecieron bajo tutela exclusiva de los jesuitas y con una administración político-jurídico-económica relativamente autónoma"[334]. Essa administração implantada pelos jesuítas, unindo poder e religião, que tinha sido a base do projeto reducional, foi um dos elementos principais para o êxito[335] da Província Jesuítica do Paraguai. Entretanto, algumas características de organização desse período continuaram, mesmo sem a presença dos jesuítas.

As outras ordens que tomaram conta das funções espirituais enfrentaram dificuldades com os povos indígenas, houve crises de confiança em relação aos novos evangelizadores. [336] Os fatos que aconteceram antes de 1767, a expulsão dos jesuítas e

[334] WILDE, 2001, p. 74.
[335] Mais uma vez: se levados em consideração os objetivos iniciais dos inacianos com esse projeto.
[336] OLIVEIRA, 2004,

uma série de mudanças nas atividades espirituais e temporais trouxeram para os povos guaranis missioneiros desordens e incertezas.

> La dinámica política de los pueblos guaraníes misioneros después de la expulsión de los jesuitas estuvo marcada por dos aspectos en particular. El primero fue el mantenimiento y reforzamiento de los cabildos indígenas, dando mayor participación a los caciques. El segundo fue la separación estricta de funciones temporales y espirituales a cargo, respectivamente, de administradores y sacerdotes[337].

Os interesses dos povos indígenas e dos administradores espanhóis aproximaram-se a partir das novas composições políticas, o que diminuiu o distanciamento entre os povos guaranis e as cidades espanholas. O sistema de legislação espanhol, buscava a igualdade jurídica e maior liberalização do comércio[338]. Diante disso houve a implantação de novos vice-reinados, com mais funcionários e funções que auxiliavam no controle, possibilitando intercâmbios políticos, econômicos e sociais entre índios e espanhóis. Desse modo, segundo Wilde:

> La reciprocidad con el gobernador y la serie de episodios ocurridos en la ciudad de Buenos Aires y los pueblos constituía una agregación simbólica del mundo indígena al español y viceversa. Estos episodios disolvían al menos temporariamente la división de las dos repúblicas creando un espacio de "liminaridad" en donde los intercambios eran posibles[339].

O modelo jesuítico-guarani chegou ao fim com a expulsão dos jesuítas e um novo modelo político e econômico dominou o antigo sistema da "Província Jesuítica do Paraguai". Mas mesmo depois de iniciada essa reestruturação, começaram novamente os pleitos entre os povos pelos espaços em disputa. Tais problemas podem ser percebidos por meio do livro diário do Povo de La Cruz, onde encontram-se correspondências que tratam sobre territórios e a necessidade de se ter mais espaços para guardar o gado e o restante dos animais.

Os indígenas participavam diretamente da administração dos povos através do cabildo, mesmo com a existência de um administrador laico, os índios reduzidos tiveram mais autonomia, sendo que já tinham uma bagagem de experiência política e

[337] WILDE, 2009, p. 212.
[338] Mas dentro dos quadros do mercantilismo.
[339] WILDE, 2009, p. 195.

econômica com o auxílio dos jesuítas. A experiência anterior adquirida com os jesuítas, de qualquer modo, ajudou os guaranis a conhecer os mecanismos do mundo colonial e mexer nas suas engrenagens a seu favor. Órfãos a partir de um ponto de vista específico, como já foi visto, mas plenamente capazes de organizar-se para sobreviver na nova realidade e, nesse caso, bem menos órfãos e bem mais manipuladores do sistema.

Houve muitas disputas nos limites territoriais entre os povos, algumas já vinham do período dos jesuítas, como o pleito entre Yapeyu e La Cruz, tendo continuidade após 1767. O contexto era de fronteiras mais fixas que seguia uma dinâmica política conflitiva, a qual, pode-se dizer, que foi o elemento base da nova vida sociocultural da sociedade espanhola desse período. Conforme Wilde: "el conflicto muestra no sólo el posicionamiento de la elite como grupo consciente de su prestigio, sino que exhibe también las tensiones y disputas entre sus miembros en un contexto ostensiblemente crítico".[340]

A estância de La Cruz tinha uma grande quantidade de gado e outros bens materiais, o que pode ser observado nos livros de inventários que encontram-se no Archivo General de la Nación, em Buenos Aires. Tais compêndios apontam ainda, para o ano de 1786, com descrições da movimentação na estância de La Cruz, o que pressupõem a permanência, durante bom tempo, dos índios reduzidos no espaço da estância.

A estância estava localizada em um ponto de contínuos conflitos com participação ativa dos índios charruas, as disputas por espaços para criar o gado era permanente entre os povos, porém, não tinham mais os jesuítas para resolverem questões de pleito, que se fortaleciam com a escassez de produtos. Percebe-se através da documentação que os administradores da redução tiveram que procurar novos espaços para manterem a criação de gado e a população de indígenas fora dos conflitos que existiam naqueles espaços, pois a decadência era presente.

A documentação de 1801 mostra que o corregedor e administrador do Povo de La Cruz propuseram uma troca ao Povo de Yapeyu, quinhentas cabeças de gado por

[340] WILDE, 2001, p. 94.

uma quantidade de éguas a serem enviadas para a região de Batovi, na banda oriental do Uruguai.

> El Correg.^{or}, cav.^{do}, y adm.^{or}, del pueblo de la Cruz, ante Vmd^{-}., con el mayor respeto, nos presentamos diciendo, que Dn Miguel Maciel nos ha propuesto entregar a esta comunidad, quinientas cabezas de ganado, por otras tantas yeguas, que deveran entregarsele a la vanda Oriental del Uruguay, para dirigilas a la Villanueba de Batovi, y siendo este conbenio tan ventajoso para esta comunidad, por el ningun valor que tienen las yeguas e lo hutil que es le ganado para el gasto de el pueblo = A vmd^{-}. suplicamos que haviendonos por presentados tenga a vien consedernos su aprovacion en la que justamente reciviremos merced, los suplicantes, Pueblo de la Cruz, y Marzo 9 de 1801.[341]

A mobilidade dos povos aconteceu a partir dos interesses políticos e econômicos num contexto de disputas de poder e espaço, o que fortaleceu a descentralização política e a regionalização econômica, proporcionando uma quebra no antigo sistema das missões. Entretanto, esses conflitos não eram recentes, aconteceram no período ainda da existência da Província Jesuítica do Paraguai, porém, essas ações não provocavam a fragmentação do sistema político das missões controlado pelos jesuítas. A partir da expulsão dos inacianos, iniciou-se uma divisão política, pela qual os povos foram divididos e passaram a depender da administração de departamentos e do governador a partir da criação do novo vice-reinado e dos intendentes após a instalação do regime de intendências. La Cruz e outros povoados próximos passaram a depender de Buenos Aires e seu departamento era em Yapeyu.

> Una progresiva fragmentación se manifiesta bajo el signo de la descentralización política, la regionalización económica, y la heterogeneización sociocultural. La unidad político territorial originaria de los treinta pueblos se fragmenta en sucesivas divisiones. Entre 1768 y 1770 la jurisdicción misionera sufre una división bipartida. En el período siguiente que va de 1770 a 1784, es nuevamente dividida en cuatro departamentos y luego en cinco. Entre 1782 y 1784, el régimen de intendencias produce una nova división, de acuerdo a la cual, 17 pueblos pasan a depender de Buenos Aires y 13 de la Intendencia de Paraguay, coincidiendo esta división civil con la diocesana. No deben

[341] División Colonia Sección Gobierno Temporalidades, 1948. Del P. de La Cruz, Cuentas – 1786 – 1806; S. IX 22-9-2. Buenos Aires: Archivo General de la Nación.

> olvidarse tampoco los pleitos que mantenían algunos pueblos entre si por cuestiones de limites[342].

A mobilidade da população indígena pode ser considerada como um dos elementos da falta de controle das autoridades nesse território, pois a falta de enraizamento fazia com que muitos índios considerados fiéis ou infiéis não cumprissem a legislação. Os índios tinham livre mobilidade e os que não queriam cumprir a legislação utilizavam-se dessa liberdade, pois circulavam entre os povos e cidades espanholas, dificultando o controle.

> Las dos características que definían este espacio eran la dispersión y la movilidad, constituyendo un escenario para estrategias y actores diversos. Se trataba de un territorio discontinuo de difícil control para las autoridades en el que se habían ido formando núcleos como resultado del avance de los frentes pobladores. Los actores que se movían por la campaña generalmente escapaban a las categorizaciones rígidas del discursos por parte de los autoridades de los pueblos. Por otro lado, el desarraigo que implicaba esta movilidad también poseía ciertas ventajas para los guaraníes de los pueblos, en especial, para aquellos que se fugaban[343].

Os aspectos do modelo jesuítico-guarani estava presente na população indígena, e essas práticas foram demonstradas a partir dos exercícios de poder na administração do novo regime. Tais aspectos ajudaram a constituir a base da dinâmica política da elite indígena sob uma livre circulação que estava vinculada a parentes que se dividiam entre os povos, infiéis e líderes indígenas.

A administração dos povos era conduzida por departamentos que seguiam ordens de um governador, esses departamentos tinham o controle a partir de registros em livros de ordens circulares, diários pertencentes ao administrador do povo, diário do administrador geral, responsável pelo departamento, livro mensal, livro com gastos do gado da estância e do povo, caderno com documentos comprovantes de compra e o inventário de cada povo. Esses livros e cadernos pertenciam ao administrador e ao cabildo do povo. Isso demonstra que os indígenas tinham acesso à contabilidade do povo e sua estância.[344]

---

[342] WILDE, 2001, p. 96.
[343] WILDE, 2001, p. 99.
[344] Anexo II.

Em cada redução havia um administrador responsável por questões políticas e econômicas, e controlava todas entradas e saídas dos produtos de um determinado povo, registrando-as em livros que eram uma espécie de diários com registros mensais.

Além do administrador de cada povo havia também o administrador geral, que conduzia a política e a economia através de visitas contínuas nos estabelecimentos e por meio das informações prestadas pelas correspondências dos administradores locais que registravam nos inventários todos os bens materiais, tanto do povo, quanto da estância, bem como, a quantidade de produtos e animais que pertenciam a cada uma. A partir desses registros era possível controlar os povos, as estâncias e os postos, tanto da banda oriental como da banda ocidental do rio Uruguai. Através dos documentos percebe-se a movimentação dos povos nesses espaços, confirmando um processo de instabilidades e transações a partir de 1767 até 1801, quando iniciou-se o processo de reestruturação dos espaços e a presença marcante dos portugueses na banda oriental do rio Uruguai.

Havia um diário que registrava todas as entradas e saídas da redução e sua estância. O livro diário era dividido em duas partes, a primeira de entrada e a segunda de saídas dos produtos, por meses e datas. Além do livro diário existia o caderno das contas do Povo de La Cruz com o registro de todas as contas anuais e o inventário com tudo que pertencia ao povo. Os cadernos eram responsabilidade do administrador que registrava valores e detalhes dos destinos dos produtos. A partir desses livros percebe-se que existia um controle administrativo de cada povo, notando-se que houve, após 1767, uma organização local que respondia a departamentos regionais.[345]

O administrador não tinha autonomia para negociar com administradores de outros povos, assim, quando algum apresentava dificuldades ou escassez de produtos, era enviada uma correspondência ao governador solicitando sua aprovação para negociações entre os povos. Em janeiro de 1801, La Cruz passava por uma situação de escassez e foi enviada ao governador uma correspondência suplicando atendimento. Propunha uma compra de algodão, que estava em falta na comunidade de La Cruz. O pagamento ocorreria a partir de rendimentos, o que era vantajoso para o povo que efetuava a venda.[346]

[345] Anexo II.
[346] Anexo II.

O sistema implantado após 1767, tinha algumas caraterísticas do antigo sistema, pois a relação entre os povos continuou, os elos políticos e econômicos permaneceram ativos, porém eram conduzidos pelo administrador junto aos cabildantes que, após receber aprovação, efetuavam as ações estabelecidas.

As relações políticas e econômicas entre os povos aconteciam através do corregedor do cabildo e do administrador, que recebiam propostas dos outros povos ou faziam as propostas. Através dos documentos registrados no livro de contas do Povo de La Cruz pode-se entender que essas propostas eram processos que envolviam os povos e geralmente tratavam de produtos que estavam escassos e que precisavam ser repostos. Assim, nessas correspondências eram explicados os motivos, a forma de pagamento e as vantagens da compra, aspectos que seriam analisados pelos administradores gerais, mas principalmente pelo governador. Se houvesse aprovação a correspondência voltava ao destino com as assinaturas do administrador geral e do governador sob a palavra "concedido".

A partir de 1801, continuaram as discussões diplomáticas sobre o território ocupado pelas estâncias missioneiras. "A pendência diplomática entre as duas nações ainda não tinha dado nenhum passo efetivo para sua regularização, quando um outro fator agravante surgiu no cenário sul-americano: a posse das antigas estâncias dos Sete Povos das Missões".[347] As estâncias missioneiras estavam localizadas em uma áreas com água suficiente para a criação do gado extensivo, ótimas pastagens, terras produtivas para a agricultura e sem núcleos urbanos mais significativos e isto era importante a ponto deste espaço se tornar um dos "principais objetos de interesse nas disputas entre hispano-platinos e luso-brasileiros".[348]

> A longa agonia demográfica, significou apenas uma parte da tragédia missioneira. Logo após a partida dos sacerdotes da Companhia de Jesus, outros elementos vieram suprir a falta de liderança, confiança e inspiração que jesuítas cumpriam: álcool, a promiscuidade e o banditismo. Esses vícios foram justamente os argumentos encontrados por seus principais provocadores, os portugueses e os espanhóis, para justificar o porque de uma suposta inutilidade e significância daquela gente.[349]

[347] CAMARGO, 2001, p.196.
[348] CAMARGO, 2001, p. 196.
[349] CAMARGO, 2001, p. 233.

As estâncias missioneiras, estabeleceram uma estrutura organizacional que necessitou a instalação permanente de pessoas e infraestrutura necessárias para garantir a entrada e saída de possíveis invasores, mostrando-se assim um instrumento de garantia do território oriental do rio Uruguai para a coroa espanhola. Tão eficiente foi esta estrutura das reduções que mesmo após o período de expulsão dos jesuítas, da guerra de 1801 e, também, da dominação portuguesa. Para Paniagua "A estância colonial missioneira, portanto, foi um estágio intermediário para a estância capitalista que se consolidou no séc. XIX.[350]

Após 1801, a dificuldade para guarnecer as fronteiras aumentava, pois os portugueses precisavam manter os territórios conquistados e, para isto, havia a necessidade de ampliar a vigilância, instalara guardas para fazer a defesa do território da antiga estância de La Cruz, estabelecendo "uma espécie de cordão de isolamento contra possíveis investidas espanholas."[351] Estas guardas estavam sob a supervisão geral do comandante das missões orientais Francisco das Chagas Santos, seu quartel estava situado em São Borja com aproximadamente "400 homens das três armas"[352].

O exército português estava dividido em duas frentes:

> Uma localizava-se em direção ao sul, concentrada entre Jaguarão e Cerro Largo, chefiada por Patrício Corrêa da Câmara. A segunda estava direcionada na área das Missões Orientais. Abrangia o norte do rio Ibicuí, entre os rios Uruguai e Ibicuí, sob o comando do general Francisco das Chagas Santos, sobressaindo-se os postos de observação de São Francisco e do Inhanduí, caracterizados pela sua mobilidade. Esse último posto móvel (Inhanduí), a partir de 1805, foi fixado definitivamente, tornando-se uma guarda.[353]

Em 1810, o comandante das missões orientais, Francisco das Chagas Santos, encaminhou uma correspondência ao governador do Rio Grande, Diogo de Souza, para explicar a necessidade de instalar guardas na região entre o rio Ibicuí e o Butuí.

> escreve o Coronel Comandante da Fronteira de Misoens Francisco das Chagas Santos.= Para informar a V.Exª. quantas Guardas me parece conveniente se estabelesão nesta Fronteira, a

[350] PANIAGUA, 2003, p. 47.
[351] PANIAGUA, 2003, p. 64.
[352] SILVEIRA, 1909, p. 115.
[353] PANIAGUA, 2003, p. 64.

forsa de que se devem compor, os lugares aonde se ão de colocar e a goarnisão total, que será preciza para o serviso ordinário, e defeza deste destrito, devo principiar pelo Paso e, Guarda da Cruz, em frente do Povo Espanhol da Cruz, na Margem oposta do Uruguay; Esta Guarda entendo, que deve ter um Oficial com 25 Omens, a fim de patrulharem a Costa do Uruguay nos espaso de 14 leguas entre os Rios Ybicuy; (cuja barra dista 2 leguas do Povo Espanhol de Yapeju, d'outro lado do Uruguay) e Mbtuy. Ao norte desta guarda em distancia de 16 leguas está a Guarda, e Povo de S. Francisco de Borja (distante do Povo deste mesmo nome ¾ de légua, e 8 legoas do sobredito Mbutuy) onde me parece que tambem deve aver um Oficial com 20 até 25 omens, e tem que patrulharem as 10 leguas de Costa do Uruguay e Rios Mbtuy, Camacuam. Entre estes e o Rio Piratiny, a um espaso de 12 leguas com 3 pasos do Uruguay, que são os de S. Marcos, das Mercês, e de S. Lucas; portanto, considero ser necesario pelo menos no meio do dito intervalo 20 omens para o patrulharem, e conservarem 8 ou 9 na Guarda do sobredito Paso de S. Marcos, que fica próximo da barra do referido Camacuam, e em frente do Povo Espanhol de Santo Tomé d'outro lado do Uruguay. Nos dous últimos pasos não á guarda por ora. Ao norte do dito Piratiny em pouca distancia, segue-se o Povo de S. Nicolau, distante do qual 4 legoas para o Norte está o Paso, e Guarda de S. Izidro, distante do Povo Espanhol do Conceisão d'outro lado do Uruguay 2 leguas. Neste Paso também julgo precizos 20, ou 25 omens, e tem que patrulharem mais de 6 leguas até a frente do Povo Espanhol de S. Xavier, na margem oposta do Uruguay. Por conseguinte para goarnecer os Pasos referidos, onde actualmente á guardas, entendo seja precizo 100 omens, com um corpo de outros 100 em distancia proporcionada para acudir aonde for precizo, são 200 com 40, ou 50 para o Serviço do Corpo da Guarda, que tem de fornecer 2 Sentinelas, e um pequeno destacamento da Caza da Pólvora, são 250. [Alinderos] ás Guardas, que aumentarem os Espanhoes, em frente das quaes será precizo pôr outras; ûa escolta para me acompanhar aos diversos pontos da Fronteira, deligencias, doentes, etc. se pode acrescentar pelo menos mais 50, e são 300 omens, que eu concidero precizos para o Serviso ordinário, e defeza deste Paiz; para cujos Milicianos também se precizão 200 Espadas e Clavinas. Avendo guerra julgo ser necesario, que V.Exª. me socorra com 300 omens mais de Cavalaria, e alguma Artilharia a cavalo. Com outros 300 omens, ou pouco mais dos ditos Milicianos entre Portugueses, e Guaranis, sem maior prejuízo da Lavoura me parece que poderei defender esta Província = Povo de S. Luis = 27 de Julho de 1810. Está conforme, Vicente Ferrer da Silva Freire[354]

[354]Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Fundo da Secretária do Gov. da Capitania do RS – Parte da

A preocupação do comandante das missões era justamente a região onde estava localizada a estância de La Cruz no lado oriental do rio Uruguai a partir do entendimento desta carta pode-se afirmar que havia a necessidade de postar a maior quantidade possível de guardas na fronteira da colônia Brasileira com o vice-reinado do Rio da Prata. Neste documento, observa-se que foram patrulhar a costa do rio Uruguai na região entre estas duas localidades, a fim de coibir entrada de espanhóis para possíveis saques e uma possível retomada das missões orientais.

O comandante das missões era uma pessoa que, segundo Silveira, tinha muitos informantes, o que possibilitava sucesso em suas campanhas, após 1810 foram vários conflitos em que as tropas comandadas por Francisco das Chagas Santos defenderam as missões orientais. Em 1817, o Marquês do Alegrete, governador da Província do Rio Grande, enviou um oficio ao comandante das missões. "Ordenando que invadisse as Missões Ocidentais destruísse e saqueasse todas as suas reduções, não poupando os grandes templos, nem as capellas, nem as estancias, trazendo todas as alfaias, sinos e os mesmo índios, colocando-os nas Missões Orientais."[355] Os povos de La Cruz, Yapeyu, Martyres, São José, Santa Maria, Santo Tomé e São Xavier foram destruídos pelos auxiliares de Franciso das Chagas Santos.

> El territorio misionero se había convertido en escenario de guerras que obligaron a gran parte de la población guaraní entre el Uruguay y el Paraná a abandonar sus pueblos y retirarse al interior o a los dominios portugueses. Ante la situación de desestructuración económica y política misionera, los liderazgos de pequeña escala, comenzaron a adquirir peso, recuperando autonomía en sus decisiones y movilizando gente hacia nuevas localizaciones.[356]

Os indígenas que estavam entre as margens do rio Uruguai encontravam-se em uma zona de conflito e de destruição. Isso provocou atritos entre os próprios grupos indígenas e dispersou parte da população para outras localidades em busca de proteção. O sistema de comunidades havia se dispersado junto com os povos e, nos locais das reduções restou apenas a estrutura física.

Correspondencia do Coronel comandade da Fronteira de Missões Francisco Chagas Sandos ao Goverdando da Capitania do RS, D. Diogo de SOUZA - (Arm. 1 – Prat. 4 – n.43). Copia cedida pelo Prof. Ronaldo Bernardino Colvero.

[355] SILVEIRA, 1909, p. 116.

[356] WILDE, 2009, p. 358.

A sobrevivência dos guaranis missioneiros em seus espaços originais estava cada vez mais difícil, os alimentos eram escassos, a situação era crítica e os acontecimentos levavam à desagregação dos povos. Segundo Padrón "Quién hubiera podido sospechar, apenas unas décadas atrás, que los indígenas yapeyuanos o cruceños, que disponían de increíbles reservas de ganado, deberían recurrir al pillaje para obtener una magra ración de carne".[357]

Ao longo do século XIX, os territórios dos povos guarani-missioneiros atravessaram por períodos de atividades bélicas que acarretaram vulnerabilidades. Com isso iniciou-se o deslocamento de vários grupos indígenas, tanto do lado ocidental como oriental do rio Uruguai, para outras regiões. A população dos povos foi dividindo-se em grupos e seguindo diferentes caminhos, por exemplo, alguns se tornaram seguidores de *caudillos* e outros se uniram a exércitos dos estados pós-coloniais.

A invasão riverista de 1828 e a subsequente transmigração de muitos guaranis missioneiros que ainda viviam no território da margem esquerda do rio Uruguai, demarca o último grande movimento coletivo dos povos orientais, para aqueles, como eu, que estudam a História dos povos missioneiros, passa a sensação de encerramento. Solene e pesado, mas ainda assim, encerramento.

[357] PADRÓN FAVRE, 2009, p. 56.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A América espanhola se desenvolveu com o apoio de um sistema administrativo bem estruturado sob um conjunto de instituições que controlavam diversas áreas do território. A expansão do território caminhava de mãos dadas com a multiplicação dos órgãos administrativos. A dominação territorial e populacional na América espanhola se deu a partir do controle administrativo que buscava manter a ordem, através de vários setores e sistemas de fiscalização. As instituições administrativas faziam parte de um conjunto de ações políticas, importantes para manter o controle e também para fazer a ligação entre a coroa espanhola e os demais agentes públicos ou privados no cenário em tela.

A Igreja Católica na América participou ativamente dos projetos de colonização, porque tinha fortes vínculos com as coroas ibéricas e seus interesses estavam voltados para expansão do catolicismo para fora dos campos da reforma protestante. As ordens religiosas serviram como avançada católica. Foi dentro desta perspectiva que o catolicismo atuou na América influenciando nas mudanças dos povos ameríndios, através de projetos como as reduções e estâncias missioneiras, formando e costurando comunidades que criaram relações políticas, econômicas e culturais de aproximação entre os nativos e os conquistadores estrangeiros. Esse processo se desenvolveu a partir de uma parceria entre o catolicismo, as coroas Ibéricas e as lideranças indígenas. Com isso houve o crescimento do mapa cristão e do poder das monarquias nas colônias.

A participação da Companhia de Jesus, tanto na América espanhola quanto na portuguesa, foi imprescindível para a implantação do catolicismo e da conquista. O projeto jesuítico seguiu caminhos um pouco diferentes na América, por exemplo, o contexto espanhol era distinto do contexto português e mesmo com algumas aproximações de determinadas metas, havia planos dessemelhantes para as distintas colônias, as quais tinham suas particularidades.

A ocupação do espaço dos portugueses e espanhóis na América do Sul ocorreu a partir de longas tratativas que gerenciavam aproximações e distanciamentos políticos entre as coroas ibéricas. A organização dos territórios deu-se de maneira distinta, a partir de elementos estruturados que auxiliavam na exploração dos recursos naturais e da força de trabalho da população nativa essencial para o povoamento.

Percebe-se que as outras ordens religiosas que estiveram realizando projetos missionários na América do Sul, com o apoio das coroas ibéricas, não tiveram o mesmo tipo e nível de eficiência alcançado pelos jesuítas com a organização população indígena, pois apresentavam métodos diferentes na evangelização e lidavam diretamente com a questão do abuso e exploração do trabalho indígena pelos espanhóis.

Após a ocupação do Novo Mundo pelas coroas Ibéricas, o processo de organização evoluiu a partir do avanço territorial e dos interesses políticos que envolveram todos os atores do contexto. As discussões foram intensas, deixando claras as rivalidades políticas a partir de ações que possibilitavam longos espetáculos de poder religioso e material que ora se aproximavam e ora se distanciavam.

Num cenário complexo de disputas políticas internas e externas pela busca do poder, foi que nasceu a Província Jesuítica do Paraguai, localizada em um território pertencente à coroa espanhola, sob a administração dos padres jesuítas. Essa Província, mesmo com suas particularidades fez parte do sistema colonial espanhol e se desenvolveu a partir de influência do catolicismo e da coroa espanhola formando uma sociedade de guaranis e outros grupos cristianizados com lealdade a um rei distante.

A criação das reduções e suas estâncias, como forma de organização e desenvolvimento possibilitou um crescimento e valorização do espaço onde se situavam. Por exemplo, as estâncias, que se encontravam como reservas econômicas e territoriais das reduções, além de vigiar as fronteiras servindo de barreira para o avanço de invasores, além, ainda, da evangelização com objetivo de conversão e integração das parcialidades indígenas e mais a manutenção e exploração dos recursos naturais do espaço povoado.

Os jesuítas foram os guias dessa empreitada constituída por relações sociais que foram se desenvolvendo com intuito de reunir os povos através de atividades diversas, envolvendo valores de coletividade e ideias do cristianismo, com uma vida social europeia. Porém é certo que as relações entre os povos ocorreram por vários meios e

que muitos foram os conflitos entre os povos cristianizados e também com os povos infiéis que, mesmo não aceitando a evangelização, tinham acesso à Província Jesuítica do Paraguai em aproximações amigáveis ou não.

Para serem mantidas as crenças e obrigações, tanto nas reduções como nas estâncias, era necessária a presença de padres para administrar, comandar e liderar. O comportamento do indígena era monitorado pelos jesuítas e por aqueles índios que tinham poderes locais. Quando necessário, faziam proibições e tentavam impedir os hábitos que eles consideravam negativos, além de punições aos infratores. As estruturas de poder organizadas pelos jesuítas nas missões requeriam uma disciplina forte e rígida para que os espaços criados tivessem a organização desejada. Como afirma Foucault "a disciplina procede em primeiro lugar à distribuição dos indivíduos no espaço".[358]

Dentro desse projeto, estavam as reduções e suas respectivas estâncias. Estes povos eram fundados, extintos ou fundidos de acordo com a necessidade de sobrevivência. Houve uma parceria entre os jesuítas, guaranis reduzidos e alguns índios infiéis, que durou mais de um século. Mesmo com conflitos e pleitos entre os povos não houve fragmentação da Província enquanto os jesuítas a administravam.

As reduções e estâncias missioneiras, em especial a redução e a estância de La Cruz não foram elementos isolados nas Missões e tão pouco na América espanhola. Fizeram, com certeza, parte de um sistema político e econômico, direcionando ações geopolíticas das coroas Ibéricas e da comunidade indígena, motivando disputas e conflitos que provocavam a instabilidade.

As fontes retiradas dos arquivos visitados e transcritas nesse trabalho apresentam a estância de La Cruz como alicerce da redução de La Cruz, é possível verificar através dos livros diários do povo de La Cruz, a produção de alimentos e o número de animais que entravam e saiam. Os documentos internos trocados entre os jesuítas, administradores e cabildos revelam os interesses por espaços que moviam pleitos entre os povos fazendo e desfazendo fronteiras internas.

Na estância de La Cruz e nas outras estavam aqueles encarregados das lidas de campo para manter o gado, cavalos e outros animais e também as chácaras. Era

[358]FOUCAULT, 2009, p. 137.

preciso produzir para manter as reduções e também para fomentar o comércio: a estância era geradora e propulsora do desenvolvimento econômico da redução.

A estância tinha também dispositivos encarregados do processo de catequização dos índios, ou seja, uma redução de menor tamanho dentro da estância, espaços de religiosidade, de aculturação, de produção e de exército de defesa.

Também estância de La Cruz, na sua relação com a redução, mostra que, mais que um divisor, o rio era um elo entre suas margens ocidental e oriental, pelo menos no mundo reducional.

A estância de La Cruz era povoada, em grande parte, por índios guaranis sob a supervisão dos jesuítas, executando ações políticas e militares com o apoio dos hispano-americanos, pois era necessário agir em suas bordas desenvolvendo ações de proteção do espaço da estância, que era invadido por grupos de minuanos e charruas ou por portugueses. No entanto, é certo que alguns índios considerados infiéis participaram do cotidiano das estâncias e reduções, pois havia relações de parentescos entre os índios e em alguns momentos houve trocas de produtos. Essa aproximação dos índios considerados infiéis pode ser considerada como mais um esforço por parte dos jesuítas no processo de evangelização desses grupos, ou mesmo, de minimizar possíveis conflitos.

A criação da redução de La Cruz, do lado ocidental do rio Uruguai, teve que utilizar o espaço que pertencia a Yapeyu, e também sua estância, do lado oriental ocupou uma parte que pertencia à estância de Yapeyu, isto provocou muitos atritos entre as duas reduções.

Várias foram às disputas entre as reduções da Província Jesuítica do Paraguai, sendo que muitas se prolongaram mesmo após 1767, sem a participação dos jesuítas, em especial a de La Cruz com Yapeyu. Conflitos internos que costumavam ser controlados pelos jesuítas, porém, após sua expulsão alguns pleitos continuaram e tiveram repercussões diretas no desenvolvimento desses espaços que começavam a ser divididos em regiões e administrados por departamentos.

A estância de La Cruz atendeu ao seu propósito de ser um centro de pastoreio para o gado missioneiro do povo de La Cruz, proporcionando desenvolvimento econômico para a região e uma expansão territorial devido a sua organização e

administração. A estância, mesmo sendo ligada diretamente à redução, tinha efetivo controle de seu espaço.

A importância do espaço onde estava localizado o Povo de La Cruz se dá pelo fato dela estar na margem direita do rio Uruguai e ter sua estância estabelecida tanto à esquerda como à direita do mesmo rio, facilitando o processo de passagem dos produtos das estâncias para as reduções além, ainda, da exportação através da navegação pela bacia do rio da Prata, o que, de certa forma, valorizava o espaço por ter fácil acesso de chegada e saída de transporte ampliando assim seu desenvolvimento.

As estâncias missioneiras traziam uma estrutura consolidada que vinha desde a sua fundação com o apoio dos jesuítas, esse esqueleto estrutural, mesmo sofrendo algumas modificações e perdendo seus guias perdurou e foi usado como ponte para formação das estâncias do século XIX.

As estâncias missioneiras, em especial a estância de La Cruz por ser geradora e propulsora do desenvolvimento econômico da redução, durante mais de um século influenciaram na configuração e reconfiguração do espaço das Missões. A estância demonstrou ser imprescindível para o desenvolvimento da redução e para a América espanhola, preponderando o sistema econômico, a partir da produção, e o político através do povoamento. Assim a estância de La Cruz foi muito além do que a historiografia apresentava e poderá jamais apresentar. Como disse Fernando Pessoa “Nas faldas do Himalaia, o Himalaia é só as faldas do Himalaia. É na distância ou na memória ou na imaginação que o Himalaia é da sua altura, ou talvez um pouco mais alto”.

ANEXOS

ANEXO I

Compañía Jesús (1676-1702)

Parecer del P^{e} Anselmo de la Mata de la Compañia de Jesus sobre el esclarecim^{to} de tierras del Pueblo de Yapeyu en el pleito seguido del de la Cruz, hecho en 13 de noviembre de 1696.

El P.^{e} Anselmo de la Matta Puez señalado por el P.^{e} Prov.^{l} Simon de Leon para decidir los litígios de tierras que hubiere entre los Indios, y pueblos destas Doct.^{as} digo que por quanto por parte de Yapeyu se me an presentado unos papeles, Instrumentos, y pruebas del derecho que tiene dicho pueblo del Yapeyu a las tierras que estan entre el Ytaqui y Paririti, Uruguay y ybicuyti, y son fronteras del pueblo de la Cruz que las possee oy alegando el derecho que tiene a ellas el dicho pueblo del Yapeyu, y posseerlas Injustam.^{te} el pueblo de la Cruz aviendo visto los papeles que el Yapeyu apresenta por su parte, y entre ellos un traslado autentico de uma determinacion que hizo el P.^{e} Christoval Altamirano siendo sup.^{r} em letigio, que sobre las mismas tierras, tubieron antiguam.^{te} los dos dichos pueblos. La qual determinacion esta aprobada por el P.^{e} Visitador Andres de Rada en una consulta que refiere el dicho P.^{e} Sup.^{or} y todo esta por las palabras seguientes. Vistas la raçones de ambas partes, y consultandolas a muchos Padres: determino lo siguiente, para que se quiten quiebras de Caridad, y aiga buena correspondecia entre las dos reduciones q^{-} en las lomas q^{-} estan enfrente dela Assump.^{n} dela outra Vanda de Uruguai, no aren los dela dha Doctr.^{a} para sus sementeras, ni passen ganado alguno para repartar en ellas, por el daño que de aquello se sigue a la Estancia de Yapeyu, y señalo por termino de dha Estância, toda la tierra, q^{-} esta entre Ybicuyti, y Uruguai arriba hasta el Itaqui, con el Caá amba, que esta entre estos terminos, en los quales, solo los del Yapeyu tengan sus ganados de yeguas, y vacas. pero por lo dicho no se quita, q^{-} puedan renovar q.^{do} quisieren um algodonal, y una chacra q^{-} para el P.^{e} q^{-} cuida dela doctr.^{a} de la Assump.^{n} se a permetido, conq^{-} no paseen mas la tierra adentro. La libertad conq^{-} los del Yapeyu andado sus tierras, y ganados maiores, y menores sin interes alguno dexa comodandose p.^{a} acomodar alôs dela Assump.^{n} pide no los inquieten en lo q^{-} tienen dela otra vanda del Uruguay, y asi se

haga, y observe, fecho en la Redu.ⁿ de S. Thomé em 23 de Feb.º de 1663. = Pido a los padres se execute sin ruido aquesto, y q⁻ una , y otra parte qdose ofreciere se les haga capaces a los Indios de la raçon q⁻ tienen los del Yapeyu en tener sus Estâncias en la otra vanda de Uruguay , aviendose despoisedo de sus tierras, p.ª acomodar a los dela Assump.ⁿ = Christov.ˡ Altamirano = Vensilose otra vez este pleito delante del P. Andres de Rada Visitador desta Prov.ª en uma consulta que hiço en la Doctr.ª de los Reyes, y mando su Rev.ª no se mudasse nada de lo determinado = En la consulta se hallaron los P.P. Vicente Alcina. Miguel Gomes, Juan de Porras, y yo, q⁻ con todos los[359] pareceres se aprobo, lo qˡ con tanto míramiento, y acuerdo se dio a la Doctrina del Yapeyu para sus ganados. = Y aviendo tambien visto al pie de lo dicho de letra de. P.ᵉ Provˡ Simon de Leon la clausula siguiente. Este papel, y traslado de otro, q⁻ esta firmado del P.ᵉ Christoval Altamirano en el lugar q⁻ aqui se refiere q⁻ esta su firma, y fecha, y parrafo q⁻ comiença en la consulta etc.ª Esta de letra del mismo Padre, y aviendolo visto me parecio confirmalo, como confirmo lo concedido en el , como no aya otro mejor, y mas bien fundado derecho en 23 de Abril de 1696. Simon de Leon. Y aviendo tambien visto un papel del P. Santiago Ruiz del tenor siguiente. Mi P.ᵉ Sup.ᵒʳ P. X. bien sabe V. R. como en la junta del pueblo de Yapeyu tocandose lo de las tierras, q⁻ se quitaron a aquel pueblo, y la falta q⁻ le hacian, pretendiendo los Padres, q⁻ alli estabamos se les restituyessen luego pues constaba de la injusticia, y engaño, q⁻ se les avia hecho a los pobres, a lo qual dixo el P.ᵉ Secretario , q⁻ el pleito no solam.ᵗᵉ era defacto, sino tambien de jure, q⁻ alegaba a ellas el P.ᵉ Saravia, y entoces su Reve.ª del P.ᵉ Provˡ dixo q⁻ era mejor p.ª cofirmarse en todo com lo q⁻ N. P. Genˡ disponía, q⁻ se nombren jueces, y q⁻ asi lo dexaria su Reve.ª señalados, a q⁻ replico un padre, pregutando, q⁻ era lo q⁻ avian de juegarlos Padres Jueces en la causa presente? A q⁻ respondio su Reve.ª del P.ᵉ Provˡ y dixo lo q⁻ ande juzgar es el derecho antiguo, q⁻ tiene cada uno de los pueblos a dichas tierras sin hacer casos de Donaciones de Indios, q⁻ son pobres tontos no saben lo q⁻ se hacen, y se dexan engañar, con esto se quito el P.ᵉ q⁻ preguntaba, y se acabo la junta, q⁻ dando en esto por ser esto verdad pido a V.R. lo authorize (ya q⁻ yo me e olvidado de sacar lo in scripts del P.ᵉ Provˡ) para q⁻ con esto de la voluntad de su Reve.ª a los Padres Jueces. = Siervo de V.R. Santiago Ruiz. = y al pie la respuesta del P.ᵉ Sup.ᵒʳ como se sigue respondo a lo q⁻ V.R. me pregunta, y digo q⁻ es asi verdad lo q⁻ V.R. P.ᵉ Provˡ

[359] Aparentemente, os sublinhados desse manuscrito foram feitos depois do documento, para destacar elementos conforme o leitor desconhecido.

dixo como en este papel se contiene, y porq[-] no pide otra cosa V.R. lo firmo de mi nomb.[e] en S. Lorenso a 29 de Julio de 96. S. de V.R. Sebast.[n] de Toledo digo q[-] atentos estos instrumentos la tierra dicha de q[-] se letiga es de Yapeyu, y q[-] permanece en el derecho antiguo q[-] estes instrumentos le conceden.

Mas por q[-] el P.[e] Prov.[l] Simon de Leon en la confirmacion del papel referido dice q[-] confirmo la determinacion del P.[e] Christov.[l] Altamirano aprobada por el P.[e] Andres de Rada como no aya otro mejor ni mas bien fundado derecho, y por parte de la Cruz para probar mejor derecho se an presentado dos Donaciones, la una del P.[e] Prov.[l] Thomas Dombidas, con asistencia del P.[e] Sup.[or] Alonso de Castillo con consulta

y consentimento de los Indios del Yapeyu, como se refiere en ella, y outra Donacion de dichos Indios ratificada delante del P.[e] Provincial Lauro Nuñez, y confirmada por el mismo las quales Donaciones no paresse estan anulladas expressam.[te] por la confirm.[n] del derecho antiguo, q[-] hiço el Padre Provincial Simon de Leon, pues aun q[-] el Padre Sup.[or] afirma en el papel arriba citado, q[-] el Padre Provincial dixo no se hiciesse caso de Donaciones de Indios prudentem.[te] se puede Juzgar, que habla de las donaciones no confirmadas, ni ratificadas por los Padres Provinciales sus antecessores con examen. de la voluntad de los Indios, y sus ratificaciones, y el Padre Superior no expressa dicha voluntad del Padre Provincial en la Certificacion que da de lo que Padre Provincial Respondio a las preguntas, que se refieren en dicho papel ni se le hiço la pregunta con esta circumstancia que la juego [sic] considerable, y que se debia expressar. Juzgo que la ultima resolucion depende de que el Padre Provincial expresse su voluntad, y diga que quando dice que se decida este letigio, por el derecho antiguo, y que no se haga caso de donaciones de Indios. habla de todas donaciones de los Indios ora sean ratificadas delante de los Padres Provinciales sus antecessores, y confirmadas por los mismos ora no sean ratificadas, ni confirmadas por los Padres Provinciales antecedentes, y esto es mi parecer, y lo que juzgo , en este particular. S. Nicolas 8 de Nov[e] de 96.

[...]

Motivos deste parecer. Primero. dudas que el P. Prov.[l] dixere que no se hiciere cajo de donaciones de Indios. sin añadir alguna otra palabra q[-] modificasse esta proposision. Porque cada dia oimos, que se atribuyen a los Sup.[s] dichos q[-] ni los dixeron, ni los imaginaron. y se suelen referir sus dichos no como se dixeron, sino como el deseo que en cada uno se le hace parecer q[-] oye lo q[-] no se dice. o q[-] tome lo q[-] le esta bien y dexe

lo que no le esta bien del dicho. Y puedan tambien avesse [...] dado de la formalidad con q- se dixo. y lo que hace dudar es q- dicha proposision esta expuesta a resucitar muchos pleitos. pues ay muchas doctrinas, que an dado a otras sus tierras, las q- legitimame posseian. Como la Concep.n S. Xavier S. Miguel S. Nicolas S. Thomé. Yrapua el y otras q- ignoro. Y incoriendo la voz de q- no valen donaciones de Indios, cada uno querra cobrar lo q- a dado y asta un incendio de pleitos. [...] q- muchas donaciones estan solo de palabra, o con algun papel simple q- hace poca Fe.

Lo 2 Porq- el aver preguntado al P. Prol sin expresada la raçon titulo con q- la [...] poseia aquellas tierras da motivo a [três palavras riscadas] persuadir q- si se les hubiera expressado hubiera respondido de otra suerte. o a recelar que se le encubrio la razon con q- la Cruz posee aquellas tierras, para obterce razon mas al proposito de quien preguntala.

Lo 3 Porq- para que con dha respuesta y confirmacion de la detarminacion antigua del P. Altam.o favoreciesse el P. Prov.l al Yapeyu se le pondero con exageracion la falta q- le hacian aquellas tierras al Yapeyu y detrimento que aquella donacion le avian ocasionado, no siendo la legitima causa del detrimento de las haciendas del Yapeyu la falta de aquellas tierras sino el aver faltado con las pestes que a padecido los mas. Y mejor y indios q- tenia, y que sabian cuidar de sus ganados, y por la misma causa de las pestes y hombres no aver podido ni los indios ni los Padres cuidar tanto de ellos. ni poderlos poner indios q- ay aora atender, y cuidar de tantas faenas como avia antes quando eran muchos. a que se allega averles faltado muchos años cura proprietario, y [...] todos saben q- se cuida con menos atencion, etc.a y que el cura que oy tiene es muy achacoso y lida mucha parte del año sin poder [...] a tanto cuidado por su achaq.s

Lo 4. Porq- la raçon q- aora se alega por parte de Yapeyu p.a hacer nulla la donacion q- hicieran los indios delante del P. Prov.l Thomas Dombidas, y del P Supr Alonso del Castillo. es q- no assistio el Cura del Yapeyu. y q- le informo al P Prov.l con poca ingenuidad punderandole mucho la necessidad de la Cruz. Lo 1.o no le jugo por raçon suficiente, lo propor q- el Cura del Yapeyu Supe.r lo q- se presendio y donde le parte se [...] de hallarce presente, y embio los indios del cavildo y casiqe, lo otro por q- hallandose presente el P. Prov.l y P. Sup.r que son los primarios curadores, y tutores de leos indios en la administracion tenporal , como lo tienen declarado los P.s Prov.les en sus cartas, la falta del Cura que no es mas q- sustituto del P. Sup.r etc- no puede hacer nulla la donacion. La 2:a tanpoco es raçon suficien.e, porq- no se prueba la poca

ingenuidad del informe q- se alega y juzgo q- mas necessidad tiene la Cruz de la tierra q- el dio el P. Thomas Dombidas, q- no el Yapeyu, y lo q- se alega de q- los indios puseron por cond.n en la donacion q- el paso de los urcas del Ytaqui les quedasse libre [...] y no era cumplido. Tiene [...], q- el mismo Padre q- escrivio entonces la donacion. es el que depone aora como litigo de dha condicion. y no da raçon porque lo escrivio lo contrario do que los indios dixeron.

Lo 5 porq- la naçon con q- se anullan la donacion q- hicieran dichos Indios de Yapeyu. es averles hecho violência con promesas, amenaças y jugos inoportunos. y esto solo se pruebra con lo q [...] dicenles Indios de Yapeyu. y con justificar un solo de P.e de averle oido al P. Lascambru Alabasse de aver conseguido p. los de Yapeyu hicieran esta liberalidad. Lo 1.º no debe ser creido porq- [...] el P. Ber.do de la Vega q- por escriva firma q siendo V. Sup.r y aviendo oido decir q- hubo el engaño q- aora se afirma [...] el Yapeyu. y andando con todo cuidado de saber la verdad nunca dío palabra alguna antes mucha conformidad entre los Curas, y Indios, ní el Padre Bençarío q- despues de la dona.n estubo cuidando del pueblo y casi un año no oyo cosa. Lo mismo afirma del P. Luis Gomes. del tiempo en q- Sup.r hasta q- oyo decir q- un P.e del Paraná q- avio sido Cura del Uruguai escrivio un papel el Yapeyu afiando a los Indios lo q- avian hecho en dar aquellas tierras. y despues yendo allo les viño malam.te y desde q- se dixo aver dho P.e escrito el papel empeçaron los ruidos. y inquietudes. Lo 2. lo q- el P. afirmo fue aver sido medianero, y averlo solicitado, y lo mismos no otra cosa se infiere de los papeles del P.Saravía q- para aprobar la violencia alega en Yapeyu. ní se puede creer otra cosa sino no se pruebar muy bien de la relig.n [...] los padres. Y si entonces ubo alguna violencia des [sic] años despues pidiendo La Cruz confir.on de dha dona.n al P. Prov.l Lauro Nu.s delante del P. Secre.o y P. Sup.r y siendo interprete el P. Castañeda fueron examinados los Indios del Yapeyu y preguntados si estaban consintos de lo hecho, o arrependidos, si lo querian mirar adelante otro? y respondiero como lo afirma el P.Sup.r Luis Gom.s e el P. Castañeda q- eran consintos y q- no estaban arrepindidos, q- querian paz q- no necessitaban de aquellas tierras, y pues entoces avia cessado la violencia, no ay raçon para q- esta [...] y su confir.n se anullen por la violencia q- no puebra suficientem.e.

Estas raçones me motivaron a dudar de la q- la [...] del P. Prov.l qdo- dixo aquellas palabras q- se refieren por suyas q- se decidiere este pleito por el derecho antiguo sin atender a donaciones de indios, fuere q- no se atendiesse al derecho con q- las poseia La

[...], sino ella al derecho antiguo el Yapeyu. Y asi explicada la men[...] del P. Prov.[1] de ponderar mis dudas

Fonte: Archivo General de la Nación (Buenos Aires). Legajo 2 [409]. Sala IX 6-9-4.

ANEXO II

Cuentas del Pueblo de La Cruz (1786 – 1806)

Poblaciones de Estancias de la vanda Oriental del Rio Uruguay

1.ª Capilla de S.n Felipe, y S.n Thiago. Paredes de piedra, y techo de teja con ocho ranchos de paja tres corrales grandes.

1.ª dicha. Paredes de barros, y techo de paja, cinco ranchos dos corrales.

1. puesto de las Tres Cruzes, y dos ranchos de piedras.

1. Yd. de S.to Christo paredes de piedra, y techo de pajas dos corrales.

1.ª Capilla Nueba paredes de barro, y techo de paja cinco ranchos un corral garnde de seis quadras para el ganado.

1.ª Yd. Del Niño Dios paredes de piedra techo de teja, y un quarto de P[iedra] seis ranchos.

1.ª Yd. De S.n Juan paredes de Tapia techo de paja quaqtro ranchos.

1. Puesto S.ta Thereza quatro ranchos de corrales.

1. Yd. S.n Antonio con quatro ranchos.

1.º Capillo de estigara atpai de barro techo de barra quatro ranchos.

1. puesto de San Miguel con dos ranchos y corral.

1.ª Capilla de S.ta Maria paredes de barro techo de paja tres ranchos.

1. puesto d S.n Angel de guarda racho y corral.

1. Yd. De S.n Raimundo con tres ranchos.

1ª . Capilla nueba la asumpcion tres ranchas, y corral.

1.ª Yd. de S.ta Rosa paredes de barro, y techo de paja, y seis ranchos.

1.ª Yd. de S.n Fran.co Solano parede de barro, y techo de paja, seis ranchos.

[...]

Un libro de ordenes circulares.

Uno yd. de acuerdos de cavildo.
Dos yd. diarios pertenencientes al administrador.
Dos yd. diarios de los mayor domos.
Uno yd. mensual.
Uno yd. en que asentan el gasto de ganado de estanc.^{s} y p:[...]
Un quarderno letra y molde titulado arancel gral^{-}.
Con lo qual se da por concluido ente ymb. º que abrazan las existencias de todos los ramos de efectros frutos haziendas. muebles, raises y papeles que se hallan por fin de mes, y año, anterior de 1789 = y à compaña por comprobante à la cuenta gral^{-} que ba à formar ntro^{-}. adm.^{r} de tpo^{-}. de su manejo a cuio fin se ha formado antes Nos el Correg^{or}, Cavildo, Mayordomo, Procurador, y Secret^{o} de Cav^{do}, q^{e} firmamos con el dho Adm^{r} en este pueblo de la Cruz à 1º de enero de 1790 = Lorenzo Tamai Corregidor = Juan Tadeo Ybarrola = Dn Nicolas Buru Teniente Corregidor = Miguel Yazucavera Mayordomo = Luiz Verai Procurador = Por mi y por los demas del Cavildo que no saven firmar Dn Pablo Guiraygue Secret^{o} de Cavildo =

[...]

Ybentario de todos los papeles, libros, facturas y documentos en mi tpo^{-}. que àconpañan a la Cuenta Gral^{-} que vino del manejo de la adm.^{on} de mi cargo que comprehende de Marzo de 1786 hasta ultimo de Diziembro de 1789.....<u>à saver</u>
Un reconocimiento de 80" tros^{-}. de yerba remitida a la adm^{on} gral^{-}: su fha: 17 de agosto de 1787.=
La carta remission de dho documento su fha: 13 de octubre de 1787.=
Una factura remitida de la Adm^{on} Gral^{-} a este puesto ynclusibe los gastos su importe 691 pe.^{s} 1 ½ rr.^{l} su fha 10 de Mayo de 1787.
La carta remission de dha: factura su fha: Mayo 10 de dho año.
Una cuenta de vestuarios echa à los Diputados de este pueblo Crhistoval Giraygue, Clemente Chau ymportante 55 p^{s} 7 rr.^{s} su fha: 9 de Mayo de 1787.
La carta de dicha cuenta su fha: 9 de Mayo de dho año.
Otra yd. de gastos ocasionados p^{r} lo sobre dichos diputados ymportante 94 pe.^{s} 5 rr.^{s} su fha: 13 de Mayo de 1787.
La carta de dha cuenta su fha:13 de Mayo del dho año.

Una factura traida de la Adm.^{on} Gral^{-} ymportante 673 p^{s} 3 ½ rr.^{s} su fha: 27 de Noviembre de 1787.
Carta que le a compaña su fha: 29 de Noviembre de dho año.

[...]

Ganado Bacuno.
En veinte y duas estancias, y treinta puestos situados en la banda oriental del Rio Uruguay; en la occidental a lao de Alagopey; en Mangarati; y en el Mirinay Riconada del Yberas existen yclusive bacas, toros y terneros 69464
Bueyes Mansos, y Redomones
Existentes en el pueblo y estancias 1732
Caballos mansos y Redomones
Existentes en el pueblo, estancias, y puestos ynclusive pornillo 6342
Yeguas
Existen ynclusibe en dos crias de Mulas, , y cinco de caballos 6784
Mulas
Existentes en las estancias, y faenas y verbales 327
Burros
Existen veinte, y uno echon 234
Existen en veinte puestos Obejas, carner.^{s}, y corder^{s} 26328
Canchos
Existen 62
Un horno con su galpon de teja cbierto p.^{a} coser ladrillo.
Un galpon de cien varas de largo cubierto de teja para almarzenar ladrillo y teja para coser.
Una yglesia de tres naves su edificio vien reparado, y actualmente levantados siete piramides almacena saber ruinas como ygualmente el corredor del leste que lebanto de nuebo y todo existe en estado de mucha duracion .
El pueblo compuesto de treinta, y ocho quadras de casas de pared de piedra, y ladrillo y techos de teja seis de ellas renobadas y todo ygualmente reparado, y en estado de duracion como ygualmente de la muralia de piedra que le circunda.

Una casa principal o colegio este se comprove de dos parios el primero con treinta, y media varas de sur al norte, y treinta, y una y media de leste, à oeste con dos quadrantes de piedra en medio de dicho: patio: sus corredores en circuito, con pilares de piedra por los tres costados, y en el dela yglesia de madera con ocho viviendas que miran al norte las cinco de ellas con sus ventanas.

[...]

Mes de Marzo de 1786 años

Dia 10'' Se metie en el Almasen una pieza de vechara con ciento treinta, y siete varas, y peso seis arrobas quatro libras	6@..4
Dia 26'' Se metie en el Almasen una pieza de vechara con 162. varas, y peso 5@20 libras	5@.20
Dia 28" Por 7@"3 libras de ilo q.e entraron de las tareas	7@...3
Dia 31" Por 8" dozenas de gorro de pison q.e entraron en el Almasen à 8 pesos 4" rreales Doz:a	8 pe.s...4
Por lo Doz.s de cuchillos de yden a 22 rre:s Doz:a	27 pe.s 4
Por un bestido de canuto de seda rosado casaca y Chupetin con su bonotadura de o cuela fina en 36 pesos	36 pe:s
Por una frasquera con 12 frascos en 14 pesos Doz.a	14 pe:s
Tres dozenas e medias de fuentes, y platos de losa blaca- à 4 pe:s ½ doz.a	16 pes...6
Una dozena que jicaras de losa fina en	4 p:s...dozа
Tres dozenas e media de vazos de cristal del mayor a menor à 3 pesos, y media doz:a	3 pe:s... ½
Ocho dozenas de crucesitas de metal blanco à 2 ½ doz:a lo qual se lea comprado a Don Antonio Torrez	2... ½
Por 104@ de miel q.e enviaron en el Almasen q:e se compraron à D:n Julian delgado à razon por caveza de ganado	104@

[...]

El carerio del pueblo es mui biejo, y esta arruinado pero [...] en su preparacion, yla de Santo templo, y sin hembargo de los robos y estragos que han hecho los infieles minuanos y charruas se conserban con el buen estado las estancias; y se ban areglando con el mayor teson

[...]

El Correg.or, Cav.do, y Adm.or del Pueblo de la Cruz, ante vmd-, con el mayor respeto, nos presentamos diciendo, qe d.ª Apolonia Yahaury vinda del finado correg.or de S.n Mig.l nos ha propuesto á venta, trescientas @s de alg.n al respeto de siete v.s de lienzo gro-. cada una, à pagarale conforme se valla ilando el dicho algn, y como este contrato le es ventajoso á esta comunidad y mas en la atual escases de este ramo, p^{r} tanto à Vmd^{-}. suplicamos q^{e} atiendendolo a las razones que llebamos expuestas, se sirva vmd^{-}. concerdenos su aprobacion p.ª dicha compra, pues en ella recibiremos merced y Justicia los suplicantes: Pueblo de la Cruz y Enero 15 de 1801.

Fonte: Archivo General de la Nación (Buenos Aires). División Colonia, Sección Gobierno, Temporalidades [1948]. Sala IX 22-9-2. Não se trata de um conjunto de documentos em sequencia, mas de diversos documentos selecionados.

ANEXO III

Compañia de Jesús (1676 – 1702)

Yo el P(e) Adecan Gonzales de la Comp.ª de Jesus digo que porquanto el P^{e} Ju[...] Baptista Lezea mi Sup^{or} y Sup^{or} deste rio Uruguai me manda diga lo que siento acerca de las invasiones que los indios jaros mbojas mbatidas y demas coligados han hecho contra estos Pueblos de indios christianos guaranis y que asimismo diga si es cierto hazerles guerra o aconsejarlas a los ministros del Rey nso S^{r} aquien toca el hazerla digo que he tenido y tengo por licita dicha guerra y sierto que se debe aconsejar que haga = Lo primero porque dicho indios infieles mboyas jaros mbatidas y demas coligados son injustos invasores de cosa ajena, y repentinos como se ha visto en como hasta quinientos dellos que se apoderaron de la estancia llamada S Joseph y de sus ganados todo proprio del Pueblo de Yapeyu y ademas sus intentos siempre fueron de invadir los demas Pueblos. Son injustos invasores de las vidas de los indios christianos, pues al P(e) Pablo Cano que iba a hablarles de paz le mataron quarentta y dos hombres, y le hirieron mas de quarentta. Al P^{e} Bariloche Ximenez que así mismo a la hablarles de paz le acometieron y mataron setenta y dos hombres le hirieron muchos mas, y le hurtaron mas de dois mil caballos. Son demas destos invasores y sacrilegos profanadores de las cosas sagradas, pues quemaron la iglesia de S Josep a lanzearon o flecharon las imagenes de la Santi^{a} Virgen y de S Ign^{o} aguje[aron][360]la patena se vistieron el alba, y la estola, por todas las quales razones se les debe hazer guerra pues sera solo defensiva y aun obligatoria en conciencia = Lo segundo porque ya mucho tiempo ha que el S^{r} D Josep Garro Gov^{or} del Puerto de B Ayres y el S^{r} D Joseph de Herrera asimismo Gov^{or} del mismo puerto tienen mandado se haga dicha guerra como consta de sus [...] y la Reyna nra^{-} S^{a} Governadora de Esp^{a} mando se castigasen dichos indios jaros mbojas mbaridas y demas coligados. Estan apoderados de las barquerias proprias destos veinte y ocho pueblos de christianos que son su unico sustento y no ay otro modo de buscarle

[360] Buraco no papel.

sino es por la guerra defensiva = Lo quarto porq[-] dichos indios mbojas mbatidas jaros y demas coligados tienen quitado el Co [...][361] Comercio de las ciudades de los españoles entre si y de los veinte y ocho pueblos de indios christianos entre si y con las dichas ciudades de los españoles por quanto dicho infieles en numero demas de seiscientos armados estan apoderados de los dos rios Uruguai y Parana por donde se comercia y portanto justam.[te] y con justa fuerza de guerra se deben hechar dichos indios = Lo quinto porque dichos indios gentiles mbojas mbandas jaros y demas coligados son grande escandalo a los christianos yendose muchos deles a vivir como infieles apostatando desta fee demas desto hechizeros y malhechores y receptaculo de españoles fugitivos = Lo sexto porque tienen hecha coligacion dichos indios mbojas yaros mbandas y demas coligados con los portugueses dela ciudadela p[ª] dar sobre estos pueblos por lo q.[l] es obligatoria la guerra p.[ª] evitar daño de tanta consequencia, llegase a todas estas razones que los PP de la Comp.[ª] de Jesus por mas de quarenta años han trabajado sin fruto p.[ª] convertir a dichos indios mbojas jaros mbandas, han gastado con ellos mas de quarenta mill pesos p[ª] atraherlos con dadibas y hagajaso a la fee catholica y todo ha sido en vano; por todas las quales razones siento que que [sic] se debe hazer dicha guerra, y lo juro in verbo sacerdotis, y lo jurare en qualquier tribunal, y lo firme en el pueblo de la Concepicion a veinte y seis dias del mes de julio de mil setecientos y uno. Andrian Gonzales.

[...]

Yo el P(e) Bernardo de la Vega digo que obedeciendo al mandato del P[e] Matheo Sanchez mi Sup[or] y Sup[or] de los demas jesuitas del rio Parana que me manda diga que se de los agravios que los indios mboyas mbandas yaros y demas coligados han echo a estas misiones y que diga lo que siento acerca de informar ao P Gov[or] del Puerto de B[s] Ayres acerca de su castigo y guerra, digo que en qualquier tiempo se debe haver dicha guerra a ditos indios jaros mbojas mbandas y demas coligados y se debe instar por ella al dicho Sr Gov[or] del Puerto de B[s] Ayres. Lo prim[o] porque siempre es muy temerosa y peligrosa la cercania de hasta setecientos indios armados y con caballos muchos y diestros a las ciudades de los españoles Sta Fee Corrientes y Paraguay principalm[te]

[361] Entre “Co” ao final do documento 907 e “Comercio” no início do documento 907 – verso. Trata-se de uma transição.

teniendo cada una destas ciudades enemigos infieles pampas que las trahen siempre al ultimo peligro como el guaycuru al Paraguay y el abipon a las Corrientes, y se puede esperar certissimam^{te} que todos aislados acaben dichas ciudades o las pogan a sumo riesgo = Lo segundo porq^{-} otros governadores sin mas noticia que la de carta simples sin otro genero de juramt^{os} ni informaciones plenarias de meros delitos que dichos pampas cometieron les decretaron guerra como lo hizo el S Gov^{or} D Joseph Garro como consta de su decreto a que me refiero yo al S D Joseph de Herrera de su liz^{a} p^{a} lo mismo la qual esta en estos autos, y la reyna[362] nra S^{a} cuya zedula esta así mismo en estos autos manda que estos indios malhechores pampas sean castigados con armas = Lo terzero por las nuebas y recientes invasiones que dichos indios mbojas yaros mbatidas y demas coligados han hecho recientem^{te} a los pueblos christianos vasallos de su Magd los quales son publicos y notorios y de publica voz y fama como es el averse apodorado como setecientos indios armados y de chusma mas de mil y quinientos de la estançia llamada Joseph del Pueblo del Yapeyu propria por dominio y posesion matando mucha cantidad de ganado y aver maltratado el P^{e} Andres Egidiano que les iba hablar de paz y averle dicho a vozes [sic] el mal intento que tenian de destruir los pueblos christianos y no contentes con esto pocos dias despues acometieron al P^{e} Pablo Cano que llebaba p^{a} su reguardo y les iba a hablar de paz y p^{a} su bien y le mataron quarenta y dos hombres, y le hirieron otros muchos, le quebraron el altar portatil y se vistieron las vestiduras quemaron la yglesia de S Joseph y la patena por un agujero que la hisieron la colgaron del caballo [...] no sosegados con este hecho cometieron otro desastrado pues yendo el P^{e} Bartolome Ximenez con gente p^{a} su resguardo le acometieron y mataron setenta hombres y le hirieran mas de sesenta y les hurtaron mas de dos mil caballos todos los quales juzgo ser motivos p^{a} dicha guerra sin mas tardanza por aver periculum in mora, y en las guerras y milicias no procederse por puebras judiciales y estrepto de juizio quando el enemigo acomete, pues la noticia simple del acometim^{to} basta p^{a} salir a la defensa = Lo quarto por la colig(n) que dichos indios Jaros mbojas mbatidas y demas coligados tenian hecho con el portugues p^{a} acometer estas missiones y porque mas de seiscientos con armas e caballos estaban apoderados de la vaquerias proprias destos pueblos christianos y sin las quales no se pueden sustentar y dichos mas seiscientos armados tenian totalmen^{te} quitado el comercio de las ciudades de Sta Fee Corrientes

[362] Maria Ana (ou Mariana) de Áustria, rainha-mãe de Carlos II, foi regente na menoridade do filho (1665-1675). QUERALT DEL HIERRO, 2006, p. 116.

Puerto y Paraguay en [...] Pueblos, ademas disso dichos indios mbojas mbatidas jaros y demas coligados son la de todos los hechizeros ladrones malhechores, y de españoles fugitibos adonde se vivian y viven como gentiles por todo lo q^{e} siento que toda a guerra a dichos indios jaros mbojas y mbatidas y demas coligados es licita y debe hazerse y lo juro in verbo sacerdotis y lo jurare delante de qualquier tribunal y lo firme de mi nombre en este pueblo de S Carlos a tres de Ag^{o} de mil setencientos y uno. Bernando de la Vega.

[...]

En diez de Ag^{o} de mil setecientos y uno yo el P^{e} Geronimo Delfim religio^{o} de la Comp.^{a} de Jesus en cumplim^{to} de orden de mi Sup^{or} el P^{e} Matheo Sanchez Sup^{or} de todos los religiosos de la misma Comp.^{a} que por orden de su Mag^{d} estamos en estos pueblos del Rio Parana de nacion Guarani en cumplimento de lo que su R^{a} me manda de que diga lo que se azerca de los agravios que los indios infieles mbojas mbatidas jaros y otros pampas infieles han hecho a estas missiones en orden a informar al Sr Gov^{or} del P^{to} p^{a} que ponga remedio competente a tanto atrevim^{to} destos infieles. Digo lo prim^{o} que por aver dichos infieles mbojas mbatidas jaros y otros infieles sus coligados [acercado?] a estas doctrinas p^{a} destruirlas en qualquier tiempo se debe pedir al Sor Gov^{or} del P^{to} aquien pertenezen dichos infieles les haga la guerra hasta humillarlos y si fuere necess^{o} acabarlos porq^{-} no ay esperanza de su conversion aviendo los predicado por mas de quarenta años los P^{es} que han estado en el pueblo del Yapeyu adonde frequentan de continuo como fueron los P^{es} Luiz Ernoz Felipe de Bineros P Geronimo Delfin y otros y an entrado en sus tierras a este fin los P^{es} fran^{es} Ricardo Fran^{co} de Rojas Hipolito Datilo y Andres Egidiano y gastado con ellos en dadibas mas de treinta mil pesos en generos como yerba tabaco ropa & en orden a su conversion, el fruto de todos estos trabajos y dones ha sido apoderarse de la estançia de bacas del pueblo de Yapeyu maltratando con palabras y obras a los estançieros quitandoles su ropa y caballos, y haciendo otras nejaciones y matando bacas quantas querian y todo se les ha sufrido con esperanza de su conversion y todo agasajo en ellos a sido sin fruto porq^{-} cada dia estan peores y el rezelo que siempre ubo de que acometiesen estes pueblos agora lo vemos cumplido y asi justam^{te} nos defenderemos haciendo la guerra pues ellos la quieren como luego dire. Lo segundo por que agora con ocasión de averse juntado con dichos infieles mbojas

mbatidas iaros otros infieles pampa malhechores que acometieron a unos españoles y en esto un eclesiastico, y venian huyendo de la justicia de Sta Fee todos juntos como seiscientos de mano armada se apoderaron de la dicha estancia del pueblo del Yapeyu de sus bacas y caballos y maltrataron de palabra y quisieron por obra al Pe Andres Egidiano, y dijeron avian de destruir los pueblos de los P^{es} ya viendo despues el P^{e} Pablo Cano ido a ponerlos en razon y persuadirles la paz le acometieron y mataron quarenta y dos indios christianos alanzeando las imagenes quemando la Capilla de la estancia buscaros [...] al P^{e} p^{a} matarle cogieron los ornamentos sagrados y los hiçieron pedazos, y quebraron el Caliz y la Patena la pusieron por adorno en la frente de un caballo [...] desta suerte de todas las cosas sagradas, despues de todas estas ensoleneras proseguieron los P(es) con su acostumbrada clemencia en querer apaçiguarlos enbiaron terz^{a} vez al P^{e} Bartolome Ximenez con resguardo de gente p^{a} que no le matasen, a hablarlos de paz y dichos infieles mas sobervios como en num^{o} de seiscientos acometieron a dicho P^{e} y a su gente que llebaba de resguardo y le mataron setenta indios christianos y hirieron sesenta y le hurtaron dos mil caballos y le amenazaron como solian que avian de acabar los Pueblos de los P^{es} con ayuda de los portugueses sus coligados de quienes avian recivido armas y ropa en precio de caballos, todo esto demuestra que esta guerra es defensiba y no ofensiva, y mas p^{a} librarnos de los daños que dichos infieles nos amenazaron que p^{a} ofenderles. El terzero siendo dichos infieles el num^{o} que se ha dicho y tan valientes y con tan escojidos caballos ya poderados de la dicha estancia del pueblo del Yapeyu de sus bacas y ganados y consequentem^{te} lo estaran de las barquerias que siempre han sido de los pueblos de los P^{es} ya poderados los infieles con sus coligados los portugueses no podran nuestros hijos traher bacas que es su unico sustento con que perezeran de hambre, y por tanto se debe pedir al Sr Gov^{or} del P^{to} se les haga la guerra que como queda dicho sera defensiva y no ofensiva. Lo quarto porque estando dicho infieles mbojas mbatidas jaros coligados con los portugueses p^{a} dar en estos pueblos segun la instrucion que tienen de su principe dichos portugueses y la trajo Jorge Suarez Mazedo sera necess^{o} prevenirlos y quitarles la alianza con dichos portugueses y hazerles guerra. Lo quinto porque tan gran golpe de gente feroz y victoriosa armada de tan buenos caballos y tan diestros en jugar la lanza y flechas tendran en continuo riesgo las ciudades de los españoles de Sta Fee Corrientes y Paraguay y a todos estos veinte y ocho pueblos de nuestros hijos vasallos de su Mag^{d}. Lo sexto por q^{-} dichos infieles son rochela de apostatas y de hechizeros y son escandalo

de los christianos españoles que se llegan a ellos y viben como infieles. Lo septimo porq[-] dichos infieles en tanto num[o] y victoriosos impidiran el comercio de los dos rios Uruguai e Parana con las ciudades del P[to] de B[s] Ayres Sta Fee [...][363] y demas ciudades y es forzoso dicho comercio p[a] la conservacion de los vasallos de su Mag[d] asi españoles de dichas ciudades como de los indios destos veinte y ocho pueblos por lo qual es forzoso pedir se haga dicha guerra pues no sera ofensiva sino defensiva. Lo octavo y ultimo porq[-] los Señores governadores se han mandado y dado liz.[a] p[a] que se haga tal guerra por sus delitos, asi lo mando el Sr Gov[or] D Joseph Garro como consta de su liz.[a] a que me remito, y el S[r] D Joseph de Hererra como consta tambien de la suya a que tambien me remito, y tambien el S[r] D Agustin de Robles siendo Sup[or] el P[e] Sebastian de Toledo el qual me consulto a mi dicha liz.[a], y la reyna nra S[a] por su zedula a que me remito manda se castiguen dichos infieles, el que se les haga guerra, y todo lo q tengo dicho es verdade y lo juro in verbo sacerdotis y lo firmo de mi nombre en dicho dia diez del mes de Agosto de mil setecientos y un años en este pueblo de Loreto. Geronimo Delfim.

Fonte: Archivo General de la Nación (Buenos Aires). Fondo Compañia de Jesús (1676-1702). Legajo 2 [409]. Sala IX 6-9-4. Seleção de documentos entre a numeração 907 e 912 verso.

Transição do documento 911-verso para o 912.

BIBLIOGRAFIA

ALVEAR, Diego de. *Relacion Historica y Geográfica de la Provincia de Misiones*. Documentos de Geohistoria Regional Nº 12, Instituto de Investigaciones Geohistoricas. Resistencia: Conicet, 2000.

ARECES, Nidia R. "Regiones y Fronteras: Apuntes desde la historia". En: *Revista Andes*, Nº 10, Salta: CEPIHA – Universidad Nacional de Salta, 1999.

ASSUNÇÃO, Paulo de. *Negócios Jesuíticos:* o cotidiano da administração dos bens divinos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999.

AZEVEDO, João Lúcio de. *O Marquês de Pombal e a sua época.* São Paulo: Alameda, 2004.

BARCELLOS, Tanya M. de; OLIVEIRA, Naia. *As áreas de fronteira na perspectiva da globalização:* reflexões a partir do caso do Rio Grande do Sul/Corrientes. Porto Alegre: Ensaios FEE v.19 n.1, 1998.

BARCELOS, Arthur H. F.. *Os Jesuítas e a ocupação do espaço platino nos séculos XVII e XVIII*. Revista Complutense de História de América, 26. Madrid: Universidad Complutense, 2000.

BARCELOS, Artur H. F. *Espaço & Arqueologia nas missões jesuíticas:* o caso de São João Batista. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.

BARNADAS, Josep M. "A Igreja Católica na América Colonial". In: BETHELL, Leslie. (Org). *História da América Latina: América Latina Colonial*. Tradução Maria

Clara Cescato. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação de Alexandre Gusmão, 1997.

BAUSÁ, Francisco. *Historia de La Dominación Española en el Uruguay.* Tomo I, II e III, Montevideo: El Democrata, 1929.

BECKER, Ítala Irene Basile. *Os índios Charruas e Minuanos na Antiga Banda Oriental do Uruguai*. Porto Alegre: PUCRS [Dissertação de Mestrado], 1982.

BENASSAR, Bartolomé. *La América española y la América portuguesa (siglos XVI-XVIII)*. Madrid: Akal, 1986.

BOBBIO, Norberto, *Estado, Governo, Sociedade; por uma teoria geral da política.* Tradução Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BORGES, Vavy Pacheco. *História e Política:* laços permanentes. Revista Brasileira de História,Vol. 12, nº 23-24, p. 7-18. São Paulo: ANPUH, set/1991 – ago/1992.

BOXER, Charles R. *A Igreja militante e a expansão ibérica:* 1440-1770. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BRADING, D. A. "A Espanha dos Bourbons e seu Império Americano". In: BETHELL, Leslie. (Org). *História da América Latina: América Latina Colonial*. Tradução Maria Clara Cescato. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação de Alexandre Gusmão, 1997.

BRUM, Ceres Karam. *"Esta terra tem dono":* representações do passado missioneiro no Rio Grande do Sul. Santa Maria: Ed da UFSM, 2006.

CALÓGERAS, *A política exterior do Império*. Brasília: v. I, Senado Federal, 1998.

CAMARGO, Fernando. *O Malón de 1801: a Guerra das Laranjas e suas implicações na América Meridional.* Passo Fundo: Clio Livros, 2001.

CAMARGO, Fernando. V*erbetes de pensamento histórico acadêmico:* para quem sabe quase nada do assunto. Pelotas, 2012 [Manuscrito].

CARDOSO, Ciro Flamarion Sanatana. *O trabalho na América Latina Colonial*. São Paulo: Ática, 1985.

CESAR, Guilhermino. *O contrabando no sul do Brail*. Caixas do Sul/Porto ALegre: UCS/EST, 1978.

CHÂTELET, François, DUHAMEL, Oliver, PISIER, Evelyne. *História das Idéias Políticas.* Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

COLVERO, Ronaldo B. "*...Bajo su Real Protección":* O Império Português rumo à Banda Oriental (1808-1812). Porto Alegre: PUCRS [Tese de Doutorado], 2008.

COLVERO, Ronaldo Bernardino. *Negócios na Madrugada:* o comércio ilícito na fronteira do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Editora da UPF. 2004.

COLVERO, Ronaldo Bernardino; MAURER, Rodrigo F. (Org). *Missões em Mosaico:* da interpretação à prática: um conjunto de experiências. Porto Alegre: Faith, 2011.

COMISSOLI, Adriano. *Os "homens bons" e a Câmara de Porto Alegre (1767-1808).* Niterói: Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, 2006.

CORTESÃO, Jaime. Do *Tratado de Madri à Conquista dos sete Povos (1750-1802).* Manuscritos da coleção de Angelis – VII. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional divisão de publicações e divulgação, 1969.

COSTA, Rogério Haesbaert da. *RS:* latifúndio e identidade regional. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

CUSHNER, Nicholas P. *Jesuit Ranches and the Agrarian Development of Colonial Argentina 1650-1767.* Albany: State University of New York Press, 1983.

DIEHL, Astor Antônio. *Do método histórico.* 2.ed. Passo Fundo: Ediupf, 2001.

DOMINGUES, Beatriz H. *O Medieval e o Moderno no Mundo Ibérico e Ibero-Americano.* Quito – Equador: Trabalho apresentado no 49º. Congresso Internacional de Americanistas realizado em julho de 1997.

ELLIOTT, J. H. "A Espanha e a América nos séculos XV e XVIII". In: BETHELL, Leslie. (Org). *História da América Latina: América Latina Colonial*. Tradução Maria

Clara Cescato. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação de Alexandre Gusmão, 1997.

ESPÍRITO SANTO, Miguel Frederico do. *Portugal y la Banda Oriental.* Una Lucha entre la fe y la razón. Durazno: Edición conmemorativa del 70 ° Aniverario del Instituto de Cultura Uruguayo – Brasileño, 2010.

FARIA, Sheila de C. *A Colônia Brasileira: Economia e diversidade.* São Paulo. Editora Moderna. 2004.

FÉLIX, Loiva Otero. *História e memória:* a problemática da pesquisa. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

FERREIRA, Mário C. *O Mapa das Cortes e o Tratado de Madri:* a cartografia a serviço da diplomacia. Belo Horizonte: Artigo publicado na revista Varia História, vol. 23, nº 37, p.51-69, Jan/Jun, 2007.

FLORES, Moacyr. *Colonialismo e missões jesuíticas.* Porto Alegre: Est, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir:* nascimento da prisão. Rio de Janeiro: Ed. Petrópolis Vozes, 2009.

FRANZEN, Beatriz Vasconcelos. "Jesuítas Portugueses nos séculos XVII e XVIII". In: BOEIRA, Nelson (Coord.) GOLIN, Tau (Coord.) CAMARGO, Fernando (Dir.) REICHEL, Ieda Gutfreind Heloísa (Dir.). *História do Rio Grande do Sul* - Colônia. Vol. I. Coleção História Geral do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Méritos, 2006.

FRANZEN, Beatriz Vasconcelos; FLECK, Elaine Cristina Deckmann; MARTINS, Maria Cristina Bohn (orgs.). *Carta ânua da Província Jesuítica do Paraguai 1659-1662*. São Leopoldo: Oikos; Unisinos; Cuiabá, MT: EdUFMT, 2008.

FUENTES, Carlos. *El espejo enterrado.* México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

GADELHA, Regina Maria A. F. *O Guarani: cultura e conflito:* In Anais do VII Simpósio Nacional de Estudos Missioneiros. Santa Rosa: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, 1998.

GADOTTI, Moacir. *História das Idéias Pedagógicas*. São Paulo: Editora Ática, 8ª edição, 2001.

GARAVAGLIA, Juan Carlos. "Las Actividades Agropecuárias en el Marco de la Vida Económica del Pueblo de Indios de Nuestra Señora de los Santos Reyes Magos de Yapeyú: 1768-1806." In: FLORESCANO, Enrique [Org.]. *Haciendas, latifundios, plantaciones en America Latina.* Ciudad deMéxico: Siglo XXI, 1975.

GARCIA, Elisa Frübauf. "Os índios e as reformas bourbônicas: entre o "despotismo" e o consenso". In: AZEVEDO, Cecília; RAMINELLI, Ronald. *História das Américas:* novas perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011,

GARCIA, Emanuel Soares da Veiga. *O Comércio Ultramarino Espanhol no Prata*. São Paulo: Editora Perspectiva, coleção Khronos, 1982.

GAY, Cônego João Pedro. *História da República Jesuítica do Paraguay*: desde o descobrimento do Rio da Prata até nossos dias, ano de 1861. Rio de Janeiro: Instituto Historico e Geographico Brasileiro, 1863.

GINZBURG, Carlo. *Relações de Força:* história, retórica, prova. Tradução Jônatas Batista Neto – São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOLIN, TAU. *A Guerra Guaranítica*. Passo fundo: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, EDIUPF, 1998.

GONZÀLEZ DORADO, Antonio. "Tradición y novedad en la envangelización de las Reducciones". In: MELIÀ, Bartomeu (ed.). *Historia incabada futuro incierto:* VIII Jornadas Internacionales sobre las Misiones Jesuíticas Encarnación- Paraguay 28 al 30 de setiembre de 2000. Asunción: Universidad Católica "Nuestra Señora de la Asunción"; Instituto Superior de Estudios Humanísticos y Filosóficos ISEHF; Centro de Estudios Paraguayos "Antonio Guasch", 2002.

HALPERÍN DONGHI, Tulio. *El ocaso del orden colonial em Hispanoamerica*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1978.

HAMEISTER, Martha Daisson; GIL, Tiago Luís. "Fazer-se elite no extremo-Sul do Estado do Brasil: uma obra de três movimentos. Continente do Rio Grande de São

Pedro (século XVIII)." In: FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Conquistadores e negociantes:* histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 265 a 310.

HEINSFELD, Adelar. *A Questão de Palmas entre Brasil e Argentina e o início da Colonização Alemã no Baixo Vale do Peixe – SC*. Joaçaba: Unoesc, 1996.

HEINSFELD, Adelar. *Pensamento geopolítico:* da geopolítica clássica às novas geopolíticas. Passo Fundo: Clio Livros, 2008.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. (dir.). *Época colonial:* do descobrimento à expulsão territorial. V1, 14ª edição – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HOORNAERT, Eduardo. "A Igreja Católica no Brasil Colonial". In: BETHELL, Leslie. (Org). *História da América Latina: América Latina Colonial*. Tradução Maria Clara Cescato. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação de Alexandre Gusmão, 1997.

JOHNSON, H. B. "A Colonização Portuguesa no Brasil, 1500 – 1580". In: BETHELL, Leslie. (Org). *História da América Latina: América Latina Colonial*. Tradução Maria Clara Cescato. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação de Alexandre Gusmão, 1997.

KERN, Arno Alvarez. *A Organização Política das Missões da Província Jesuítica do Paraguai 1641 – 1707*. Porto Alegre: PUCRS [Dissertação de Mestrado], 1979.

KERN, Arno Alvarez. *Missões:* uma utopia política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

KERN, Arno Alvarez; JACKSON, Robert. *Missões Ibéricas e Coloniais:* da Califórnia ao Prata. Porto Alegre: Palier, 2006.

LACOUTURE, Jean. *Os Jesuítas*: 1. Os conquistadores. Tradução de Ana Maria Capovilla. Porto Alegre: L&PM, 1994.

LANGER, Paulo Protasio. *Os Guarani-Missioneiros e o Colonialismo Luso no Brasil Meridional.* Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 2005.

LAVIANA CUETOS, María Luisa. *La América española, 1492 – 1898:* de las Indias a nuestra América. Historia 16. Madrid: Ed. Temas de Hoy, 1996.

LE GOFF, Jacques. *Documento/monumento.* Enciclopédia Einaudi, V. 1: Memória – História. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1994.

LEITE, Serafim I.S. *Arte a Ofícios dos jesuítas no Brasil (1549 – 1760).* Natal: Ed Sebo Vermelho, 2008.

LEMOS, Juvêncio Saldanha. *A Saga no Prata.* Porto Alegre: Editora Suliani, 2009.

LEVINTON, Norberto. *El espacio jesuítico-guaraní:* la formación de una Región Cultural . Asunción: CEADUC, 2009.

LUGON, Clovis. *A Republica Cristã dos Guaranis:* 1610-1668. Tradução de Álvaro Cabral , prefácio de Henri Charles Desroches. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

LUGON, Clovis. *A República Guarani.* São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MAEDER, Ernesto J. A.; GUTIÉRREZ, Ramón. *Atlas territorial e urbano das missões jesuíticas dos guaranis:* Argentina, Paraguay e Brasil. [coord. de la ed., Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico; colabora, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Brasil (IPHAN)]. Sevilla: Consejería de Cultura, 2009.

MAHN-LOT, Marianne. *A conquista da América Espanhola.* Tradução Marina Appenzeller. Campinas: Papirus, 1990.

MALLMANN, Alfeu Nilson. *Retrato sem retoque das Missões Guaranis.* Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986.

MARTINS, Maria Cristina Bohn. *Sobre festas e celebrações:* as reduções do Paraguai (Século XVII e XVIII) Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo; Porto Alegre: ANPUH, 2006.

MELGAREJO, Angélica Otazú. *Práctica y Semántica en la Evangelización de los Guaraníes del Paraguay (S. XVI-XVIII).* Asunción: Centro de Estudios Paraguayos, Antonio Guasch, Distribuidora Montoya, 2006.

MELIÀ, Bartomeu (ed.). *Historia incabada futuro incierto:* VIII Jornadas Internacionales sobre las Misiones Jesuíticas Encarnación- Paraguay 28 al 30 de setiembre de 2000. Asunción: Universidad Católica "Nuestra Señora de la Asunción"; Instituto Superior de Estudios Humanísticos y Filosóficos ISEHF; Centro de Estudios Paraguayos "Antonio Guasch", 2002.

MELIÀ, Bartomeu. 1997. MELIÀ, Bartomeu. *El Guaraní Conquistado y reducido:* Ensayos de Etnohistoria. Asunción: Biblioteca Paraguaya de Antropologia, Centro de Estudios Antropológicos, Universidad Católica "Nuestra Señora de la Asunción", 4º. Edição. Vol. 5, 1997.

MORA MÉRIDA, José Luis. *Cedulario para la Gobernación de Paraguay (1700 - 1716).* Sevilla: Anuario de Estudios Americanos XXXI. Escuela de Estudios Hispano – Americanos de Sevilla, 1974.

MORA MÉRIDA, José Luis. *Iglesia Y Sociedade em Paraguay em El Siglo XVIII.* Sevilha: Publicação de La Escuela de Estudios Hispano Americanos de Sevilha, 1976.

NEUMANN, Eduardo. "Fronteira e Identidade: confrontos luso-guarani na Banda Oriental 1680/1757". MELIÁ, Bartomeu. (ed.). *História inacabada futuro incierto.* VIII Jornadas Internacionales sobre las Misiones Jesuíticas. Asunción, Universidad Católica "Nra. Sra. de La Asunción", ISEHF, 2002.

NEUMANN, Eduardo. "Repensando a Fronteira: o lugar das populações indígenas na história rio-platense colonial". In: GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos; FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson; AVILA, Artur Lima de. (orgs.). *Fronteiras americanas:* teoria e práticas de pesquisa. Porto Alegre: Suliani Letra&Vida, 2009.

NICOLÁS DEL TECHO, S.J. *História de la Provincia del Paraguay de La Compañía de Jesús.* Asunción :Versión del texto latino por manuel Serrano y Sanz. Nueva edición, prólogo de Bartomeu Melià, S. J. Tomo único, 2005.

OLIVEIRA, Marilda Oliveira de. *História e Arte guarani:* Interculturalidade e identidade. Santa Maria: editora ufsm, 2004.

OLIVEIRA, Paulo Cézar Nunes de. *O uso dos símbolos do catolicismo popular tradicional pela IURD.* Goiás: Dissertação do Programa de Pós Graduação stricto sensu em Ciências da Religião da Universidade Católica de Goiás, 2006.

OTS CAPDEQUI, J. M. *El Estado Español en las Indias*. Sección de Obras de Historia. Ciudad de México: Fondo de Cultura Economica, 1946.

PADRÓN FAVRE, Oscar. *Ocaso de um pueblo índio:* História del éxodo guarani-misionero al Uruguay. Durazno: Terra a Dentro, 2009.

PALACIOS, Silvio; ZOFFOLI, Ena. *Gloria Y Tragedia de Las Misiones Guaranies*: Historia de las Reducciones Jesuíticas durante los siglos XVII y XVIII en el Río de la Plata. Bilbao: Ediciones Mensajero, 1991.

PANIAGUA, Edson Romário Monteiro. *Fronteiras, Violência e Criminalidade na Região Platina: O caso do município de Alegrete (1852-1864).* São Leopoldo: Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, Área de Concentração em Estudos Históricos Latino-americanos, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), 2003.

PASTELLS, R. P. Pablo, S. J. *Historia de la Compañía de Jesús en la Provincia del Paraguay (Argentina, Paraguay, Uruguay, Perú, Bolivia y Brasil)* según los documentos Originales del Archivo General de Indias.Tomos I a VIII, Madrid: Libreria General de Vistoriano de Preciados, [1912 – 1949?].

PAYRÓ, Roberto P. *El Río de La Plata:* de colonias a naciones independientes: De Solís a Rosas, 1516-1852. Buenos Aires: Alianza Editorial, 2006.

PETERSEN, Silvia. *Alguns comentários sobre a história do conhecimento histórico.* Porto Alegre: Organon (UFRGS), V 16, n 32-33, 2002.

PINSKY, Carla Bassanezi. (organizadora). *Fontes Históricas*. 2.ed., 2° reimpressão, São Paulo: Contexto, 2010.

PIPI, Gladis. *História Cultural das Missões.* Memória e Patrimônio. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 2005.

PORTO, Aurélio. *Jesuítas no Sul do Brasil.* História das Missões Orientais do Uruguai. Volume III - IV. Porto Alegre: Edição da Livraria Selbach & Cia, 1954.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história.* Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

QUARLERI, Lía. *Rebelión y guerra em las fronteras del Plata:* guaraníes, jesuítas e impérios coloniales. Buenos Aires: 1a ed. Fondo de Cultura Económica, 2009.

QUERALT DEL HIERRO, María Pilar. *Atlas Ilustrado de la História de España*. Madrid: Susaeta, 2006.

QUEVEDO, Júlio. *Guerreiros e Jesuítas:* na Utopia do Prata. São Paulo: Baúru, Edusc, 2000.

RAMOS, Rui; SOUZA, Bernardo Vasconcelos, MONTEIRO, Nuno Gonçalo; *História de Portugal*. 5ª Edição. Editora Esfera dos Livros. Fundação da Casa de Mateus, 2009

RESTON, James. *Os cães do senhor*. Tradução de Marcelo Ferroni. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

ROUILLON ARRÓSPIDE, José Luis S. J. *Antonio Ruiz de Montoya y las reducciones Del Paraguay.* Asunción: Centro de Estuidos Paraguayos Antonio Guasch, 1997.

RUIZ DE MONTOYA, Antônio. *Conquista espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape.* Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

SÁENZ QUESADA, María. *Los Estancieros.* Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1991.

SAVIONI, Juan Luis. *Paso de Los Libres*. Tomo I. Paso de Los Libres: Ed Rio Uruguay, 1994.

SCHALLENBERGER, Erneldo. *As Missões Jesuíticas do Guairá*: A defesa do Índio no Processo da Colonização do Prata. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado. PUC – RS, 1986.

SCHWARTZ, Stuart B. *Cada um na sua lei: tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico.* Tradução Denise Bottman. São Paulo: Cia das Letras. 2009.

SILVEIRA, Helder Gordim da. *Argentina x Brasil:* a questão do Chaco Boreal. Porto Alegre: Edipucrs, 1997.

SILVEIRA, Hemeterio José Velloso da. *As Missões Orientaes e seus antigos domínios.* Porto Alegre: Typographia da livraria universal de Carlos Echenique, Editor proprietário, 1909.

SLATTA, Richard W. *Gauchos and the vanishing frontier*. Lincoln: Nebraska University Press, 1993.

STEIN, Stanley J. STEIN, Barbara H. *A Herança Colonial na América Latina*: ensaios de dependência econômica. Tradução de José Fernandes Dias. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

THOMAS, Georg. *Política indigenista dos portugueses no Brasil:* 1500-1640. São Paulo: Ed Loyola, 1981.

TISCORNIA, Ruth. *La Política Económica Rioplatense de Mediados Del Siglo XVII.* Buenos Aires: Ediciones culturales Argentinas Secretaria de Cultura de La Presidencia de La Nación, 1690.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro.* Tradução Beatriz Perrone Moisés – 2° Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

TORRE REVELLO, José. *La sociedad colonial:* Buenos Aires entre los siglos XVI y XIX. Buenos Aires – Argentina: Ediciones Pannedille, 1970.

VAINFAS, Ronaldo. FEITLER, Bruno. LIMA, Lana Lage da Gama (orgs). *A inquisição em xeque:* temas, controvérsias, estudos de caso. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006.

VARGAS, Otto. *Sobre el modo de producción dominante en el Virreinato del Río de la Plata.* Buenos Aires: Editorial Agora, 1985.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história:* Foucault revoluciona a história. 4.ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

WEHLING, Arno. *Formação do Brasil colonial.* 4 ed. rev. Ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

WHIGHAM, Thomas. *The politics of river trade:* tradition and development in the Upper Plata, 1780-1870. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1991.

WILDE, Guillermo. *Los guaranties después de La expulsión de los jesuítas:* dinámicas políticas y transacciones simbólicas. Revista Complutense de Historia de América, 27: 69-106, 2001.

WILDE, Guillermo. *Religión y poder en las misiones de guaranties.* Buenos Aires: 1a ed. SB, 2009.

WRIGHT, Jonathan. *Os Jesuítas:* missões, mitos e histórias. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.